



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI

2022- 2026

SÃO PAULO

2022

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PDI

Membros da Comissão Central responsável pela elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI concomitante ao Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2022-2026) da **FACULDADE IPESSP** instituída pela **Portaria nº 3 de 17 de agosto de 2022 da Instituição** Mantenedora.

Nilva Aparecida Oliveira Representante legal da IES e Diretora Geral

Juliane Pereira- Administração Institucional

Angela Reis- Gerente do Núcleo de Educação a Distância- NEAD

Rodrigo Tadeu Donizete Marques da Silva - Coordenador da CPA.

Tatiana Braga Cazini- Secretária Acadêmica.

Lista de Abreviaturas e Siglas.

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CEP	Comitê ou Comissão de Ética em Pesquisa
CES	Câmara e Educação Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMUT	Comutação Bibliografia
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CP	Conselho Pleno
CPA	Comissão Própria de Autoavaliação
CPC	Conceito Preliminar do Curso
DOU	Diário Oficial da União
EAD	Ensino a Distância
E-MEC	Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde do Brasil
NEAD	Núcleo de Educação a Distância
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NAP	Núcleo de Apoio Psicopedagógico
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAC	Plano Anual de Capacitação
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PcD	Pessoa com Deficiência
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PPC	Projeto Pedagógico do Curso ou Projeto Político Pedagógico do Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PROUNI	Programa Universidade para todos
SAA	Serviço de Atendimento ao Aluno
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TI	Tecnologia da Informação

Sumário

Identificação da Mantenedora.....	10
1.1 Nome da Mantenedora.....	10
1.2 Instituição de Ensino Superior.....	11

1.3 Marco Regulatório do Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI.....	11
1.4 Apresentação do Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI.....	13
1.5 Histórico da Mantenedora	15
1.5.1 Histórico da Mantida.....	17
1.6 Missão	20
1.7 Visão	20
1.8 Valores.....	20
1.9 Finalidades Institucionais	20
1.9.1 Valores e Princípios	20
1.9.2 Perfil do Egresso da Faculdade IPESP.....	21
1.9.3 Análise Geográfica- Perfil dos alunos e egressos.....	22
II Contexto Regional	23
2.0 Contextualização da Região	23
2.1 Aspectos da Economia	25
2.1.2 Inserção Regional	25
2.1.3 Aspectos ambientais	28
2.1.4 Indicadores Educacionais	29
2.1.5 Indicadores Educacionais e IDHM – São Paulo.....	42
2.1.6 O IDH e Município de São Paulo.....	43
2.2 Responsabilidade Ambiental, Cultural e Artística.....	46
3.0 Objetivos e metas institucionais	47
3.1 Metas Institucionais	49
3.2 Detalhamento das Metas.....	49
3.3 Ações institucionais – Cumprimento das Metas.....	57
3.4 Área de Atuação Acadêmica	59
4.0 Referenciais Epistemológicos Educacionais.....	60
4.1 Políticas Acadêmicas: Ensino de Graduação	61
4.1.2 Políticas Acadêmicas de Ensino: metodologia de ensino.....	63
4.1.2.1 Articulação do Plano de Desenvolvimento Institucional e Projeto Pedagógico Institucional- PDI/PPI	65
4.1.3 Políticas Acadêmicas de Ensino: principais estratégias de ensino.....	66
4.1.4. Políticas Acadêmicas de Ensino: metodologia de avaliação de aprendizagem	67
4.1.4.1 Políticas Acadêmicas de Ensino: Princípios da Avaliação de Aprendizagem	68

4.1.4.2 Políticas Acadêmicas de Ensino: Avaliação do Desempenho Acadêmico	70
4.1.4.3 Políticas Acadêmicas de Ensino: Sistema de Avaliação – EAD	73
4.1.4.4 Políticas Acadêmicas de Ensino: aproveitamento de saberes, conhecimentos e competências.	74
4.2 Políticas Acadêmicas de Ensino: Monitoria.....	76
4.2.1 Políticas Acadêmicas de Ensino: mecanismo de nivelamento.....	76
4.2.2. Políticas Acadêmicas de Ensino: Programa de Permanência do Estudante.	77
4.2.3 Políticas Acadêmicas de Ensino- Atendimento ao discente: Programa de Acessibilidade	77
4.2.3.1 Políticas de Educação Inclusiva	78
4.2.4 Políticas Acadêmicas de Ensino- Núcleo de Apoio Psicopedagógico-NAP- Apoio ao Discente.....	79
4.2.5 Políticas Acadêmicas de Ensino: Integralização Acadêmica das matrizes	80
4.2.6 Políticas Acadêmicas Ensino- Atividades Complementares – Flexibilidade Curricular. .	81
4.2.7 Políticas de Ensino: Atividades Complementares- EAD	83
4.2.8. Políticas Acadêmicas Ensino: Flexibilidade Curricular: Disciplinas Optativas	84
4.3 Políticas Acadêmicas de Ensino: Acompanhamento de Estágio Obrigatório.....	84
4.3.1 Natureza dos estágios curricular obrigatório e não obrigatório-EAD	85
4.4 Políticas Acadêmicas de Ensino: Trabalho de Conclusão de Curso - TCC Projeto Integrado Multidisciplinar -PIM	87
4.5 Política Acadêmica de Ensino: Difusão e Produção acadêmica.	88
4.5.1 Meios de Divulgação de Trabalhos e Produções da Comunidade Acadêmica.....	89
4.6 Política Acadêmica de Ensino: Programa de Acompanhamento do Egresso.....	89
4.6.1 Canais para Divulgação	91
4.7 Políticas Institucionais de Extensão	92
4.7 1 RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 - DA CONCEPÇÃO, DAS DIRETRIZES E DOS PRINCÍPIOS	93
4.7.1 Políticas Institucionais das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.	94
4.8 Políticas Institucionais da Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002).....	96
4.9 Políticas Institucionais de Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, CNE/CP N° 01, de 30/05/2012)	97
4.10 Políticas de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT.	100

4.11 Políticas Institucionais para Defesa da Memória Cultural da Produção Artística e do Patrimônio Cultural.	101
4.12 Políticas institucionais do Ensino de Libras – Decreto nº5.626/2005.....	102
4.13 Políticas Institucionais de Responsabilidade Social.	103
4.14 Políticas Acadêmicas do Ensino: Inclusão Social e Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.....	105
4.15 Políticas Acadêmicas de Ensino: políticas de Inclusão Digital.....	108
4.16 Políticas Institucionais de Comunicação Interna e Externa	109
4.16.1 Política de Comunicação Externa	111
4.16.2 Política de Comunicação Interna	112
4.16.3 Política Institucional de Comunicação – Ouvidoria.....	116
4.17 Políticas Institucionais de Atendimento ao Aluno	117
4.18 Políticas de Ensino e Ações Acadêmico-Administrativas para os Cursos de Pós-Graduação (<i>Lato Sensu</i>).....	117
4.19 Política de Ensino de Graduação e Pós-Graduação Modalidade a Distância.....	119
4.19.1 Políticas institucionais de Pesquisa – Iniciação Científica.....	120
4.19.2 Projetos de Iniciação Científica	121
4.20 Núcleo de Educação a Distância- NEAD	122
4.20.1 Composição do NEAD e Implementação da Política de EAD	123
4.20.2 Equipe Multidisciplinar.....	125
4.20.3 Sistema de Controle de Produção do Material Didático.....	127
4.20.4 Distribuição de Material Didático	128
4.20.4.1 Configuração das aulas no AVA.....	128
4.21 Estudo para a Implantação dos Polos em EAD.....	130
4.22 Matrículas no Ensino Médio- Plano Estadual de Educação – São Paulo.....	131
4.24 Representação Gráfica das Matrículas- São Paulo.....	132
4.25 Meta 12 – Matrículas na Educação Superior	133
4.26 Polos de apoio presencial: panorama Censo EAD.BR 2019-2020	136
4.27 Panorama dos polos presenciais.....	136
4.28 Análise da Criação de polos no Âmbito Nacional.....	137
4.29 Criação de polos por categoria administrativa	137
4.30 Função dos polos	138
4.31 Estudo para a Implantação dos Polos na Faculdade IPESP	138

5- Ambiente Virtual de Aprendizagem-AVA.....	139
5.1 Atividades Obrigatórias em EAD	143
5.2 Planejamento de Programas, Projetos e Cursos à Distância.	143
5.3 Plano de Gestão para a modalidade da EAD.....	144
5.4 Polo sede	145
6-Política de Gestão Acadêmica.....	146
6.1 Gestão Institucional	147
6.1.2 Gestão da Política Acadêmica e Administrativa.....	151
6.2 Organização administrativa.....	152
6.3 Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão.....	154
6.4 Do conselho de ensino, pesquisa e extensão – CEPE.....	155
6.5 Constituem atribuições do CEPE	155
6.6 Supervisão acadêmica.....	156
6.7 Do funcionamento dos Órgãos Deliberativos e Normativos.....	158
6.8 Órgãos de Apoio as Atividades Acadêmicas.....	159
6.8.1. Da Secretaria Geral de Cursos.....	162
6.8.2 Administração Acadêmica.....	162
6.8.3 Coordenação de Curso	163
6.9 Das relações com a Mantenedora	165
6.10 Relações de Parcerias com a Comunidade, Instituições e Empresas.....	165
6.11 Política de Atendimento ao discente: Formas de Ingresso.....	166
6.12. Política de Atendimento ao Discente: Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro	166
6.13 Política de Atendimento ao discente: apoio para participação em eventos	168
6.14 Meios de Divulgação de Trabalhos e Produções.....	168
6.15 Organização do Controle Acadêmico	169
6.16 Registro e Controle acadêmico	169
7.0 Implementação dos Cursos	170
7.1 Cursos de Graduação	170
7.2 Plano de Expansão: Cursos de Graduação Pretendidos.....	171
7.3 Cursos de Pós- Graduação em Funcionamento (<i>lato sensu</i>).....	173
7.4 Cursos de Atualização	175
7.5. Cursos de Capacitação.....	176
7.6 Cursos In Company.....	178

8.4 Infraestrutura da Biblioteca	178
8.4.1 Espaço Físico e Instalações da Biblioteca.....	179
8.4.2 Acervo Virtual- Biblioteca IPESSP.....	179
8.4.3 Informatização	180
8.4.4. Política de Aquisição, Expansão e Atualização.....	180
8.4.5 Serviços	180
9. Infraestrutura Tecnológica.....	182
9.1 Infraestrutura de Execução e Suporte	183
9.2 Plano de Contingência.....	184
9.3 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação	185
9.4 Plano de Expansão e atualização dos equipamentos.....	186
9.5 Descrição da Infraestrutura Física.....	187
9.5.1 Tabela Descritiva da Infraestrutura.....	188
9.5.2 Estúdio de Gravação.....	191
9.6 Instalações Administrativas.....	193
9.7 Espaço de Trabalho para Docentes.....	193
9.8 Espaço de Trabalho para o Coordenador do Curso	193
9.9 Sala Coletiva dos Professores.....	193
9.10 Salas de Aula.....	194
9.11 Auditório	194
9.12 Espaço de Convivência e Alimentação - Sala de Descompressão	194
9.13 Acesso dos alunos a equipamentos de Informática.....	194
9.14 Sala de Estudo Coletiva	195
9.14.1 Instalações para a Coordenação	195
9.15 Laboratórios	195
9.15.1 Informática.....	195
9.16 Espaço Físico e Instalações da Biblioteca.....	196
9.17 Acervo Virtual- Biblioteca IPESSP.....	197
9.18 Informatização	198
9.18.1. Política de Aquisição, Expansão e Atualização.....	199
9.19 Serviços	199
9.20 Apoio na Elaboração de Trabalhos Acadêmicos	200
9.21 Infraestrutura Física: Instalações Sanitárias.....	200

10. Políticas de Gestão de Pessoal	202
10.1 Perfil do Corpo Docente e do Corpo Técnico-Administrativo	202
10.2 Perfil do Corpo Docente IPESSP	203
10.3 Critérios de Seleção e Contratação	205
10.4 Regime de Trabalho e Procedimentos para Substituição dos Professores.....	206
10.5 Estímulos (ou Incentivos) Profissionais aos Docentes	207
10.6 Formas de Acompanhamento e Execução do Trabalho Docente	208
10.7. Acompanhamento na Educação a Distância	209
11. Perfil dos Tutores	210
11.1 Requisitos de Titulação e Experiência Profissional	210
11.2 Critérios de Seleção e Contratação	210
11.3 Políticas de Gestão: Qualificação e Plano de Carreira	211
11.4. Cronograma do Plano de Expansão do Corpo Docente/Tutor 2020 /2024	212
11.5. Cronograma do Plano de Expansão do Corpo Docente/Tutor (Regime de Trabalho) .	213
11.6 Cronograma do Plano de Expansão do Corpo Docente/Tutor (Regime de Trabalho) ..	213
11.7 Cronograma do Plano de Expansão do Corpo Técnico/Administrativo	214
11.8 Política de Qualificação do Plano de Carreira	215
12 Aspectos financeiros e orçamentários	216
12.1 Estratégia de Gestão Econômico-Financeira.....	216
12.2 Sustentabilidade Financeira: Participação da Comunidade Interna	217
12.3 Políticas de Captação e Alocação de Recursos.....	218
12.4 Políticas Financeiras e Orçamentárias	218
12.5 Plano de investimento	219
13. Autoavaliação Institucional	221
13.1 Introdução CPA.....	222
13.2 Concepção da CPA.....	223
13.3 Princípios	223
13.4 Justificativa da Proposta	224
13.5 Objetivo Geral	225
13.6 Objetivos específicos.....	225
13.7 Organização da CPA	226
13.8 Cronograma da CPA	227
13.9 Metodologia e Instrumentos	228

14 Estratégias	229
14.1 Dimensões avaliadas	231
14.2 Resultados das avaliações	232
14.3 Tomada de Decisão	232
14.4 Meta avaliação	232
14.5 Relatórios	233
14.6 Considerações da CPA	233
15 Considerações finais.....	233

Identificação da Mantenedora

1.1 Nome da Mantenedora

- Instituto de Ensino e Pesquisa e Pós- Graduação em Educação e Saúde Ltda
- CNPJ: 71015853/0001-45

- Categoria Administrativa: Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.
- **Código MEC: 16.194**
- Endereço: Rua Dona Antônia de Queirós, 333
- Bairro: Consolação
- Município: São Paulo Capital
- Estado: SP
- CEP: 01307-012

1.2 Instituição de Ensino Superior

Nome: Faculdade IPCESSP

Sigla: IPCESSP

Código MEC: 19.879

Endereço: Rua Dona Antônia de Queirós, 333

Bairro: Consolação

Estado: São Paulo- SP

CEP: 01307-012

1.3 Marco Regulatório do Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI da Faculdade IPCESSP teve como diretriz, a seguinte regulamentação:

- DECRETO Nº 9.235, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017, Art. 2: Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.
- PORTARIA MEC Nº 2.117, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019: Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EAD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.
- RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018: Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.
- DECRETO Nº 9.057, DE 25 DE MAIO DE 2017: Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

- PORTARIA NORMATIVA Nº 11, DE 20 DE JUNHO DE 2017: Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.
- Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional- Lei 9.394/96.
- Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação.
- PORTARIA NORMATIVA nº 23, de 21 de dezembro de 2017- Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 3 de agosto de 2018).
- PORTARIA NORMATIVA MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017- Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, credenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino.
- PORTARIA NORMATIVA nº 741, de 02 de agosto de 2018: Altera a Portaria Normativa MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, credenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino.
- PORTARIA NORMATIVA Nº 742, de 02 de agosto de 2018 Altera a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.
- Resolução CNE/CES nº. 02, de 18/06/2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27/04/99 e Dec. nº 4.281 de 25/06/02);
- Informações acadêmicas (Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007, alterada pela PORTARIA NORMATIVA MEC Nº 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010);
- DECRETO Nº5.626/2005- Disciplina de Libras.
- Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei nº10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho 2004 junho de 2004);

- Núcleo Docente Estruturante (NDE) Resolução CONAES nº 01, de 17/06/2010;
- Titulação do corpo docente (Art. 66 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996);
- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764, 27/12/12);
- Política de Educação Direitos Humanos (CNE/CP nº 8, 06/03/2012, CNE/CP nº 1, 30/05/2012);
- Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme disposto no Art. 11 da Lei nº 10.861/2004;
- Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social (COLAPS), conforme disposto na Portaria Nº 1.132, de 02 de dezembro de 2009;
- Desenvolvimento Nacional Sustentável, conforme disposto no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012 e na Instrução Normativa nº 10, de 12/11/2012;
- Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- Referenciais de Qualidade Para Educação Superior a Distância- Ministério da Educação.
- RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201 – que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências.

1.4 Apresentação do Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI

O Ministério da Educação ao revisar as atribuições e competências das suas Unidades a Secretaria da Educação Superior (SESu), o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), com o intuito de apoiar e orientar as instituições de Ensino Superior (IES), para que sejam estas identificadas pelas diretrizes pedagógicas que sinalizam e orientam suas ações, pela sua filosofia de trabalho, pela sua estrutura organizacional, pelas atividades acadêmicas atuais e aquelas que pretendem desenvolver e pela missão a que se propõem introduziu, como parte integrante do Projeto Institucional das IES, o documento denominado Plano de Desenvolvimento Institucional, que representa o planejamento estratégico da instituição.

Esse documento passou a ser um requisito obrigatório por meio do Decreto no 5.773, de 09/05/2006 e representa uma medida de fortalecimento aos dispositivos da Lei 9.394/96. Tal exigência visa dotar a IES de ferramentas de gestão e de avaliação por meio de diretrizes educacionais específicas para o ensino superior.

Foi então criado um processo sistemático de planejamento e acompanhamento de desenvolvimento dessas instituições de ensino onde, entre as diferentes estratégias de acompanhamento, aparecem, com maior ênfase, a apresentação do Projeto Pedagógico da

Instituição (PPI), do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Respeitados determinados eixos temáticos estabelecidos pelo MEC, a instituição tem liberdade para elaborar e propor seu PDI em consonância com a sua missão e as expectativas de sua comunidade interna e da região em que esta inserida e ao conjunto de normas vigentes.

Ao elaborar o seu Plano de **Desenvolvimento Institucional - PDI** - a **Faculdade IPESP**, entende que é um instrumento de planejamento singular e específico e, em especial, visando atender a sua missão institucional. Sua elaboração conjuga avaliação criteriosa do desempenho da instituição, da situação atual e suas projeções quanto à expansão institucional. Não deixa de considerar, é claro, o aspecto acadêmico, elementos de ensino, pesquisa e extensão. Porém, todo esse quadro não pode ser pensado sem levar em consideração aspectos sociais, políticos, econômicos e educacionais brasileiros.

Tais expectativas incorporam a espera por atuações mais proativas, envolvendo a redução de riscos e a estruturação de um planejamento para as ações futuras. Nesse contexto, os problemas correntes envolvem aspectos como o atendimento das várias demandas sociais, o uso eficiente de recursos, a precisão e a transparência sobre as informações e as ações desenvolvidas, bem como a coerência nessas ações.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da **Faculdade IPESP** - consiste em documento no qual estão assentadas a missão, visão e valores, seu projeto pedagógico institucional, bem como o delineamento dos objetivos, das metas, estratégias e ações a serem desenvolvidas ao longo dos próximos cinco anos, período no qual se deverá observar criteriosamente cronograma de execução das ações a fim de alcançar as metas previstas, consolidado o nome da instituição como formadora de profissionais com perfil humanista, éticos, críticos, reflexivos e aptos a alcançarem os mais altos patamares nas carreiras públicas e privadas.

A **Faculdade IPESP** tem consciência que para levar adiante sua missão é necessário grande investimento na capacitação de seus professores, tutores e pessoal técnico administrativo, assim como a atualização e modernização de sua infraestrutura, em sua base tecnológica, em sua plataforma digital e laboratórios.

O Plano de Desenvolvimento Institucional-(PDI)da **Faculdade IPESP** não só observa criteriosamente os dispositivos legais estabelecidos na legislação educacional supracitada, mas se apoia na análise do perfil social dos alunos, pois é resultado da reflexão sobre um trabalho que pretende realizar, avaliando o contexto socioeconômico, o perfil do seu alunado e, sobretudo, buscando novas formas e atividades que contemplem as necessidades da sociedade.

Em outras palavras, a eficiência, a eficácia, a efetividade, o volume e a qualidade dos bens e serviços produzidos e oferecidos são aspectos que afetam diretamente a sociedade, envolvendo o bem-estar social e o desenvolvimento econômico do país. Dessa maneira, toda e qualquer mudança e esforços dedicados precisam estar orientados para o aperfeiçoamento do desempenho, que se manifestará em melhorias positivas na vida dos cidadãos.

Ao englobar elementos que influenciam a melhoria da qualidade do ensino em sua missão, na uniformidade das tarefas administrativas e na gestão financeira eficiente, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, colabora para os objetivos de eficiência, eficácia, efetividade e transparência. O PDI deve possibilitar a fundamentação de um diagnóstico sistêmico estratégico e as bases para reflexão, formulação, implementação e gestão dos planos de ação fomentadores do desenvolvimento integral pertinentes para o horizonte futuro estabelecido.

Nesse sentido, o planejamento na **Faculdade IPESP** é representado pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), importante ferramenta de auxílio, que subsidia o desenvolvimento do planejamento institucional, como um plano para a melhoria e para o acompanhamento da implementação das ações estratégicas traçadas pela IES, assim como um instrumento de gestão.

Portanto, não se trata apenas de assegurar condições para otimizar recursos e subsidiar formalmente o processo decisório da instituição no que diz respeito à criação de novos cursos e atividades acadêmicas. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da **Faculdade IPESP** é a ferramenta que consolida um projeto educacional de inserção regional e social, abrindo e ampliando oportunidades profissionais para jovens com reduzida expectativa de participação no mercado de trabalho e na sociedade contemporânea, conforme expresso em sua missão de ofertar um ensino de qualidade.

1.5 Histórico da Mantenedora

O Instituto de Pesquisa e Educação em Saúde de São Paulo foi criado no ano de 2000, fruto de um conjunto de ideias desenvolvidas a partir de um grupo de profissionais de saúde, com larga experiência, atidos ao manejo laboratorial do sangue e derivados (Hematologia Clínica, Laboratorial e Hemoterapia), no âmbito do Hemocentro do Hospital das Clínicas de São Paulo e Fundação Pró-Sangue.

O grupo inicialmente era composto por médicos hematologistas, biólogos, biomédicos, farmacêuticos e técnicos de laboratório, liderados pela Profa. Dra. Juliana Pereira (Coordenadora do Ambulatório de Hematologia do ICHC-FMUSP) e pela Bióloga Nilva Aparecida de Oliveira (Fundação Pró-Sangue-Hemocentro de São Paulo).

A ideia inicial foi concebida a partir da percepção e da observação em campo de trabalho, que grande parte dos profissionais contratados em início de carreira, para atuar junto aos laboratórios do Hemocentro, apesar de possuírem currículos com boas avaliações e serem originários de escolas dotadas de boa reputação no campo da formação profissional careciam, em sua ampla maioria, de conhecimentos teórico-práticos básicos de atuação no âmbito do laboratório. Essa condição acabava por levar esses profissionais ao baixo desempenho e pouca resolutividade no encaminhamento de problemas de complexidade de graus variados.

Essa constatação originou uma demanda inicial por parte dos recém-contratados junto aos profissionais mais experientes, na preparação de aulas e cursos teóricos de conhecimentos

básicos e de curta duração na área do diagnóstico e investigação laboratorial das doenças hematológicas e das análises clínicas.

As aulas originalmente eram ministradas em auditórios de hotéis da região de entorno do HC, realizadas aos finais de semana, e com plateia inicialmente voltada para clientela interna do Hemocentro. Aos poucos, passou-se a atingir alunos recém-formados, estagiários do HC, e a partir da comunicação “boca a boca” a iniciativa acabou se expandindo, para alcançar uma população de estudantes de fora da cidade de São Paulo, vindos de diversas regiões do Estado e com uma maior amplitude de interesses, que envolviam a melhor qualificação profissional e inserção diferenciada no mercado de trabalho, após a graduação, e em cursos da área da saúde, principalmente nas áreas da biotecnologia e preparo e análises do sangue e derivados.

A partir dessa ampliação natural da procura de alunos pelos cursos, surgiu à necessidade de ampliação do espaço pedagógico, em função de uma demanda crescente por atividades que extrapolavam a sala de aula e que envolviam o trabalho prático e *in loco*, junto às bancadas de laboratório e discussões clínicas mais aprofundadas. Somaram-se também, a forte vocação pela docência e pela pesquisa, como características marcantes desse grupo inicial de professores, e o caráter empreendedor das duas lideranças, que comandaram a organização do grupo em um corpo de docentes em torno da ideia de uma “escola de pós - graduação”.

A marca principal da escola deveria ser o caráter inovador das suas práticas pedagógicas, e a liberdade e autonomia do corpo docente em criar e recriar suas práticas em torno das necessidades de formação dos alunos, elementos esses que muitas vezes são cerceados ao docente em instituições mais envelhecidas e/ou tradicionais. Assim nasceu o IPESP.

Outros elementos contextuais contribuíram para que a ideia de uma escola de pós-graduação sáísse do papel e se tornasse realidade. Os anos iniciais do século XXI sinalizavam novas expectativas de crescimento para o país, encorajando o investimento em determinadas áreas da economia, principalmente em função da mudança da distribuição da população economicamente ativa para o setor terciário.

O mundo de início de século passou a atravessar pela terceira “revolução técnico-científica” com clara supervalorização da informação, e dessa forma as atuações econômicas contemporâneas tonaram-se ainda mais aliadas às relações comerciais e de informações.

A partir das evoluções promovidas pela revolução tecnológica a prestação de serviços se torna gradativamente sofisticada, especializada e eficaz. Além disso, outras atividades aumentaram suas atuações no mercado, em especial no campo da saúde, envolvendo novas visões e possibilidades em torno do risco de adoecer, acurácia diagnóstica e novas abordagens terapêuticas, abrindo assim, novos campos de atuação como o desenvolvimento de produtos pela biotecnologia, uso racional da informática aplicada à saúde baseada em evidências, transplantes de órgãos e toda sua complexidade de seleção, execução e controle, diagnósticos de risco através da interpretação genômica, terapias com células tronco, entre outros.

Além disso, a expansão acelerada da oferta de ensino de graduação em Instituições de Ensino Superior, Públicas e Privadas, iniciada por meio de políticas públicas inseridas pelo MEC na segunda metade dos anos noventa e que teve continuidade ao longo dos primeiros anos desse

século, possibilitou o acesso à educação de terceiro grau de um grande contingente de jovens brasileiros que até então se viam impossibilitados de ascender ao ensino superior.

Com uma sequência de medidas que se seguiram, o MEC tentou atacar graves problemas inter-relacionados, quais sejam: a necessidade de democratização do acesso ao ensino superior, a baixa qualificação da força de trabalho do país e a necessidade de se criar condições de suporte educacional ao desenvolvimento científico e tecnológico. Sabe-se, porém, que em muitas situações o aumento quantitativo do acesso ao ensino superior não significou necessariamente incremento na qualidade da formação profissional.

Naturalmente passou-se a produzir, em diversas regiões do país, portadores de diploma de ensino superior sem a qualificação profissional correspondente a habilitação certificada.

Abriu-se assim, espaço para a constituição de escolas de formação de elevada qualidade tais como sempre foi o princípio do IPESSP, voltado ao ensino personalizado, com turmas pequenas de alunos, métodos ativos de ensino-aprendizagem, e práticas relevantes que passaram a habilitar o profissional a enfrentar, de fato, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Para poder iniciar as atividades da escola constituiu-se uma personalidade jurídica, como mantenedora do Instituto, com a participação inicial das duas líderes e autoras da proposta, que passaram a figurar como sócias na constituição inicial da empresa.

Para viabilizar a sustentabilidade inicial do empreendimento a mantenedora submeteu seu projeto inicial ao “Programa Brasil Empreendedor” do Governo Federal em parceria com o SEBRAE. O projeto IPESSP foi um dos 21 projetos selecionados dentre aproximadamente 530 propostas. Com os recursos iniciais foi alugado um imóvel em área próxima ao HC e adquiridos equipamentos iniciais para montagem dos laboratórios de ensino e salas de aula.

Nos anos subsequentes a escola ampliou suas dependências duplicando sua sede, passando a ocupar uma área de 880,00 metros quadrados, com 2 anfiteatros, 5 salas de aula, 3 laboratórios, biblioteca e salas para reuniões e estudos em grupo, além de área destinada às atividades de recepção do aluno, secretaria e diretorias pedagógica, administrativa e financeira. Para tanto lançou mão de outros financiamentos de suporte público tais como o PROGER do Banco do Brasil e BNDES.

Em 2005 a mantenedora ampliou seu quadro societário admitindo o Prof. Dr. José Lúcio Martins Machado, médico, professor universitário, cirurgião geral e pediátrico e com formação e prática gerencial no âmbito do ensino superior (ex-coordenador do curso de medicina da UNESP Botucatu, ex-diretor da FM UNAERP – Ribeirão Preto e ex-diretor do curso de medicina da UNICID-SP), atual Diretor do Curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), que ajudou a alavancar novos investimentos e a estabelecer uma parceria institucional com a Universidade Cidade de São Paulo – UNICID.

1.5.1 Histórico da Mantida

A Faculdade IPESSP **Código e-Mec 19.879**, mantida pelo Instituto de Ensino e Pesquisa e Pós-Graduação em Educação e Saúde Ltda EPP, **Código e-Mec 16.194** é **Credenciada** por meio da

Portaria Nº 1.272 de 04 de/07/2019 publicada no D.O.U nº 128 de 05/07/2019 tem por missão “Transformar pessoas por meio do conhecimento, habilitando-as para atuação profissional e ética, motivando-as para a pesquisa e área acadêmica”.

A Faculdade IPESP constitui-se por ideias e ideais de um grupo que inicialmente era composto por médicos hematologistas, biólogos, biomédicos, farmacêuticos e técnicos de laboratório, liderados pela Profa. Dra. Juliana Pereira (Coordenadora do Ambulatório de Hematologia do ICHC-FMUSP) e pela Bióloga Nilva Aparecida de Oliveira (Fundação Pró-Sangue-Hemocentro de São Paulo), atidos ao manejo laboratorial do sangue e derivados.

Além de trabalhar para o cumprimento de sua missão, **Faculdade IPESP**, ciente das suas responsabilidades sociais, tem por finalidade a transformação social através da geração e difusão do conhecimento, orientando suas ações de acordo com os paradigmas inovação, antecipação e excelência.

No contexto interno as ações desenvolvidas estão centradas nas políticas de inserção da comunidade; de contratação e capacitação do pessoal docente e técnico e administrativo, no sentido de promover a excelência educacional a que se propõe; melhoramento contínuo em todas as dimensões, visando formar profissionais capazes e socialmente responsáveis.

No tocante à gestão institucional, o IPESP sabe da necessidade e importância de investimentos constantes na ampliação, recuperação e manutenção da estrutura física e tecnológica, assim como, o investimento na sua atividade fim, tendo em vista a sua evolução e a garantia do cumprimento da sua missão.

Quanto ao contexto externo, o IPESP tem como finalidade apresentar-se junto à sociedade civil e a comunidade acadêmica como uma instituição de elevada credibilidade, justamente, por ofertar uma educação superior de elevada qualidade, determinada pelos seus princípios e valores.

Para assegurar o cumprimento das suas finalidades, o IPESP incorpora a filosofia da melhoria continua em seus processos administrativos e pedagógicos e garante a sustentabilidade da Instituição, tanto a curto quanto em longo prazo, valendo-se de estratégias que distribuem as ações planejadas e realizadas de forma equilibrada, com a pretensão de:

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. Incentivar o trabalho de pesquisa, por meio do programa de investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, da publicação ou de outras formas de comunicação;

- V. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e
- VII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

A Faculdade IPESSP possui um Curso Autorizado CST- Graduação Tecnológica em Gestão Hospitalar, na modalidade presencial¹, - **Portaria Seres nº 342, de 12 de julho de 2019**, publicada no D.O.U. nº 134 de 15 de julho de 2019.

No primeiro período letivo de 2020 a Faculdade IPESSP iniciou a sua primeira turma do curso de Graduação Tecnológica em Gestão Hospitalar. A Faculdade IPESSP coloca em prática a diretriz de que a expansão do ensino superior brasileiro deve ser feita dentro dos padrões de qualidade que assegurem o seu aprimoramento, fez-se necessário estabelecer critérios bem definidos para a instalação da Faculdade IPESSP. Deste modo, se propõe servir a comunidade gerando conhecimento e recursos importantes para o desenvolvimento científico, econômico, profissional, social e cultural. mas não uma entidade preocupada com a qualidade de ensino e com a extensão.

Assim, a Faculdade IPESSP se coloca no compromisso de desenvolver um processo de produção de conhecimento, pautado em princípios éticos, condição essencial que oriente para a formação de seres humanos completos e capazes de contribuir para a promoção de uma sociedade mais justa e equânime na perspectiva da integralidade da assistência, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania.

Essa ênfase na ação conjunta de mantida e mantenedora, comunidade acadêmica, alunos, professores, tutores, gestores e da população da região na qual está inserida, permite recriar, de

¹ Com a oferta de 40% em EAD

forma permanente, seu pensamento e sua ação, democratizando o acesso à cultura, e ainda contribuir para maior desenvolvimento e bem-estar social.

Oferece hoje 26 cursos de especialização, 10 cursos de capacitação, 8 cursos de atualização, todos na área da saúde.

1.6 Missão

“Transformar pessoas por meio do conhecimento, habilitando-as para atuação profissional e ética, motivando-as para a pesquisa e área acadêmica”.

1.7 Visão

“Ser referência em Educação em saúde, com foco em inovação, formação de profissionais de excelência pela alta qualidade acadêmica”.

1.8 Valores

“Ensino de qualidade, humanização, ética, transparência, responsabilidade social e ambiental”.

1.9 Finalidades Institucionais

O IPESSP, ciente das suas responsabilidades sociais, tem por finalidade a transformação social através da geração e difusão do conhecimento, orientando suas ações de acordo com os paradigmas inovação, antecipação e excelência.

No contexto interno as ações desenvolvidas estão centradas nas políticas de inserção da comunidade; de contratação e capacitação do pessoal docente e técnico e administrativo, no sentido de promover a excelência educacional a que se propõe; melhoramento contínuo em todas as dimensões, visando formar profissionais capazes e socialmente responsáveis.

No tocante à gestão institucional, a **Faculdade IPESSP** sabe da necessidade e importância de investimentos constantes na ampliação, recuperação e manutenção da estrutura física e tecnológica, assim como, o investimento na sua atividade fim, tendo em vista a sua evolução e a garantia do cumprimento da sua missão.

Quanto ao contexto externo, a **Faculdade IPESSP** tem como finalidade apresentar-se junto à sociedade civil e a comunidade acadêmica como uma instituição de elevada credibilidade, justamente, por ofertar uma educação superior de elevada qualidade, determinada pelos seus princípios e valores.

Para assegurar o cumprimento das suas finalidades, o IPESSP incorpora a filosofia da melhoria contínua em seus processos administrativos e pedagógicos e garante a sustentabilidade da Instituição, tanto a curto quanto em longo prazo, valendo-se de estratégias que distribuem as ações planejadas e realizadas de forma equilibrada.

1.9.1 Valores e Princípios

Os **Valores** da **Faculdade IPESSP** foram estabelecidos a partir da premissa de que, em suas bases de gestão administrativa e acadêmica, a valorização da pessoa humana é primordial,

reconhecendo-a e respeitando-a em seu processo de aprendizado na busca pelo conhecimento. Para tanto, defende uma formação humanística, pautada na instrumentalização do saber para ampliar suas perspectivas no exercício de suas funções.

Entende também que a ética profissional resgata, como princípios norteadores, atitudes e comportamentos delineados a partir de decisões coerentes, estabelecidas em forma de regras de boa conduta.

Outra questão igualmente importante é a responsabilidade social. A Faculdade entende que suas ações devem alcançar à comunidade, por meio de comportamentos solidários e fraternos na busca por uma sociedade menos desigual.

Mais adiante, para formar sua base de sustentação em relação aos valores, definiu ainda, o respeito à diversidade, como princípio aglutinador na busca pela tolerância em relação ao processo de crescimento e pela busca do conhecimento sem fronteiras, independentemente de sua estrutura social e cultural.

Por fim, definiu pela transparência em todas as suas ações, sendo essa uma vertente a ser incorporada a partir dos demais valores.

1.9.2 Perfil do Egresso da Faculdade IPESP

O perfil do egresso é definido a partir das análises contextualizadas de cada curso, dos resultados desejados e veiculados aos projetos pedagógicos de cada curso-PPC.

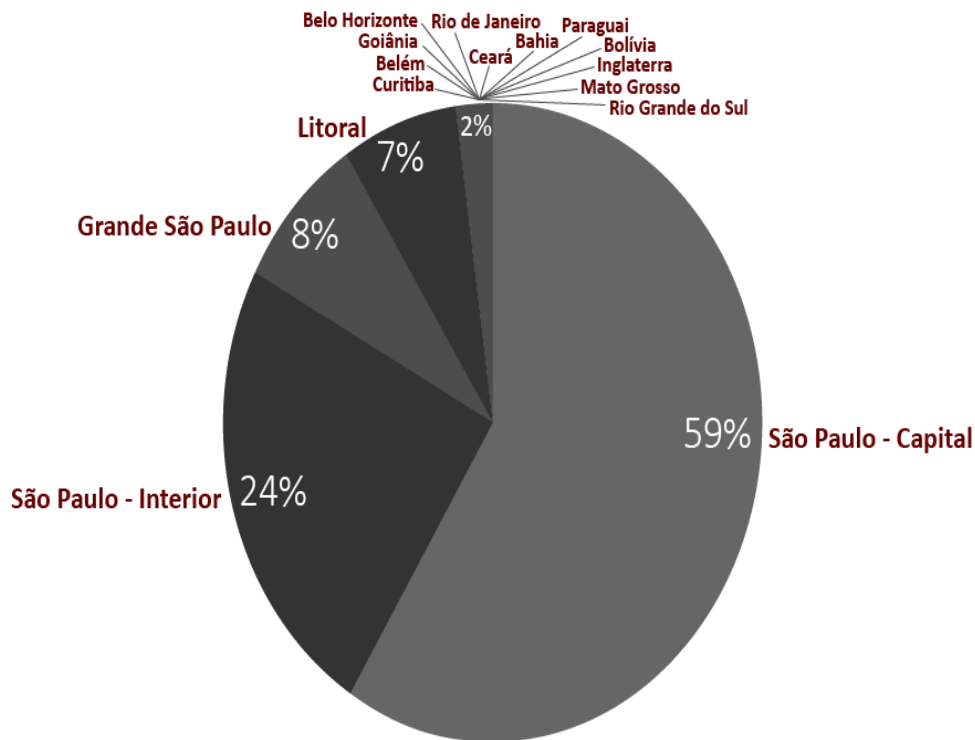
O perfil enfatiza a capacidade de raciocínio, a assimilação de novas informações, a compreensão de bases gerais, técnico-científicas, sociais, econômicas e a aquisição de habilidades de natureza conceitual e operacional. Os cursos em seus projetos pedagógicos devem oportunizar aos graduandos, uma sólida formação humanista e geral, com a capacidade de análise e articulação de conceitos, e estejam imbuídos de uma consciência social, capaz de enfrentar as transformações político-econômicas e sociais, bem como a de desenvolverem a capacidade de transferir conhecimentos do cotidiano para o ambiente de trabalho e do campo profissional. O aluno egresso desta instituição apresenta como característica, a aptidão e a competência profissionais na sua área de atuação, com a forte predominância da aprendizagem para a prática, com excelente suporte teórico e científico.

A **Faculdade IPESP** a partir dos princípios emanados, tem a pretensão de desenvolver e/ou potencializar em seus alunos competências e habilidades para:

- Comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
- Gerir suas carreiras de forma estratégica criando vantagens competitivas para o mundo do trabalho.

- Conhecer e dominar as novas tecnologias no contexto das culturas virtuais e digitais, essenciais no exercício da vida profissional e acadêmica.
- Desenvolver competências socioemocionais, desenvolvendo habilidades interpessoais e intrapessoais.

19.3 Análise Geográfica- Perfil dos alunos e egressos.



II Contexto Regional

2.0 Contextualização da Região

O Instituto de Pesquisa e Educação em Saúde de São Paulo Ltda. - IPESSP, é a entidade Mantenedora do Instituto de Ensino e Pesquisa e Pós Graduação em Educação e Saúde, é a mantenedora da **Faculdade Integrada de Pesquisa e Educação em Saúde de São Paulo – IPESSP**.

O IPESSP possui limite territorial circunscrito ao município de São Paulo, no Estado de São Paulo. O Estado de São Paulo está localizado na região Sudeste do país, é uma das 27 unidades federativas do Brasil, possui 645 municípios, ocupa uma área de 248.808,8 Km² e sua capital é a cidade de São Paulo.

Economicamente é considerado o estado mais importante do Brasil, pois São Paulo é responsável por mais de 32,6% do PIB do país, seu PIB é de R\$ 443,600 bilhões. É o estado mais rico sendo o terceiro com alto Índice de Desenvolvimento Humano. Sua taxa de analfabetismo é de 4,09%, está atrás, apenas, de Santa Catarina e do Distrito Federal.

São Paulo² é um estado brasileiro da região Sudeste. Trata-se da unidade de federação mais populosa do país, com 46 milhões de pessoas, e abriga também a cidade com maior concentração de habitantes do Brasil, que é a sua capital. O estado possui clima Tropical e relevo caracterizado pela presença de planaltos e depressões. Ainda no século XX, São Paulo se tornou um dos principais centros econômicos do Brasil.

São Paulo fica na região Sudeste do Brasil. Possui área territorial de 248,21 mil km², sendo assim o 12º estado brasileiro em extensão. A leste, dispõe de uma faixa costeira de aproximadamente 622 km. Faz divisa: ao norte, com Minas Gerais, a leste, com Rio de Janeiro, a sul e sudoeste, com Paraná, a oeste, com Mato Grosso do Sul.

- Região: Sudeste
- Capital: São Paulo
- Governo: democracia representativa
- Área territorial: 248.219,481 km² (IBGE, 2020)
- População: 46.289.333 habitantes (estimativa IBGE, 2020)
- Densidade demográfica: 166,23 hab./km² (IBGE, 2010)
- Fuso: Horário Padrão de Brasília (GMT -3)
- Clima: Tropical.



² <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/sao-paulo.htm>

2.1 Aspectos da Economia

A economia cafeeira proporcionou rápido desenvolvimento urbano e industrial, e hoje o estado é o principal centro econômico do país.

O Produto Interno Bruto (PIB) de São Paulo é o maior entre as unidades federativas brasileiras. De acordo com o IBGE, o PIB paulista é de R\$ 2,21 trilhões, valor que corresponde a cerca de 31,6% do PIB do Brasil. É o único estado a registrar um valor que ultrapassa a casa dos bilhões de reais.

O setor terciário lidera a economia de São Paulo, com maior participação referente ao comércio e às atividades relacionadas ao setor financeiro, de seguros e outras inclusas no mesmo ramo. Uma parcela de 67,48% do PIB do estado é oriunda desse setor, com exceção da administração pública, conforme indicam os dados do IBGE.

A indústria do estado é bastante ampla e diversificada, composta por uma série de polos industriais bem distribuídos espacialmente e que são especializados em setores variados, como a produção sucroalcooleira, aeroespacial, automotiva, de couros e calçados, química e petroquímica, têxtil, de fármacos, e de alimentos e bebidas.

A agropecuária é responsável por uma fatia muito pequena do PIB, embora suas atividades integrem algumas das mais importantes cadeias produtivas do estado. Destacam-se nesse setor os cultivos de cana-de-açúcar, café, algodão, milho, soja e frutas, como a laranja, além dos rebanhos bovinos e da produção de carne e leite.

2.1.2 Inserção Regional

O Instituto de Pesquisa e Educação em Saúde de São Paulo Ltda, IPESSP, é a entidade Mantenedora do Instituto de Ensino e Pesquisa e Pós Graduação em Educação e Saúde, tendo como mantida a **Faculdade IPESSP**.

O IPESSP possui limite territorial circunscrito ao município de São Paulo, no Estado de São Paulo. O Estado de São Paulo está localizado na região Sudeste do país, é uma das 27 unidades federativas do Brasil, possui 645 municípios, ocupa uma área de 248.808,8 Km² e sua capital é a cidade de São Paulo.

Economicamente é considerado o estado mais importante do Brasil, pois São Paulo é responsável por mais de 32,6% do PIB do país, seu PIB é de R\$ 443,600 bilhões. É o estado mais rico sendo o terceiro com alto Índice de Desenvolvimento Humano. Sua taxa de analfabetismo é de 4,09%, está atrás, apenas, de Santa Catarina e do Distrito Federal.

Com uma população de 41.901.219 habitantes (*fonte* IBGE, 2012), São Paulo é o estado mais populoso do Brasil e a terceira unidade administrativa mais populosa da América do Sul. Um dos fatores que dão a São Paulo esse indicador de desenvolvimento humano é o alto nível do grau de formação de sua população.

Existem várias instituições, na região sudeste, que ofertam cursos de graduação na área do conhecimento Ciências da Saúde. Uma das mais reconhecidas, inclusive em nível internacional, é a Universidade de São Paulo - USP. Essas instituições são responsáveis pela formação, a cada ano, de um grande número de profissionais que buscam colocações nos mais diversos setores de serviços de saúde.

Além disso, há que se considerar a grande migração para a Capital São Paulo, de profissionais da área, oriundos do interior do estado, assim como, de todas as regiões geográficas brasileiras. Esses profissionais, para facilitar sua inserção no mercado, procuram por cursos de especialização e em muitas das vezes não encontram vagas nas instituições públicas e, de um modo geral, a baixa qualidade de ensino em outros centros urbanos deixam a desejar quanto ao atendimento de suas necessidades profissionais e sonhos pessoais.

Nem todas as instituições de graduação da área de saúde oferecem cursos de especialização, o que define a necessidade de oferta. Além disso, o estado precisa atender sua população com serviços de qualidade e com segurança. O IPESSP vem realizando cursos de Pós-graduação para Biólogos, Biomédicos, Farmacêuticos, Enfermeiros, Bioquímicos e Médicos da capital, de vários municípios do interior paulista e de outros estados brasileiros como Minas Gerais, Curitiba, Mato Grosso, Bahia, Paraná e Rio de Janeiro. O IPESSP recentemente recebeu aluna procedente da República de Angola, África, matriculada no curso de Pós Graduação *Lato sensu*, Hematologia e Hemoterapia Laboratorial. Os cursos são ofertados visando melhorar a qualidade de vida dos profissionais e elevar a qualidade dos serviços prestados à população.

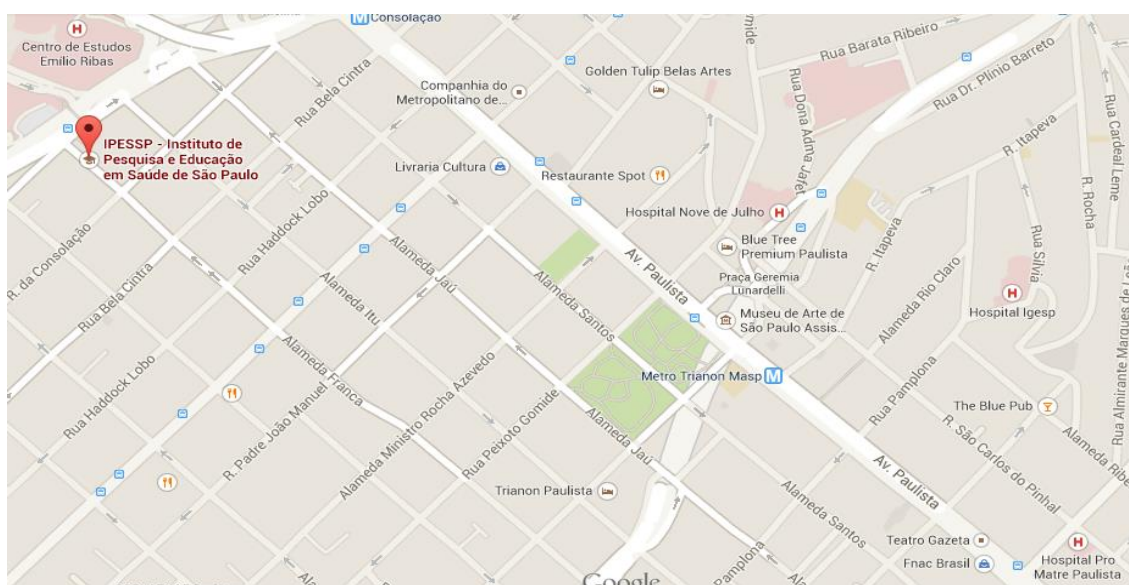
A manutenção, por parte do IPESSP, do oferecimento dos cursos atuais e a disposição para ampliar sua ação no campo da educação superior, está justificada e fundamentada na grande carência na formação continuada e na pós graduação de profissionais da saúde no Brasil, como também, na demanda regional para a formação de tecnólogos gestores dos serviços de saúde. Relevante ressaltar que o IPESSP está localizado em uma região nobre de São Paulo, e que no seu entorno há muitos hospitais, cuja localização de alguns destes pode ser verificada na Figura 01A e 01B.



A lista abaixo é completa e soma 22 hospitais no entorno do IPESSP.

Centro Médico Medial	Hospital Itamaraty
Hospital Alemão Osvaldo Cruz	Hospital Paulistano
Hospital Beneficente	Hospital Santa Catarina
Hospital Brigadeiro	Hospital Santa Izabel
Hospital das Clínicas	Instituto do Coração
Hospital do Coração	Nossa Senhora do Sabará
Hospital e Maternidade Jardins	Nove de Julho
Hospital e Maternidade Santa Joana	Pró Matre Paulista
Hospital e Maternidade São Paulo	Samaritano
Hospital e Maternidade São Rafael	Santa Casa de Misericórdia
Hospital IGESP	Sírio Libanês

Figura 01 B – Alguns hospitais localizados nas áreas próximas do IPESP.



É fundamental salientar, ainda, que há duas grandes instituições de ensino superior próximas ao IPESP, a Faculdade Mackenzie, que tem seu foco em outras áreas, e a Escola de Enfermagem da USP, que além da graduação em Enfermagem, oferta Pós graduação nesta mesma área. Portanto, é possível observar que estas importantes instituições de ensino superior que estão localizadas próximas ao IPESP, não ofertam o curso de Tecnologia em Gestão Hospitalar e, inclusive, egressos da USP, juntamente com a imensa população de servidores dos hospitais supracitados são potenciais alunos do curso objeto do Projeto Pedagógico, anexo.

O IPESP com base na situação apresentada compreende que para atender a imensa população do Estado de São Paulo, que necessita dos serviços de saúde, é preciso investir ainda mais na formação de profissionais da saúde.

2.1.3 Aspectos ambientais

O clima predominante no estado de São Paulo³ é o Tropical, havendo variações nas porções mais elevadas do território (Tropical de Altitude) e também nas áreas litorâneas (Tropical Atlântico). No geral, os invernos são mais amenos e os verões são quentes. As temperaturas médias no estado ficam entre 18 °C e 22 °C, sendo a região oeste consideravelmente mais quente do que as terras mais elevadas e a leste. Os invernos tendem a ser secos na maior parte de São Paulo, e no verão, há a estação chuvosa. O volume anual de chuvas supera os 2000 mm no litoral, enquanto varia de 1500 mm, nas áreas centrais, até 1000 mm ou menos, nas cidades a oeste.

O relevo paulista é formado por planaltos e depressões, concentrando as maiores elevações na porção oriental do território, próximo do litoral. As médias altimétricas variam na faixa dos 300 m aos 900 m.

Segundo a classificação do relevo paulista, este, pode ser dividido em três unidades morfológicas. A primeira, que se estende pelo oeste, corresponde aos Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná. Abrangendo a faixa central do estado de norte a sul, temos a Depressão Periférica da Borda Leste da Bacia do Paraná. A oeste dessa unidade, estão situados os Planaltos e Serras de Leste-Sudeste.

As principais elevações do estado são as serras do Mar e da Mantiqueira, situadas a leste. Fica na Mantiqueira o pico dos Marins, com 2420 metros. Na divisa com o Rio de Janeiro, fica a pedra da Mina, a 2798 metros de altitude."

³ idem



Vista da serra da Mantiqueira em Campos do Jordão (SP).

2.1.4 Indicadores Educacionais

Em 2021, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 6.4 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.5. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 202 de 645. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 520 de 645. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97.4 em 2010. Isso posicionava o município na posição 466 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 3079 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

- Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2021] 97,4%
- IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental [2021] 6.4
- IDEB – Anos finais do ensino fundamental [2021] 4.5
- Matrículas no ensino fundamental [2021] 81.041 matrículas
- Matrículas no ensino médio [2021] 30.333 matrículas
- Docentes no ensino fundamental [2021] 4.595 docentes
- Docentes no ensino médio [2021] 2.067 docentes
- Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021] 226 escolas
- Número de estabelecimentos de ensino médio [2021] 93 escolas

No município de São Paulo a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 93,05%, em 2015. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 90,88%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 76,81%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 60,11%. Entre 2010 e 2015, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 45,01 pontos percentuais, 24,32 pontos percentuais, 34,50 pontos percentuais e 37,45 pontos percentuais. Em 2015, 91,78% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2010 eram 91,28% e, em 1995, 81,92%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 25,92% estavam cursando o ensino superior em 2015. Em 2010 eram 14,82% e, em 1995, 8,85%.

O indicador “Expectativa de Anos de Estudo” também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 10,74 anos para 10,69 anos, no município, enquanto na UF passou de 10,23 anos para 10,33 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 10,06 anos, no município, e de 9,68 anos, na UF.

A Meta 7 do Plano Estadual de Educação - PEE tem por propósito aferir a performance da qualidade da educação básica em todas as etapas de ensino, com base na melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, a partir da evolução dos resultados e o atingimento das médias projetadas e estabelecidas para cada nível/etapa de ensino até o ano de 2021.

O foco é medir a qualidade da educação, por meio do acompanhamento sistemático da evolução gradativa do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb. Criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, publicado a cada dois anos, o Ideb é indicador que sintetiza duas dimensões de qualidade: a taxa média de aprovação na etapa de ensino¹ e o desempenho dos estudantes nas avaliações nacionais do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb.

A estrutura de análise para o ensino médio levou em conta as especificidades desse nível de ensino que, até 2015, pautava-se somente na avaliação de escolas selecionadas para a amostra do Saeb. A partir de 2017, com alteração inédita em sua aplicação, passou a abranger o universo das escolas públicas, estendendo a possibilidade de participação às escolas particulares. O relatório, portanto, apresenta a evolução do Ideb e as metas previstas para o período de 2007 a 2021, bem como a evolução da aprovação e as notas médias registradas para o Estado de São Paulo, na avaliação nacional bianual no período de 2007 e 2019. Apresenta a distribuição percentual de aluno por nível de proficiência/escala a partir dos resultados divulgados no Saeb/2019, priorizando nas considerações complementares a comparabilidade entre o Ideb/Meta e diferenças entre o alcançado e o projetado, estabelecendo um cenário com informações para todas as 11 Unidades da Federação e, por fim, número e distribuição de escolas estaduais por faixas de Ideb.

Os dados da PNAD 2015 reponderados pelo IBGE apontam que no Estado de São Paulo, no período de 2011 a 2015, houve uma variação positiva da população residente e do número de pessoas que se declararam estudantes. Por exemplo, na faixa etária de 15 a 17 anos, houve um crescimento da população da ordem de 4,5% e de 6,6% no número de estudantes.

Para o grupo etário de 18 e 19 anos essas diferenças apresentaram maior amplitude: 10,3% foi o crescimento dessa população e de 16,0% entre aqueles que se declararam estudantes.

Considerando o agrupamento dessas duas faixas etárias, ou seja, de 15 a 19 anos, constatou-se um crescimento da população da ordem de 6,8% e dos estudantes de 8,7%. Como o crescimento dos que se declararam estudantes foi sempre superior ao registrado para a população residente, a taxa de frequência à escola manteve-se ascendente no período.

Para o cenário nacional observou-se uma situação diversa; crescimento negativo da ordem de 0,7% na população residente de 15 a 17 anos e um acréscimo no percentual de estudantes desse grupo de idade de 0,8%. No grupo de 15 a 19 anos, houve um crescimento da população da ordem de 1,2% e um acréscimo de 2,0% entre aqueles que se declararam estudantes.

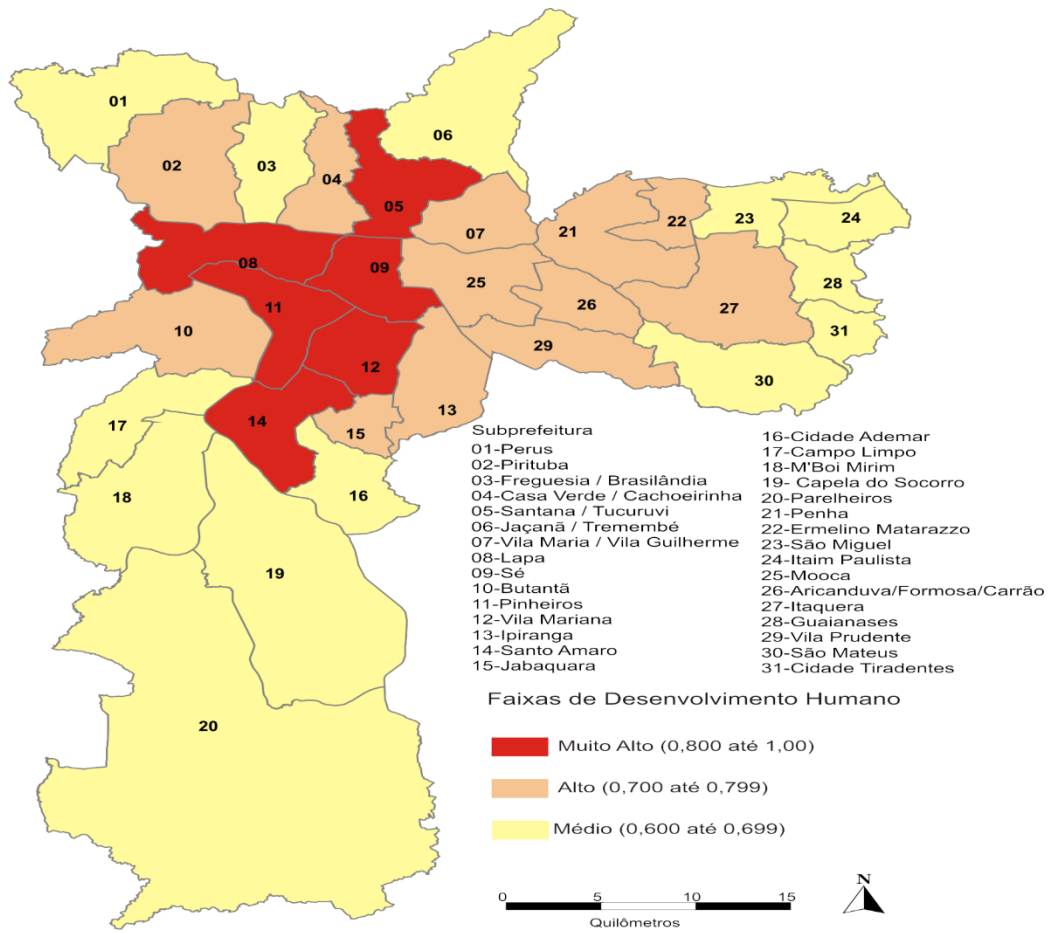
As projeções de população para os grupos etários de 15 a 17 e de 18 e 19 anos, para o período de 2011 a 2020 (Fundação SEADE), sinalizam, para o Estado de São Paulo, um cenário de redução moderada para os próximos dez anos. Entre 2013 e 2015, um crescimento positivo em torno de 14 a 15 mil jovens, e, a partir de 2016 até 2020, uma tendência de queda contínua, estimada em 374 mil jovens no período, com uma redução de 254 mil pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos e de 120 mil pessoas no grupo de 18 e 19 anos, portanto, exatamente nas faixas etárias que compõem a demanda escolar para o Ensino Médio.

Antes de analisar os componentes do indicador de desenvolvimento para a educação, iremos ver sua distribuição do território da cidade.

Primeiro com a classificação por faixas de desenvolvimento humano usualmente utilizado. Como podemos observar no **mapa 1**, os piores indicadores estão distribuídos pelas subprefeituras da periferia da cidade, classificados como médio IDH, trata-se das áreas que apresentam maiores dificuldades socioeconômicas. Seguidas por um conjunto de locais onde podemos encontrar bairros mais estruturados e que trazem a classificação para alto desenvolvimento. Por fim, os bairros mais ricos de urbanização consolidada, classificados como muito alto desenvolvimento na dimensão educação.

MAPA 1

Índice de Desenvolvimento Humano dimensão Educação – município de São Paulo



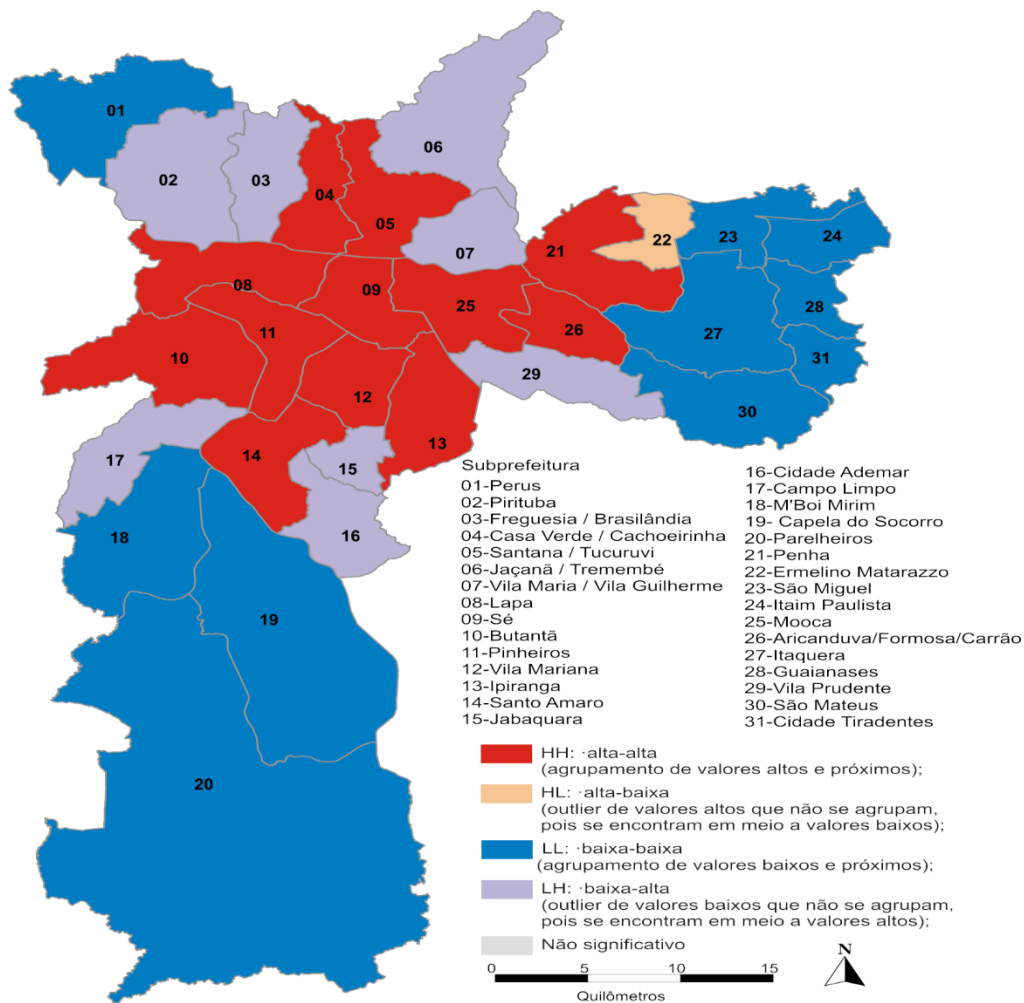
Fonte: Pnud, FJP e Ipea (2013).

Outra maneira de visualizar essa informação é fazer uso de algumas ferramentas como o Índice Local de Associação Espacial (Lisa),⁴ que procura uma associação entre as áreas contíguas com índices similares para criar agrupamentos.

MAPA 2

Índice de Desenvolvimento Humano dimensão Educação: Lisa –município de São Paulo

⁴. O Lisa map é uma ferramenta que visa tornar aparentes possíveis agrupamentos e padrões inerentes aos valores do atributo que está sendo estudado, buscando a caracterização de uma possível estrutura de dependência espacial. Para criar os agrupamentos, leva-se em conta tanto a taxa observada na subprefeitura quanto nas subprefeituras contíguas.



Fonte: Pnud, FJP e Ipea (2013).

Com o uso do Lisa Map, cria-se uma combinação relacionada com o conjunto dos indicadores de todas as subprefeituras, somado à interação com seus vizinhos. Assim, temos dois grupos bem definidos, aqueles com elevados índices e contíguos (cor vermelha) e aqueles de baixos índices (cor azul). Nesse último, verificamos a formação de três agrupamentos, no sul, no leste e no noroeste da cidade. A subprefeitura de Ermelino Matarazzo, na zona leste, é definida por ter alto índice próximo de locais com baixos índices. Esses agrupamentos intermediários podem indicar a existência de realidades contrastantes entre boas e más condições educacionais.

A dimensão educação do IDHM é uma composição de indicadores de escolaridade da população adulta e de fluxo escolar da população jovem. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética:

- do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola;
- do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental regular;
- do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo;
- do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

A medida acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação.

Depois temos a escolaridade da população adulta que é medida pelo percentual da população de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM educação. Os dados são do Censo Demográfico do IBGE.

Os dois primeiros componentes que medem o fluxo escolar da população são os menos preocupantes. O percentual de crianças de 5 a 6 anos que frequentam a escola no município de São Paulo chega a 93%, o mais baixo é registrado na subprefeitura de M'Boi Mirim com 88%. No segundo ciclo do ensino fundamental, o percentual de jovens de 11 a 14 anos que representa um problema razoavelmente grave está em três subprefeituras, a saber, Cidade Ademar, Parelheiros e Aricanduva, onde registram números inferiores a 70%.

TABELA 6

Crianças e jovens por situação escolar – município de São Paulo (2010) (Em %)

Subprefeituras	Crianças 5 e 6 anos frequentando a escola	Jovens de 11 a 14 anos no 2o ciclo do EF
M'Boi Mirim	87,85	70,14
Cidade Ademar	88,02	69,61
Parelheiros	88,65	68,88
Socorro	90,74	74,96
Pirituba	90,95	72,60
Tremembé/Jaçanã	91,03	71,06
Jabaquara	91,52	71,68
São Miguel	92,27	75,18
Vila Maria/Vila Guilherme	92,43	70,13
Ipiranga	92,51	75,42
Casa Verde/Cachoeirinha	92,76	73,66
Campo Limpo	92,82	72,92
Sé	92,89	70,17
Itaquera	92,98	74,01
Santana/Tucuruvi	93,61	75,99
Freguesia/Brasilândia	93,76	73,13
Moóca	93,84	76,15
Ermelino Matarazzo	94,09	77,01
Guaianases	94,23	73,77
Itaim Paulista	94,25	75,42
Perus	94,28	73,72
Cidade Tiradentes	94,42	75,06
Aricanduva	94,60	68,93
Santo Amaro	94,91	75,69
Butantã	95,39	72,60
São Mateus	95,51	72,03
Penha	95,59	73,68
Vila Prudente/Sapopemba	96,93	77,12
Lapa	96,95	76,62
Vila Mariana	97,96	75,68
Pinheiros	98,51	74,09
MSP	93,01	73,40

O grande problema está nos dois últimos componentes do fluxo escolar. Ao observar os percentuais de jovens de 15 a 17 anos, com ensino fundamental completo, notamos que dezessete subprefeituras apresentaram índice abaixo dos 70% necessários para o alto desenvolvimento. O indicador de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é o mais grave de todos. Nessa parcela da dimensão, 29 subprefeituras apresentaram índice abaixo dos 70% necessários para o alto desenvolvimento. No município de São Paulo, esse percentual é de 50%, ou seja, metade da população de 18 a 20 anos não completou o ensino médio. Não estamos falando das pessoas com mais idade, aposentadas e que não tiveram oportunidade de avançar nos estudos, pois apesar disso elas construíram suas vidas da forma que lhe foram permitidas.

Essas pessoas fazem parte do único componente que mede o nível educacional da população adulta, a saber, o percentual da população de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo. O indicador também não é bom no município de São Paulo, somente 68% das pessoas adultas completaram o ensino fundamental, porém, ainda assim é melhor do que o anterior.

TABELA 7

Porcentagem de jovens e adultos por situação escolar – município de São Paulo (2010)

Subprefeituras	Jovens de 15 a 17 anos com EF completo	Jovens de 18 a 20 anos com EM completo	População de 18 anos ou mais de idade com o EF completo
M'Boi Mirim	61,23	41,79	56,20
Campo Limpo	62,80	40,88	60,27
Cidade Ademar	62,82	44,09	58,52
Jabaquara	63,17	49,02	69,27
Parelheiros	63,74	34,04	49,75
Cidade Tiradentes	63,81	34,81	59,77
São Mateus	64,23	42,49	56,93
Guaianases	64,91	41,86	55,42
Freguesia/Brasilândia	65,44	41,40	63,54
Socorro	65,88	43,53	59,16
Tremembé/Jaçanã	66,13	49,79	63,49
Perus	68,52	44,22	59,54
Butantã	68,98	50,59	73,15
São Miguel	69,05	46,35	59,13
Itaim Paulista	69,09	42,52	58,94
Vila Maria/Vila Guilherme	69,23	51,10	65,93
Itaquera	69,31	49,66	63,67
Vila Prudente/Sapopemba	69,63	50,53	64,42
Casa Verde/Cachoeirinha	69,87	53,91	67,78
Penha	70,63	58,38	69,49
Ermelino Matarazzo	70,89	58,51	65,61
Pirituba	71,23	50,83	66,98
Aricanduva	74,79	59,41	70,38
Ipiranga	75,37	52,73	70,30
Sé	76,77	64,05	81,77
Moóca	78,26	63,42	76,22
Lapa	78,33	66,78	82,73
Santana/Tucuruvi	78,69	67,17	78,44
Vila Mariana	81,66	77,14	89,87
Santo Amaro	83,17	63,75	82,90
Pinheiros	86,33	75,97	89,78
MSP	68,92	50,51	67,68

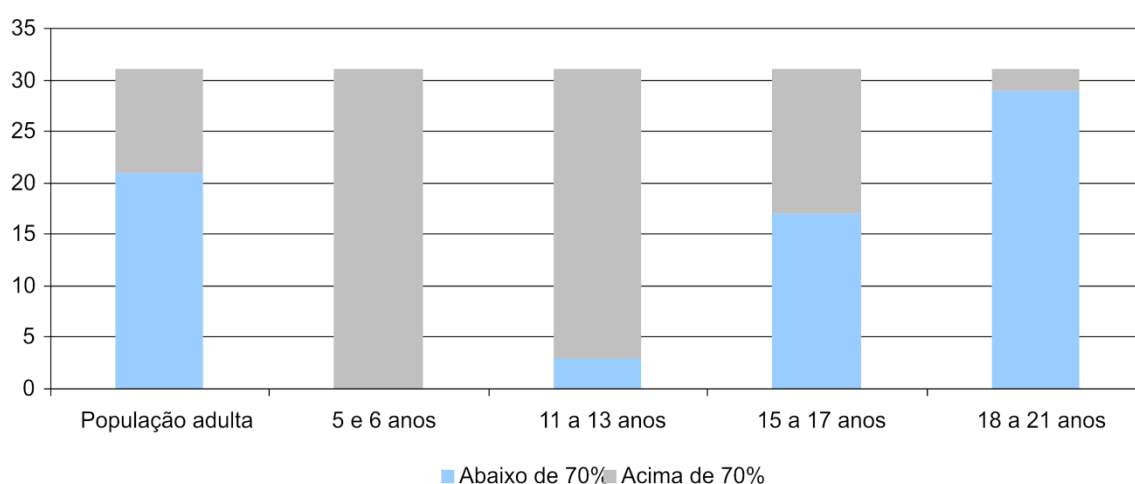
Fonte: Pnud, FJP e Ipea (2013).

De uma maneira mais clara, no gráfico 4, notam-se as diferenças entre os componentes do IDHM da dimensão educação. Praticamente todas as subprefeituras têm menos de 70% de sua população jovem entre 18 e 20 anos com ensino médio completo, com exceção de Vila Mariana

e Pinheiros. Nota-se portanto que é necessário atuar mais nas faixas etárias maiores (acima de 17 anos) para melhorar o nível de desenvolvimento da dimensão educação.

GRÁFICO 4

Número de subprefeitura segundo as porcentagens alcançadas nos componentes do IDHM na dimensão educação – município de São Paulo



Estudar os componentes da dimensão educação⁵ revela dificuldades graves que as políticas públicas devem enfrentar nos próximos anos. Entre elas, está repensar as condições de ensino que são apresentadas aos jovens adultos nos últimos anos. É certo que não se trata exclusivamente do sistema de ensino, é preciso reconhecer que todo o quadro social, as condições de trabalho e renda, a baixa qualidade do ensino ofertado e as relações das famílias fazem parte de um todo que nos leva à evasão escolar (Neri, 2009).

O problema nos parece mais grave quando utilizamos os dados base para os indicadores e tabulamos o número de pessoas por faixa de desenvolvimento na dimensão educação (tabela 8).

⁵ PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Pnud; FJP; Ipea, 2013.

Todos os habitantes do distrito municipal de Marsilac que pertence a subprefeitura de Parelheiros estão classificados como baixo IDH. Dos quase 300 mil habitantes do distrito de Jardim Ângela, 172 mil (60%) é de baixo IDH na dimensão educação, totalizando no município de São Paulo 1,150 milhão de pessoas. Portanto, os indicadores gerais do IDH na dimensão educação, tanto para o município quanto para as subprefeituras deixam de evidenciar uma situação bem mais grave do que aparenta.

TABELA 8

População segundo faixas de desenvolvimento na dimensão educação – município de São Paulo (2010)

Distrito	Subprefeitura	Educação				Total geral
		Muito Alto	Alto	Médio	Baixo	
Jardim Ângela	M'Boi Mirim		37.691	84.419	172.435	294.545
Grajaú	Capela do Socorro	6.876	46.993	217.473	90.276	361.618
Campo Limpo	Campo Limpo	11.540	75.211	56.192	65.201	208.144
Vila Andrade	Campo Limpo	59.703	1.397	4.928	59.954	125.982
Cidade Ademar	Cidade Ademar	23.427	57.860	131.954	53.245	266.486
Jardim São Luís	M'Boi Mirim	33.163	115.320	71.751	48.266	268.500
Parelheiros	Parelheiros	1.058		84.537	42.827	128.422
Vila Jacuí	São Miguel	9.196	74.339	22.539	39.441	145.515
São Rafael	São Mateus		42.691	47.383	35.481	125.555
Jardim Helena	São Miguel		20.986	77.954	32.346	131.286
Cidade Tiradentes	Cidade Tiradentes		39.397	139.987	32.036	211.420
Sapopemba	Sapopemba	1.370	92.268	159.152	31.291	284.081
Capão Redondo	Campo Limpo	17.069	73.689	156.857	24.860	272.475
Vila Maria	Vila Maria/Vila Guilherme	6.894	40.677	42.752	23.660	113.983
Vila Sônia	Butantã	45.529	38.205	2.394	21.945	108.073
Cangaíba	Penha	23.311	91.806		21.233	136.350
Jaraguá	Pirituba/Jaraguá	2.487	86.272	90.627	20.955	200.341
Raposo Tavares	Butantã	6.890	63.853	9.388	20.575	100.706
Cidade Dutra	Capela do Socorro	79.408	27.106	68.662	19.527	194.703
Sacomã	Ipiranga	73.088	89.703	66.186	18.976	247.953
Jabaquara	Jabaquara	90.039	26.619	88.075	18.488	223.221
Pedreira	Cidade Ademar		64.607	61.844	17.799	144.250
São Mateus	São Mateus	2.976	70.983	61.978	17.095	153.032
Vila Curuçá	Itaim Paulista	1.503	70.002	62.225	16.342	150.072
Itaim Paulista	Itaim Paulista	358	63.218	144.527	14.654	222.757
Rio Pequeno	Butantã	34.310	41.628	17.715	13.184	106.837
São Domingos	Pirituba/Jaraguá	20.253	40.147	3.804	12.522	76.726
Itaquera	Itaquera	13.803	150.245	29.672	12.395	206.115
José Bonifácio	Itaquera		84.359	27.912	11.738	124.009
Marsilac	Parelheiros				10.623	10.623
Lajeado	Guaianases		8.791	146.043	9.641	164.475
Ermelino Matarazzo	Ermelino Matarazzo	20.355	75.109	9.252	8.809	113.525
Cidade Líder	Itaquera	11.276	95.231	14.249	8.745	129.501
Cursino	Ipiranga	60.991	35.201	3.830	8.609	108.631
Cachoeirinha	Casa Verde/Cachoeirinha	8.140	94.643	31.621	8.376	142.780
Vila Medeiros	Vila Maria/Vila Guilherme		49.256	72.220	8.360	129.836
Artur Alvim	Penha	37.562	58.121		7.794	103.477
Morumbi	Butantã	38.702		448	7.556	46.706
Ipiranga	Ipiranga	42.992	50.815	5.689	6.648	106.144
Tremembé	Jaçanã/Tremembé	37.283	40.318	112.740	5.949	196.290
Bom Retiro	Sé		13.174	11.684	5.602	30.460
Vila Prudente	Vila Prudente	45.170	46.419	5.060	5.376	102.025
Penha	Penha	57.718	67.103		4.582	129.403
Aricanduva	Aricanduva/Formosa/Carrão	17.911	61.449	1.163	4.510	85.033
Campo Belo	Santo Amaro	42.004	19.567		3.778	65.349
Parque do Carmo	Itaquera	11.209	24.988	23.994	3.268	63.459
Campo Grande	Santo Amaro	54.245	43.077	417	2.893	100.632
Ponte Rasa	Ermelino Matarazzo	11.215	79.789		2.837	93.841
Iguatemi	São Mateus		21.063	124.335	2.481	147.879
São Miguel	São Miguel	5.011	65.886	19.390	2.039	92.326
Belém	Mooca	23.748	18.934		1.898	44.580
Jaçanã	Jaçanã/Tremembé	18.037	31.831	42.558	1.660	94.086
Barra Funda	Lapa	12.671			1.481	14.152
Vila Leopoldina	Lapa	32.665	1.750	2.317	1.120	37.852
Guaianases	Guaianases	518	67.789	34.425	1.112	103.844
Vila Guilherme	Vila Maria/Vila Guilherme	48.562		3.004	971	52.537
Pari	Mooca		12.856	3.344	964	17.164
Tatuapé	Mooca	88.284	5.625	1.596	956	96.461
Saúde	Vila Mariana	131.638		1.495	483	133.616
Mandaqui	Santana/Tucuruvi	59.621	15.436	28.111	430	103.598
Vila Matilde	Penha	49.987	54.231		424	104.642
Limão	Casa Verde/Cachoeirinha	14.580	56.789	8.366	379	80.114
Jaguará	Lapa	31.302		18.133	359	49.794

Fonte: Pnud, FJP e Ipea (2013).

Ao analisar os dados, considerando sua distribuição no território, é possível observar as disparidades visíveis entre a região periférica e central da cidade. O processo de urbanização acabou levando pessoas mais carentes cada vez mais a ocupar áreas distantes do centro, o

espraçamento deu-se ao ponto de criarmos uma grande conturbação urbana dando origem a Região Metropolitana (RM) de São Paulo. Os municípios vizinhos a essas áreas de precariedade da cidade de São Paulo seguem lógica similar, pois é resultado de um mesmo processo de urbanização. Claro, temos casos excepcionais como a cidade de São Caetano do Sul.

Podemos entender que políticas públicas precisam ser elaboradas a fim de dar conta dessa dificuldade em conseguir os melhores resultados na dimensão educacional. Mesmo quando olhamos outros indicadores sobre o universo escolar, observamos que os avanços são sempre inferiores às expectativas, como os dados do índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o 5º e 9º ano vêm melhorando de 2005 a 2013, contudo, não alcançam as metas projetadas.

Na outra ponta, podemos ver um avanço nos ensinos técnico e superior. Segundo estudo da Prefeitura de São Paulo (São Paulo, 2016), que utilizou dados do Ministério da Educação (MEC), Censo Escolar, entre 2003 e 2013, na cidade de São Paulo, o número de matrículas no ensino técnico passou de 62 mil para 101 mil, aumento de 63%, já o ensino superior passou de 392 mil matrículas para 674 mil, aumento de 72%. Essas melhoras não são observadas em vários indicadores e ainda assim mostra o enorme desafio que é melhorar não só na quantidade de anos de estudo, mas sobretudo, na qualidade do ensino ofertado, esse sempre objeto de muita controvérsia. Fica claro que essa dimensão do desenvolvimento humano, a educação, é complexa e deve ser tratada dessa forma, devendo contar com políticas públicas suficientemente diversificadas e que atendam as especificidades locais.

A responsabilidade da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – SEE na absorção da demanda do Ensino Médio paulista pode ser dimensionada pela sua taxa de participação, que passou de 73,3% em 1995 para 83,7% em 2000 e 79,7% em 2016. Em 2000, de acordo com os dados do Censo Escolar, as escolas estaduais vinculadas à SEE absorviam 1.739.563 matrículas de um total geral de 2.079.141 e, em 2016, atenderam a 1.502.433 matrículas de um total de 1.885.010 contabilizadas para esse nível de ensino.

Quando se considera a oferta proporcionada pelo governo do Estado (incluindo escolas vinculadas a outras Secretarias), o atendimento sob a responsabilidade da administração pública estadual paulista também diminuiu: em 2000 tinha a seu encargo 1.774.296 matrículas, o correspondente a 85,3% do total do Ensino Médio, e, em 2016, respondendo por 1.578.785 matrículas, essa taxa de participação decaiu para 83,8%.

2.1.5 Indicadores Educacionais e IDHM⁶ – São Paulo.

Entre as cidades brasileiras, São Paulo é a maior em termos populacionais e econômicos. A concentração da atividade econômica é muito superior à concentração populacional, aproximando-se de pouco mais de 11% do produto interno bruto (PIB) do Brasil. Entre as Unidades da Federação (UFs) só fica atrás de seu próprio estado, São Paulo e pouco atrás do estado do Rio de Janeiro, somando um total de quase meio trilhão de reais em 2012.

A boa condição econômica da cidade de São Paulo não reflete sua posição no *ranking* dos municípios brasileiros quando observamos o indicador PIB *per capita*. Em 2010, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), São Paulo ocupava a posição 141, com um PIB *per capita* de R\$ 39.450,87. Isso ocorre por conta do grande contingente populacional da cidade. Em outras localidades, essa relação PIB por habitante é mais favorável, assim temos cidades pequenas com uma fonte de arrecadação desproporcional ao número de habitantes, assim como a existência, por exemplo, de uma refinaria de petróleo, montadora automobilística entre outros casos. Esse exemplo, de como o PIB *per capita* pode camuflar algumas realidades, foi um motivador para a construção de um indicador que desse uma melhor resposta sobre as condições de vida das pessoas.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) possui caráter universal e pretende ser uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano de países ou regiões. Ele é calculado desde 1990 para todos os países do mundo. O objetivo foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o PIB *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. A aplicação dessa metodologia na escala municipal recebe o nome de índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M), que é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda, as mesmas do IDH Global, embora alguns dos indicadores usados sejam diferentes. Os indicadores considerados no

⁶ Pesquisado em IDH E A DINÂMICA INTRAURBANA NA CIDADE DE SÃO PAULO

IDH-M são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros, portanto passam por um ajuste metodológico.⁷

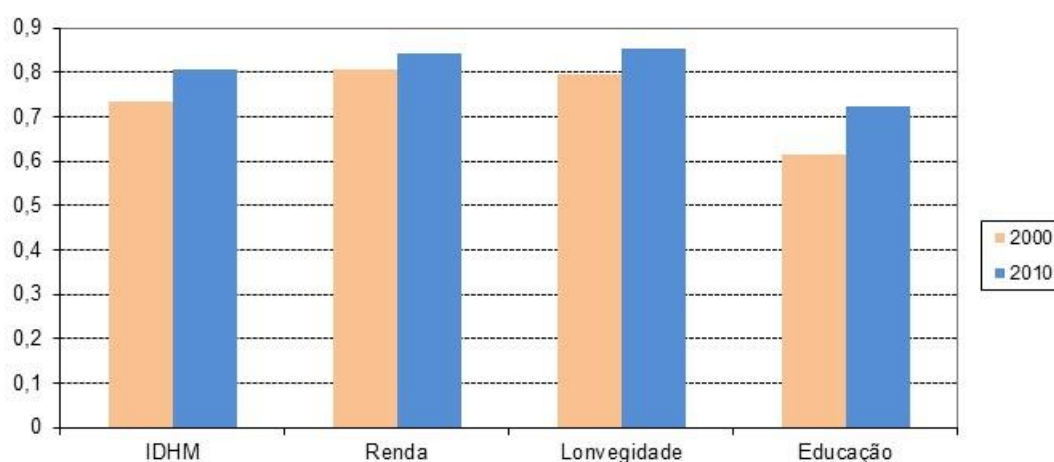
Com base nas informações do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Pnud, FJP e Ipea, 2013), realizamos um estudo avaliando o comportamento do IDH e suas dimensões no município de São Paulo e em suas subprefeituras, nos anos de 2000 e 2010.

2.1.6 O IDH e Município de São Paulo

Tanto no IDH Global quanto nas dimensões renda, longevidade e educação, os resultados obtidos no município de São Paulo têm comportamentos semelhantes ao do Brasil quanto sua variação do período de 2000 a 2010. Contudo, São Paulo parte de uma base de índices elevados, ou seja, já no ano de 2000 contava com números razoavelmente altos o que reflete em seu relativo baixo crescimento, que foi modesto comparado ao do Brasil.

GRÁFICO 1

Índice de Desenvolvimento Humano – município de São Paulo (2000 e 2010)



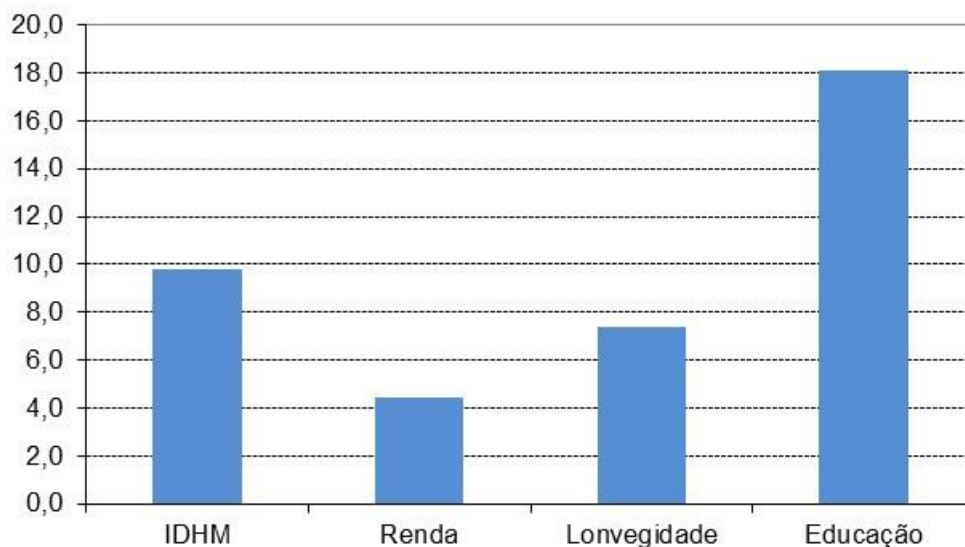
Fonte: Pnud, FJP e Ipea (2013).

⁷. Para mais informações, consultar o *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, 2013, produzido pelo Pnud, FJP e Ipea.

No IDH Global, o município de São Paulo variou de 0,733 para 0,805 e nas dimensões de renda de 0,8076 para 0,843; longevidade de 0,796 para 0,855; e educação de 0,614 para 0,725. O que significa um crescimento do IDH Global de 9,8%. Vale ressaltar o desempenho da dimensão educação com 18,1% de crescimento, seguidos de longevidade 7,4% e renda 4,5%.

GRÁFICO 2

Crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano – município de São Paulo (2010 e 2000)



Com esse desempenho, o município conseguiu em dez anos superar a faixa de desenvolvimento humano de alto para muito alto, tanto no índice global quanto na dimensão longevidade. A dimensão renda, na classificação de 2000, pertencia à faixa de muito alto desenvolvimento e, portanto, não obteve margem para apresentar um crescimento maior. Mesmo com um bom desempenho, comparado com o ano de 2000, a dimensão educação não conseguiu alcançar a faixa de muito alto desenvolvimento, passando de médio para alto.

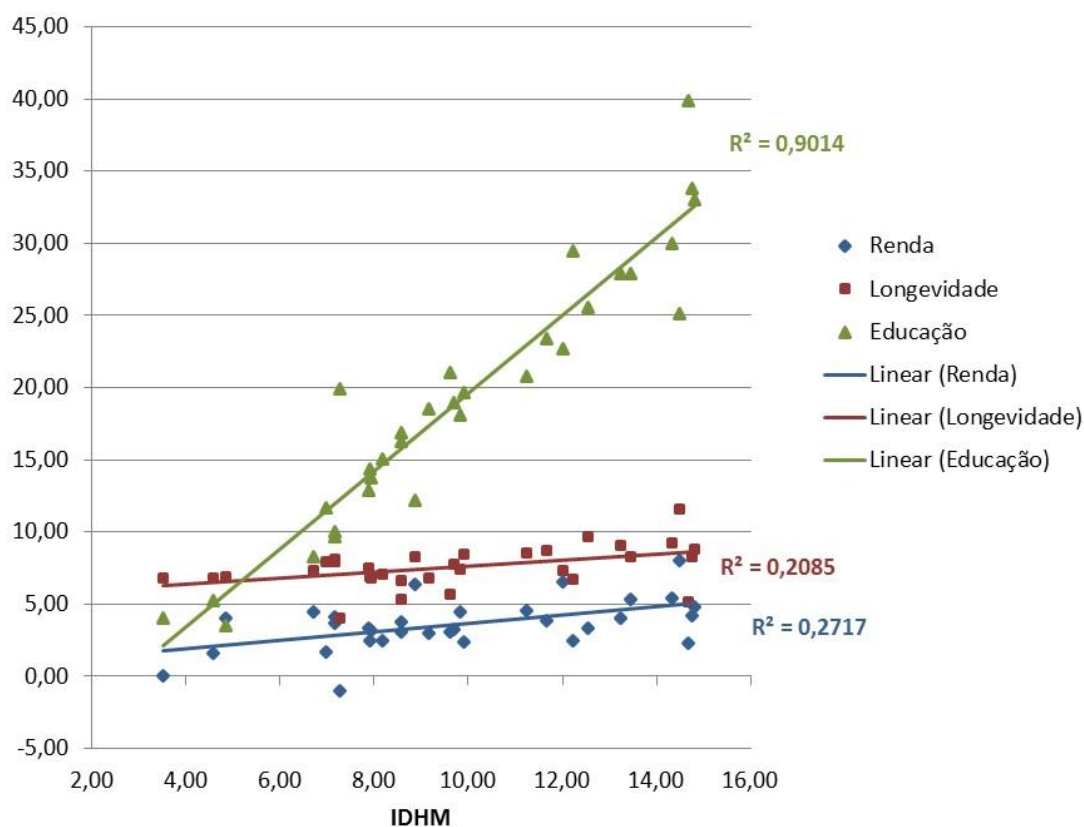
O resultado do IDH para o município de São Paulo, de uma forma geral, é muito satisfatório, subiu de classificação, cresceu muito onde deveria crescer e até na dimensão renda que já estava em altos níveis apresentou melhora. De fato, os números apresentam e refletem uma década muito próspera, a qual tudo caminhou no ritmo do crescimento econômico. Contudo, quando se olha com mais cuidado e se parte para uma análise desagregada

territorialmente, a situação não parece tão boa. É quando a cidade se mostra desigualmente desenvolvida.

Avaliando o crescimento do IDHM global e seus componentes, observamos que a dimensão mais correlacionada com o índice geral é a de educação, ou seja, a dimensão que caracteriza mais o crescimento geral do IDHM nas subprefeituras do município de São Paulo é o índice da dimensão educação. Esta obteve o maior crescimento e alavancou o IDHM global, contudo é o seguimento com os índices mais baixos e por isso devemos voltar nosso olhar para ela de maneira mais apurada.

GRÁFICO 3

Crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano e suas dimensões – município de São Paulo



Fonte: Pnud, FJP e Ipea (2013).

Considerando o desempenho das dimensões componentes do IDHM para as subprefeituras, identificamos que os piores índices estão relacionados à educação. Essa dimensão é a única com um grupo considerável de pessoas na faixa de baixo desenvolvimento humano, portanto, é onde se deve concentrar mais esforço em relação às políticas públicas.

2.2 Responsabilidade Ambiental, Cultural e Artística

A **Faculdade IPESP** nutre um profundo respeito em relação ao meio ambiente, à memória, patrimônios culturais e a produção artística. Existe uma preocupação de abordar esses temas em sala de aula, tornando os alunos corresponsáveis desse processo, sendo que estes temas constam no currículo básico de algumas disciplinas, e são igualmente abordados em projetos de extensão e em atividades complementares.

Há a promoção de diversas atividades e participação em eventos gratuitamente, voltados para atendimento da população. A IES procura se integrar aos programas e projetos do município para implementação efetiva das atividades, incluindo ainda o conhecimento e preservação do patrimônio cultural da cidade.

A **Faculdade IPESP** nutre um profundo respeito em relação ao meio ambiente, à memória, patrimônios culturais e a produção artística. Existe uma preocupação de abordar esses temas em sala de aula, tornando os alunos corresponsáveis desse processo, sendo que estes temas constam no currículo básico de algumas disciplinas, e são igualmente abordados em projetos de extensão e em atividades complementares.

Há a promoção de diversas atividades e participação em eventos gratuitamente, voltados para atendimento da população. A IES procura se integrar aos programas e projetos do município para implementação efetiva das atividades, incluindo ainda o conhecimento e preservação do patrimônio cultural da cidade.

Ações institucionais da **Faculdade IPESP**:

- I. **Inclusão Social:** alcançada por meio da adoção de mecanismos de incentivo e apoio a processos de inclusão social, envolvendo a alocação de recursos que possibilitem o acesso e permanência dos estudantes (bolsas de estudo, atendimento a pessoas com deficiência, financiamentos alternativos e outros);
- II. **Promoção Humana e Igualdade Étnico-Racial e Indígena:** partindo da premissa que “a escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados”, proporciona acesso aos conhecimentos científicos, aos registros culturais diferenciados, à conquista da racionalidade que rege as relações sociais e raciais, aos conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e ajuste das nações como espaços democráticos e igualitários, assim como, adota medidas educacionais que valorizam e respeitam as pessoas

- para que não haja discriminações sociais e raciais em sua comunidade acadêmica;
- III. **Ao Desenvolvimento Econômico e Social:** almejado por meio de ações e programas que concretizam e integram as diretrizes curriculares com os setores sociais e produtivos, incluindo o mercado profissional, assim como através de experiências de produção e transferência de conhecimentos, tecnologias e dispositivos decorrentes das atividades científicas, técnicas e culturais, visando ao atendimento de demandas locais, regionais e nacionais;
 - IV. **Defesa do Meio Ambiente:** presente em ações e programas que concretizam e integram as diretrizes curriculares com as políticas relacionadas à preservação do meio ambiente, estimulando parcerias e transferência de conhecimentos, como também em experiências de produção e transferência de conhecimentos e tecnologias decorrentes das atividades científicas, técnicas e culturais voltadas para a preservação e melhoria do meio ambiente;
 - V. **Direitos Humanos:** programas e projetos voltados para segmentos sociais e comunidades em situação de vulnerabilidade social, visando a reinserção educacional e laboral, emancipação social, acesso às políticas sociais públicas, bem como acesso à Justiça e aos Direitos Humanos; todos voltados para a promoção e proteção da dignidade humana; e
- VI. **Preservação da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural:**
- buscada através de ações e programas que concretizam e integram as diretrizes curriculares com as políticas relacionadas ao patrimônio histórico e cultural, visando sua preservação, como também do estímulo à transferência de conhecimentos e tecnologias decorrentes das atividades científicas, técnicas e culturais com vistas à preservação da memória e do patrimônio cultural.

Assim sendo, a Faculdade IPESP de ensino não está limitada às características de academia, no que se refere à formação e produção intelectual, guarda e socialização dos saberes e, intervenção na sociedade como fornecedora de instrumentos próprios para a ação técnica e cidadã da população. É, e precisa ser um espaço de captação e irradiação da cultura. A educação considera todas as formas de saber, de expressão, artes e de qualquer manifestação popular. Hábitos e costumes que revelam os valores e as práticas sociais de indivíduos, passam, conceitualmente, pela caracterização de cultura, razão pela qual podem trazer profundas e importantes contribuições para a academia, e ponto de partida para mudanças na sociedade.

3.0 Objetivos e metas institucionais

Para consecução de seus objetivos e na conformidade de seus princípios, o IPESP constitui-se numa comunidade acadêmica, integrada por dirigentes, professores, alunos, pessoal técnico e

administrativo e de apoio e órgãos suplementares ou organismos da comunidade na qual está inserido.

Tendo como base para suas finalidades a promoção da educação integral do homem e a integração comunitária, esta instituição adota por objetivos:

I - Ser referência em Educação Superior, Graduação: bacharelado, licenciatura, graduação tecnológica, Pós-graduação e Educação Continuada, sempre norteados pelo humanismo, qualidade e competência reconhecida pela sociedade.

II- Ser referência no âmbito da Educação profissional e profissionalizante com a **oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio que contempla** tecnologias consagradas à melhoria da qualidade de vida e ao bem-estar físico, mental e social, à proteção e preservação dos seres vivos e recursos naturais, e ao desenvolvimento e inovação de aparatos tecnológicos de atenção e mitigação de riscos à saúde e ao ambiente, com base em: políticas públicas em saúde, biossegurança, leitura e produção de textos técnicos; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal e trabalho em equipe; legislação e normas técnicas; saúde e segurança do trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

III- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

IV - Promover a formação profissional nas diferentes áreas de conhecimento, visando à inserção no mercado de trabalho, ampliando as relações sociais e colaborando para o processo de educação continuada, técnica a tecnológica.

V- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação/iniciação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, tecnologia, criação e difusão da cultura, ampliando o entendimento dos seres humanos e do meio no qual se inserem;

VI - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos, sociais, políticos, econômicos e tecnológicos que se constituem como patrimônio da humanidade, ampliando a socialização do saber por meio do ensino, da comunicação e da interação com a comunidade;

VII - Atuar no campo da extensão, levando à comunidade regional os valores e bens morais, contribuindo para o atendimento das necessidades e aspirações da comunidade acadêmica ao mesmo tempo em que estabelece uma relação de reciprocidade com a mesma;

VIII - Incorporar práticas inovadoras ao modelo de gestão.

3.1 Metas Institucionais

O IPESP engajado no seu desenvolvimento continuado centrado na busca de estados cada vez mais elevados da qualidade dos serviços que pratica, das atividades a que se propõe e de seus objetivos, apresenta como metas pedagógicas:

1. Formar profissionais e especialistas competentes e éticos, comprometidos com a busca de soluções para as situações problemas regionais e nacionais.
2. Colaborar com a solução de problemas da comunidade por meio da extensão do ensino;
3. Incentivar a criatividade, a partir de programas relacionados às necessidades locais e regionais;
4. Fomentar a investigação científica, promovendo a produção do conhecimento à comunidade acadêmica e à sociedade.
5. Oferecer condições para a realização de mestrado e doutorado do seu corpo Docente.
6. Melhorar o processo de gestão compartilhada com a comunidade acadêmica para suplementação das necessidades da instituição e da comunidade.

3.2 Detalhamento das Metas

Credenciar a IES na Modalidade EAD, [reconhecer o curso](#) Superior de Graduação proposto conforme cronograma estabelecido no item Cursos Pretendidos - PDI, vigência 2022 a 2026, com o conceito mínimo (04 - QUATRO), até 2026.

CRONOGRAMA DE METAS		
METAS	AÇÕES	PRAZOS
Credenciar, na modalidade EAD a FACULDADE IPESP	● Protocolizar no Ministério da Educação pedido de credenciamento em EAD da Faculdade IPESP	2022
	● Implantar a estrutura organizacional da Faculdade IPESP	2022
	● Nomear os integrantes dos cargos e funções na estrutura organizacional da Faculdade IPESP	2022

Promover a oferta dos cursos de graduação tecnológica na modalidade a distância.	<p>Protocolizar no Ministério da Educação pedido de autorização para os cursos de Graduação Tecnológica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CST em Estética e Cosmética; • CST- Tecnologia em Podologia; • CST – Tecnologia em Sistemas Biomédicos; • CST- Tecnologia em Cosméticos. • Ciências Biológicas 	2022/2026
Promover a oferta dos cursos de graduação, na modalidade presencial, com a oferta de até 40% em EAD.	<p>Autorizar os cursos de Graduação-bacharelado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Biomedicina; • Fisioterapia; • Farmácia; • Enfermagem; • Psicologia; • Ciências Biológicas; • Educação Física. 	2022/2026
Promover a oferta dos Cursos de Ensino Médio modalidade presencial.	<p>Técnico em Análises Clínicas; Técnico em Cuidados de Idosos; Técnico em Enfermagem; Técnico em Equipamentos Biomédicos; Técnico em Farmácia; Técnico em massoterapia; Técnico em Necropsia; Técnico em Podologia; Técnico e Radiologia; Técnico em Veterinária.</p>	2022/2026
Promover a oferta dos cursos de pós-graduação, na modalidade a distância.	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar a oferta dos Cursos de Especialização em EAD nas áreas dos cursos de graduação autorizados. 	2022/2023
Promover a oferta dos cursos de extensão, na modalidade a distância.	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar a oferta de cursos de extensão- Projetos de Extensão. 	2022/2023
Desenvolver atividades de investigação científica e extensão no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação.	Incentivar a elaboração de projetos de investigação científica integrados e de projetos de extensão integrados, envolvendo cursos de diferentes áreas do conhecimento.	Perene
	Incluir alunos matriculados em projetos de investigação científica e em projetos de extensão.	Perene
	Estabelecer, para cada ano, percentual da receita da Instituição para investimento em investigação científica e em extensão.	Perene

Qualificar a gestão institucional.	Promover a qualificação da gestão institucional, incluindo a adoção de instrumentos de monitoramento de desempenho.	Perene
	Estabelecer critérios de acompanhamento e avaliação dos planos, programas, projetos e das ações desenvolvidas na Instituição.	
	Implantar ações continuadas de modernização e padronização de processos e procedimentos administrativos.	
	Gerir os recursos para o atendimento às necessidades de infraestrutura, visando à máxima qualidade dos serviços prestados, com eficácia e eficiência.	
	Treinar e capacitar os técnicos administrativos para a	
	qualidade no atendimento ao público, em programas de curta duração e programas de formação profissional. Implantação de rotinas e desenvolvimento de programas computacionais integrados para o atendimento às demandas da Faculdade IPESP.	
	Promover o crescimento sustentado da Faculdade IPESP considerando os recursos disponíveis, as metas a serem atingidas mediante a gestão acadêmico-administrativa.	
Consolidar as dimensões do SINAES no âmbito da Faculdade IPESP durante a sua implantação.	Utilizar os resultados da autoavaliação e das avaliações externas como subsídios para a revisão permanente do PDI, desenvolvendo ações acadêmicas e administrativas consequentes aos processos avaliativos.	Perene
	Consolidar as políticas definidas para o ensino (graduação e pós-graduação), a investigação científica, a extensão e as respectivas normas de sua operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.	Perene
	Fortalecer a responsabilidade social da Faculdade IPESP , especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural da Região onde está inserida.	Perene
	Manter os canais de comunicação e sistemas de informação para a interação interna e externa funcionando adequadamente, e acessíveis às	Perene

	<p>comunidades interna e externa, possibilitando a divulgação das ações institucionais.</p> <p>Desenvolver estratégias de marketing, divulgando programas, produtos e serviços através de jornais, rádio, televisão, <i>outdoors</i>, folder, cartazes, redes sociais, etc.</p>	
	<p>Implantar a ouvidoria, funcionando segundo padrões de qualidade estabelecidos, com pessoal e infraestrutura necessários ao atendimento, com os seus registros e observações efetivamente levados em consideração pelas instâncias acadêmicas e administrativas nas decisões a serem adotadas.</p>	Perene
	<p>Manter a coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho, com as políticas firmadas em documentos oficiais da Faculdade IPESSP.</p>	Perene
	<p>Cumprir o estabelecido no Plano de Carreira Docente e no Plano de Cargos e Salários do Corpo Técnico Administrativo.</p>	Perene
	<p>Garantir a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo e da sociedade civil, por meio de suas representações nos órgãos colegiados da IES.</p>	Perene
	<p>Manter adequados e coerentes com o PDI, o planejamento e a avaliação institucional, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação.</p>	Perene
	<p>Consolidar a qualidade acadêmica dos cursos oferecidos utilizando os investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional.</p>	Perene
	<p>Garantir as condições de ensino oferecidas aos estudantes,</p> <p>em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica, de acordo com as exigências legais.</p>	Perene
	<p>Garantir que todos os estudantes habilitados à participação no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE sejam inscritos no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, nos prazos estabelecidos pela legislação.</p>	Perene

	Proporcionar aos estudantes as condições necessárias para demonstrar no ENADE seu preparo acadêmico quanto aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, relacionados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.	Perene
Desenvolver atividades que promovam a inclusão social e o desenvolvimento econômico e social da região onde a IES está inserida.	Garantir oportunidades de acesso e trânsito às pessoas com deficiência- PCD.	Perene
	Promover o crescimento sustentado da Faculdade IPESSP	Perene
	Oferecer tecnologias assistivas e ajudas técnicas que favoreçam a inclusão social.	Perene
	Melhoria do processo de comunicação e das relações da IES com a comunidade da região.	Perene
	Estabelecer parcerias que possam incentivar o desenvolvimento econômico e social da região onde a IES está inserida	Perene
Promover ações institucionais para desenvolver a defesa do meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural da região onde a IES está inserida.	Organizar seminários temáticos sobre o meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural da região.	Perene
	Incluir nos componentes curriculares dos cursos oferecidos conteúdos e atividades que abordem o meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural da região.	Perene
	Desenvolver atividades acadêmicas que tratem do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural da região.	Perene
Manter corpo docente qualificado e com regime de trabalho adequado ao desempenho das atividades de ensino, investigação científica e extensão da Instituição.	Implantar o Plano de Carreira Docente.	2022/2023
	Contratar, para cada um dos cursos a serem implantados, pelo menos 60% do corpo docente com titulação de doutorado e mestrado.	2020/2024
	Contratar, pelo menos, 50% do corpo docente em regime de trabalho de tempo parcial ou integral.	2020/2024
Manter corpo técnico-administrativo adequado ao desempenho das	atualizar Plano de Cargos e Salários do Corpo Técnico-Administrativo.	2022/2024
	Contratar funcionários para atender as necessidades de apoio técnico, administrativo e operacional.	2020/2024

atividades de apoio técnico, administrativo e operacional da Instituição.	Adequar sempre que necessário, o perfil do corpo técnico administrativo aos padrões estabelecidos para cada área, por meio de estímulos à sua capacitação.	Perene
Desenvolver programas de capacitação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo.	Atualizar o Plano de Capacitação Docente e o Plano de Capacitação Técnico-Administrativo.	Perene
	Promover a política de capacitação do corpo docente e a política de capacitação do corpo técnico-administrativo.	2022/2024
Promover as condições adequadas de acesso e permanência do aluno na Faculdade IPESSP	Elaborar e divulgar o edital do processo seletivo.	2022/2024
	Divulgar o resultado do processo seletivo.	2022/2024
	Matricular os aprovados no processo seletivo.	2022/2024
	Divulgar incentivos à participação do corpo discente em eventos.	2022/2024
	Organizar a agenda de eventos promovidos pela Faculdade IPESSP e pela comunidade em geral.	Semestral
	Adotar providências para cadastro ao ProUni.	2023
	Garantir o acesso dos alunos à política de concessão de bolsas de estudos e descontos diversos.	2022/2024
	Diagnosticar as deficiências dos ingressantes por meio do processo seletivo.	Semestral
	Oferecer cursos e oficinas de nivelamento e recuperação aos alunos conforme as deficiências detectadas e prioridades estabelecidas para cada curso oferecido.	Semestral
	Desenvolver e melhorar o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), a partir das demandas encontradas no contato com os alunos	2022/2024
	Contratar e manter pessoal qualificado para o atendimento psicopedagógico aos discentes.	2022/2024
Divulgar os serviços prestados pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico.	2022/2024	
Promover o acompanhamento dos alunos egressos e incentivar a sua participação na vida acadêmica da Instituição.	Desenvolver o Programa de Acompanhamento dos Egressos.	A partir de 2022
	Alimentar e atualizar, continuamente, a base de dados dos egressos.	A partir de 2022
	Incentivar a criação de associações de egressos.	A partir de 2022
	Incentivar o envolvimento dos futuros egressos em atividades de investigação científica e de extensão desenvolvidas na Instituição.	Perene
Proporcionar, à comunidade acadêmica, infraestrutura física e acadêmica adequada às finalidades dos cursos	Disponibilizar salas de aula para as atividades necessárias à implantação e desenvolvimento dos cursos planejados.	Perene
	Implantação, adequação e fomento do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no	Perene

oferecidos pela FACULDADE IPESSP , atendendo aos padrões de qualidade fixados pelo Ministério da Educação.	processo de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação e especialização tanto em EaD como nos momentos presenciais.	
	Aperfeiçoar a sala para os Coordenadores de Curso.	2022
	Aperfeiçoar a sala para os professores e tutores.	2022
	Aperfeiçoar o auditório, com base nas necessidades dos alunos e a partir de melhorias de infraestrutura e tecnologia.	Perene
	Disponibilizar bibliotecas digitais que sejam suficientes para atender às demandas dos cursos implantados.	2022
	Aperfeiçoar os laboratórios de informática já disponibilizados	2022
	Implantação dos Núcleos Integradores nos cursos de graduação EAD e Presenciais. Todos os cursos, a partir da autorização deles, executarão atividades baseadas em discussão sobre temas que envolverão as disciplinas do semestre ou temas específicos como, por exemplo, a discussão de temas ambientais	2022/2023
	Disponibilizar os laboratórios didáticos especializados para os cursos de graduação	2022/2026
	Garantir oportunidades de acesso e trânsito às pessoas com deficiência física.	Perene
	Zelar pelas condições de segurança e limpeza em todas as instalações utilizadas para o desenvolvimento de cursos da Faculdade IPESSP.	Perene
Institucionalizar a Equipe Multidisciplinar.	2022	
Promover serviços diretamente ou terceirizados de manutenção e conservação da infraestrutura física e tecnológica, assegurando à comunidade acadêmica ambiente adequado ao estudo e à convivência comunitária.	Perene	
Assegurar que a Instituição disponha de equipamentos de informática, e de recursos audiovisuais e multimídia, necessários ao seu adequado funcionamento.	Disponibilizar microcomputadores e impressoras, além de recursos audiovisuais e multimídia, em número suficiente para o atendimento das necessidades apresentadas.	Perene
Atender às Políticas de Gestão definidas no PPI: a) Manter órgão colegiado superior com representação de todo o corpo social: mantenedora, corpo	Gestão colegiada com representação do corpo social da Instituição; Órgãos colegiados qualificados para a atuação em acordo com os documentos institucionais de referência e as normas e resoluções do CNE/CES MEC/INEP, CONAES.	Perene

<p>docente, corpo técnico administrativo, corpo discente e comunidade;</p> <p>b) Manter colegiado de curso com representação docente e discente;</p> <p>c) Garantir nas competências de cada órgão colegiado independência e autonomia acadêmica na relação com a mantenedora;</p> <p>d) Manter atuação legislativa coerente com a identidade corporativa, Políticas Institucionais e Documentos de referência do MEC/INEP, CNE/CES.</p>		
<p>Atualizar periodicamente o acervo virtual atendendo à demanda dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão.</p>	<p>Adquirir bibliografia básica e complementar dos cursos oferecidos na forma de acervo virtual.</p>	Perene
	<p>Expandir a atualizar o acervo a partir das sugestões apresentadas pelas Coordenadorias de Curso, corpo docente/tutores e corpo discente.</p>	Perene
	<p>Estabelecer, para cada ano, um percentual da receita da Instituição para investimento em acervo digital</p>	2022/2024
<p>Promover a melhoria da qualidade do processo administrativo, nas diversas áreas de atuação da instituição, por meio da análise dos fluxos administrativos, da melhoria do sistema de informação, da qualificação do sistema de gestão documental, da capacitação profissional e da modernização da estrutura organizacional</p>	<p>Constituir a Comissão Permanente de Avaliação – CPA.</p>	Perene
	<p>Promover a avaliação contínua e permanente das atividades desenvolvidas pela de TI da Faculdade no âmbito do Projeto de Autoavaliação Institucional.</p>	Perene
	<p>Desenvolver programas permanentes de melhoria institucional, com base nas avaliações do Ministério da Educação e nos resultados da autoavaliação.</p>	A partir de 2022
	<p>Elaborar proposta orçamentária para cada exercício.</p>	2022 2024

Manter o equilíbrio do fluxo financeiro, permitindo a expansão e o crescimento da qualidade de serviços prestados à comunidade.	Aprovar, anualmente, proposta orçamentária, submetendo-a a apreciação da Mantenedora.	2022/2024
	Executar a proposta orçamentária aprovada, visando à utilização dos recursos na consecução das finalidades da de TI da Faculdade IPESSP.	2022/2024
	Acompanhar e avaliar, mensalmente, o desempenho orçamentário, financeiro e econômico da de TI da Faculdade IPESSP , para identificar, de imediato, possíveis correções e/ou alterações nas estimativas e previsões.	2022/2024
Promover a melhoria da qualidade do processo administrativo, nas diversas áreas de atuação da instituição, por meio da análise dos fluxos administrativos, da melhoria do sistema de informação, da qualificação do sistema de gestão documental, da capacitação profissional e da modernização da estrutura organizacional.	Gestão otimizada com a utilização do PDI/PPI - Plano de Metas e Ações como referência para a ação e a avaliação institucional.	Perene
	Institucionalizar o Planejamento Estratégico Institucional e adequá-lo ao PDI.	
	Regulamentar a prestação de serviços visando potencializar as condições de captação de recursos.	Perene

3.3 Ações institucionais – Cumprimento das Metas

Para o cumprimento das metas em consonância com sua missão e objetivos institucionais, a **Faculdade IPESSP**, adotará as seguintes ações institucionais, implementada pelas coordenações de cursos, sob a supervisão da Diretoria Geral com avaliação periódica:

Promover a melhoria contínua dos cursos oferecidos à comunidade, mediante:

- a. Seleção de professores privilegiando a formação *lato e stricto sensu* (doutorado-mestrado-especialização), aliada à experiência docente, à experiência profissional no campo da disciplina e à produção intelectual e científica.
- b. Capacitação docente/tutor permanente,
- c. Implementação do plano de carreira docente, para retenção dos professores inovadores, criadores e participativos.
- d. Atualização periódica dos projetos pedagógicos dos cursos e das metodologias de avaliação e de ensino/aprendizagem.
- e. Atualização e ampliação contínua do acervo bibliográfico e das bases de dados.
- f. Investimento em tecnologia da informação, com ampliação para uso sistemático das redes, especialmente a Internet.
- g. Atualização tecnológica dos equipamentos e programas de informática e da tecnologia educacional.
- h. Ampliação e melhoria progressiva da infraestrutura física e operacional.
- i. Implementar cursos de pós-graduação, em nível de especialização, com o objetivo de contribuir para a melhoria do ensino de graduação.

Estimular e apoiar as práticas investigativas, mediante:

- a. Treinamento de docentes e discentes.
- b. Inclusão de professores-pesquisadores em regimento de Tempo Integral.
- c. Implementação do plano de iniciação científica, com a concessão de bolsas a alunos vocacionados para essa função.
- d. Busca de fontes alternativas de financiamento para a pesquisa e a iniciação científica.

Promover a extensão, sob a forma de cursos e serviços, mediante:

- a. Designação de professores para essas funções, especialmente para a orientação aos discentes.
- b. Treinamento discente.
- c. Implementação do programa de monitoria.

d. Busca de fontes de financiamento para o desenvolvimento dessa função, especialmente, a assinatura de convênios ou contratos com empresas da região ou com órgãos públicos (estaduais e/ou municipais).

Promover a capacitação contínua dos gestores educacionais, mediante:

- a. Oferta de cursos e programas de pós-graduação, com ênfase para os voltados para as funções administrativas, registro e controle acadêmicos, legislação educacional, organização e planejamento de ensino (projetos pedagógicos dos cursos), sistemas de informação e relações interpessoais.
- b. Realização de seminários, painéis, simpósios e eventos similares, com a participação dos gestores da **Faculdade IPESSP** em todos os níveis hierárquicos, para troca de experiências e abordagens de problemas e soluções para o desenvolvimento das funções gerenciais.
- c. Institucionalização da avaliação, como instrumento de gestão, na busca da melhoria contínua dos serviços educacionais prestados pela **Faculdade IPESSP**.

3.4 Área de Atuação Acadêmica

O IPESSP foi concebido, e se mantém até o presente, como instituição voltada à capacitação e especialização de profissionais da Área da Saúde com o oferecimento de cursos de Pós-Graduação *Lato sensu*, de Atualização, de Capacitação, Graduação bacharelado⁸ e Tecnológico e Cursos Técnicos- CNTC, que ampliam os conhecimentos dos alunos e expandem suas chances de melhor colocação no mundo do trabalho.

Esta instituição que, em cumprimento à sua missão, tem atuação focada na Área do Conhecimento **Ciências da Saúde**, introduz em seu Projeto de Desenvolvimento Institucional a intenção de expandir suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e de gestão, também à Área do Conhecimento **Ambiente e Saúde**. Contempla tecnologias e ações consagradas à melhoria da qualidade de vida e ao bem-estar físico, mental e social, à proteção e à preservação dos seres vivos e dos recursos naturais e à aplicação, ao desenvolvimento e à inovação de aparatos tecnológicos de atenção e mitigação de riscos à saúde e ao ecossistema. Baseia-se em políticas públicas em saúde, biossegurança, leitura e produção de textos técnicos, ciência, tecnologia e inovação, investigação tecnológica, tecnologias de comunicação e informação, suporte de sistemas, análise, diagnóstico e gestão de processos e métodos, desenvolvimento interpessoal e

⁸ Protocolo de curso- Biomedicina – bacharelado

trabalho em equipe, legislação e normas técnicas, saúde e segurança do trabalho, gestão da qualidade, responsabilidade e sustentabilidade socioambiental, qualidade de vida e ética profissional.

4.0 Referenciais Epistemológicos Educacionais

O IPESSP, ao longo de sua existência, vem buscando manter serviço educacional de elevada qualidade, em conformidade com as exigências legais, do mercado de trabalho que exige profissionais éticos e competentes e, da sociedade, que apresenta particularidades dos locais de origem dos alunos, o que requer trazer, para a prática do ensino, o compartilhamento e busca de soluções para os problemas regionais e locais.

A **Faculdade IPESSP** fundamentado em seus objetivos e metas considera como princípios básicos norteadores para a prática acadêmica:

- Democratização do ingresso e condições para o trabalho acadêmico;
- Sólida preparação do profissional para o exercício da prática do trabalho, da cidadania em consonância com as exigências legais;
- Interdisciplinaridade articulada pelo componente curricular Projeto Aplicado como princípio didático;
- Atividades curriculares que promovam a ética e o exercício da cidadania;
- A compreensão da diversidade cultural e da pluralidade dos indivíduos;
- Autoavaliação como processo auxiliador na manutenção da qualidade dos serviços de capacitação profissional;
- Articulação com a educação básica;
- Abertura para adoção de processos educacionais inovadores, em especial aqueles atidos às tecnologias de informação e comunicação;
- Gestão democrática das atividades institucionais, com organização colegiada, e a participação assegurada dos diversos segmentos da comunidade interna, inclusive, representação da comunidade externa;
- Liberdade acadêmica, de forma a garantir a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação;
- Construção de diferencial pedagógico na construção do aprendizado como fator preponderante na inserção regional e nacional;
- Valorização profissional do corpo docente e do corpo técnico e administrativo, por meio da adoção do respectivo plano de carreira e do apoio e estímulo à formação continuada.

A Faculdade IPESSP **leva** em conta o cenário político, sociocultural, econômico, científico e educacional, que se projeta para o futuro, na elaboração do seu planejamento institucional. Para tanto, faz-se necessário o acompanhamento da discussão dos paradigmas da ciência contemporânea, procurando, a partir deles, sustentar os princípios, políticas e ações do **Projeto Pedagógico Institucional (PPI)**.

Considerando tal aspecto, a concepção educacional da **Faculdade IPESP** é subjacente à ideia de que, embora o objetivo da ciência continue sendo o de tornar inteligível o mundo, construindo um conhecimento sistemático da realidade, a ciência se constrói sobre a procura crítica da verdade, sobre o contínuo questionamento das teorias e dos processos de investigação.

As atividades de ensino – inseridas nos projetos pedagógicos de seus cursos têm de estar em consonância com ele. Isto equivale a dizer que traçar objetivos de ensino não pode mais equivaler a objetivar conteúdos (característica própria da pedagogia tradicional e da ciência dogmática); consiste antes em identificar situações-problema com as quais o aluno deverá lidar, para o que deverá acessar, sistematizar (selecionando, descrevendo, analisando, sintetizando, etc.) e utilizar os conhecimentos disponíveis e necessários.

Dentro dessa ótica, **o foco de ensino** desloca-se para as relações do aprendiz⁹ com a situação-problema, ou seja, para as competências de descrevê-la, analisá-la e interpretá-la à luz dos conhecimentos necessários e disponíveis, sistematizando-os, ou ainda, quando for o caso, questionando-os, tornando-os eles próprios uma situação-problema. Dessa forma, o aluno da **Faculdade IPESP** aprende pela aquisição ou aprimoramento das habilidades e competências para o autodesenvolvimento, por conseguinte, torna-se cidadão e profissional capaz de refletir sobre as questões que o envolvem cotidianamente.

Fundem-se assim, no ensino, na pesquisa e na extensão, o processo científico e o pedagógico seguem instruídas por políticas desenvolvidas no âmbito institucional, com o propósito de seguir a missão proposta pela **Faculdade IPESP**, buscando atender a este Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

4.1 Políticas Acadêmicas: Ensino de Graduação¹⁰

A **Faculdade IPESP** além das diretrizes nacionais para o ensino de graduação, e foco voltado ao compromisso social, assume como referencial pedagógico a formação continuada, ou seja, conhecimento e desenvolvimento permanentes, conforme preconizado no **Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI**¹¹, que caracteriza a dinâmica do conhecimento, possibilitando a permanente atualização para a competência no exercício profissional.

A instituição tem como premissa basilar que a educação superior deve ser o meio para preparar o educando para o exercício da cidadania e desenvolvimento do pensamento crítico, condições estas que oportunizam ao educando assumir responsabilidades profissionais e sociais de modo competente.

⁹ Aluno como protagonista do processo

¹⁰ As ações acadêmico-administrativas previstas **estão** relacionadas com a política de ensino para os cursos de graduação **e consideram** a atualização curricular sistemática, a oferta de componentes curriculares na modalidade a distância (quando previsto no PDI), a existência de programas de monitoria em uma ou mais áreas, de nivelamento, transversais a todos os cursos, de mobilidade acadêmica com instituições nacionais ou internacionais, **e** a promoção de ações inovadoras.

¹¹ Relatório Um tesouro a descobrir- Jacques Delors.

Assim, por meio de suas políticas de ensino a Instituição identifica e dissemina os valores positivos que dignificam a pessoa do profissional e o prepara para viver melhor nos diferentes setores da sociedade. Assim, a qualidade do ensino praticado está suportada nas seguintes ações:

- Ao aluno é possibilitado um bom e ágil atendimento, tanto acadêmico como administrativo, permitindo-lhe o pleno acesso às informações e demais recursos pedagógicos oferecidos;
- Manutenção dos programas e currículos atualizados tendo como base as Diretrizes Curriculares Nacionais, as características dos locais de origem do aluno e o mercado de trabalho;
- Apoio e fomento às atividades e eventos de caráter integrador dos conteúdos estudados e
- Aproximação dos educandos à prática profissional e à interação recíproca com a sociedade esta, que guarda em si o grande potencial para a formação humana e profissional.

Deste modo o educando vivencia um ambiente que lhe possibilita conhecimento amplo e atual da realidade social, dos indivíduos nos diferentes meios e de si mesmo como ser atuante no meio em que habita e, portanto, corresponsável pelas mudanças ocorrentes neste último sendo, desta maneira, qualitativamente capacitado para o exercício profissional.

Nessa linha filosófica, seus cursos terão uma orientação de permanente estímulo à imaginação e à criatividade dos alunos, procurando exercitar seu raciocínio analítico, inspirar sua capacidade de realização e desenvolver suas habilidades de expressão oral e escrita.

Do ponto de vista institucional, essa filosofia se traduz no compromisso de acompanhar a evolução das potencialidades do aluno, adotando procedimentos que orientem seu processo de aprendizagem e estimulem a conscientização do compromisso com sua própria formação, não só como profissional, mas também como cidadão responsável.

Esta forma de pensar exige a incorporação de uma nova pedagogia, fundamentada numa concepção mais crítica das relações existentes entre educação, sociedade e trabalho. Assim, compreender criticamente a educação implica em reconhecê-la como uma prática inscrita e determinada pela sociedade; implica ainda, entender que, embora condicionada, a educação pode contribuir para transformar as relações sociais, econômicas e políticas, na medida em que conseguir assegurar a todos, ensino de qualidade, comprometido com a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

A pedagogia que se inspira nessa concepção de educação, sem desconsiderar os condicionantes de ordem política e econômica, interessada em introduzir, no trabalho docente, elementos de mudanças que garantam a qualidade pretendida para o ensino, é coerente com esse pressuposto, e busca garantir, ao aluno, o acesso ao conhecimento socialmente acumulado.

O processo de aquisição de conhecimento deve ser compreendido como decorrência das trocas que o aluno estabelece na interação com o meio (natural, social e cultural), cabendo ao professor

exercer a mediação desse processo e articular essas trocas, tendo em vista a assimilação crítica e ativa de conteúdos significativos, vivos e atualizados.

Ainda, em conformidade com a sua visão¹², a Faculdade IPESSP, o processo de preparação profissional extrapola o aprendizado técnico, com vistas à internalização dos conteúdos pertinentes à atividade profissional e ao consequente domínio de suas respectivas habilidades e competências.

A política de ensino de graduação considera o hoje como momento para a reflexão necessária e a tomada de decisão para o agir responsável e competente no futuro. Busca a antecipação do domínio sobre a instrumentalização adequada para a atuação ativa, consciente e responsável do egresso de seus cursos de graduação e, ainda, em sintonia com os problemas que poderá enfrentar em sua jornada profissional.

4.1.2 Políticas Acadêmicas de Ensino: metodologia de ensino

A metodologia de ensino utilizada e alinhada com as **Políticas Institucionais de Ensino**, nos cursos dar-se-á ênfase à participação e interação professor-aluno, bem como na relação da teoria com a prática. Procura utilizar as mais variadas técnicas de ensino, buscando sempre a experiência prática de cada docente e sua vivência profissional articulada com o conhecimento, a experiência e o cotidiano profissional do discente. Assim, as atividades são direcionadas e conduzidas para que o aluno, em suas manifestações e intervenções críticas, estabeleça paralelos entre a prática e os aspectos teóricos que a fundamentam, num processo contínuo e sistemático de articulação entre uma e outra.

A **Faculdade IPESSP** possui o consenso que não há mais espaço para concepção pedagógica tradicional, o currículo está organizado por um conjunto de disciplinas interligadas em que os conteúdos apoiam numa organização flexível, num esforço de romper o caminho linear com foco em ensinar e aprender com significado que implica em interações com caminhos diversos, percepção das diferenças, na busca constante de todos os envolvidos na ação de conhecer a proposta pedagógica.

Refletimos sobre todas as mudanças que se fazem necessárias para que passe da intenção à ação de tornar o curso mais humano, mais justo e mais acolhedor para quem nele busca formação cidadã.

Na realidade todas as ações são no sentido de romper com a perspectiva tradicional para a perspectiva construtivista, dialógica e crítica tendo conhecimento como instrumento de

¹² Ser referência em Educação em saúde, com foco em inovação, formação de profissionais de excelência pela alta qualidade acadêmica”.

transformação social, onde educador e educando interagem no processo de ensino-aprendizagem.

O principal papel na promoção de uma aprendizagem significativa é desafiar os conceitos já aprendidos, para que se reconstruam de forma mais ampliada. Colocando diante de um novo desafio com relação ao planejamento das aulas, no sentido de buscar formas de provocar instabilidade cognitiva.

Planejar uma aula significativa em primeira análise, é buscar formas criativas e estimuladoras de desafiar as estruturas conceituais dos alunos.

Segundo Ausubel (2018), é indispensável para que haja uma aprendizagem significativa, que os alunos se pré-disponham a aprender significativamente. Promover a aprendizagem significativa é parte de um projeto educador libertador, segundo Paulo Freire, temos por convicção que é necessário insistir em um real processo de transformação da prática.

Cada curso deverá desenvolver em todas as suas disciplinas a ideia de que o projeto pedagógico não deve ficar no nível filosófico de uma espécie de ideário, ainda que contemplando princípios andrológicos e, nem em nível sociológico de contemplação de um diagnóstico.

Buscar-se á ações para resgatar nos educadores o valor do planejamento, da busca de novas metodologias, mais atualizadas e mais condizentes com o perfil do ingresso na atualidade.

A função do projeto pedagógico, portanto, é contribuir com a resolução de problemas, utilizar os conhecimentos adquiridos na prática e, portanto, uma metodologia de trabalho que possibilite a ressignificação de todos os envolvidos no curso, buscando em cada disciplina ofertada, decifrar as competências necessárias para que o egresso consiga obter uma boa empregabilidade.

Fundamentalmente à preparação para o exercício da cidadania analisando e avaliando quais os conteúdos profissionalizantes e de conhecimentos prévios são essenciais para se alcançar as competências e, conseqüentemente, o perfil do egresso desejado de cada curso.

O procedimento metodológico para execução das aulas compreenderá uma metodologia ativa com atividades de aprendizagem teórico/ práticas envolvendo a realidade que o educando irá atuar com atividades de aprendizagem orientadas.

A metodologia de ensino tem como **paradigma aprender-a-aprender**, permitindo aos graduandos o desenvolvimento da capacidade de aprender a fazer, aprender a conviver e a aprender a ser, refletir e criticar. É preciso privilegiar a análise sobre a síntese e entender que aprender não é estar em atitude contemplativa, ou absorvente frente aos dados culturais da sociedade, mas sim estar envolvido na sua interpretação e produção.

Todos os conteúdos necessitam de uma base teórica, denominados conceitos. Os conceitos nos transportam pela vida sejam: científicos, intelectuais, filosóficos, calculistas ou de outros parâmetros. Estes nos revelam a verdadeira base da descoberta do saber, estimulando a

curiosidade de aprender. Os conceitos passam a desenvolver a parte cognitiva do ser levando este a desenvolver o intelecto, o raciocínio, a dedução, a memória, proporcionando a construção do conhecimento. O conceito é considerado um instrumento do conhecimento, através dele é que ser humano desenvolve sua compreensão do mundo que o rodeia, ele capacita para o mercado de trabalho e torna-se o maior alvo de pesquisa estudantil.

Além disso, se deve partir da realidade para problematizar o conhecimento, envolvendo o professor e o aluno na tarefa de investigação, que tem origem e/ou se destina à prática social e profissional. A metodologia do aprender a aprender é um caminho capaz de desenvolver as habilidades e competências necessárias à solução dos problemas advindos da constante mudança da sociedade. Busca-se, desta forma, uma formação em que o aluno é sujeito ativo do processo de aprendizagem/ensino, o que justifica a preocupação da IES em estabelecer para o curso um corpo de princípios, que devem orientar o processo de ensino, dentre eles, a utilização de metodologias ativas e de antecipações de conteúdo, contando, inclusive, com ferramentas tecnológicas e virtuais e específicas para esta interação.

4.1.2.1 Articulação do Plano de Desenvolvimento Institucional e Projeto Pedagógico Institucional-PDI/PPI

A **Faculdade IPESP** promove articulação entre PPI e PDI, por meio de projetos e com as seguintes atividades para:

- Formar graduados e pós-graduados na área dos Tecnológicos **Eixo de Ambiente e Saúde** -Área Tecnológica Gestão e Promoção da saúde e Bem- Estar- **Eixo Produção Industrial** - Área Tecnológica Química.
- Formar graduados e pós-graduados em bacharelados das CBOS associadas aos eixos tecnológicos supracitados;
- Formar graduados e pós-graduados em bacharelado nas áreas das Ciências da Saúde;
- Ser reconhecida como uma instituição de elevado padrão de excelência no desenvolvimento de suas atividades de ensino e pesquisa nas áreas de sua competência;
- Procurar atender as demandas de profissionais decorrentes das transformações ocorridas nos cenários nacional¹³ e internacional, em atendimento às necessidades crescentes, diversificadas e exigentes das organizações;
- Promover um esforço contínuo de inovação e aprimoramento de suas atividades no sentido reconhecimento qualitativo, ênfase em novas tecnologias e formas virtuais e alternativas de ensino, que permitam a construção de um processo de aprendizado dinâmico e estruturado.

¹³ Priorizando a UF e Município de inserção da IES e sua oferta sucessiva às demais UFs.

- Adotar um estilo altamente profissional no gerenciamento de suas atividades, com objetivo de promover ações que contribuam de maneira significativa para a consecução dos objetivos da **Faculdade IPESSP**.

A **Faculdade IPESSP** visa à formação de um profissional que tenha uma visão sistêmica de seu campo de atuação e ser referência na qualidade do ensino, da extensão e da pesquisa, promovendo formação integral do cidadão e contribuindo para o desenvolvimento da sociedade local e regional.

4.1.3 Políticas Acadêmicas de Ensino: principais estratégias de ensino.

1. **Discussão em pequenos grupos de artigos e textos:** Pequenos grupos de 5-6 estudantes analisam tarefas baseadas em casos, trocando pontos de vista enquanto trabalham em um processo de discussão e resolução de problemas. Na aprendizagem baseada em problemas, o problema aparece em primeiro lugar e os estudantes trabalham de forma progressiva gerando hipóteses, explorando mecanismos, aperfeiçoando e investigando questões relativas à aprendizagem bem como aplicando a nova informação ao caso.
2. **Estudo Independente**¹⁴ :Consiste na indicação de atividades e leituras fora da sala de aula para aumentar e dar suporte a outras atividades instrucionais. Pode ser feito com o uso de tecnologia baseada no computador ou na web.
3. **Aula Expositiva/Apresentação** do conteúdo da disciplina, normalmente endereçada a um grupo grande, e em geral realizada com o auxílio de recursos audiovisuais para transmitir a informação.
4. **Exercícios e testes de autoconhecimento** :Proporciona insight em relação a como o estudante, pensa, age, reage ou obtém resultados a respeito de determinados assuntos.
5. **Tutoria / Preceptoría** O ensino é realizado por meio de uma interação pessoal entre o docente e o estudante, e pode envolver dar informação, demonstrar, perguntar, resolver problemas, direcionar o trabalho do estudante, observar e avaliar o desempenho do estudante bem como dar feedback.

¹⁴ Fonte: Svinicki, Marília e McKeachie, Wilbert J. Dicas de Ensino – Estratégias, Pesquisa e Teoria para Professores Universitários. São Paulo: Cengage Learning, 2012

6. **Situação Problema**¹⁵ A Aprendizagem Baseada em Problemas (Problem-based Learning ou PBL) é uma metodologia completa, que organiza o currículo e que mereceria uma capacitação completa, mas isso não impede que a utilização de problemas em salas de aula, nos mais diversos campos de conhecimento. Trata-se de uma proposta para o desenvolvimento dos estudos sobre um tema específico.
7. **Visita técnica -estratégia** Recomendada para levar os estudantes a visitar locais que possam ser fonte de conhecimentos de conteúdos relativos aos temas que se pretende trabalhar na disciplina. Pode tratar-se de visita a uma organização, algum laboratório que esteja realizando um experimento científico ou trabalho de campo, museu, feiras expositoras ou em atividades de extensão- curricularização etc.
8. **Mapa conceitual** São estruturados com base em relações entre conceitos, explicitadas por frases de ligação, verbos ou proposições, as quais apontam a lógica entre os conceitos. Parte de conceitos mais gerais ou inclusivos e passa por níveis de conceitos mais específicos ou periféricos, o que possibilita o entendimento necessário para que os exemplos sejam compreendidos e/ou, se crie uma oportunidade de aplicação dos conceitos;
9. **Apresentação oral** A dinâmica pode ser desenvolvida de forma individual ou em grupo para demonstrar a síntese dos estudos de um determinado assunto, para os demais estudantes da sala e docente, ideal para qualquer graduando, Exposição do tema, apresentando os aspectos relevantes como: definição, características, abrangência, relevância entre outros. A apresentação oral pode, ou não, se utilizar de recursos audiovisuais.

4.1.4. Políticas Acadêmicas de Ensino: metodologia de avaliação de aprendizagem

A avaliação vem assumindo importância crescente em todos os domínios, e, ao mesmo tempo, apresenta-se como um desafio ao tentar romper modelos tradicionais tecnicistas, que utilizam a avaliação única e exclusivamente para obter medição, em termos de rendimento. A tendência é de que a avaliação amplie seus domínios para além do seu âmbito tradicional, ou seja, da

¹⁵ Fonte: Svinicki, Marília e McKeachie, Wilbert J. Dicas de Ensino – Estratégias, Pesquisa e Teoria para Professores Universitários. São Paulo: Cengage Learning, 2012. Para mais informações sobre o PBL: <http://www.uel.br/pessoal/moises/Arquivos/APRENDIZAGEMBASEADAEMPROBLEMAS.pdf>

avaliação da aprendizagem, estendendo-se de modo cada vez mais consciente, sistemático e fundamentado cientificamente, às políticas educacionais, às reformas e inovações do sistema educacional, dos projetos pedagógicos, dos currículos e dos programas.

O desafio que a avaliação representa para o docente é de que, apesar de ser vista como um comportamento comum aos seres humanos, porque estes estão constantemente se avaliando, não é tão óbvia quanta aparenta. O conceito de avaliação recebe conotações mais ou menos particulares, de acordo com o seu contexto, mas em sua essência avaliar é julgar algo ou alguém quanto a seu valor.

A avaliação é, sem dúvida, um julgamento, valoração, no sentido em que ela não tem significado fora da relação com um fim, e de um contexto em que o avaliador se pronuncia sobre o objeto avaliado quanto ao seu sucesso ou fracasso. A participação do acadêmico na avaliação se dá pela autoavaliação que deve se realizar de forma crítica e reflexiva.

Ela revela conhecimentos, habilidades e valores, encoraja a reflexão do aluno, atende as diversidades de interesses e facilita o diálogo entre discentes e docentes.

A avaliação do desempenho acadêmico deve ser entendida como um diagnóstico do desenvolvimento do discente em relação ao processo ensino aprendizagem na perspectiva de seu aprimoramento, tendo por objetivos:

1. Diagnosticar a situação de aprendizagem do discente para estabelecer objetivos que nortearão o planejamento da prática docente;
2. Verificar os avanços e dificuldades do discente no processo de apropriação, de construção e de recriação do conhecimento, em função do trabalho desenvolvido;
3. Fornecer aos docentes elementos para uma reflexão sobre o trabalho realizado, tendo em vista o planejamento constante;
4. Possibilitar ao aluno tomar consciência de seus avanços e dificuldades, visando ao seu envolvimento no processo ensino aprendizagem;
5. Embasar a tomada de decisão quanto à promoção ou retenção dos discentes.

4.1.4.1 Políticas Acadêmicas de Ensino: Princípios da Avaliação de Aprendizagem

O sistema de avaliação do rendimento acadêmico será feito de acordo com os objetivos e critérios de cada disciplina, especificados nos planos de ensino, e inclui a frequência e o aproveitamento acadêmico, devendo estar em conformidade com critérios e formas de avaliação propostos no Regimento da **Faculdade IPESP**.

A avaliação do rendimento acadêmico deverá ser um processo contínuo. Assim propõe-se a superação de uma avaliação classificatória, na perspectiva de que cada pessoa envolvida no processo de ensino-aprendizagem atue com vistas a uma avaliação inovadora e formativa e que contribua para a melhoria da qualidade do ensino. Dessa forma, nas disciplinas serão realizadas avaliações de caráter diagnóstico, com vistas a perceber, por comparação das avaliações precedentes, a obtenção de novos conhecimentos, competências e habilidades por parte do aluno.

Ademais, o processo de ensino, em geral, e o dos cursos da **Faculdade IPESP** em particular, deve ser coerente com a maneira como o raciocínio se desenvolve, enfatizando-se o aprendizado ativo por meio do envolvimento dos estudantes em atividades de descoberta. O professor não é simples transmissor de informações, mas um orientador de experiências, em que os estudantes buscam conhecimento pela ação e não apenas pela linguagem escrita ou falada.

Estas, embora expressem pensamentos, não substituem a experiência ativa e pessoal. Assim se propõe não apenas a avaliação de conteúdos nas disciplinas, mas também de estratégias cognitivas e habilidades desenvolvidas. Neste contexto, serão considerados instrumentos de avaliação: avaliação prática, avaliação teórica, seminários, atividades de prática de investigação científica, relatórios, análises de artigos científicos, entre outras atividades que cumpram com a proposta de verificar as relações de ensino-aprendizagem.

A avaliação busca ir além da simples aplicação de provas e testes, e tenta verificar o investimento do aluno mediante a reprodução livre, com expressões próprias, relacionamentos, simulações, explicações práticas e outros.

Função Diagnóstica: Tem por finalidade realizar uma sondagem de conhecimentos e experiências já adquiridas pelo aluno.

Função Formativa: Propicia aos envolvidos, professor e aluno, ao longo do processo ensino-aprendizagem, a correção de falhas, esclarecimentos de dúvidas e estímulo ao alcance dos objetivos propostos.

Função Somativa: Considerando que a função somativa da avaliação visa a proporcionar uma medida expressa em uma nota correspondente ao desempenho do aluno, será realizado, durante o curso, um processo de avaliação contínuo e, obrigatoriamente, duas avaliações presenciais por módulo.

Função Mediadora: aprender envolve o interesse e a curiosidade do aluno, sua autoria como pesquisador e escritor/leitor; envolve o desenvolvimento pleno, é preciso perceber a

aprendizagem nessas múltiplas dimensões. A expressão avaliação mediadora tem como objetivo destacar a importância do papel do professor.

4.1.4.2 Políticas Acadêmicas de Ensino: Avaliação do Desempenho Acadêmico.

O IPESP tem a compreensão de que assim como o Projeto Pedagógico deva ser avaliado permanentemente, o desempenho do estudante, enquanto aluno regularmente matriculado, deve ter acompanhamento constante.

A avaliação institucionalizada deve congrega vários instrumentos de verificação do desempenho acadêmico. A avaliação acadêmica permite analisar as várias manifestações dos alunos em situações do processo ensino-aprendizagem, isto é, a cada momento de sua atuação. Os estudantes serão avaliados quanto aos conhecimentos assimilados e quanto ao modo que fazem uso destes conhecimentos.

A partir de critérios previamente definidos e explicitados, os docentes utilizam a avaliação para perceber as progressões e decidir quais outras formas de ensino podem ser mais eficazes. Este processo auxilia o discente a compreender a importância e necessidade dos conhecimentos para sua profissionalização, enquanto permite ao professor tomar decisões no sentido de inserir novos instrumentos que auxiliem o estudante na construção do seu próprio aprendizado.

O aproveitamento escolar é avaliado mediante verificações parciais, durante os períodos letivos, expressando-se o resultado de cada avaliação em notas de zero a dez. São atividades curriculares as preleções, pesquisas, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, visitas técnicas, estágios, provas escritas e orais previstas nos respectivos planos de ensino aprovados pela Coordenação do Curso, dentre as demais já anteriormente apresentados.

O professor, a seu critério ou a critério da respectiva Coordenação, pode promover trabalhos, exercícios e outras atividades em classe e extraclasse, que podem ser computados nas notas ou conceitos das verificações parciais, nos limites definidos pela Coordenação. A apuração do rendimento escolar é feita por disciplina, levando em conta a frequência e o aproveitamento.

Nesse sentido, a avaliação é tida como um processo indispensável, contínuo e permanente para o replanejamento das ações educativas, que possibilita refletir sobre o melhor caminho a ser construído na formação e que busca despertar o potencial de cada aluno.

O desempenho dos alunos nas diferentes atividades desenvolvidas será consolidado em notas, de forma a atender o estabelecido **no Regimento Interno do IPESP**, sendo definidas as seguintes orientações preferenciais na construção do processo de avaliação:

- ter à disposição instrumentos variados como: elaboração de textos, apresentação oral, pesquisas, relatórios de atividades, provas e registros de outras atividades em sala de aula, que permitam identificar os conhecimentos construídos pelo educando.
- manter-se fiel, por ocasião da construção dos instrumentos de avaliação, às competências e habilidades preconizadas pelos conteúdos estabelecidos na matriz curricular;

- Estabelecer a aplicação de no mínimo duas, entre três, verificações da aprendizagem para cada período;
- Atribuir ao professor a responsabilidade da elaboração, aplicação e julgamento da avaliação de rendimento acadêmico e das demais atividades, objetos de avaliação;
- Realizar a avaliação do desempenho acadêmico por disciplina, incidindo sobre está a frequência às aulas (mínimo de 75%) e o aproveitamento (média 7,0).

Para cada período, haverá a aplicação de no mínimo duas, entre três, verificações da aprendizagem: AV1 e AV2.

A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento.

Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas. A verificação e o registro de frequência são de responsabilidade do professor, e seu controle, para o efeito do presente artigo, da Secretaria Geral, sendo vedado o abono de faltas.

Incumbirá ao professor à elaboração, aplicação e julgamento das verificações de rendimento escolar concernentes à disciplina de sua responsabilidade.

O professor, a seu critério, ou a critério do Colegiado de Curso, pode promover trabalhos, exercícios e outras atividades em classe e extraclasse, que podem ser computadas nas notas ou nos conceitos das verificações parciais, nos limites definidos pelo mesmo colegiado.

Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado através dos instrumentos de avaliação específicos, poderão cursar as disciplinas liberados dos pré-requisitos indicados pela Banca, após o referendo do Conselho Superior, cumprindo um tempo de integralização menor, na forma da legislação em vigor.

As avaliações semestrais acontecerão em dois momentos distintos: AV1 e AV2, teórica, e prática ~~que~~ e se fizer necessário, cada uma com valor máximo de 10 pontos, destarte, o aluno terá que obter nota igual ou superior a 4,0 pontos em cada uma das AV's, tanto teórica como prática, e média geral igual ou superior a 7,0 pontos.

Disciplinas laboratoriais seguirão os critérios de avaliação específicos, conforme o Projeto Pedagógico do Curso.

Caso o aluno não obtenha a média de 6,0 pontos nas AV's ou obtenha o mínimo de 4,0 pontos em apenas uma das AV's, poderá realizar a avaliação compensatória – Exame Final (AV3).

Se o aluno obtiver nota abaixo de 4,0 pontos nas duas AV's perderá o direito de realizar a AV3, sendo automaticamente reprovado.

A AV3 (prova Final) deverá ser solicitada formalmente à secretaria da faculdade na data prevista. A realização das provas especiais (orais e/ou adaptadas) deverá seguir as normas descritas na

seção do Núcleo de Apoio Psicopedagógico;

Em caso de falta do aluno à realização de uma das AV's (AV1 e AV2), O aluno solicitará a substitutiva no prazo do calendário e mediante pagamento de tax;

A avaliação do rendimento será expressa em grau numérico de zero a 10 (dez) pontos, permitindo-se o fracionamento em uma casa decimal.

Após a realização das avaliações o professor da disciplina irá realizar a devolutiva individual com cada aluno apresentando seu desempenho. Será entregue ao aluno o cartão resposta da sua avaliação, ressaltando a obrigatoriedade da assinatura do aluno em ata de recebimento do cartão resposta. Discordando da nota atribuída, deverá o aluno solicitar revisão de nota.

Pode ser concedida revisão da nota atribuída à verificação de aproveitamento, quando requerida no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da sua divulgação.

O professor responsável pela revisão da nota poderá mantê-la ou alterá-la, devendo sempre, fundamentar sua decisão.

Não concordando com a decisão do professor, o aluno desde que justifique, poderá solicitar ao Coordenador(a) do curso que submeta seu pedido de revisão à apreciação de dois outros professores da mesma área de conhecimento.

Se ambos concordarem em alterar a nota, esta decisão é a que prevalecerá, mas não havendo unanimidade, prevalecerá a nota atribuída pelo professor da disciplina que avaliou a prova.

As datas das verificações de aprendizagem (AV1, AV2 e AV3) serão designadas pela Diretoria, constando do Calendário Escolar.

Os alunos dos Cursos de Graduação (bacharelados, licenciaturas e superiores de tecnologia) deverão, obrigatoriamente, realizar a AV1 e AV2 de forma presencial, e aqueles que optarem por realizar a AV3 deverão fazê-lo também, necessariamente, de forma presencial.

À avaliação da aprendizagem do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, quando houver, não se aplica a AV1, AV2 e AV3, e será atribuído, a cada um deles, um único grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, admitindo-se uma decimal, e este se constituirá no grau final obtido pelo aluno.

Em cada disciplina, a média dos trabalhos escolares realizados durante o semestre forma a média de aproveitamento semestral.

O aluno obterá aprovação nas disciplinas mediante a obtenção de:

- mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência às aulas previstas;
- média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) e nota mínima 4,0 (quatro) na AV consideradacom menor aproveitamento.

Considerar-se-á reprovado o aluno que:

- Obter média parcial inferior a 4,0 (quatro). Neste caso, não pode, inclusive, realizar provacompensatória (AV3);
- Obter frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas da disciplina; e
- Obter, na disciplina, média final de verificação da aprendizagem inferior a 6,0 (seis).

Conforme a natureza de cada objetivo, alguns exemplos de instrumentos são enumerados a seguir e devem ser selecionados conforme a modalidade de avaliação pretendida:

- a) trabalhos individuais e grupais, Inter ou multidisciplinares;
- b) provas individuais ou em grupo, contextualizadas, dissertativas, objetivas, ou compostas de questões dissertativas e objetivas;
- c) relatórios de projetos e trabalhos de pesquisa;
- d) relatórios de estágio;
- e) apresentação de seminários temáticos;
- f) debates e discussões de casos;
- g) atividades de aplicação práticas;
- h) atividades integradoras e de autoestudo.

De acordo com os processos de ensino-aprendizagem previstos, as metodologias adequadas ao desenvolvimento das habilidades e competências devem ser desenvolvidas de modo a possibilitar aos egressos o pleno exercício das práticas profissionais.

Para tanto, as metodologias ativas que constam da proposta pedagógica têm como foco a autonomia do discente. Assim, é necessária uma evolução contínua no desenvolvimento do pensamento crítico, reflexivo e de atuação no mundo real.

A metodologia empregada para esse fim utilizará de ferramentas tecnológicas para gerar a partir das atividades propostas e desenvolvidas diversas informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes. É fundamental que os discentes possuam relatórios individualizados do desenvolvimento das suas habilidades e competências ao longo das atividades práticas, o que é amplamente disponibilizado pelos módulos do curso.

Ao acessar as informações individualizadas que dizem respeito ao perfil do egresso, os alunos contam com mecanismos de avaliação que contribuem para adoção de ações que melhorem o seu desempenho.

4.1.4.3 Políticas Acadêmicas de Ensino: Sistema de Avaliação – EAD

As avaliações dos estudantes baseiam-se nas competências e habilidades esperadas, definidas no planejamento didático, e respectivamente associadas aos conteúdos curriculares, tendo como referência as Diretrizes Curriculares dos Cursos e ou Catálogo Nacional dos Cursos Tecnológicos. O acompanhamento constante do desempenho do aluno será efetuado pelo tutor. Todas as disciplinas preveem avaliações presenciais e presença obrigatória.

Os alunos serão avaliados por disciplina em relação aos conhecimentos adquiridos e às competências e habilidades desenvolvidas, sendo discutido o seu aproveitamento ao longo e ao final do processo. A principal base de sustentação da avaliação da aprendizagem do aluno será o acompanhamento constante de seu desempenho, efetuado pelo tutor.

A avaliação da aprendizagem do aluno dos cursos à Distância de Graduação será contínua, com ênfase nos aspectos colaborativos, incluindo tarefas grupais/individuais, considerando tanto o processo como os desempenhos alcançados.

Este processo avaliativo da aprendizagem da disciplina é composto por dois tipos:

atividades avaliativas online: ocorrerão ao longo do curso no decorrer das unidades das disciplinas. É composta pela verificação da participação dos alunos nos exercícios de autocorreção, questões subjetivas, nos fóruns, nas atividades colaborativas, pesquisas, análises críticas referentes ao conteúdo das aulas e defesa de posicionamentos.

uma avaliação presencial por bimestre: As avaliações presenciais ocorrerão ao final de cada/trimestre semestre e constarão de itens de múltipla escolha e/ou de atividades teórico-práticas, com elaboração de projeto e/ou artigo sobre os conteúdos desenvolvidos, de acordo com a especificidade da disciplina.

4.1.4.4 Políticas Acadêmicas de Ensino: aproveitamento de saberes, conhecimentos e competências.

Para prosseguimento de estudos, a **Faculdade IPESP**, no âmbito dos cursos tecnológicos, promoverá o aproveitamento de estudos, de conhecimentos e de experiências anteriores, inclusive no trabalho¹⁶, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação profissional ou habilitação profissional técnica ou tecnológica.

A Educação Profissional Técnica e Tecnológica destinada a qualificar e requalificar trabalhadores, independente de escolaridade prévia, sendo oferecida de forma articulada com as necessidades locais e regionais, bem como para estar em consonância com sua Missão - Visão e Valores, e em função das necessidades do mundo do trabalho e da sociedade, como preconiza a LDB. Nada

¹⁶ Para tanto, é essencial coloquemos em prática, em sua regulamentação interna e respectivos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), as indispensáveis estratégias para esse efetivo aproveitamento de saberes, conhecimentos e competências constituídas, inclusive no trabalho.

impede que, eventualmente, seja estruturada de forma que possa ser aproveitada, como crédito ou outra forma de equivalência, na educação profissional técnica e tecnológica.

Em qualquer caso, poderá propiciar certificação de competências ou de qualificação profissional, conforme previsto no **art. 41 da LDB**, em caráter geral.

A certificação de competências constitui mais um instrumento para a democratização da educação profissional, em todos os seus níveis. Abre possibilidades de qualificação inicial e sequencial, bem como de requalificação e atualização de trabalhadores, empregados ou não. As constantes inovações tecnológicas e organizacionais no mundo do trabalho impõem efetivas e rápidas respostas no que se refere aos novos perfis profissionais.

Essa proposta introduz a **flexibilidade totalmente inovadora** no sistema de ensino: permite que sejam aproveitados conhecimentos, habilidades e experiências já desenvolvidos pelos educandos, mesmo que não tenham sido objeto de escolarização e certificação formal. Devem, pois, ser considerados os saberes e as experiências incorporados pelo trabalhador¹⁷. O trabalhador tem o seu próprio saber sobre a tecnologia e seu processo de produção. Tanto pela economia de tempo quanto de esforços, a certificação complementa e, em determinados casos, pode dispensar frequência a cursos e programas de educação profissional. É importante ressaltar, contudo, que o reconhecimento de tais competências não deve significar mais um formato pronto e acabado do sistema educacional.

Diante dessa base normativa, argumenta-se em favor do planejamento e do desenvolvimento de política voltada para a indução do aproveitamento de experiências¹⁸, competências, saberes e conhecimentos, desenvolvidos em curso de Educação Profissional e Técnica de Nível Médio (EPTNM), para fins de prosseguimento ou conclusão **de estudos na Educação Superior**. Para tanto, a Faculdade IPESP coloca em prática, em sua regulamentação interna e respectivos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), as indispensáveis estratégias para esse efetivo aproveitamento de saberes, conhecimentos e competências constituídas, inclusive no trabalho.

[...] para prosseguimento de estudos, a instituição de ensino pode promover o aproveitamento de estudos, de conhecimentos e de experiências anteriores, inclusive no trabalho, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação profissional ou habilitação profissional técnica ou tecnológica [...] Parecer CNE/CP 19 de 2022.

¹⁷ O que deve ser avaliado, para fins de prosseguimento de estudos, é o efetivo desenvolvimento de competências previstas no perfil profissional de conclusão do curso.

¹⁸ Entre essas estratégias, cumpre salientar que não estão sendo consideradas as possibilidades referentes aos processos seletivos para acesso ao ensino superior, devidamente regulamentados na LDB, pelo Inciso II do seu Art. 44, bem como pela Portaria MEC nº 391, de 7 de fevereiro de 2002.

4.2 Políticas Acadêmicas de Ensino: Monitoria

A Faculdade IPESSP adota a monitoria¹⁹ como atividade acadêmica de natureza complementar, assentada na interdisciplinaridade, facultada aos estudantes regularmente matriculados, cumpridas as condições previstas em regulamento, bem como em cada Projeto Pedagógico de Curso-PPC, favorecendo o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à articulação entre teoria e prática, e promovendo a cooperação entre estudantes e docentes.

As atividades de monitoria têm duração de um ano, de acordo com a especificidade de cada curso e os alunos são selecionados a partir de edital próprio no qual estão definidos os critérios para cada disciplina, além dos instrumentos de avaliação. São oferecidas monitorias com bolsa e monitorias voluntárias, ambas com computação de horas de atividade complementar ao aluno.

O Programa de Monitoria da IES objetiva a preparação do futuro profissional/professor e pesquisador, a fim de renovar e aperfeiçoar continuamente o quadro de professores do ensino superior, primando pela qualidade e contemplando as transformações trazidas pelo progresso dos conhecimentos e pelas exigências sociais.

O Programa de Monitoria da IES visa ainda:

- Promover a cooperação dos corpos discente e docente, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, impulsionando o enriquecimento da vida acadêmica dos alunos e,
- Aprofundar conhecimentos teóricos e práticos dentro da disciplina a que estiver ligado o Monitor.

4.2.1 Políticas Acadêmicas de Ensino: mecanismo de nivelamento.

A **Faculdade IPESSP**, atenta à sua responsabilidade de formação integral do aluno, oferece ao ingressante e a todos os alunos interessados, programa de nivelamento. Esse programa, visa ajudá-los a superar eventuais lacunas provenientes do Ensino Fundamental e Médio, ocorrendo por meio da parametrização com a plataforma Moodle (AVA).

A **Faculdade IPESSP** auxiliará seus alunos em suas dificuldades de aprendizagem, orientando-os e estimulando-os a superá-las mediante o acompanhamento e indicação²⁰ dos membros do

¹⁹ Constitui-se em um Programa institucionalizado

²⁰ Dessa forma, outros conteúdos poderão ser apresentados para nivelamento dos alunos de acordo com as necessidades detectadas pelas Coordenadorias de Curso, segundo indicação dos professores.

Núcleo Docente Estruturante - NDE e Coordenadores de Curso e por meio do oferecimento de cursos e oficinas de nivelamento e recuperação. As disciplinas do Programa de Nivelamento são: em Língua Portuguesa, Informática, Matemática Biologia e Química. Eles serão oferecidos a todos os alunos mediante necessidades identificadas como pré-requisito da matriz curricular vigente. Dessa forma, outros conteúdos poderão ser apresentados para nivelamento dos alunos de acordo por indicação das Coordenações de Curso e segundo a indicação dos professores.

4.2.2. Políticas Acadêmicas de Ensino: Programa de Permanência do Estudante.

O **Programa de Acolhimento aos ingressantes**, é um evento de recepção aos novos alunos que ingressam na Faculdade IPESSP. Os calouros são recepcionados pelo Serviço de Apoio ao Discente-SAD, coordenador de curso, e alguns professores, Comissão Própria de Avaliação- CPA dando-lhes as boas-vindas.

O programa tem por objetivo acolher e facilitar a adaptação do estudante ingressante ao novo ambiente, buscando a integração entre aluno-aluno, aluno-professor, aluno colaborador, aluno-coordenação. Este tipo de assistência e acolhida possibilita aos estudantes a construção de identidades pessoais e coletivas, fundamentais para o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

A Faculdade IPESSP, promove alguns cursos e encontros visando gerar o **Sentimento de Pertencimento**, tais como:

Curso de acesso às bases de dados: curso ministrado aos alunos ingressantes e tem por finalidade fornecer instrumental teórico e prático para acesso à pesquisa de documentos científicos em bases de dados especializadas. Os cursos são agendados pelas coordenações dos cursos.

Curso de Orientação à normalização de trabalhos acadêmicos: orientação aos alunos e professores sobre as normas da ABNT e Vancouver na elaboração de trabalhos acadêmicos.

Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAP: O Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) objetiva mediar às situações relacionadas às dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, relacionamentos interpessoais e ajustamentos emocionais, implantar medidas de correção das dificuldades encontradas, mediante a averiguação, intervenção e acompanhamento dos problemas identificados.

4.2.3 Políticas Acadêmicas de Ensino- Atendimento ao discente: Programa de Acessibilidade

O Plano de Garantia de Acessibilidade Pedagógica desenvolve ações multiprofissionais que, por meio da análise, reflexão e direcionamento na proposição de estratégias individuais, trabalha

com ações e recursos de acessibilidade disponíveis para alunos com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, múltipla, transtorno de aprendizagem, transtorno do espectro autista.

Tem como objetivo principal de sua atuação “desenvolver ações que favoreçam a implantação e implementação de uma política de acessibilidade pedagógica no ambiente universitário com foco no processo de ensino e aprendizagem”.

Realizar educação inclusiva na graduação implica em mudança de paradigma, envolve disseminar conhecimento consistente, cientificamente consolidado e, ao mesmo tempo, que possa conversar com a realidade da sala de aula em qualquer modalidade.

Assim, apoiando-se nos referenciais de acessibilidade na Educação Superior e destinada a assegurar o cumprimento da visão, missão e objetivos institucionais bem a atender aos dispositivos legais, a política de acessibilidade da **Faculdade IPESP** orienta a ação institucional para:

1. Possibilitar que os discentes que possuem dificuldades pedagógicas conheçam o NAP e busquem sua inclusão;
2. Disponibilizar o atendimento educacional especializado quando necessário promovendo remoção das barreiras pedagógicas e visando à aprendizagem dos alunos com deficiência;
3. Criar espaços no cotidiano institucional para formação informal de docentes e colaboradores, visando estabelecer uma cultura de educação inclusiva na **Faculdade IPESP**.

4.2.3.1 Políticas de Educação Inclusiva

O IPESP apoia e oferece condições aos seus educadores de desenvolver as habilidades e competências do segmento de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, dentre outras fundamentado na compreensão de que pessoas com objetivos e processos diferentes podem aprender juntas, sem qualquer tipo de discriminação.

- Atenção e providências no cuidado à inclusão compreendem:
- Atender aos alunos com deficiência;
- Alunos com Necessidades Educativas Especiais- NEEE;
- Propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns;

- Oferecer suporte pedagógico aos professores da classe comum;
- Incentivar a criatividade dos professores na atuação com os alunos com deficiência;
- Propiciar um atendimento integrado ao professor.

Dessa forma, todos os cursos do Instituto estão disponíveis a pessoas portadoras de qualquer tipo de necessidade especial. Neste sentido, a instituição buscará, de acordo com as necessidades pedagógicas, a contratação de profissionais e/ou cursos com formação específica para atender esse segmento.

4.2.4 Políticas Acadêmicas de Ensino- Núcleo de Apoio Psicopedagógico-NAP- Apoio ao Discente.

Estando o IPESSP disposto a oferecer o ensino de Graduação, institui dentro de sua política de atendimento aos discentes e aos docentes, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico- NAP, cujo grupo deverá mediar e favorecer ações psicopedagógicas, com vistas ao acolhimento e compreensão de necessidades, constituindo-se no espaço alternativo para aplacar as angústias e dificuldades enfrentadas tanto pelos docentes pelos discentes.

Constituem exemplos de ações do NAP.

- auxílio para alcançar o equilíbrio entre os aspectos afetivos e emocionais, em prol de melhor aprendizagem;
- auxílio ao docente, que decorrente da complexidade do tema, tenha dificuldade em buscar situações de aprendizagem que melhor desenvolvam habilidades e competências, propostas no PPC, seja em razão de choques de linguagem ou da dificuldade do aluno se abrir para o novo;
- facilitação do desenvolvimento do aluno que se apresenta indeciso quanto ao seu futuro profissional;
- acolhimento e orientação ao aluno cujos problemas de ordem pessoal estão interferindo no aproveitamento do curso.

Objetivo Geral do NAP.

- contribuir com a excelência da qualidade do ensino, propiciando ao professor e ao aluno um espaço que possibilite a escuta e o compartilhamento de dificuldades, no âmbito acadêmico.

Objetivos Específicos:

- favorecer a escuta de queixas pertinentes às dificuldades encontradas no âmbito acadêmico;
- realizar grupos de reflexões temáticas;
- realizar triagens;
- realizar atendimentos individuais e grupais;
- traçar o perfil da clientela;

- promover espaço de sensibilização.

Justificativa.

A criação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico visa atender a uma tripla necessidade e, portanto, justifica-se por, a) amparar a comunidade docente e discente; b) fomentar consistência para a formação acadêmica e, c) efetivar a criação e implantação de um Núcleo de Apoio Psicopedagógico previstos no PDI e PPC.

Forma de acesso ao NAP.

- Procura espontânea;
- Encaminhamento pelos coordenadores /ou professores do curso;
- Plantões semanais para atendimento individual e/ou grupal;
- Grupos temáticos de reflexão;
- Atividades de sensibilização;
- Encaminhamentos sugeridos pela Comissão Própria de Avaliação – CPA.

O **Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAP** será coordenado por um profissional com formação na área de Psicologia e/ou Psicopedagogia. O atendimento será caracterizado por orientações individuais a alunos encaminhados pelos professores, Coordenadores de Curso ou para aqueles que procuram o serviço espontaneamente.

4.2.5 Políticas Acadêmicas de Ensino: Integralização Acadêmica das matrizes

A integralização dos cursos da IES segue os princípios legais do Ministério da Educação e está expressa nos projetos pedagógicos de cada curso, respeitando a carga horária estabelecida. Com a proposta da flexibilização curricular e acompanhando a tendência mundial de formação que, além dos conhecimentos adquiridos dentro de sala de aula, evidencia também o aprimoramento dos conhecimentos em outras instâncias, a **Faculdade IPESSP** juntamente com os Núcleos Docentes Estruturantes e os Colegiados dos Cursos, aprimora constantemente os projetos pedagógicos reelaborando as propostas pedagógicas e adaptando-as à realidade de exigências mercadológicas.

A política institucional permite transferências entre cursos e o aproveitamento das disciplinas de acordo com a legislação, garantindo o aproveitamento em sua totalidade quando a carga horária e os conteúdos programáticos representarem pelo menos 80% do total cursado. Caso não seja atingido tal nível percentual, o aluno poderá solicitar revisão através da comprovação de seus conhecimentos a partir de uma avaliação. Além disso, diante do exposto na Lei de Diretrizes e **Bases Nº. 9394/96, Art. 47 § 2º** que diz que os alunos que tenham extraordinário aproveitamento

nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino. Tal aproveitamento de conhecimentos adquiridos em serviço, na **Faculdade IPESP**²¹ é verificado através de aplicação de prova de conhecimentos e sua respectiva aprovação pelo coordenador e colegiado do curso.

4.2.6 Políticas Acadêmicas Ensino- Atividades Complementares – Flexibilidade Curricular.

As Atividades Complementares - AC previstas para os cursos de graduação, além de constituírem importantes mecanismos para introduzir a flexibilidade também proporcionam oportunidades diferenciadas, na medida em que permitem o reconhecimento de atividades que enriquecem e complementam o perfil do egresso realizadas pelos para a integralização da porcentagem da carga horária do curso.

Em relação aos componentes curriculares optativos, estes visam a fornecer subsídios complementares à formação acadêmica do aluno. Sua previsão nas estruturas curriculares busca garantir uma margem mais ampla de escolha do aluno quanto aos conhecimentos, competências e habilidades que deseja construir em seu processo de formação, com possibilidade de escolha entre diversas atividades presentes no próprio curso e nos demais cursos da Instituição, garantindo assim uma formação constantemente renovada, intimamente ligada à realidade do mercado onde está inserido.

Na **Faculdade IPESP**, as atividades acadêmicas complementares possuem regulamentação própria, sendo classificadas em grupos distintos tais como:

Grupo 1: Atividades vinculadas ao ensino;

Grupo 2: Atividades vinculadas à investigação científica;

Grupo 3: Atividades vinculadas à extensão.

Serão consideradas atividades vinculadas ao ensino, **no Grupo 1**, as seguintes:

- a aprovação em disciplinas não incluídas na matriz curricular do curso em que está matriculado o aluno, desde que contribuam para o aprimoramento e atualização na área de formação do aluno;
- o exercício efetivo de monitoria na **Faculdade IPESP** com formalização institucional e exigência de parecer final favorável do professor responsável;

²¹ Conforme mencionado anteriormente

- o efetivo exercício de estágio extracurricular em entidade pública ou privada, como processo de complementação da formação do aluno, e mediante comprovação fornecida pela instituição em que o interessado realizou o estágio.

Serão consideradas atividades vinculadas à investigação científica, **no Grupo 2**, as seguintes:

- participação em projetos de investigação científica como aluno colaborador ou em projetos de iniciação científica, orientado por docente pesquisador da área do curso com ou sem financiamento de instituições públicas ou privadas;
- trabalho de redação de artigo ou ensaio, publicado efetivamente em jornal ou revista acadêmica, impressa ou eletrônica, do qual será procedida a juntada de documento comprobatório respectivo;
- participação em grupos de estudo de temas da área do curso ou afins, coordenados ou orientados por docentes da Faculdade;
- apresentação comprovada de trabalhos ou comunicações em eventos culturais ou científicos, individual ou coletivamente, em semanas de iniciação científica, seminários, e outros, organizados no âmbito da Faculdade ou em outras instituições de ensino superior, ou até mesmo fora do âmbito acadêmico;
- comparecimento comprovado a sessões públicas de defesa de monografias, dissertações de mestrado ou de teses de doutorado, na área do curso ou afins, do qual será procedida a juntada de breve relatório.

Serão consideradas atividades vinculadas à extensão, **no Grupo 3**, as seguintes:

- participação em atividades de extensão promovidas pela Faculdade;
- comparecimento comprovado a eventos científico–culturais, realizados pela Faculdade ou fora do âmbito da Faculdade, mas cujo conhecimento teórico ou técnico seja conexo ao perfil da área do curso em que estiver matriculado.

O aluno deverá comprovar a participação atividades acadêmicas que justifique e totalize a carga horária determinada pela matriz curricular do curso em que está matriculado.

A programação das Atividades Complementares estará sujeita a validação da Coordenação de Curso, mediante exame de sua compatibilidade com os objetivos do curso, expressos no Projeto Pedagógico de Curso. A validação das Atividades Complementares será requerida pelo aluno, instruindo o pedido com a comprovação de frequência, comparecimento ou participação nos eventos extracurriculares.

4.2.7 Políticas de Ensino: Atividades Complementares- EAD

Além das disciplinas teóricas e das disciplinas práticas, ditas "laboratoriais", serão previstas atividades complementares, visando propiciar ao aluno a oportunidade de realizar uma trajetória autônoma e particular, no desenvolvimento do currículo, sendo inseridas e totalizadas por meio do AVA institucional.

São consideradas atividades complementares toda e qualquer atividade não compreendida nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas do currículo dos cursos da Faculdade, desde que adequadas à formação acadêmica e ao aprimoramento pessoal e profissional do aluno.

As atividades complementares possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

As atividades complementares são integradas por atividades de ensino, pesquisa²² e extensão. Podem ser desenvolvidas em qualquer fase do curso, desde que cumpridos os pré-requisitos, quando houver.

As atividades complementares permearão todo o currículo do curso, dando-lhe maior flexibilidade no trato dos mais diversos temas e assuntos, voltados para a promoção da interdisciplinaridade. Serão caracterizadas como seminários, palestras, mesas redondas, debates, etc., dentre muitas outras formas que colabore para o enriquecimento do currículo do curso e contemple o perfil traçado do profissional. Favorecerá o aluno numa participação ativa em atividades extracurriculares, que complementarão seu conhecimento e o ajudarão a construí-lo de uma forma mais eclética e criativa, a partir de um estreitamento das relações com conteúdo das disciplinas que estarão sendo cursadas, de outros que ainda não foram estudados/abordados

²² No âmbito da Iniciação Científica -IC

nos currículos e inclusive de assuntos emergentes nas áreas de atuação da Faculdade IPESSP que merecem ser abordados e debatidos com profissionais, empresários, professores, sindicatos, associações e outros.

Esse exercício de participação permitirá ao aluno ir aprendendo a se expressar nos eventos, com apresentação de trabalhos ou outros tipos de intervenções, assim como proporcionará maior envolvimento e estreitamento das relações com alunos de outros períodos, formando um curso harmônico e coeso. A formação do aluno, nesse sentido, não ficará restrita a sala de aula, com atividades estanques, mas poderá interagir criativamente com outros contextos e ajudará a desenvolver habilidades que podem contribuir para a formação do seu perfil profissional.

As atividades complementares e as modalidades admitidas serão divulgadas pela direção e coordenação do curso, a fim de permitir a sua livre escolha pelo aluno.

Elas têm como principal objetivo estimular a participação dos alunos em experiências diversificadas que possam contribuir para a sua formação profissional, cuja realização é indispensável à colação de grau.

4.2.8. Políticas Acadêmicas Ensino: Flexibilidade Curricular: Disciplinas Optativas

Em relação aos componentes curriculares optativos, estes visam a fornecer subsídios complementares à formação acadêmica do aluno. Sua previsão nas estruturas curriculares busca garantir uma margem mais ampla de escolha do aluno quanto aos conhecimentos, competências e habilidades que deseja construir em seu processo de formação, com possibilidade de escolha entre diversas atividades presentes no próprio curso e nos demais cursos da Instituição, garantindo assim uma formação constantemente renovada, intimamente ligada à realidade do mercado onde está inserido.

4.3 Políticas Acadêmicas de Ensino: Acompanhamento de Estágio²³ Obrigatório.

²³ Políticas de Ensino: Estágio Supervisionado e Outras Atividades Integradas

O Estágio Supervisionado Obrigatório, é componente curricular que visa proporcionar ao aluno formação prática, com desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à atuação profissional. É concebido para propiciar ao aluno a participação em situações simuladas e reais de vida e trabalho, vinculadas à sua área de formação.

O Estágio Supervisionado na **Faculdade IPESSP** está em consonância aos dispositivos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

De acordo com a regulamentação própria são objetivos do Estágio Supervisionado:

- oportunizar o desenvolvimento de competências e o exercício das aptidões necessárias para o desempenho profissional;
- possibilitar ao aluno vivência real e prática das atividades profissionais, complementando seus conhecimentos;
- assegurar formação prática que permita ao aluno apreender processos teórico-críticos e operativo-instrumentais para a formulação de proposições e a mobilização de estratégias para o seu desempenho profissional.

O Estágio Supervisionado poderá ser realizado junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente conveniadas com a **Faculdade IPESSP** e que apresentem condições de proporcionar experiências na área de formação profissional do aluno. Os documentos presentes na formalização do estágio serão:

- carta de apresentação do estagiário;
- dados de identificação do estagiário.

4.3.1 Natureza dos estágios curricular obrigatório e não obrigatório-EAD

A **Faculdade IPESSP** contará com a Coordenação de Estágio para sistematizar e monitorar o processo de Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório no âmbito dos Cursos de Bacharelado, Licenciatura e Tecnológicos, nas modalidades presencial e EAD, atendendo às políticas da instituição e à legislação nacional de estágio - Lei de Estágio nº 11 788/08.

A coordenação compete firmar convênios com as organizações interessadas em ofertar estágios aos alunos da Faculdade; receber os documentos pertinentes aos estágios e encaminhá-los, em tempo hábil, para a tramitação legal. O programa das atividades de estágio é definido em comum acordo entre Empresa e Faculdade, e mantém a coerência com a proposta pedagógica do curso e a legislação vigente.

O desenvolvimento das atividades do estágio requer a participação do aluno e a Coordenação de Estágio, da Diretoria Acadêmica, do professor-tutor, bem como a participação efetiva do gestor do curso e do supervisor no campo de estágio. Cabe ao Supervisor de estágio prover orientação adequada para a elaboração e apresentação do Relatório, atendendo a natureza e especificidade do estágio. Essas orientações ocorrerão em encontros presenciais e serão acompanhadas pelos preceptores.

O aluno deve se posicionar com profissionalismo e ética, sentir-se como parte integrante da instituição, corresponsável pelo desenvolvimento de ações naquele espaço de ensino aprendizagem, alguém que pode contribuir significativamente para a melhoria da prática profissional, e que disponibiliza, para a empresa, seus conhecimentos adquiridos e construídos no processo acadêmico.

A realização do estágio curricular supervisionado dá oportunidade ao estudante de aplicar, na prática, o que aprendeu em sala de aula e desenvolver atividades profissionais sem prejuízo de suas atividades acadêmicas.

Existe, também, a possibilidade de o aluno realizar estágios não obrigatórios a partir do 1º período do curso, desde que o discente esteja apto a desenvolver no campo do Estágio, as habilidades e competências requeridas para esta atividade.

A supervisão, acompanhamento e avaliação do estágio serão de competência dos Professores Supervisores que avaliam o desempenho dos alunos atribuindo-lhes os conceitos necessários.

Ao final de cada período de estágio, o estagiário deverá entregar um relatório de todas as atividades de acordo com as normas estabelecidas pelo Professor Supervisor em cada curso e de acordo com a sua especificidade de cada curso.

A avaliação do desempenho do estagiário será feita pelo Professor Supervisor, de forma contínua e sistemática, por aluno, durante o desenvolvimento do Estágio Supervisionado.

O Professor Supervisor na avaliação do desempenho do estagiário levará em consideração: coerência e aplicabilidade do plano de estágio; pontualidade e assiduidade do aluno em seus compromissos, tanto com a concedente e a **Faculdade IPESP**, coerência e consistência dos relatórios parciais; avaliação da concedente, através do relatório firmado pelo responsável; relatório final, apresentado conforme as normas da ABNT.

Será considerado aprovado o estagiário que tenha frequência de 100% nas atividades de Estágio Supervisionado e nota igual ou superior a 5,0 (cinco) na avaliação efetuada pelo Professor Supervisor com base nos critérios estabelecidos por cada curso de graduação. No caso de reprovação, por qualquer motivo, o aluno deverá renovar sua matrícula na atividade de Estágio Supervisionado para o período letivo seguinte.

O aluno deverá desenvolver durante o ciclo acadêmico uma programação que totalize a carga horária destinada e determinada na matriz curricular do curso em que está matriculado.

A organização das atividades de Estágio Supervisionado contará com equipe composta pelo Coordenador de Estágio e pelos Professores Supervisores. Esta política de ensino está institucionalizada, por meio de Portaria Normativa e Regulamentação Própria²⁴.

4.4 Políticas Acadêmicas de Ensino: Trabalho de Conclusão de Curso - TCC Projeto Integrado Multidisciplinar -PIM

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Projeto Integrado Multidisciplinar- PIM, constitui instrumento que possibilita ao acadêmico a oportunidade de demonstrar o grau de habilitação adquirida e os conhecimentos assimilados durante o curso. Na medida em que o processo de formação educacional leva o aluno a prover seu próprio desenvolvimento, a IES deve proporcionar-lhe condições e requisitos essenciais para que direcione seus projetos de vida, sólida formação teórico-prática para a compreensão do mundo jurídico e social e atuação e liderança na sociedade.

A formação baseada em aspectos de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, integração entre teoria e prática, traduz também qualificação e dedicação do corpo docente às atividades acadêmicas e à produção científica. A **Faculdade IPESP** disponibilizará um professor-orientador para cada grupo de alunos, nas atividades de orientação do trabalho de conclusão de curso.

²⁴ Normatizado por meio de regulamento próprio

O trabalho de conclusão de curso é gerado no decorrer das disciplinas sendo denominado TCC Trabalho de Conclusão de Curso e Projeto Integrado Multidisciplinar- PIM que será encaminhada à Biblioteca- **Aba REPOSITÓRIO** como instrumento de futuras pesquisas.

A elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso conta com regimentos próprios, estabelecidos pela Instituição e baseado nos ditames da ABNT.

4.5 Política Acadêmica de Ensino: Difusão e Produção acadêmica.

A **Faculdade IPESP** estabelece política de difusão das produções acadêmicas com o objetivo de estimular e promover a divulgação dos conhecimentos científicos, didático-pedagógicos, tecnológicos, artísticos e culturais que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.

A Faculdade IPESP tem consciência da importância do incentivo à produção acadêmica como meio de fortalecimento do ensino, da extensão e da investigação científica. Para isso, estabelece como ações para difusão dessas produções:

- ✓ Apoio financeiro a discentes e docentes para participação em eventos científicos promovidos por outras instituições ou organizações;
- ✓ Apoio financeiro a docentes para publicação de livros e/ou produção de materiais didático-pedagógicos;
- ✓ Apresentação de TCC e PIM às bancas examinadoras;
- ✓ Realização de semanas acadêmico-científicas tais como **Jornada do Conhecimento**, anualmente, aberto a participação da comunidade acadêmica interna e externa, sobre temas emergentes, em especial que envolvam a questão das relações étnico-raciais, da educação ambiental, dos direitos humanos e da acessibilidade;
- ✓ Realização de Workshops de iniciação científica, por meio dos quais os alunos possam divulgar seus trabalhos científicos em anais;
- ✓ Manutenção da revista científica no formato virtual;
- ✓ Apoio aos discentes para realização de eventos científicos, com a oferta de espaço físico, material de papelaria e recursos tecnológicos;

- ✓ Realização do **Projeto Faculdade Aberta**, que leva a comunidade minicursos, palestras e serviços seminários sobre temas diversos, sempre em consonância com a área do conhecimento da IPESSP.

A comunicação das atividades realizadas pela comunidade acadêmica e de impacto sócio-étnico-ambiental serão feitas à comunidade externa através dos recursos digitalizados e de abrangência mundial: site institucional e demais mídias sociais. Todavia, outras ferramentas de publicidade estão previstas para a divulgação de cursos, atividades de extensão e pesquisa, ações culturais, sociais e de inclusão, como a utilização de faixas, banners, panfletos e outras mídias alternativas em camisetas, etc.

4.5.1 Meios de Divulgação de Trabalhos e Produções da Comunidade Acadêmica

Os alunos, professores e tutores terão oportunidade de divulgar seus trabalhos dentro e fora da Faculdade. A coordenação e os professores do(s) curso(s) divulgam os eventos ligados à profissão. A divulgação ocorre ainda nos periódicos existentes na área. Existirão, ainda, outros mecanismos de divulgação de trabalhos e produções de alunos como Revista Científica da **Faculdade IPESSP**. Murais, série de estudos, também fazem parte da proposta de divulgação a ser desenvolvida pelos cursos.

4.6 Política Acadêmica de Ensino: Programa de Acompanhamento do Egresso.

O Programa de Acompanhamento de Egressos da **Faculdade IPESSP** tem como objetivo geral criar mecanismos que permita a contínua melhoria de todo o planejamento do processo de ensino aprendizagem, articulada e em consonância com o seu Projeto de Autoavaliação Institucional-CPA.

Este programa²⁵, (acompanhamento do egresso) da **Faculdade IPESSP** é fruto de reflexões constantes, para implementação de uma política de acompanhamento de egressos, pois representa mais uma ação, visando à melhoria da qualidade do ensino superior. Uma transformação institucional no sistema de ensino superior brasileiro.

A **Faculdade IPESSP** tem por princípio fundamental de sua missão o ser humano. Entende que a dignidade, a liberdade e a autonomia são fundamentos que constituem o humano propriamente

²⁵ Política Institucionalizada por meio do Programa de Acompanhamento do Egresso.

dito, portanto, esses princípios da Missão Institucional da Faculdade IPESP deve acompanhar seus egressos.

A **Faculdade IPESP**, seu corpo docente, discente e técnico-administrativo tem ciência das transformações constantes ocorridas na produção de novas tecnologias, mercado e no mundo profissional. Para tanto atualiza frequentemente sua matriz curricular, promove cursos e atividades de extensão, organiza eventos, congressos e mostras que integras universidade, ambiente profissional e mercado.

O egresso da **Faculdade IPESP** constitui-se aqui como um corpo social principal deste cenário, onde ele regressa para interagir com o ambiente universitário colocando sua experiência que passa a desafiar a Universidade para colocar-se de forma criativa e diferente frente as grandes transformações da sociedade contemporânea.

É neste espaço de interação-Egresso, que se constitui o **Programa Egresso da Faculdade IPESP**, onde dinamicamente a Universidade sai de si e o Egresso busca novas formas de ampliar sua formação através de cursos de pós-graduação, eventos e outros promovidos pela Faculdade IPESP.

Assim, o presente Programa tem objetivo geral analisar a política institucional de integração e a avaliação do egresso, com base nos relatórios da **Comissão Própria de Avaliação (CPA)**. Como objetivos específicos maiores destacaram-se:

- Organizar, sistematizar e avaliar a metodologia relativa ao Egresso, como política institucional de avaliação.
- Analisar as políticas de acompanhamento dos egressos contidas nos relatórios das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) contrastando-as com as orientações do SINAES, especificamente com as de autoavaliação das IES.
- Subsidiar uma política de Avaliação Institucional referente ao acompanhamento dos egressos, especificamente, em **Relatórios de AI**.

Ações Específicas para o Egresso:

- Promover encontros, cursos de extensão, palestras direcionadas a profissionais formados pela **Faculdade IPESP**;

- Avaliar o desempenho institucional, por meio do acompanhamento da situação profissional dos ex-alunos;
- Manter registros atualizados de alunos egressos;
- Divulgar a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho;
- Avaliar o desempenho da instituição, através da pesquisa de satisfação do formando e do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- Descontos em pós-graduação.

4.6.1 Canais para Divulgação

A **Faculdade IPESP** utilizará de todos os canais disponíveis que tiver a seu alcance para estabelecer e manter vinculações com seu egresso, a saber:

- **Cadastro através de um banco de dados**

Esse formulário, google forms, será encaminhado em parceria com a Secretaria Acadêmica, que dispõe de toda a estrutura necessária- tecnológica endereço e e-mail para proceder à pesquisa.

As respostas devem ser tabuladas e analisadas pela CPA - Comissão Própria de Avaliação para encaminhar às Coordenações de Curso e Direção da **Faculdade IPESP**.

Nesse cadastro deve contemplar todas as informações dos ex-alunos, o curso realizado, a atuação no mercado de trabalho, as dificuldades encontradas na profissão, o perfil de profissional exigido pelas empresas, identificação de novos cursos de graduação, pós-graduação e aperfeiçoamento.

- **Endereço eletrônico:**

Os egressos possuirão um canal de comunicação virtual com a Instituição, interligado com a ouvidoria, para que possam sanar dúvidas, solicitar informações, fazer sugestões ou críticas. O feedback será realizado pela Comissão Própria de Avaliação -CPA. Outro canal de comunicação, será por meio de e-mail institucional dos coordenadores de curso.

Outros canais:Redes Sociais (Facebook, Instagram, Twitter, Google Plus);

- ✓ Eventos semestrais que reúnam os egressos a ser realizado na **Faculdade IPESP** com foco em mercado, profissão e academia;
- ✓ Ouvidoria;
- ✓ Publicação dos melhores trabalhos de Conclusão de Curso e ou Projetos Integrados Multidisciplinares formato livro E-book, A - Normas Para Publicação.
- ✓ Encontro semestral do egresso afim de apresentarem os melhores Trabalhos de Conclusão De Curso aos alunos calouros;
- ✓ Vídeo depoimento;
- ✓ News Egresso **Faculdade IPESP**;
- ✓ Ações específicas por curso segundo planejamento anual e semestral nas semanas de Wokshop acadêmico.

Conteúdos:

A **Faculdade IPESP** colocará a disposição de seu egresso os seguintes conteúdos:

- ✓ Convite para participação de eventos: Mostra de Tecnologia, Simpósios e Comunicações, Palestras em geral;
- ✓ Divulgação para participação de Cursos de Extensão (10% de desconto para ex-alunos);
- ✓ Segunda Graduação/ cursos de pós-graduação *lato sensu*, a **Faculdade IPESP** oferece 10% de desconto para graduação e 10% de desconto para graduação Tecnológica para ex-alunos;
- ✓ Matérias sobre ex-alunos para divulgação no Blog;
- ✓ Conteúdo de Comunicação, Tecnologia e Carreira no Blog da **Faculdade IPESP**.

4.7 Políticas Institucionais de Extensão

Para a **Faculdade IPESP**, a atividade de Extensão é uma maneira de aproximar a Instituição e a sociedade de uma forma integrada. A Instituição através da Extensão aplica os conhecimentos adquiridos a partir do ensino e da pesquisa, transferindo-os para a sociedade na medida de suas necessidades. Assim, a apreensão das demandas e das necessidades da sociedade é que irão orientar a produção e o desenvolvimento de novas pesquisas. Esse processo recíproco é importante para ambas as partes e caracteriza uma relação dinâmica entre a IES e o seu meio

social.

Dentro dessa perspectiva, a **Faculdade IPESSP** conduzirá sua política de extensão para:

- A integração teoria e prática, a fim de preparar os alunos para a aplicação dos conhecimentos adquiridos por meio do ensino e da pesquisa;
- A participação dos alunos em projetos desenvolvidos para o curso;
- A valorização da participação dos discentes nas atividades relacionadas à extensão;
- A condução e estabelecimento de ações voltadas à responsabilidade social.

Os programas de extensão, articulados com o ensino e pesquisa, serão desenvolvidos sob a forma de atividades permanentes em projetos. Os serviços serão realizados sob a forma de:

- Atendimento à comunidade, diretamente ou por meio de instituições públicas e privadas;
- Participação em iniciativas de natureza cultural, artística e científica; e
- Promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas.

4.7 1 RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 - DA CONCEPÇÃO, DAS DIRETRIZES E DOS PRINCÍPIOS

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos. Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior: I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social; II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular; III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais; IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político

educacional, cultural, científico e tecnológico. Estruturam, ainda, concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior: I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável; II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade; III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena; IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa; V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural; VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação; VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira. Assim, a apreensão das demandas e das necessidades da sociedade é que irão orientar a produção e o desenvolvimento de novas pesquisas. Esse processo recíproco é importante para ambas as partes e caracteriza uma relação dinâmica entre a IES e o seu meio social. Dentro dessa perspectiva, a IES conduzirá sua política de extensão para:

- a) A integração teoria e prática, a fim de preparar os alunos para a aplicação dos conhecimentos adquiridos por meio do ensino e da pesquisa;
- b) A participação dos alunos em projetos desenvolvidos para o curso;
- c) A valorização da participação dos discentes nas atividades relacionadas à extensão;
- d) A condução e estabelecimento de ações voltadas à responsabilidade social.

4.7.1 Políticas Institucionais das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

Considerando a cidadania entendida como a prática do direito ao acesso aos mesmos bens e serviços comuns a todos os cidadãos.

Considerando o espaço para desenvolvimento do ser humano em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, religiosas, dentre outras, exige exercício diário moldado pela ética nas relações sociais.

Considerando as desigualdades e discriminações para com a população negra é herança cultural do tempo do Brasil colônia, a qual precisa ser definitivamente superada, partindo de ponto comum de formação social coletivo: a escola.

Por isso, a função mediadora do Estado, implica o estabelecimento de sistemas de ensino democrático que promovam o livre acesso de todos os seus cidadãos, prioritariamente, das classes economicamente desfavorecidas ou historicamente marginalizadas. Observando a diversidade social, étnico-racial, o Conselho Nacional de Educação (CNE) interpretou as determinações da Lei no. 10.639/2003 que introduziu, na Lei no. 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e determinou a obrigatoriedade do ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana e indígena na matriz curricular do ensino no Brasil. Considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nos termos do Parecer CNE/CP no. 03/2004 e da respectiva Resolução CNE/CP no. 01/2004 estabelecem a educação com foco nas relações étnico-raciais como um núcleo dos projetos pedagógicos das instituições de ensino de diferentes graus.

Nesse contexto, os Projetos Pedagógicos dos Cursos da IES incluem em seus conteúdos de disciplinas e em atividades curriculares que ministram o estímulo a reflexão sobre as relações étnico-raciais. Com esta estratégia se entende que as questões inerentes a essa temática poderão ser enriquecidas de modo interdisciplinar de modo que se possa contribuir com a formação de cidadãos com posturas transformadas em nível social, promovendo a valorização e práticas éticas e solidárias.

No processo de ensino-aprendizagem a abordagem de temas relacionados às relações étnico-raciais favorece a superação de conceitos arraigados pelo empirismo: ditos populares, charges etc., ou fomentados por radicalismos: religiosos, de gênero, de procedência, uma vez que através da:

[...] educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais. Em outras palavras, persegue o objetivo precípua de desencadear aprendizagens e ensinamentos em que se efetive participação no espaço público.

Para que a sociedade consolide essas premissas há necessidade do despertar da “consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações de combate ao racismo e a discriminações”. (Constituição Federal, 1988).

A formação social brasileira tem origem em diferentes grupos étnico-raciais - indígenas, africanos, europeus, asiáticos. Essa diversidade na matriz genealógica permitiu o multiculturalismo, e este fomentou uma cultura multicolor com traços físicos e místicos próprios. Apreender essa complexidade é ponto fundamental para uma cultura de tolerância, respeito e paz. Por isso, a Resolução CNE/CP nº. 01/2004 atua no sentido de promover, valorizar a identidade, cultura e história dos afro-brasileiros, a partir da garantia do reconhecimento e da igualdade entre as raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas.

O desenvolvimento da proposta curricular para Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana do Curso visa articular a Educação nas Relações Étnico-Raciais em disciplina específica, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados na Resolução nº. 01/2004 e no Parecer CNE/CP 03/2004, estabelecendo adequações aos programas de ensino e seus conteúdos em diferentes disciplinas do Curso e atividades complementares.

O Programa será desenvolvido a partir do trabalho conjunto com os coordenadores e professores, planejando projetos interdisciplinares voltados para a compreensão da complexidade das Relações étnico-Raciais e atuantes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações positivas, rumo à construção de uma nação democrática.

Além do desenvolvimento do objeto de estudo na articulação e planejamento das disciplinas dos vários semestres no curso, também serão abordados através de assessoria direta do professor responsável, com possibilidades de atuação conjunta frente ao grupo de alunos, rompendo com a forma tradicional de trabalho docente para um trabalho cooperativo e comprometido com a função social do ensino, pesquisa e extensão.

[4.8 Políticas Institucionais da Educação Ambiental \(Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002\)](#)

A IES, como instituição de investigação e centro de educação técnica e superior, tem papel essencial na reconfiguração de mundo e, portanto, deve assumir a responsabilidade maior no processo de produção e incorporação da dimensão ambiental nos sistemas de educação e formação profissional. Deve também propiciar aos profissionais educadores, fundamentos teórico-práticos indispensáveis para compreender, analisar, refletir e reorientar seu fazer profissional numa perspectiva ambiental.

Considerando a importância da temática ambiental e a visão integrada do mundo, no tempo e no espaço, a IES oferecer meios efetivos para que cada aluno compreenda os fenômenos naturais,

as ações humanas e sua consequência para consigo, para sua própria espécie, para os outros seres vivos e o ambiente.

Com os conteúdos ambientais permeando todas as disciplinas dos currículos e contextualizados com a realidade da comunidade, a IES ajuda o aluno a perceber a correlação dos fatos e a ter uma visão holística, ou seja, integral do mundo em que vive. Para isso a Educação Ambiental deve ser abordada de forma sistemática e transversal, em todos os níveis de ensino, assegurando a presença da dimensão ambiental de forma interdisciplinar nos currículos das diversas disciplinas e das atividades escolares.

A **Faculdade IPESP** guiada pela sua missão institucional busca responder positivamente à construção de uma consciência ambiental que promova “aquisição de valores, competências e habilidades que lhe permitam o exercício da cidadania com melhores condições de empregabilidade, tendo como eixo norteador a busca de um modelo de desenvolvimento sustentável”. Nesse contexto, a IES em seu **Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI e Projetos Pedagógicos de Cursos-PPC**, realiza a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental na organização dos seus currículos da seguinte forma:

- Pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;
- Como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;
- Pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

Nesse sentido, a **Faculdade IPESP** realizará ações de ensino e extensão, assumindo o compromisso ético com a premissa ambiental.

[4.9 Políticas Institucionais de Educação em Direitos Humanos \(Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, CNE/CP N° 01, de 30/05/2012\)](#)

O Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (ONU, 2005), ao propor a construção de uma cultura universal de direitos humanos por meio do conhecimento, de habilidades e atitudes, aponta para as instituições de ensino superior a nobre tarefa de formação de cidadãos hábeis para participar de uma sociedade livre, democrática e tolerante com as diferenças étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras. No ensino, a educação em direitos humanos

pode ser incluída por meio de diferentes modalidades, tais como, disciplinas obrigatórias e optativas, linhas de pesquisa e áreas de concentração, transversalização no projeto político-pedagógico, entre outros. Na pesquisa, as demandas de estudos na área dos direitos humanos requerem uma política de incentivo que institua esse tema como área de conhecimento de caráter interdisciplinar e transdisciplinar.

Na extensão a inclusão dos direitos humanos enfatizou o compromisso das universidades com a promoção dos direitos humanos. A inserção desse tema em programas e projetos de extensão pode envolver atividades de capacitação, assessoria e realização de eventos, entre outras, articuladas com as áreas de ensino e pesquisa, contemplando temas diversos.

A contribuição da educação superior na área da educação em direitos humanos implica a consideração dos seguintes princípios:

a) a universidade, como criadora e disseminadora de conhecimento, é instituição social com vocação republicana, diferenciada e autônoma, comprometida com a democracia e a cidadania;

b) os preceitos da igualdade, da liberdade e da justiça devem guiar as ações universitárias, de modo a garantir a democratização da informação, o acesso por parte de grupos sociais vulneráveis ou excluídos e o compromisso cívico-ético com a implementação de políticas públicas voltadas para as necessidades básicas desses segmentos;

c) o princípio básico norteador da educação em direitos humanos como prática permanente, contínua e global, deve estar voltado para a transformação da sociedade, com vistas à difusão de valores democráticos e republicanos, ao fortalecimento da esfera pública e à construção de projetos coletivos;

d) a educação em direitos humanos deve se constituir em princípio ético-político orientador da formulação e crítica da prática das instituições de ensino superior;

e) as atividades acadêmicas devem se voltar para a formação de uma cultura baseada na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, como tema

transversal e transdisciplinar, de modo a inspirar a elaboração de programas específicos e metodologias adequadas nos cursos de graduação e pós-graduação, entre outros;

f) **a construção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão** deve ser feita articulando as diferentes áreas do conhecimento, os setores de pesquisa e extensão, os programas de graduação, de pós-graduação e outros;

g) **o compromisso com a construção de uma cultura** de respeito aos direitos humanos na relação com os movimentos e entidades sociais, além de grupos em situação de exclusão ou discriminação;

h) **a participação das IES** na formação de agentes sociais de educação em direitos humanos e na avaliação do processo de implementação do PNEDH

Os Direitos Humanos são frutos da luta pelo reconhecimento, realização e universalização da dignidade humana. Histórica e socialmente construídos, dizem respeito a um processo em constante elaboração, ampliando o reconhecimento de direitos face às transformações ocorridas nos diferentes contextos sociais, históricos e políticos.

O tema dos Direitos Humanos transcende a concepção de igualdade e traz a discussão do reconhecimento das diferenças e da luta contra qualquer forma de preconceito e discriminação.

A **Faculdade IPESP** entende que uma educação de qualidade, que valoriza a formação integral do ser humano, permite a emancipação e o resgate da cidadania, bem como os direitos humanos que devem ser respeitados pelo Estado e todos os cidadãos. É pela educação que superamos as desigualdades sociais.

Nesse contexto, a **Faculdade IPESP** em seu Plano de Desenvolvimento Institucional e Projetos Pedagógicos de Cursos, realiza a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos seus currículos da seguinte forma:

- Pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;

- Como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;
- De maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade;
- Sendo componente curricular obrigatório para os cursos de formação de professores.

Além de o assunto estar incluso na organização dos currículos, o tema é abordado a partir de metodologias ativas, participativas, de diferentes linguagens. Sendo a educação um processo contínuo e permanente, a **Faculdade IPESSP** entende que ela não se limita apenas aos conhecimentos transmitidos pelos componentes curriculares. Os estudos dos Direitos Humanos e a formação de valores como respeito, cidadania, ética, a preocupação com o meio ambiente, a diversidade é adquirida também através das diversas relações sociais. Por isso, em suas ações de extensão, a IES, desenvolve atividades voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública.

4.10 Políticas de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT.

De acordo com o Programa "Brasil sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual" (2004), do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (2009), do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH3(2009) e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2012), a IES garante o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado. Também garantimos àquelas e àqueles que o solicitarem, o direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência. O campo "nome social" está inserido nos formulários e sistemas de informação utilizados nos procedimentos de seleção, inscrição, matrícula, registro de frequência, avaliação e similares, bem como garantimos instrumentos internos de identificação, uso exclusivo do nome social, mantendo registro administrativo que faça a vinculação entre o nome social e a identificação civil.

Quanto a utilização do nome civil, que é obrigatório para a emissão de documentos oficiais, garantimos concomitantemente, com igual ou maior destaque, a referência ao nome social.

O uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, está garantido de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito.

Caso haja distinções quanto ao uso de uniformes e demais elementos de indumentária, garantimos o uso de vestimentas conforme a identidade de gênero de cada sujeito;

A garantia do reconhecimento da identidade de gênero é estendida também a estudantes adolescentes, sem que seja obrigatória autorização do responsável, bem como para todos o corpo docente e funcionários técnicos administrativos.

4.11 Políticas Institucionais para Defesa da Memória Cultural da Produção Artística e do Patrimônio Cultural.

A Política de defesa da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural da Faculdade IPESP, contempla a responsabilidade social e o estímulo à cultura em seus valores, especialmente no que se refere à sua contribuição para a inclusão, o desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. As atividades artística e cultural, a defesa do patrimônio artístico e a difusão das produções discentes são sustentadas por uma política institucional que contempla:

- A valorização da produção artística e cultural como atividade acadêmica;
- A ampliação das ações de expressão artística e cultural no ambiente interno da Instituição e em sua comunidade externa;
- O incentivo à produção cultural sustentável;
- A promoção de eventos artísticos e culturais abertos à comunidade;
- A cooperação, por meio dos órgãos de promoção à cultura da Instituição no processo de desenvolvimento educacional e cultural;
- O desenvolvimento de estratégias para a produção, distribuição e difusão da produção artística;
- O estímulo aos docentes e aos estudantes para participação em concursos culturais e artísticos internos e externos;

- A promoção e a divulgação de conhecimentos artísticos e culturais que constituem patrimônio da humanidade, com a comunicação do saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- A ampliação das ações em defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural.
- A hospedagem de ações que fortaleçam o compromisso com a preservação da memória histórica e do patrimônio cultural.

As ações propostas são planejadas e implantadas pelas coordenações de curso com a colaboração de suas respectivas equipes de docentes, de forma coerente com a organização curricular dos cursos que contemplam, em maior ou menor grau, a formação artística e cultural. As propostas são elaboradas visando proporcionar às discentes possibilidades de transposição de conhecimentos para as práticas desenvolvidas, motivando o envolvimento e a participação em todas as etapas de execução.

4.12 Políticas institucionais do Ensino de Libras – Decreto nº5.626/2005

Considerando pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

A IES em cumprimento ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, declara a inclusão da Disciplina de Libras obrigatória aos currículos dos cursos de formação de Professores, vinculados ao Instituto Superior de Educação – ISE, e no curso de Fonoaudiologia, bem como, disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior (bacharelado) e na educação profissional (tecnólogo), ministrados ou que advenham na IES.

A disciplina de Libras que trata este regulamento será divulgada e integrada à matriz curricular dos cursos, seguindo orientações de procedimento previstas na Legislação.

Para os cursos de formação de professores ou de Fonoaudiologia a disciplina de Libras será obrigatoriamente dimensionada na matriz curricular de cada curso, conforme entendimento da Coordenação, do Colegiado de Curso, da Legislação vigente, DCNs e devida aprovação do Ministério da Educação aos atos autorizativos.

O critério de contratação do docente para ministrar o ensino de Libras, exige formação específica em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras:

Libras/Língua Portuguesa como segunda língua e demais formalidade previstas no plano de carreira docente, priorizando as pessoas surdas.

Caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

- Professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;
- Instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;
- Professor ouvinte bilíngue: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.

Nos casos previstos, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras.

O professor de Libras será incluído no quadro do magistério da IES, pelo pesquisador Institucional, junto ao sistema do MEC/INEP no prazo de cadastramento do corpo docente. O Plano de aula, conteúdo programático e bibliografia indicada para a disciplina de libras, deverão ser elaborados e apresentados, pelo professor contratado, no início do semestre letivo, seguindo as orientações, diretrizes e métodos compatíveis com os padrões de qualidade.

A **Faculdade IPESP** manifesta seu apoio a formação de profissionais nos programas específicos para a criação de cursos de graduação e de pós-graduação para a formação de professores em Libras.

4.13 Políticas Institucionais de Responsabilidade Social.

O Instituto de Pesquisa e Educação em Saúde de São Paulo, mantenedor da Faculdade - IPESP, ao longo de mais de uma década vem se mantendo como uma Instituição referência na especialização de profissionais da área da medicina laboratorial, assim como, da gestão dos serviços de saúde, graças à sua política em educação que prioriza a construção do conhecimento a partir de forte enfoque teórico-prático, do fortalecimento da ética profissional e do exercício da cidadania.

Os cursos oferecidos pela instituição sempre foram idealizados em resposta às demandas do mercado e da população e, estruturados a partir de estudo que demonstraram a sua necessidade e viabilidade. A manutenção, por parte da **Faculdade IPESP**, do oferecimento dos cursos atuais e a disposição para ampliar sua ação no campo da educação superior propondo curso de tecnologia, é justificada e fundamentada na grande carência na formação continuada de profissionais da saúde no Brasil, como também, na demanda local e regional para a formação de tecnólogos gestores dos serviços de saúde, como constitui exemplo o curso de Tecnologia em Gestão Hospitalar, ora proposto por esta instituição.

Especificamente para cursos Ambiente Saúde e Segurança, o eixo de conhecimentos necessários se caracteriza pela proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais. Para isso, as ações estão ligadas ao apoio aos profissionais da saúde, além da avaliação e controle dos recursos naturais.

Na atualidade, a gestão profissionalizada da saúde deixa de ser um diferencial do prestador de serviços da saúde para constituir-se num determinante básico, a exemplo de outros setores da economia. Deste modo, constitui-se em importante demanda do setor da saúde, de caráter de desenvolvimento local, regional e mesmo, de cunho tecnológico e político-cultural, a formação de profissionais que, aliado a um profundo conhecimento das peculiaridades da área de saúde, devem possuir uma sólida formação em administração, ou seja, gestor.

A Faculdade IPESP manterá política institucional de respeito e preservação ao meio ambiente e desenvolvimento cultural e político, que apresenta os seguintes objetivos:

- Apoio e desenvolvimento de projetos que incluam a abordagem das temáticas: política, cultural e Ambiental de forma transversal e interdisciplinar nos cursos;
- Capacitação, de forma continuada, dos docentes com ações educativas formativas relacionadas às
- Questões ambientais, políticas e culturais;
- Criação de grupo de trabalho e de ação de Educação Ambiental com atuação na coleta seletiva e Práticas de sustentabilidade dentro do campus;
- Estímulo ao NDE para a inserção das temáticas: ambiental, política e cultural no currículo de forma articulada com o projeto educativo da Faculdade;
- Apoio a produção de material educativo para a prática de Educação Ambiental na Faculdade IPESP.

Para o Instituto algumas expressões são chaves do ponto de vista da responsabilidade social: ocupacional, essência, parceria, responsabilidade, participação, desenvolvimento, competência, realidade social, educação continuada, transdisciplinaridade, transparência, diálogo, visão de futuro, cidadania plena.

A Mantenedora da **Faculdade IPESP** vem desenvolvendo atividades na área social, reconhecendo que sua atuação em ações junto à comunidade é de fundamental importância na melhoria das condições de vida, cidadania, desenvolvimento e trabalho de São Paulo e da Região Sudeste.

4.14 Políticas Acadêmicas do Ensino: Inclusão Social e Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

A política de inclusão social estabelecida pela Faculdade IPESP tem como objetivo principal proporcionar condições de acesso ao ensino superior a grupos historicamente discriminados, tendo como perspectiva básica os direitos e oportunidades iguais para todos os cidadãos.

A **Faculdade IPESP** nutre um profundo respeito em relação ao meio ambiente, à memória, patrimônios culturais e a produção artística. Existe uma preocupação de abordar esses temas em sala de aula, tornando os alunos corresponsáveis desse processo, sendo que estes temas constam no currículo básico de algumas disciplinas, e são igualmente abordados em projetos de extensão e em atividades complementares.

Há a promoção de diversas atividades e participação em eventos gratuitamente, voltados para atendimento da população. A **Faculdade IPESP** procura se integrar aos programas e projetos do município/metrópole de São Paulo para implementação efetiva das atividades, incluindo ainda o conhecimento e preservação do patrimônio cultural da cidade.

É possível perceber a importância que a cultura e suas manifestações detêm para a compreensão da trajetória histórico-social humana. Portanto, as políticas de inclusão sociais da **Faculdade IPESP** a consideram as influências históricas e socioambientais da região é composto por três unidades de relevo, **planície litorânea, planaltos e depressões**. A primeira se apresenta em uma estreita faixa litorânea, na qual se encontram a Serra do Mar, Paranapiacaba e Itatins e os morros e do Vale Ribeira.

O Estado de São Paulo²⁶ está localizado na Região Sudeste do Brasil, esse é o principal componente da federação por abrigar os principais centros financeiros, industriais e difusão de informações e pesquisas.

²⁶ Veja mais sobre "Aspectos naturais do Estado de São Paulo" em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/aspectos-naturais-estado-sao-paulo.htm>

A proposta de inclusão social da **Faculdade IPESP** se fundamenta, prioritariamente, na maior democratização do acesso dos segmentos menos favorecidos da sociedade a seus cursos, sem comprometimento do critério de mérito como legitimador desse acesso. Dessa forma, a inclusão social não se refere apenas à questão racial e, por esta razão, tem de ser vista de forma mais abrangente, envolvendo padrão econômico e necessidades especiais.

Para tanto, considera como principais manifestações culturais: Virada Cultural, Parada Gay, a elogiada orquestra sinfônica da cidade recebe aplausos fervorosos na Sala São Paulo, uma atração imperdível para quem quer fazer um passeio cultural na cidade. A sala fica em uma estação ferroviária dos anos 1930 que foi reformada com instalações acústicas de última geração para garantir que os espectadores tenham uma experiência única; a coleção de arte mais impressionante da cidade no Museu de Arte de São Paulo (MASP), uma enorme caixa de vidro suspensa sobre a movimentada Avenida Paulista. Quem é fã de arte vai poder admirar as obras de mestres espanhóis, impressionistas franceses e surrealistas brasileiros; o Bar Brahma, antigo reduto dos melhores sambistas do Brasil, reúne os amantes da música em noites regadas a pandeiro, cavaquinho e violão.

Esse bar agitado e tradicional também devota o seu amor por São Paulo, pois exibe nas suas paredes de madeira fotos da cidade em preto e branco; o museu do Ipiranga tem um edifício construído em estilo renascentista cercado por imponentes jardins franceses. Salas suntuosas e repletas de brasões, bem como outros vestígios de um passado violento, traçam as linhas da história do Brasil. O lugar também oferece uma vista panorâmica incrível da cidade para encerrar o seu passeio com chave de ouro; ladeado por imponentes palmeiras em uma praça colonial, o suntuoso Teatro Municipal recebe os melhores músicos de São Paulo e do mundo. Escadas de mármore, lustres de ouro e estátuas clássicas dão um toque de elegância a esta ópera em estilo europeu, dentre outros de similar importância.

A **Faculdade IPESP** apoiará seus alunos em suas dificuldades de aprendizagem, orientando-os e estimulando-os a superá-las mediante o acompanhamento de professores, Coordenadores de Curso, Núcleo Docente Estruturante, Núcleo de Apoio Psicopedagógico e por meio de oferecimento de cursos e oficinas de nivelamento e recuperação.

A **Faculdade IPESP**, em sintonia com as novas demandas apresentadas pelo avanço da tecnologia da informação e com as políticas governamentais para o setor, desenvolverá uma política de inclusão digital, como estratégia específica de inclusão social.

A educação inclusiva é atualmente um dos maiores desafios do sistema educacional. Implica não apenas o acesso à educação, mas principalmente, a permanência na Instituição de pessoas portadoras de necessidades especiais, sem qualquer tipo de discriminação. Exige o atendimento, em condições igualitárias a despeito das características, desvantagens ou dificuldades que essas pessoas possam apresentar. A **Faculdade IPESP** adota as seguintes ações para a consolidação da educação especial na perspectiva inclusiva:

Para alunos com deficiência física:

- a) Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo;
- b) Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;
- c) Rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- d) Portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- e) Barras de apoio nas paredes dos banheiros; e
- f) Lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Para alunos com deficiência visual, a instituição pode proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

- a) Sistema de síntese de voz, impressora Braille acoplada a computador ou máquina de datilografia Braille;
- b) Gravador e fotocopadora que amplie textos;
- c) Aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;
- d) Software de ampliação de tela;
- e) Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;
- f) Lupas, régua de leitura;

- g) Scanner acoplado a um computador; e
- h) Aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Para alunos com deficiência auditiva, a instituição pode proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- a) Intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- b) Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- c) Aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado.

Para os professores e pessoal técnico, programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente, da oferta de:

- a) Informações sobre pessoas com deficiência;
- b) Cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas;
- c) Cursos para o entendimento da linguagem dos sinais.

A inclusão social é promovida, ainda, com as seguintes ações:

- a) Programa de bolsas da Própria Instituição;
- b) Monitoria;
- c) Estágios (na IES).

4.15 Políticas Acadêmicas de Ensino: políticas de Inclusão Digital

A **inclusão digital** pressupõe a possibilidade de produção e difusão do conhecimento e o acesso às ferramentas digitais para todos os cidadãos. Dessa forma, seu grande objetivo é a democratização da tecnologia. Com o avanço da tecnologia nos tempos atuais, o mundo digital foi tomando conta do cenário mundial.

Com isso, houve uma evolução do homem bem como de sua qualidade da vida, seja na vida pessoal ou profissional. Em sintonia com os preceitos de que todos merecem iguais oportunidades, a política de inclusão digital da **Faculdade IPESP** possui os seguintes objetivos:

- Contribuir para o processo de inclusão digital de forma integradora, envolvendo a construção do conhecimento e o desenvolvimento da pessoa;
- Garantir o direito à comunicação em redes de computadores aos cidadãos que não possuam condições financeiras para adquirir equipamentos e serviços que a propiciem;
- Estabelecer mecanismos democráticos de acesso à informação e às novas tecnologias;
- Incentivar o processo permanente de autoaprendizado e de aprendizado coletivo em tecnologias de tratamento da informação;
- Fortalecer a organização de comunidade e a democracia participativa, mediante a criação de listas de discussão, sítios para a divulgação de informações e notícias, fóruns eletrônicos para debate e outras modalidades de interação da comunidade;
- Capacitar para a formação de multiplicadores, aptos a atuar em programas de inclusão digital desenvolvidos no ambiente interno e externo da Instituição, envolvendo sindicatos, associações, entre outros;
- Oferecer, aos alunos ingressantes, cursos de capacitação para uso de ferramentas básicas em informática, correio eletrônico institucional, acesso à Internet e ambiente para digitação de trabalhos acadêmicos, dentre outros.

4.16 Políticas Institucionais de Comunicação Interna e Externa

O IPESP tem como preceito utilizar a mensagem de forma direta, transparente e de credibilidade, em conformidade com a LGBD, na sua **Comunicação Interna e Externa**.

Para isto, a Instituição utiliza a estratégia integrada de multicanais como E-mail, Chat Online, WhatsApp, Telefone, Plataformas de Ensino e as Mídias Sociais Facebook, Instagram, LinkedIn, YouTube e E-mail MKT.

Utilizamos textos, vídeos, posts, comunicados, lembretes, avisos de uma forma que seu alcance seja o mais amplo possível.

Para quem comunicamos

O público-alvo é formado por funcionários, interessados nos cursos, alunos, parceiros, fornecedores, corpo docente e coordenadores de cursos.

Cada colaborador possui e-mail e WhatsApp próprios para recebimento e envio de comunicados e demanda internas e externas do corpo discente. Para tanto, possuímos uma Rede Intranet, grupos de WhatsApp e Mailing lists.

O que comunicamos:

Na comunicação interna, todas as informações de serviço referente aos cursos, como mudança de professor, de horário, de cancelamento de aulas por motivos externos e internos, solicitação de documentação, comunicação de eventos internos, protocolos de proteção da Covid-19, por meio dos canais relatados acima.

Além disso, temos a comunicação por mural afixado em salas de aula, cantina, corredores, e elevadores.

Na comunicação externa, divulgamos os lançamentos de novos cursos, abertura de matrículas para novas turmas, datas de entrada de módulos, por meio de informativos com todas as informações de serviço – quem, quando, onde e como – e da grade curricular e dinâmica do curso.

No site institucional, possuímos ainda um Blog de notícias e entrevistas com novidades sobre os docentes, cursos, pesquisas e artigos científicos da Instituição.

Em setembro de 2022, a Faculdade IPESSP lançou a Revista Científica da instituição, canal para a divulgação de trabalhos de conclusão de curso dos alunos e docentes.

Os novos alunos recebem antes do início das aulas o cronograma dos cursos, o Manual do Aluno, o Regulamento da Instituição constando todas as informações das regras de funcionamento dos cursos como provas, reposição de aulas, notas, certificados, pagamentos, etc.

Nesse sentido, para que os esforços de comunicação sejam cada vez mais profissionais, a Política de Comunicação, tem a pretensão de atender a uma necessidade dos públicos envolvidos e na busca por uma comunicação mais eficaz e eficiente.

São fundamentos da política de comunicação:

Transparência: A comunicação empresarial requer credibilidade de suas fontes e velocidade em suas respostas. Uma instituição de ensino não pode omitir fatos que sejam de interesse público e estará sempre disposta a apresentar respostas que deem conta de seu papel na sociedade.

Profissionalismo: A comunicação deverá ser conduzida de maneira integrada, respeitando-se a atuação dos profissionais da área: publicitários, jornalistas, produtores editoriais, relações públicas, radialistas e profissionais do Marketing. Qualquer divulgação de

serviços ou produtos institucionais, portanto, deverão ser produzidos por profissionais de comunicação.

Ética: A IES sempre se pautará pela verdade das informações, preceito essencialmente ligado à ética e ao profissionalismo no tratamento dado à comunicação.

É objetivo da política de comunicação: Fortalecer a imagem institucional da IES que busca realizar sonhos e construir carreiras, focando os conceitos de internacional, preocupando-se com a preparação de seus alunos para um mercado de trabalho sem fronteiras, mas sempre respeitando suas raízes regionais.

O objetivo da política de comunicação, por público:

- Funcionários – A IES me valoriza e eu ajudo a transformar a vida das pessoas;
- Vizinhos/sociedade – A IES me respeita.
- Fornecedores – A IES é parceira.
- Imprensa – A IES é sempre transparente.
- Aluno/egresso – A IES me valoriza e me prepara para um mercado sem fronteiras.
- Mercado – A IES tem os melhores currículos.
- Professores: A IES me dá condições para contribuir com a construção de carreiras. A IES me valoriza.

Em relação à cultura organizacional: IES quer mudar paradigmas:

- Meio ambiente/sociedade – A IES é socialmente responsável;
- Produtos/serviços – A IES busca excelência.
- Produtividade – A IES quer o melhor sempre.
- Patrocínio e apoios – A IES é uma empresa de educação que valoriza a cultura local e nacional.

4.16.1 Política de Comunicação Externa

As ações de comunicação com a comunidade externa serão realizadas pelos diversos setores a quem compete à gestão das informações.

As ações de comunicação com a comunidade externa devem ser estabelecidas de forma a promover a ampliação da integração da **Faculdade IPESP** com a sociedade, ampliando sua

visibilidade e colaborando, de forma integrada, para promover e consolidar o diálogo, garantir a transparência e o acesso às informações e aos produtos da Instituição.

Nesse sentido, os diversos setores devem trabalhar para o fortalecimento da comunicação, através do estabelecimento de uma política que tenha como princípios a transparência, democratização da informação, divulgação do conhecimento e valorização institucional.

Também no plano externo, a **Faculdade IPESP** por meio de site próprio, veiculará informações institucionais em diversos links sobre as suas atividades acadêmicas, além de estabelecer relações bilaterais por meio de parcerias e convênios com outras instituições, com órgãos e organizações empresariais do setor público e privado. Neste objetivo, contará também com os meios de comunicação em rádio e jornal impresso locais, para divulgação de eventos acadêmicos, vestibulares, entre outras atividades de cunho acadêmico.

O trabalho da ouvidoria contribuirá para a criação de um relacionamento de confiança da **Faculdade IPESP** com a comunidade.

Ademais, observada a importância da comunicação para este seguimento, em toda a sua dimensão, faz parte dos objetivos futuros da **Faculdade IPESP** a implantação de um portal universitário. Entretanto, o desafio que se propõe é o enfrentado para a criação de condições específicas para que o site atual possa, nos próximos anos, tornar-se efetivamente num portal.

4.16.2 Política de Comunicação Interna

A conjuntura organizacional desenhada para o funcionamento da **Faculdade IPESP**, a comunicação deve ser concebida com a função de promover o fortalecimento do conceito institucional, mercadológico e corporativo, tendo como primeiro objetivo o público interno e, por meio deste, pretende atingir a toda a sociedade.

A partir desta premissa a comunicação interna deve viabilizar e estimular uma interação efetiva entre a organização e seu corpo funcional, e entre os próprios funcionários, utilizando vários instrumentos de comunicação.

Na gestão das ações de comunicação com a comunidade interna devem, da mesma forma que com a comunidade externa, ser envidados esforços para o aprimoramento dos processos de comunicação, com vistas a promover uma maior integração da comunidade interna, estabelecendo como base os princípios da transparência, democratização da informação, divulgação do conhecimento e valorização institucional. Nesse sentido, é imperioso que se estabeleça uma política que se pautar na celeridade e otimização do fluxo de informação, através da modernização da gestão da informação.

Neste propósito, no seu plano interno a **Faculdade IPESP** promoverá, por meio de sua política de comunicação com a sociedade, ações que serão implantadas com o objetivo de manter a comunidade interna informada, de maneira excelente, sobre os cursos oferecidos (situação legal, conforme resultados das avaliações recentes), quadro docente, matriz curricular, regulamentos, manuais e outros documentos incidentes sobre os cursos, inclusive, os pertinentes as suas atividades de pesquisa docente e extensão.

Para isso, a **Faculdade IPESP** adotará as seguintes estratégias e diretrizes que facilitarão seu processo de comunicação interna, primando, sobretudo, pelos princípios da agilidade e celeridade nos processos e transparência das informações:

- Atualização diária do site e murais institucional;
- Envio de malas-diretas via e-mail, para divulgação de suas atividades, informativos e/ou notícias;
- Publicação de Boletim Online de Notícias;
- Publicação de Normas internas (portarias, resoluções, regulamentos etc.);
- Produção de vídeos e documentários sobre a instituição, seus cursos e serviços oferecidos a comunidade;
- Atualização de mídias sociais na Web (Facebook, Twitter, YouTube);
- Acompanhamento e cobertura jornalística de eventos internos;
- Produção de material impresso para divulgação de campanhas internas voltadas para temas relacionados ao ensino e extensão;
- Publicação de material de apresentação da produção acadêmica (também nas áreas de ensino, pesquisa e extensão);
- Promoção de treinamentos do pessoal técnico-administrativo para o atendimento ao público nos diversos setores da academia;
- Criação e desenvolvimento de um Projeto de Marketing Educacional;
- Publicação de Circulares, envios de memorandos, ofícios etc.;
- Disponibilização de equipamentos tecnológicos em pontos estratégicos cobrindo toda a Instituição, inclusive com acesso aberto a internet.

Nesta perspectiva, a Comunicação na **Faculdade IPESP** fluirá de forma qualitativa e contará com o apoio direto dos seguintes órgãos:

NAD - Núcleo de Atendimento ao Discente (NAD): unidade de apoio a comunicação e informação, interligada a Secretaria de Controle e Registro Acadêmico da **Faculdade IPESP** instalada em local privilegiado em São Paulo, de excelente acessibilidade, devidamente identificada, como recomenda a legislação pertinente, com acesso aberto ao público em geral.

Cabendo-lhe gerenciar a comunicação e a informação no sentido de atender, direcionar e orientar qualquer pessoa, inclusive o aluno, sobre as vias de acesso a Instituição, a localização dos departamentos e das pessoas responsáveis pela sua gerência, a tramitação de documentos na faculdade e demais orientações indispensáveis aos serviços prestados, buscando sempre que possível proporcionar satisfação dos clientes nos serviços prestados, tanto na forma presencial, via telefone e web site.

De forma articulada ao PDI, o Regimento interno também faz previsão de algumas ações que serão implantadas que muito contribuirão para o processo de comunicação interna, merecendo destaque as seguintes:

O manual do aluno: cujo objetivo é proporcionar aos alunos orientações sobre a rotina e procedimentos institucionais, além de conscientizá-lo sobre os seus direitos e deveres dentro da IES, de maneira semelhante à **Faculdade IPESP** disporá também do Manual do Professor/tutor;

O Calendário Acadêmico Semestral de Atividades do Curso; o Calendário Acadêmico Semestral e Agenda de Eventos Pedagógicos e Acadêmicos Semestral, com datas cívicas, culturais e de avaliação e prazos institucionais de requerimentos, trancamentos, rematrículas etc.;

O Sistema de Informação e Apoio as atividades Acadêmicas: implantação de sistema informatizado responsável pelo gerenciamento e desenvolvimento dos serviços de todos os departamentos de apoio as atividades acadêmicas.

Em outra frente, também no intento de alcançar os objetivos e metas propostas para o alcance da comunicação com qualidade, integram as políticas institucionais para a comunicação da **Faculdade IPESP** com a sociedade os seguintes compromissos que usufruirão da tecnologia:

A implantação de áreas virtuais do aluno e as áreas virtuais do professor/tutor, tendo em vista sua contribuição para o processo de ensino aprendizagem, nos quais além de designar os ambientes virtuais de aprendizagem é possível também ao professor/tutor postar materiais didáticos para seus alunos acessarem, responderem questionários e tirarem eventuais dúvidas diretamente com o professor/tutor, bem como para o professor/tutor enviar diários de classe, material didático, conteúdo, trabalhos e atividades avaliativas por meio do acesso a internet.

A informatização da biblioteca que viabilizará, por meios eletrônicos, a consulta a títulos, autores e obras da biblioteca, a divulgação e permuta de dados, informações, questionamentos e trabalhos, além de links com outras instituições de ensino, com entidades e órgãos de pesquisas, nacionais e internacionais;

A implantação de serviços eficientes de apoio aos setores administrativos, inclusive de atendimento direto ao aluno, tais como: **Secretaria de Controle e Registro Acadêmico, Tesouraria, Call Center** com o objetivo de otimizar a comunicação, a integração, a organização, a agilidade no atendimento e celeridade dos processos internos;

A ampliação e estruturação dos espaços pedagógicos informatizados (laboratórios presenciais para as atividades em EAD).

Por fim, favorecerão, de forma concorrente, para a comunicação interna as ações previstas na política para a acessibilidade da **Faculdade IPESSP**:

- Prover a implementação de diferentes formas de comunicação (visual, tátil e sonora) e sinalização (permanente, direcional, de emergência e temporária);
- Prover a aquisição de símbolo internacional de acesso a serem fixados nos espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos;
- Prover a aquisição de símbolo internacional de pessoas com deficiência visual;
- Prover a aquisição de símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva/surdez;
- Prover a aquisição de sinalização tátil no piso do tipo alerta e do tipo direcional;
- Prover a construção de rotas de fuga, saída de emergência e áreas de resgate devidamente sinalizadas;
- Prover a demarcação de vagas para pessoas com deficiência.

4.16.3 Política Institucional de Comunicação – Ouvidoria

Ouvidoria da **Faculdade IPESP** é um órgão de apoio que atuará tanto na área acadêmica quanto na área administrativa. A Ouvidoria deverá atuar como agente de mudanças, isto é, a partir de observações, percepções e conclusões permitidas pelos canais de comunicação que possui, pode recomendar aos departamentos pertinentes melhorias nas normas e procedimentos, oferecendo alternativas, identificando e analisando focos de conflitos.

A Ouvidoria atuará ainda na mediação dos conflitos apresentados, sem poder de decisão, mas de contribuição, encaminhando, acompanhando as questões e sugerindo medidas de soluções.

É responsabilidade da Ouvidoria, atender e ouvir membros da comunidade universitária com cortesia e respeito, afastando-se de qualquer discriminação ou pré-julgamento; fornecer aos membros da comunidade, usuários, uma resposta por escrito as indagações e questões apresentadas a este órgão, de forma clara e objetiva; solicitar informações, esclarecimentos e documentações necessárias aos departamentos da instituição, de forma a subsidiar o atendimento e encaminhamento feito pelo setor e favorecer a integração interna, estimulando a solidariedade e cooperação mútuas para a consolidação de uma instituição humanizada.

Compete ao ouvidor, figura central deste órgão, agir de forma ética, íntegra, transparente, imparcial e justa, resguardando o sigilo das informações apresentadas a ouvidoria e buscando junto aos órgãos competentes a devida resposta e tratativa dos questionamentos apresentados à ouvidoria.

A comunidade pode recorrer a ouvidoria institucional para qualquer manifestação (elogio, reclamação, denúncia e sugestão) sobre assuntos pertinentes a **Faculdade IPESP**, bem como sobre os seus diversos departamentos e colaboradores.

O atendimento ao aluno será feito através dos canais especificados abaixo:

- Sistema de Ouvidoria (disponível no portal; Canal mais recomendado, pois utilizará um sistema informatizado.
- SMS (o discente pode enviar mensagem à Ouvidoria);
- E-mail ouvidoria:ouvidoria@ipessp.edu.br
- Atendimento presencial (na sala da Ouvidoria).

A manifestação pode ser aberta, sigilosa ou anônima, sendo tal identificação indicada pelo manifestante no ato do cadastro da manifestação, a qual é posteriormente analisada pela ouvidora que irá encaminhar para o setor correspondente, com um prazo de até 8 dias úteis para conclusão do processo de manifestação.

4.17 Políticas Institucionais de Atendimento ao Aluno

O Núcleo de Atendimento ao Discente- NAD é a estrutura de boas-vindas aos discentes e ingressantes dentro de **Faculdade IPESSP**. O setor representa o ponto único de atendimento ao aluno seja qual for o serviço solicitado. O Núcleo de Atendimento ao Discente (NAD) realiza procedimentos de atendimento em Nível 1, e protocola solicitações de serviços realizados por outras áreas. Entre os objetivos do **NAD** está o pronto atendimento às demandas presenciais/virtual dos alunos e a realização de serviços de ingresso como a matrícula e outros procedimentos pertinentes aos acadêmicos.

O Núcleo de Atendimento ao Discente -NAD possui funções de facilitar a comunicação com os alunos provendo informações, documentos e solucionando negociações financeiras e no tratamento da retenção dos que possuem interesse em deixar a instituição.

O Núcleo de Atendimento ao Discente (NAD): unidade de apoio a comunicação e informação, interligada a Secretaria de Controle e Registro Acadêmico da **Faculdade IPESSP**, instalada em local privilegiado, e de excelente acessibilidade, devidamente identificada, como recomenda a legislação pertinente, com acesso aberto ao público em geral. Cabendo-lhe gerenciar a comunicação e a informação no sentido de atender, direcionar e orientar qualquer pessoa, inclusive o aluno, sobre as vias de acesso a Instituição, a localização dos departamentos e das pessoas responsáveis pela sua gerência, a tramitação de documentos na faculdade e demais orientações indispensáveis aos serviços prestados, buscando sempre que possível proporcionar satisfação dos clientes nos serviços prestados, tanto na forma presencial, via telefone e web site.

4.18 Políticas de Ensino e Ações Acadêmico-Administrativas para os Cursos de Pós-Graduação (*Lato Sensu*)

Fazem parte das políticas de ensino dos Cursos de Pós-Graduação (*lato sensu*), as ações acadêmico-administrativas articuladas aos cursos de graduação, no que couber, sobretudo, a implementação de programas que visam à melhoria da qualidade dos cursos num processo contínuo de acompanhamento dos seus respectivos Projetos Pedagógicos a qualificação da comunidade local e regional, inclusive de todos os atores da sua comunidade acadêmica, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas e das atividades de ensino, extensão, iniciação científica.

As políticas para o ensino e as ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação (*Lato sensu*) da **Faculdade IPESP** estão assentadas nas seguintes diretrizes e *princípios pedagógicos*:

- a. Desenvolver ao longo dos primeiros cinco anos, o Programa de Pós-Graduação (*lato sensu*), conforme o seu cronograma;
- b. Preparar profissionais de alto nível para o desempenho de atividades de elevada complexidade no mercado de trabalho na área da saúde;
- c. Contribuir para a formação de especialistas, a fim de suprir às necessidades mais eminentes da região, centradas na carência de mão de obra qualificada, inclusive dentro dos quadros da própria **Faculdade IPESP**, no intento de contribuir para o desenvolvimento metropolitano e demandas sociais regionais.

Com esta concepção a Faculdade **IPESP**, por meio de sua política de ensino para os cursos de pós-graduação (*lato sensu*), busca estabelecer estratégias capazes de assegurar a melhoria da qualidade de seus programas, a qual merece destaque a implantação de cursos de especialização focados nos interesses dos concluintes da graduação, visando prioritariamente a continuidade de sua formação acadêmico-profissional, bem como atendendo na mesma proporção as demandas da comunidade externa, cujas necessidades serão permanentemente consideradas pela IES em articulação com os egressos.

Assim, em linhas gerais, as políticas para os programas de pós-graduação compreendem:

- a. Adequar às condições de infraestrutura e apoio necessários ao desenvolvimento dos cursos de pós-graduação;
- b. Implantar a pós-graduação (*lato sensu*) como objetivo essencial para a expansão acadêmica, priorizando projetos interdisciplinares e integradores do conhecimento;
- c. Robustecer a pós-graduação (*lato sensu*), identificando áreas preferenciais para implantação de novos cursos de que apresente alternativas inovadoras, aproveitamento das potencialidades e afirmação da necessidade de consolidação da **Faculdade IPESP** para a comunidade;
- d. Usar a pós-graduação como instrumento revitalizador para a melhoria dos cursos de graduação, dos programas de extensão e de iniciação científica da instituição.

Também, é importante destacar que as políticas de pós-graduação devem perseguir a integração da graduação com a pós-graduação tendo em vista que este é um ponto de fundamental relevância para o desenvolvimento da educação em nível superior da **Faculdade IPESP**.

4.19 Política de Ensino de Graduação e Pós-Graduação Modalidade a Distância.

A Educação à Distância - EAD é uma modalidade de ensino que apresenta grande potencial de crescimento e expansão no cenário da educação. Utilizando a tecnologia como meio de comunicação, a EAD tem viabilizado a expansão da oferta da educação superior, superando a distância geográfica e disponibilidade regular de tempo para frequentar cursos presenciais. Após o credenciamento da **Faculdade IPESP** na modalidade EAD, a instituição pretende implantar novos cursos de graduação que serão coordenados através do Núcleo de Educação à Distância (NEAD), ligado à Diretoria Acadêmica.

No âmbito da **Faculdade IPESP**, a EAD é pautada nos requisitos legais que a regem, e delineada para atender as demandas sociais e tecnológicas e, assim, estar em consonância com a missão institucional. Trata-se de uma formação profissional que, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), volta-se para o atendimento das exigências de constituição da cidadania e da construção de condições de empregabilidade, com base em valores éticos.

Nesse sentido, a EAD em desenvolvimento passa, em primeiro lugar, pela própria concepção de educação explicitada no PPI: um processo histórico de construção e reconstrução humana, pressupondo a independência dos sujeitos e a realização de processos de ensino-aprendizagem que compreendam as dimensões humana (essencialmente ética) e profissional.

Salienta-se, nesse processo, que educar em uma sociedade da informação exige ir além da técnica e da tecnologia, sendo necessário investir na formação dos indivíduos para que possam construir competências e habilidades relacionadas a uma atuação efetiva na produção de bens e serviços; à tomada de decisões fundamentadas no conhecimento científico; ao uso, com fluência, dos novos meios e ferramentas de trabalho; à aplicação ética e criativa das novas mídias em função do desenvolvimento humano.

A partir desses entendimentos é possível se estabelecer como objetivos da EAD desenhada pela Instituição:

a) contribuir, por meio de cursos e programas ofertados na modalidade a distância, para a democratização do acesso de vários segmentos populacionais ao ensino superior;

b) fortalecer a implantação da cultura institucional e o uso das Novas Tecnologias Virtuais e de Informação e Comunicação nos processos de ensino-aprendizagem a distância;

c) estimular e possibilitar a todos os segmentos da comunidade acadêmica o acesso permanente às novas tecnologias Virtuais da informação e comunicação;

d) disseminar conhecimentos junto à população, mediante o uso de ferramentas da EAD, ao mesmo tempo contribuindo para a constituição da cidadania;

e) zelar por uma postura includente na educação a distância, assegurando mecanismos que facilitem o uso das novas tecnologias de informação e comunicação pela comunidade acadêmica e sociedade em geral.

Em função da realização desses objetivos, ficam estabelecidas pelo menos duas referências básicas, além das especificadas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):

a) é preciso atentar, na adoção de estratégias gerenciais e metodológicas, para o fato de que as mudanças tecnológicas influenciam todas as dimensões da vida humana, desde a estrutura das organizações, a natureza dos processos produtivos e do trabalho (inclusive o curricular e o pedagógico), até o consumo de bens pela sociedade. Logo, a estrutura e a organização dos cursos, para que tenham sentido para o aluno, não podem deixar de trabalhar o princípio da contextualização;

b) não se pode esquecer também que a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação deve atender aos mesmos requisitos de qualidade que os implementados para os cursos presenciais, devendo se assegurar condições objetivas para tanto (materiais, de instalações, de recursos humanos), incluídos os polos.

4.19.1 Políticas institucionais de Pesquisa – Iniciação Científica

De acordo com o seu Regimento, a **Faculdade IPESSP** tem como princípio incentivar a pesquisa em todas as áreas de atuação dos seus cursos por meio:

- Concessão de bolsas em categorias diversas, principalmente na iniciação científica;
- Concessão de auxílio para execução de projetos específicos;
- Oferta de oportunidades de frequência a cursos de pós-graduação em instituições nacionais e estrangeiras;

- Realização de convênios com instituições nacionais e estrangeiras, visando a programas de investigação científica;
- Intercâmbio com outras instituições científicas, estimulando os contatos entre os professores e o desenvolvimento de projetos comuns de pesquisa;
- Divulgação dos resultados das pesquisas realizadas;
- Promoção de congressos, simpósios e seminários para estudos e debates de temas científicos, bem como participação em iniciativas semelhantes de outras instituições.

A política de pesquisa proposta pela **Faculdade IPESP** baseia-se na visão de que a pesquisa e a investigação científica não são somente instrumentos de apoio ao ensino, mas principalmente a forma mais importante de criação e desenvolvimento da ciência e do conhecimento. Assim, a **Faculdade IPESP** admite que a pesquisa e a investigação científica sejam o mais importante instrumento pedagógico.

Nesse sentido, entende que os projetos de iniciação científica são essenciais na formação do aluno, despertando e aprimorando nos discentes a capacidade de diagnosticar e aprimorar os problemas enfrentados no dia-a-dia. Dentro dessa perspectiva, a IES se propõe a incentivar a investigação científica através de diversos mecanismos institucionais. Dentre esses mecanismos encontram-se a alocação de carga horária dos docentes para este fim. Ademais, a Instituição apoiará a participação e apresentação da produção científica e de seus resultados de alunos e professores em eventos científicos.

A Instituição também subsidiará a viabilização da execução de projetos de pesquisa apresentados pelos docentes.

As bolsas de iniciação científica a serem oferecidas pela IES também se configuram como incentivo à pesquisa. Além das bolsas disponibilizadas pela Instituição, os discentes também poderão ser agraciados com as bolsas oferecidas por órgãos de fomento que venham a firmar convênio com a **Faculdade IPESP**.

4.19.2 Projetos de Iniciação Científica

A Iniciação Científica é um instrumento que permite introduzir os estudantes de graduação à pesquisa científica, configurando-se como poderoso fator de apoio às atividades de ensino. A atividade de investigação, realizada por estudantes de graduação, no âmbito de projeto de pesquisa, orientado por pesquisador qualificado, e que visa ao aprendizado de técnicas e métodos científicos, bem como ao desenvolvimento da mentalidade científica e da criatividade, no confronto direto com os problemas oriundos da pesquisa. A **Faculdade IPESP** tem como meta até 2023 colocar pelo menos 10% dos discentes, docentes e tutores em Projetos de Iniciação

Científica- PIC.

A Iniciação Científica tem como objetivos:

- Iniciar e apoiar o aluno dos cursos de graduação na prática da pesquisa científica;
- Desenvolver a mentalidade científica, crítica e investigativa dos alunos;
- Estimular o professor orientador a formar equipes de pesquisa;
- Identificar e estimular os alunos com vocação para a investigação científica.

4.20 Núcleo de Educação a Distância- NEAD

A Unidade responsável para a gestão do EAD será o Núcleo de Educação a Distância “NEAD” o qual utilizará as novas tecnologias de informação, para operacionalizar o ensino de graduação e pós-graduação além de cursos de capacitação e de extensão.

O Projeto de Educação a Distância da **Faculdade IPESP** contempla o movimento de democratização e de inclusão da educação brasileira. Sendo que a até o presente momento, ocorreram diversas reflexões e discussões sobre o desenvolvimento das atividades pedagógicas, técnicas e de gestão em EAD.

Para efetiva implementação da EAD na **Faculdade IPESP**, foi criado o Núcleo de Educação a Distância - NEAD, para fazer a gestão de todas as ações referentes a esta metodologia de ensino. Deste modo, a criação do NEAD possibilitará à Instituição oferecer ao seu alunado, como também à comunidade externa, um método de ensino que promove a democratização do saber acadêmico por meio da metodologia da educação à distância.

O Núcleo de Educação a Distância- NEAD justifica-se na **Faculdade IPESP** por promover, o conhecimento de novas propostas de ensino e de aprendizagem, a autonomia de pesquisa, a adequação das necessidades educacionais com a disponibilidade de tempo/espço, o amadurecimento individual e, mesmo a distância, a construção do saber de forma coletiva.

E, ainda, por promover a aplicabilidade de um ambiente virtual de aprendizagem da **Faculdade IPESP** que já conta com laboratório de informática, sistemas virtuais de atendimento aos alunos e professores, interação digital por meio de blog e do sistema de gestão acadêmica, pessoal

qualificado nas linhas de suporte e manutenção, além da importância de se oferecer oportunidades de inclusão digital.

Sendo o órgão responsável pela implementação da política da **Faculdade IPESP** nessa modalidade, o NEAD deve:

- moldar o desenho instrucional de seus cursos, programas e atividades a distância sempre a partir de um estudo de perfil de ingresso, de uma sólida fundamentação teórico-metodológica, bem como de uma definição precisa dos recursos materiais, financeiros e humanos que darão apoio aos cursos;
- considerar sempre o aluno como foco do processo ensino- aprendizagem;
- valorizar as interações que consideram os processos cognitivos e afetivos envolvidos na apreensão e construção do conhecimento pelo aluno;
- arquitetar um modelo instrucional que propicie ao aluno interagir, executar projetos compartilhados e desenvolver sua autonomia intelectual, assim como uma postura participativa e colaborativa nos cursos a distância ofertados pela Instituição.

Tem ainda como prerrogativa:

- ✓ Promover a capacitação tecnológica para os funcionários da **Faculdade IPESP**;
- ✓ Organizar e executar o Programa de desenvolvimento profissional docente para a Educação Superior à distância, destacando a inclusão pedagógica na EAD;
- ✓ Oferecer cursos para os docentes que ministram aulas na modalidade semipresencial;
- ✓ Desenvolver uma cultura organizacional voltada para a qualificação continuada dos colaboradores diretamente envolvidos com a EAD;
- ✓ Realizar a gestão pedagógica, técnica e administrativa dos processos relacionados à EAD na **Faculdade IPESP**.

Com a oferta dessa modalidade, a **Faculdade IPESP** reforça seu compromisso ético com o desenvolvimento do país, aderindo à política de inclusão socioeducacional com um olhar focalizado no futuro da educação mediada por tecnologias inovadoras e ainda nas experiências bem-sucedidas nessa modalidade educacional.

4.20.1 Composição do NEAD e Implementação da Política de EAD

O NEAD, para assegurar a viabilização da política institucional de EAD, tem na sua composição, além da coordenação geral, coordenações específicas, contemplando as áreas acadêmica, pedagógica, psicopedagógica produção de recursos didáticos, logística, tecnologias da informação e da comunicação (TIC's), bem como apoio acadêmico e assistentes. Estes, têm como função elaborar, gerenciar, supervisionar, implementar e avaliar a política de oferta de atividades educacionais a distância que estão sob a responsabilidade de Núcleo de Educação a Distância (NEAD). A equipe que compõe a NEAD é constituída de:

- **Um gestor de projetos** que elabora e organiza a estruturação da proposta do EAD, acompanha o desenvolvimento dos conteúdos, interage com a coordenação de curso e conteudista para definir as especificidades envolvidas, e intermedia as necessidades do NEAD junto aos demais setores da Instituição.
- **Um revisor** que recebe os conteúdos e faz a correção linguística
- **Dois designers instrucionais** que desenvolvem o material recebido em e-book de aprendizagem, bem como configuram as aulas no AVA.
- **Uma gestora operacional** que acompanha os cronogramas de aula e dúvidas dos alunos, bem como é responsável por sugerir inovações e mudanças a partir das solicitações e dificuldades dos alunos
- **Um profissional de TI** que dá suporte nos assuntos relacionados a tecnologia da informação
- **Um tutor operacional** que acompanha o desenvolvimento das atividades dos alunos na plataforma.

Os esforços da Instituição na modalidade EAD fortalecem o compromisso social de oferecer novos espaços e alcances educacionais para o desenvolvimento de atividades que atendam às diferentes demandas sociais, complexas e carentes de alternativas de formação profissional na modalidade EAD.

Desta forma, em alinhamento com o PDI 2022-2026, ratifica-se a proposta de oferta de graduação e pós-graduação lato sensu na modalidade EAD com os seguintes diretrizes:

Objetivo Geral: Oportunizar educação de qualidade àqueles que se encontram geograficamente dispersos, promovendo a formação em sua totalidade com qualidade e responsabilidade, além de favorecer o acesso à aprendizagem através da flexibilização curricular enriquecedora do itinerário formativo do estudante.

Objetivos Específicos:

- Desenvolver uma cultura institucional de incorporação dos processos de ensino e de aprendizagem a distância, mediada pelas tecnologias digitais;

- Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino presencial, incorporando a este, recursos pedagógicos e tecnológicos por meio da qualificação permanente;
- Implantar, implementar, acompanhar e avaliar o ensino técnico, cursos de extensão, graduação e pós-graduação na modalidade de educação a distância;
- Promover programas de qualificação dos docentes, dos tutores e dos técnicos administrativos voltados para a EAD;
- Planejar, organizar e produzir o material didático instrucional dos cursos juntamente com os docentes responsáveis;
- Dar suporte e acompanhamento a todas as iniciativas e ações em EAD, no âmbito da Faculdade IPESP;
- Apoiar e incentivar a produção do conhecimento em EAD;
- Aprimorar os estudos e difundir a modalidade de EAD;
- Promover o desenvolvimento de habilidades em novas tecnologias aplicadas a EAD;
- Propor normas de organização, gestão e avaliação da EAD;
- Desenvolver projetos, atividades e programas em EAD, em parcerias com outras instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, governamentais e não governamentais;
- Promover seminários, palestras, congressos, simpósios sobre temas relacionados com EAD;
- Divulgar e motivar o uso do AVA Sala de Aula nas disciplinas presenciais;
- Manter a parceria de trabalho com os coordenadores de cursos e de setores;
- Motivar a produção científica nas áreas dos cursos ofertados;
- Articular as formações profissionais internas da **Faculdade IPESP** juntamente com o Núcleo de Apoio ao Discente (NAD).

4.20.2 Equipe Multidisciplinar

A Equipe Multidisciplinar da **Faculdade IPESP**, prevista em consonância com o PPCs e nomeada pela Diretora Geral, será responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância e terá previsão de plano de ação documentado e implementado e processos de trabalho formalizados.

É objetivo da Equipe Multidisciplinar da **Faculdade IPESP** elaborar e/ou validar material didático utilizado no processo de ensino-aprendizagem para a modalidade de ensino a distância na IES.

O perfil dos atores que compõe a equipe de execução dos cursos a distância da IES:

- I. Tutores: Os tutores são os professores do curso a distância e atuam facilitando o processo de ensino e aprendizagem, promovendo a interação dos alunos e propiciando um ambiente favorável a discussão. Os tutores são responsáveis por elaborar a documentação que compõe a metodologia do tutorial dos cursos EAD (plano de ensino, plano de tutoria, plano de estudos do aluno e o plano de mediação) e aplicar as estratégias de ensino previstas nesses documentos. Um

tutor acompanha a trajetória de um aluno no decorrer de todo o curso, estimulando e apoiando seu desempenho nas atividades.

- II. Mediadores: Profissionais responsáveis por acompanhar o cumprimento do cronograma do curso por parte do aluno, por meio das atividades previstas no Plano de Estudos, motivando a realização das atividades e orientando quanto a navegação no ambiente virtual de aprendizagem.
- III. Monitores: Profissionais responsáveis por orientar os estudantes no processo de matrícula, documentação, aproveitamento de estudos, momentos presenciais (se necessário) e processo de certificação.
- IV. O monitor é o profissional responsável pelas questões administrativas do curso, além de realizar suporte técnico. Uma vez que o perfil da equipe de execução dos cursos EAD foi estabelecido, a matriz de competências e responsabilidades estruturada e as competências individuais da equipe existente mapeadas, a próxima etapa destinou-se ao desenho dos processos da educação a distância.

O designer instrucional trabalha, de várias formas, na busca pelos melhores resultados nos processos de aprendizagem e oferece a melhor experiência educacional para os alunos de EAD. Pensando nisso, ele define os objetivos do design instrucional. Esses profissionais serão peças-chave no desenvolvimento qualitativo do trabalho docente. Ações como: redigir um conteúdo, adequá-lo às mídias que servirão de suporte para os temas trabalhados, decidir cores, escolher a melhor tipografia, as melhores formas para ilustrar, revisar ortográfica e tecnicamente, produzir vídeos, supervisionar todo o processo com um olhar didático aguçado, validar a bibliografia, sempre de acordo com o que for referendado pelo Núcleo Docente Estruturante de Curso- NDE, são procedimentos que tornarão o material didático ofertado pela IES de qualidade.

São atribuições da Equipe Multidisciplinar da **Faculdade IPESP**:

- I. Coordenar a produção dos materiais didáticos (impresso e on-line);
- II. Prestar assistência pedagógica e técnica aos professores e tutores na elaboração de material didático;
- III. Implementar a proposta didático-pedagógica nos materiais didáticos;
- IV. Avaliar e validar os materiais didáticos elaborados;
- V. Participar e contribuir com o programa de formação docente.

Plano de ação da equipe Multidisciplinar:

- I. Criar condições para que a inovação aconteça;
- II. Incentivo aos professores para elaboração de projetos inovadores e tecnológicos;
- III. Criação de um site institucional para adequação aos ingressantes do curso na Modalidade à Distância;
- IV. Criação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para atender os alunos matriculados no curso;
- V. Preparação do material didático;

- VI. Treinamento de professores para elaboração de material didático para utilização no AVA;
- VII. Treinamento de professores para gravação de videoaulas para inserção no AVA;
- VIII. Capacitação permanente de tutores e coordenadores.

E, ainda, por promover a aplicabilidade de um ambiente virtual de aprendizagem da **Faculdade IPESSP** que já conta com laboratório de informática, sistemas virtuais de atendimento aos alunos e professores, interação digital e do sistema de gestão acadêmica (Moodle), pessoal qualificado nas linhas de suporte e manutenção, além da importância de se oferecer oportunidades de inclusão digital.

4.20.3 Sistema de Controle de Produção do Material Didático.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA da **Faculdade IPESSP** está integrado com o sistema acadêmico e atende aos processos de ensino aprendizagem, conforme disposto nas políticas institucionais para educação a distância estabelecidas pela **Faculdade IPESSP**, possibilitando a interação entre docentes, discentes e tutores, com proposição de recursos inovadores.

O sistema de controle de produção e distribuição de material didático da **Faculdade IPESSP** considera o atendimento da demanda, a existência de uma equipe multidisciplinar responsável, estratégias que possibilitem a acessibilidade comunicacional, disponibilização por diferentes mídias, suportes e linguagens, plano de atualização do material didático e apoio à produção de material autoral pelo corpo docente.

Controlar a produção e distribuição de material didático para curso de EAD, onde existe a necessidade de produzir um conteúdo sob medida e muitas vezes em grande quantidade ou para uso massificado tem sido um dos grandes desafios dos gestores.

O projeto do contingenciamento da rede deve estar baseado em políticas que visem alta disponibilidade de informações e sistemas, através de suporte técnico, sistemas de segurança, esquemas de backup, planos de contingência, redundância de equipamentos e canais de comunicação e gerenciamento proativo. O objetivo é implantar, conectado à estrutura de rede de computadores, um plano de acesso seguro, eficiente e gerenciado, capaz de restabelecer as funções críticas numa situação excepcional.

Trata-se do conjunto de procedimentos e medidas de segurança preventivas, previamente planejadas, a serem adotados após a ocorrência de uma falha, que permitem o restabelecimento da rede de comunicação em caso de situações anormais (falha de hardware, base de dados corrompida, perda de link de comunicação, destruição de prédios, entre outras), com o objetivo de minimizar os impactos.

Os planos de contingência são desenvolvidos para cada ameaça considerada em cada um dos processos do negócio pertencentes ao escopo, definindo em detalhes os procedimentos a serem executados em estado de contingência. Na implementação do plano devem ser avaliados os principais riscos que podem fazer o sistema parar. Para isso, deve-se proceder ao levantamento

dos impactos dessa parada em cada área de negócio e estimar quanto tempo levaria para restabelecer o processamento para cada risco e para cada área.

4.20.4 Distribuição de Material Didático

A educação a distância é uma modalidade que possibilita a flexibilização dos currículos bem como inovação no processo de ensino-aprendizagem.

A adoção de EAD pelas IES mostra-se pertinente a contemporaneidade, dado que seu enfoque pedagógico prioriza o processo de aprendizagem, ao invés da instrução, e a adoção de formas de relacionamento e interação entre os participantes que enfatizem a aprendizagem contextualizada e protagonista do aluno.

Produzir material didático que envolva essa complexidade e, sobretudo, que esteja disponível em mais de um tipo de mídia, envolverá uma equipe multidisciplinar capacitada para tal processo.

Todo o material didático será disponibilizado virtualmente no portal do aluno. Com o objetivo de oferta ininterrupta via internet do acervo virtual a **Faculdade IPESP** implantou o Plano de Contingência para a garantia de continuidade de funcionamento.

Todos esses materiais didáticos dão apoio às unidades temáticas de aprendizagem ao longo de todo o curso, estabelecendo-se como representantes de uma didática para EAD acessível, de qualidade e dialógica.

Após a efetivação da matrícula, os alunos receberão um guia de orientação de aprendizagem para que possam entrar em contato com as especificidades do estudo a distância. Nessa oportunidade, cada aluno receberá seu código de usuário e senha para acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem-AVA.

O Conteúdo das disciplinas serão divididos em lições equivalentes a 1 hora-aula. Cada aula será composta por um material em texto conforme a bibliografia da disciplina. Além do material em texto, cada lição terá um vídeo de aproximadamente 10 minutos para que o aluno possa ser sensibilizado por meio de vídeo e áudio.

Além disso, as lições também serão compostas por artigos ou textos com temas afins permitindo interdisciplinaridade.

Ainda, dentre os meios e materiais didáticos utilizados no curso para mediação do processo ensino-aprendizagem, tem-se o material- e-book²⁷ como indispensável e de primeira necessidade, além de guias de estudo por disciplina, caderno de exercícios, fichas e roteiros, textos diversos, livros de cada disciplina, entre outros, e a sala de aula virtual.

4.20.4.1 Configuração das aulas no AVA

²⁷ Poderá ser impresso se assim o aluno necessitar.

Para as aulas que acontecem no ambiente virtual de aprendizagem, existe uma padronização da estrutura das aulas. Cada aula equivale a 4 horas da carga horária da disciplina/módulo, sendo disponibilizadas duas aulas por semana.

O material disponível na plataforma é desenvolvido considerando que o aluno deverá dedicar 8(oito) horas de estudos semanais. Em cada aula o aluno encontra a seguinte estrutura:

- Um vídeo de apresentação da aula
- Os objetivos da aula
- Um e-book, desenvolvido pelo IPESSP, a partir do material inédito produzido pelo conteudista, que contém textos, imagens, infográficos, vídeos e quizzes sobre o conteúdo da aula.
- Um podcast sobre um tema relacionado a aula
- Pelo menos um artigo para leitura
- Uma apostila, com todo o conteúdo teórico da aula
- Materiais complementares(opcional) que o aluno pode consultar para ajudar na aprendizagem
- Ao final de cada aula, está disponível um questionário de autoavaliação que o aluno precisa atingir 60% de acerto como requisito para avançar para as aulas seguintes.
- Se o módulo/disciplina possuir encontros remotos, é disponibilizado no AVA o link para que ele possa participar desse encontro, que fica gravado e disponível na plataforma por um período de 7 dias.
- Ao final do módulo, é disponibilizado ao aluno uma avaliação com 10(dez) questões de múltipla escolha que ficará disponível no período estabelecido em cronograma do Módulo/disciplina. Neste período o aluno poderá iniciar a avaliação e terá 60 minutos para responder as questões na plataforma. Essa avaliação compõe 40% da nota do módulo. A avaliação presencial comporá os demais 60% da nota e será aplicada em formato presencial conforme definido pelo coordenador do curso.

Todas as disciplinas trabalhadas partirão de um planejamento, com cronograma detalhado permitindo ao acadêmico uma melhor condução no desenvolvimento das atividades propostas e na autonomia dos seus estudos.

Ainda considerando o planejamento, o aluno receberá previamente orientações, manual, para que adquira conhecimento sobre o **Ambiente Virtual de aprendizagem - AVA**, assim como a estrutura de funcionamento da secretária, do seu curso e das disciplinas, estabelecendo uma sequência ou rotas de aprendizagem, sempre que possível, para cada conteúdo abordado, além de procurar, ainda, estabelecer a interdisciplinaridade com as demais disciplinas do semestre do curso de Graduação.

O material didático é considerado elemento muito importante na EAD, conforme já afirmado anteriormente, porque se configura como um mediador que traz em seu núcleo a concepção pedagógica que guiará a aprendizagem. Para isso os textos são estruturados não apenas através dos conteúdos temáticos, mas também mediante um conjunto de atividades para que o aluno

coloque em ação seus recursos, estratégias e habilidades, e participe ativamente do processo de construção do seu próprio saber.

4.21 Estudo para a Implantação dos Polos em EAD

Iniciamos este estudo com pesquisas e leituras relacionadas à temática Educação a Distância-EAD, que pudessem fornecer indicadores confiáveis e nacionalmente validados. Com relação aos Polos para EAD, foram selecionados locais considerando os seguintes quesitos: a meta do Governo Federal (PNE), que descreve:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na **educação superior para 50% (cinquenta por cento)** e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

A democratização do acesso à educação superior, com inclusão e qualidade, é um dos compromissos do Estado brasileiro, expresso nessa meta do PNE. O acesso à educação superior, sobretudo da população de 18 a 24 anos, vem sendo ampliado no Brasil, mas ainda está longe de alcançar as taxas dos países desenvolvidos e mesmo de grande parte dos países da América Latina.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011 registrou que a taxa bruta atingiu o percentual de 27,8%, enquanto a taxa líquida chegou a 14,6%. O PNE (2001-2010) estabelecia, para o fim da década, o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da população de 18 a 24 anos. Apesar do avanço observado, o salto projetado pela Meta 12 do novo PNE, que define a elevação da taxa bruta para 50% e da líquida para 33%, revela-se extremamente desafiador.

Com relação aos Polos para EAD, foram selecionados locais considerando os seguintes quesitos: a meta do Governo Federal (PNE); a análise dos fatores indicados pelo MEC: População; Atividades Econômicas da região metropolitana ; Matrículas no Ensino Médio; Matrículas na Educação Superior; a necessidade de oferta de educação superior de qualidade na perspectiva da Inclusão Social e do provimento de profissionais para o desenvolvimento econômico-social em carreiras de áreas em que a formação ofertada pela Faculdade IPESP.

4.22 Matrículas no Ensino Médio- Plano Estadual de Educação – São Paulo

Meta 11 – Ampliar em 50% (cinquenta por cento) as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 50%(cinquenta por cento) da expansão no segmento público

4.23 Estratégias

11.1. Expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, levando em consideração a ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais, locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

11.2. Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio concomitante na rede pública estadual de ensino.

11.3. Expandir a oferta diurna do ensino técnico no CEETEPS, no modelo ETIM - Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio.

11.4. Expandir a educação profissional e tecnológica pela modalidade de educação a distância, assegurando padrão de qualidade.

11.5. Fomentar a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional.

11.6. Desenvolver sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas.

11.7. Elevar gradualmente a taxa de conclusão dos cursos técnicos de nível médio na rede estadual, com adoção de ações para melhorias no currículo dos cursos, condições de infraestrutura, inclusão digital e a oferta da alimentação escolar.

11.8. Garantir a formação continuada dos profissionais da educação do ensino médio, para atuarem na articulação com a educação profissional e tecnológica.

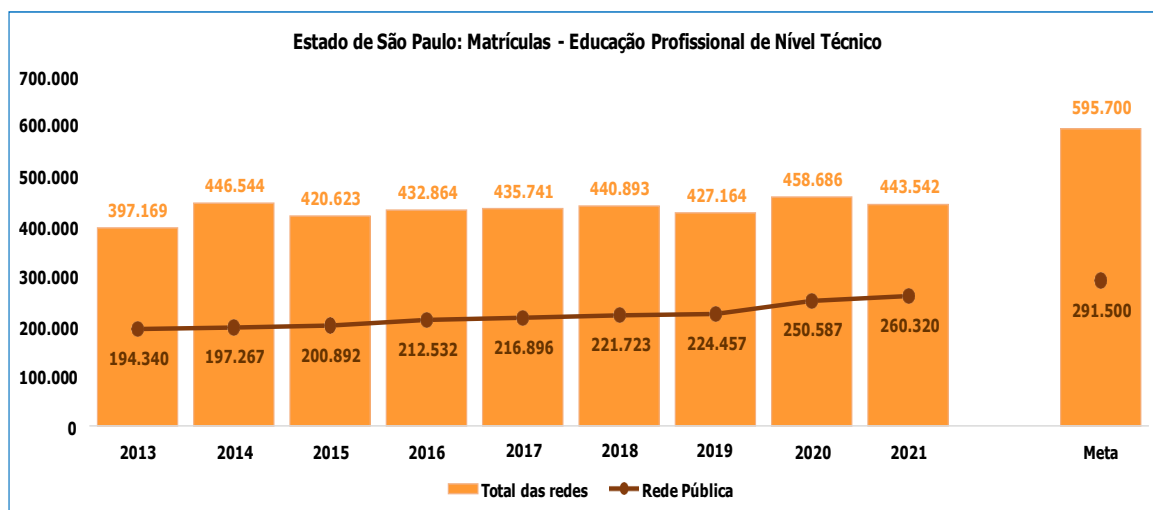
11.9. Aumentar a articulação entre os órgãos públicos, as escolas privadas e as organizações não governamentais que ofertam educação profissional, com objetivo de melhorar as informações e ampliar a oferta de vagas.

4.24 Representação Gráfica das Matrículas- São Paulo.

Rede de Ensino	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Meta
Total das redes	397.169	446.544	420.623	432.864	435.741	440.893	427.164	458.686	443.542	595.700
Rede Pública	194.340	197.267	200.892	212.532	216.896	221.723	224.457	250.587	260.320	291.500

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Nota: Inclui Normal Magistério, Curso Técnico Integrado - CTI Médio Integrado e CTI EJA Integrado, Técnico Concomitante e Técnico Subsequente.



Brasil e Estado de São Paulo: evolução da matrícula total da rede de ensino 2013-2021

Ano	Brasil			São Paulo		
	Pública	Particular	Total	Pública	Particular	Total
2013	900.519	702.427	1.602.946	194.340	202.829	397.169
2014	913.698	972.469	1.886.167	197.267	249.277	446.544
2015	977.504	847.953	1.825.457	200.892	219.731	420.623
2016	1.033.464	741.860	1.775.324	212.532	220.332	432.864
2017	1.055.763	736.043	1.791.806	216.896	218.845	435.741
2018	1.116.469	752.448	1.868.917	221.723	219.170	440.893
2019	1.106.556	768.418	1.874.974	224.457	202.707	427.164
2020	1.183.192	718.285	1.901.477	250.587	208.099	458.686
2021	1.152.143	699.398	1.851.541	260.320	183.222	443.542

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Ano	Normal/ Magistério	CTI - EM Integrado	CTI - EJA (EM)	Técnico Concomitante	Técnico Subsequente
2013	409	37.146	187	86.401	273.026
2014	455	48.447	816	85.813	311.013
2015	361	56.751	530	71.714	291.267
2016	599	67.058	444	117.779	246.947
2017	521	74.348	354	113.984	246.534
2018	392	82.213	430	107.177	250.681

2019	332	86.023	496	64.186	276.127
2020	326	104.337	568	62.186	291.269
2021	406	130.723	489	60.320	251.604

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Esfera	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Estadual	161.641	165.187	169.844	180.261	183.257	185.656	187.732	215.308	228.624
Federal	21.233	21.695	18.401	19.311	18.799	19.378	18.737	18.487	16.241
Municipal	11.466	10.385	12.647	12.960	14.840	16.689	17.988	16.792	15.455
Pública	194.340	197.267	200.892	212.532	216.896	221.723	224.457	250.587	260.320

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística da Educação Básica.

4.25 Meta 12 – Matrículas na Educação Superior

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, asseguradas a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Estratégias

12.1. Promover, com o apoio técnico e financeiro do Governo Federal, a expansão do Sistema Federal de Ensino Superior do Estado de São Paulo.

12.2. Otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, incluídas as instituições municipais de ensino superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação.

12.3. Ampliar a oferta de vagas de nível superior nas diversas áreas do conhecimento, por meio da expansão e interiorização das universidades estaduais e Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, considerando a densidade populacional de cada região administrativa e a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência.

12.4. Elevar, gradualmente, a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas estaduais para 90% (noventa por cento); ofertar, no mínimo, 1/3 (um terço) das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior.

12.5. Fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para formação de professores voltados à educação básica e atendimento ao déficit de profissionais em áreas específicas.

12.6. Proporcionar condições e mecanismos para disponibilizar recursos aos estudantes do ensino superior durante sua permanência nos cursos.

12.7. Ampliar, gradualmente, as políticas de inclusão e de assistência estudantil, a partir da oferta de moradia, transporte, alimentação, inclusão digital, creche e esporte, de acordo com as

demandas específicas de cada região, dirigidas aos estudantes de instituições públicas e bolsistas de instituições privadas de educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes, indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

12.8. Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para as áreas de grande pertinência social.

12.9. Ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior.

12.10. Ampliar, na forma da lei, a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior pública, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, estabelecendo uma política de cotas sociais e raciais, até o 3º (terceiro) ano de vigência deste PEE, nas Instituições de Ensino Superior - IES públicas, estaduais e municipais.

12.11. Assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação.

12.12. Fomentar estudos e pesquisas que analisem necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do país.

12.13. Expandir atendimento específico a populações do campo, comunidades indígenas e quilombolas, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nestas populações.

12.14. Fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação de ciências, matemática e licenciaturas, considerando as necessidades do desenvolvimento do Estado, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.

12.15. Assegurar a composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

12.16. Consolidar processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação como forma de superar exames vestibulares isolados.

12.17. Estimular a expansão e reestruturação das universidades estaduais existentes, com o apoio técnico e financeiro do Governo Federal, mediante termo de adesão ao programa de reestruturação, na forma de regulamento.

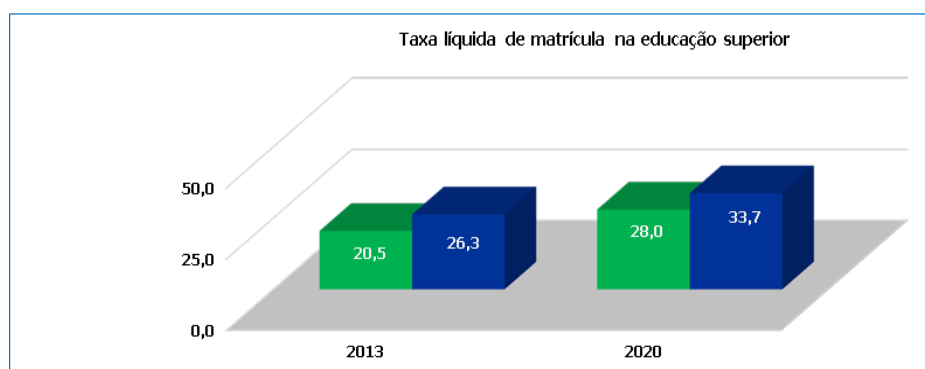
12.18. Expandir as matrículas de educação profissional tecnológica de nível superior das instituições estaduais, com sua vinculação a arranjos produtivos, sociais, culturais locais e regionais e sua interiorização, obedecendo a critérios de estrutura física e acadêmicos adequados ao ensino tecnológico.

12.19. Promover ações junto às instâncias deliberativas que visem a orientar e normatizar o funcionamento das instituições privadas de educação superior ou tecnológica, em face das diretrizes e metas propostas para o Sistema Estadual de Ensino.

12.20. Fomentar sistema de avaliação da qualidade da educação profissional tecnológica de nível superior da rede escolar pública e do setor privado.

Abrangência	Frequentam Cursos de Graduação		Pessoas de 18 a 24 anos		Taxa Bruta de Matrícula	
	2013	2020	2013	2020	2013	2020
Brasil	7.148.042	8.785.113	22.324.833	21.570.732	32,0	40,7
São Paulo	1.690.717	1.999.647	4.575.313	4.592.148	37,0	43,5

Fonte: MEC/Inep – Inep Data/Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação.



Evolução das matrículas na rede pública e privada – São Paulo

Ano	Pública	Privada	Total
2013	268.020	1.592.159	1.860.179
2014	275.841	1.698.885	1.974.726
2015	276.166	1.705.888	1.982.054
2016	286.964	1.667.177	1.954.141
2017	307.160	1.686.673	1.993.833
2018	328.857	1.700.539	2.029.396
2019	326.794	1.704.555	2.031.349
2020	326.523	1.748.648	2.075.171

Ano	Pública	Privada
2013	14,4	85,6
2014	14,0	86,0
2015	13,9	86,1
2016	14,7	85,3
2017	15,4	84,6
2018	16,2	83,8
2019	16,1	83,9
2020	15,7	84,3

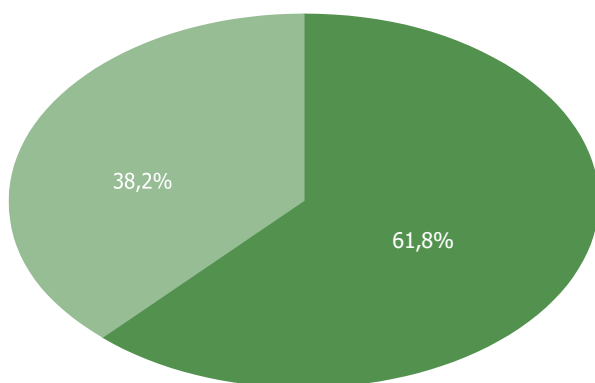
4.26 Polos de apoio presencial: panorama Censo EAD.BR 2019-2020

Os polos sempre tiveram um papel norteador no desenvolvimento da educação a distância, pois representam o avanço estratégico desenhado pelas instituições. Dessa maneira, buscamos em cada Censo olhar para onde, o que e com que intensidade as informações sobre os polos se apresentam. Observamos uma grande mudança desde o marco da EAD em 2017: a flexibilização viabilizou ainda mais representatividade no desenho estratégico de praças em que as instituições tenderam a explorar.

É fato que muitos polos – ainda que, de lá para cá, alguns possam não ter entrado em operação até o presente momento – denotam as intenções de promover a busca por novos alunos e aumentar a presença dessas estruturas nas diversas regiões geográficas. A movimentação das instituições públicas na abertura de novos polos é um dos pontos de destaque, indicando que a EAD se materializa de fato como uma nova visão do ensino no Brasil.

4.27 Panorama dos polos presenciais

Gráfico 1.1 – Instituições com/sem polos de apoio presencial



61,8% IES com polos presenciais

38,2% sem polos para as atividades presenciais

4.28 Análise da Criação de polos no Âmbito Nacional

O Censo EAD.BR 2018 demonstrou uma diminuição no número total de polos nas regiões do país (10.317), em comparação com dados apresentados em 2017 (11.108). No entanto, em 2019 houve uma recuperação, que elevou o total de instalações ao patamar de 2017 (11.008 polos). Esse número está em consonância com a visão de crescimento da base de alunos EAD no ensino superior, que aumentou em 2019 a uma taxa de 19,1% (dados do INEP), o que pode estar associado ao aumento na rede de polos. O aumento total de polos também representa uma estabilização após a liberação da abertura de polos pelo novo marco regulatório. Os números dos respondentes desta edição demonstram isso: foram 2.538 polos criados em 2019, contra 3.455 de 2018; quanto aos polos fechados, foram 353 em 2019, contra 374 do ano anterior.

4.29 Criação de polos por categoria administrativa

O Censo 2019 traz uma informação importante sobre a movimentação dos respondentes das instituições públicas estaduais e federais, que perfaziam uma série modesta de evolução em 2018 com a abertura de 276 e 102 polos, respectivamente, e que em 2019 criaram 242 e 922 polos, respectivamente, totalizando 1.164 unidades.

Já as privadas são notoriamente as que mais expandem: ficaram pouco à frente das públicas na edição de 2019, totalizando 1.272 novos polos. As privadas com fins lucrativos continuam sendo as que mais investem no crescimento cimento da rede de polos, o que pode ser observado com o número de 913 instalações, e as sem fins lucrativos, com 359 novas estruturas. Um ponto de destaque de 2019 é o comparativo entre o número de polos abertos pelas públicas federais, de 922, contra os 913 das privadas com fins lucrativos.

Uma análise importante dos dados desta seção diz respeito ao número de fechamentos de instalações na rede privada é muito maior que na rede pública. São 294 na rede privada (com e sem fins lucrativos) e apenas 49 na esfera pública, considerando instituições federais, estaduais e municipais. Além disso, as instituições do SNA (SENAI, SESI, SENAC, SESC, SENAT, SEBRAE etc.) demonstraram crescimento, ainda que com a

criação de apenas 8 polos em 2019, haja vista que não houve nenhum fechamento. Cenário bem diferente quando em comparação a 2018, quando criaram 101 polos e fecharam 12.

4.30 Função dos polos

Em relação às atividades que são realizadas pelos polos, não houve uma mudança na função primária das unidades como espaços prioritariamente destinados ao atendimento administrativo, como demonstrado no Censo de 2018, com cerca de 57%; os dados de 2019 apontam para a mesma direção, com 50%. Para atendimento pedagógico, são 46% (em 2018, eram 50%); a interação social totaliza 43% (em 2018, eram 45%), e realização de trabalhos colaborativos perfaz 42% dos polos (ante os 44% de 2018).

Os números demonstram que essas funções se mantêm preservadas, reproduzindo números próximos de 2018. Também se mantiveram constantes as funções de captação de alunos – perfazendo 43% (ante os 45% de 2018) e de exibição de videoaulas e teleaulas, com 35% (ante os 34% de 2018). Quando avaliamos os números de 2017-2019, percebemos que não houve mudanças significativas nas funções do polo de apoio presencial, indicando que, apesar da flexibilização por parte do MEC, do crescimento e do desenvolvimento tecnológico.

4.31 Estudo para a Implantação dos Polos na Faculdade IPESSP

Objetivos:

Definir critérios objetivos para seleção de cidades com potencial para implantação de polos de EAD como forma de expansão dos cursos da **Faculdade IPESSP** e da atuação de mercado.

Etapas

- Pesquisa de todos os polos de EAD do Brasil;
- Levantamento de dados IBGE;
- Análise do perfil de ensino superior dos estados e regiões do Brasil;
- Definição das cidades com oportunidades de expansão da atuação da IES;
- Sugestão das cidades para implantação de novos polos EAD da IES.

- Localidades: São Paulo; Interior de São Paulo (raio de até 800 Km da Capital)

5- Ambiente Virtual de Aprendizagem-AVA

No ambiente virtual de aprendizagem o aluno terá a sua disposição vários recursos que comporão a carga horaria da disciplina e atenderão as necessidades para uma formação de qualidade, como: material didático da disciplina; fórum de revisão conceitual, de dúvidas e discussão; reuniões online; materiais complementares.

Os estudantes terão acesso aos cursos à distância, disponibilizado pela internet pelo portal de estudos: **ambiente virtual de aprendizagem- AVA** e por meio de materiais didáticos preparado por professores qualificados e renomados. O estudo por meio de cursos a distância da Faculdade IPESP, permite a mobilidade e a flexibilidade de horário para quem não possui disponibilidade de realizar cursos presenciais.

No ambiente virtual de aprendizagem, o aluno terá acesso ao material na versão PDF com possibilidades de interatividade através de links que facilitarão a aprendizagem e deixarão a leitura mais dinâmica e ampla. A versão PDF possibilita o acesso off-line.

Da Aula Magna²⁸/Apresentação do Curso: para o início do desenvolvimento do processo de ensino, propõe-se a realização da Aula Magna/Apresentação do Curso.

Este processo é considerado um encontro de grande relevância tanto para o aluno quanto para a Instituição/polo. Nesta atividade, o aluno recebe informações, desde a origem dos seus cursos, importância da educação a distância e, os envolvidos pelo núcleo da EAD na **Faculdade IPESP**. Os alunos recebem ainda, orientação para utilização do Portal AVA.

São repassados todos os links que estão disponíveis no ambiente e explicados o funcionamento de cada um. Na aula inaugural ainda são informados e disponibilizados contatos e horários de tutorias (presencial e on-line) e formas de comunicação síncronas e assíncronas. A aula inaugural é o alicerce do aluno para que ele alcance o seu objetivo de aprendizagem de forma que a Faculdade IPESP possa cumprir o seu papel como disseminador da educação superior.

Da Flexibilidade: a estrutura curricular dos cursos à distância é flexível nos seguintes aspectos:

- a) não possui pré-requisitos para cursar as disciplinas;

²⁸Pode-se entender também por aula inaugural

- b) os alunos escolhem horários de estudo para integralizar a atividade prevista além de ter opção de baixar textos, documentos e arquivos, assistir videoaulas disponibilizados pelos professores;
- c) se o aluno reprovar em alguma disciplina/módulo ele pode optar por deixar para refazê-la no final do curso, desde que no período máximo de integralização do curso;
- d) flexibilidade nos horários de realização das provas e estudos;
- e) acessibilidade em diversas áreas do saber pertinentes ao curso que realiza.

Da Interdisciplinaridade no Curso: as disciplinas estão distribuídas para o desenvolvimento interdisciplinar dos respectivos saberes dos cursos, visando estabelecer o equilíbrio dos conteúdos ministrados para a formação integral do acadêmico e acontece continuamente em atividades entre disciplinas do curso.

A interdisciplinaridade nos cursos à distância ocorre através das atividades que envolvem seminários, visitas técnicas, palestras, simpósios, bem como pelas atividades práticas desenvolvidas.

Conforme consta em todos os PPC, a tecnologia da educação a distância da Faculdade IPESP, foi desenvolvida para que diferentes pessoas tenham à uma educação de qualidade, primando pela eficiência no processo de aprendizagem e suporte acadêmico contínuo.

Para os cursos à distância, propõe-se a utilização do Portal AVA, onde todo o processo de ensino-aprendizagem é realizado com base no material didático (e-books e videoaulas) e com o suporte por meio da própria plataforma.

O PDF do livro estará disponível para download e as videoaulas serão assistidas no próprio computador do aluno (vídeo streaming). Para proporcionar a interação e aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem, é no AVA que ocorrem processos de comunicação, orientação, avaliação, entre outros aspectos para o desenvolvimento do curso.

Os contatos realizados entre tutores, alunos e atendentes são realizados utilizando tecnologia de informação e comunicação, das seguintes formas:

- a) Ambiente Virtual de Aprendizagem- AVA, onde são disponibilizadas ferramentas de mural de recados e fórum;
- b) E-mail;
- c) Telefone;
- d) Presencialmente, nos horários de atendimento divulgados pela Faculdade IPESP.

Para as atividades a distância o aluno será acompanhado, supervisionado e orientado no desenvolvimento teórico-prático do curso. A IES/Curso terá um tutor responsável pelo recebimento e avaliação das atividades realizadas a distância pelos alunos e acompanhará presencialmente parte das atividades práticas e de campo.

A interação entre aluno, tutoria e professores também pode ocorrer por meio do chat das disciplinas durante a realização das aulas interativas. Assim, a mediação estabelecida pelo professor pretende garantir que todas as dúvidas enviadas sejam sanadas no momento da aula.

Para completar a formação do aluno no ambiente virtual de aprendizagem o aluno também terá a sua disposição, como citado anteriormente os fóruns, reuniões online, além de materiais complementares.

- **Fórum de Dúvidas** - é destinado para que os alunos relatem suas dúvidas referentes à metodologia EAD, o AVA ou questões de inconformidade de conteúdo disciplina e o tutor possa respondê-las de maneira pontual.

No fórum de dúvidas, os alunos acompanham a troca de mensagens entre eles assim como as respostas dos tutores e com isso é possível deixar registrado o que foi discutido além de os alunos receberem uma cópia das mensagens por e-mail.

- **Reunião Online-Síncrona** - O aluno entra no Ambiente Virtual de Aprendizagem, nos dias e horário marcado e participa online das aulas, com a possibilidade de realizar seus questionamentos em tempo real para o professor. É uma ferramenta utilizada para realizar o fechamento sobre os assuntos tratados no conteúdo, onde o professor tira as possíveis dúvidas que possam ter ficado sobre o conteúdo, em tempo real, com dia e horário marcados e realiza discussões sobre Estudos de Casos disponibilizados nas aulas disponibilizadas no AVA.

- **Vídeos:** Todo professor grava vídeos para que o aluno possa ter acesso e assistir quantas vezes julgarem necessário referente aos pontos mais importantes e dúvidas dos alunos sobre o assunto, que são incorporados ao e-book, permitindo que o aluno intercale com os conteúdos de leitura e com quizzes de fixação de conteúdo.

A avaliação do desempenho acadêmico do aluno será realizada em vários momentos, tanto no ambiente virtual de aprendizagem - AVA quanto nos momentos presenciais, pois essa avaliação incorporará novos procedimentos, que valorizem as competências dos acadêmicos, uma vez que o uso de Tecnologias da Informação pelos discentes possibilita o desenvolvimento de outras habilidades, além das já previstas pelas matrizes curriculares nos cursos de origem.

As atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas no PDI e PPC. As metodologias de ensino adotadas pelos cursos da Faculdade IPESSP fundamentam-se nos princípios da Chamada Pedagogia Interativa. O aluno, neste contexto, passa a condição de sujeito ativo e protagonista no processo para adquirir conhecimento e construir as suas competências e habilidade. Cabe ao professor incentivar e estimular a participação do aluno neste processo.

Para os cursos destacam-se as seguintes atividades²⁹: dinâmicas de grupo, leituras comentadas, fichamentos, aulas expositivas, visitas técnicas, aulas práticas, uso de laboratórios de informática,

²⁹ Também anteriormente descrito como estratégias diversificadas de ensino

projetos integradores, aprendizagem baseada em problemas, leitura de livros, pesquisa bibliográfica, uso de ferramentas de TI, o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

No caso de cursos ou disciplinas a distância, a comunicação entre professores e tutores e os alunos se dará através do Ambiente Virtual de Aprendizagem da Faculdade IPESSP. Neste ambiente, a comunicação será por meio de e-mail, mensagem via AVA, Fórum de dúvidas e Portfólio que estão descritos a seguir:

- **E-mail: O tutor/professor** disponibilizará o seu e-mail institucional para que o aluno possa entrar em contato. Neste caso, a interação se dará apenas entre o aluno e o tutor/professor.
- **Mensagem Via AVA:** Essa ferramenta estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem, no qual o aluno terá a possibilidade de enviar mensagens instantâneas para o professor/tutor ou para outro discente, independente de horário de atendimento, a mensagem é disponibilizada ao professor assim que ele acessa o AVA, podendo enviar a resposta a qualquer momento.
- **Fórum de Dúvidas:** Cada unidade da disciplina/modulo terá essa ferramenta disponibilizada para os alunos e professor/tutor. O aluno poderá postar uma eventual dúvida relacionadas às dificuldades encontradas no AVA e tutor tem o prazo de 48(quarenta e oito horas) para responder a questão. Todas as perguntas e respostas postadas no fórum de dúvidas ficam disponíveis para visualização de todos os alunos da turma.

O sistema de Ensino a distância proposto pela Faculdade IPESSP prevê que as disciplinas terão início com um encontro presencial e se encerrarão com uma avaliação, também presencial. No entanto, nas disciplinas que demandem necessidade de mais encontros presenciais, devido a alguma particularidade e ou complexidade, o aluno será previamente informado.

O material de apoio disponível está estruturado em unidades de estudos, que durante o seu desenvolvimento, os alunos contarão como o acompanhamento dos tutores.

O Sistema de Tutoria adotado pela Instituição oferta encontros:

- a) remotos: que acontecem duas vezes na semana com uma hora de duração;
- b) presenciais: diariamente de segunda a sexta em horário definido pela Instituição e informado aos alunos na plataforma AVA, e dois sábados ao mês, das 9h às 17h, alinhado aos cronogramas de práticas.

Para os encontros remotos utilizarão os seguintes canais: fóruns, e-mails, mensagens via AVA. Além disso, este tutor terá as seguintes atribuições: mediar o processo de aprendizagem do aluno; estimular as atividades de socialização e processos cooperativos de aprendizagem da

turma; esclarecer as dúvidas através do sistema AVA, e-mail e mensagens via AVA; digitar no AVA as notas das avaliações à distância e a presencial; orientar os alunos sobre a comunicação EAD adequada e demandas da aprendizagem a distância; auxiliar os alunos na compreensão dos serviços da Instituição e sobre a estrutura do curso e do AVA.

As turmas para cada disciplina contarão com, no máximo, cinquenta alunos. A interação aluno/professor também será estabelecida por momentos presenciais, no qual serão oferecidos orientações e desenvolvimentos de aspectos específicos das disciplinas e atendimento às atividades acadêmicas, como aulas práticas, estágio supervisionado e Trabalho de conclusão de curso, quando previsto em diretrizes curriculares específicas.

O tutor presencial atenderá os alunos no polo em horários pré-estabelecidos no cronograma ou agendados antecipadamente, além de participar dos encontros presenciais, avaliações, aulas práticas etc. Nos atendimentos presenciais, as turmas serão formadas com, no máximo, cinquenta alunos.

Os materiais didáticos serão elaborados pelos professores responsáveis pelas disciplinas, com a estrutura, já citados anteriormente.

Eles são compostos por textos-base, que objetivam não só garantir o desenvolvimento do conteúdo básico indispensável ao desenvolvimento do curso, mas também oportunizar o processo de ensino-aprendizagem através da reflexão por parte dos alunos, na medida em que são propostas reflexões sobre sua prática em relação às teorias estudadas.

Os livros indicados pelos autores como leitura obrigatória, estarão à disposição dos alunos na Biblioteca Virtual da Faculdade IPESSP.

Também serão utilizados no curso vídeos e áudios recomendados pelos autores como material complementar. Estes podem ser aproveitados principalmente pelo domínio público, periódicos das áreas ou produzidos na própria instituição.

5.1 Atividades Obrigatórias em EAD

Atividades que estejam relacionadas a Direitos Humanos, Educação Ambiental e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Número de horas para convalidação em Atividades Complementares conforme Diretrizes Curriculares Nacionais de cada Curso.

5.2 Planejamento de Programas, Projetos e Cursos à Distância.

A estrutura de trabalho acadêmico da **Faculdade IPESSP** está alicerçada em diretrizes pedagógicas que permitem a cada curso construir seu projeto pedagógico, de modo que o currículo proposto considere o perfil do egresso baseado no princípio maior da instituição que são a efetiva competência profissional, a ética e exercício da cidadania e a formação integral do ser humano.

Ainda, como formadora de profissionais de nível superior na área da saúde, bacharelado e tecnológico, e no âmbito da educação básica (ensino técnico) estabelece vinculada ao direcionamento proposto, os seguintes princípios:

- formar um centro de reflexão crítica composta pela administração, docentes, discentes, funcionários, tendo a investigação científica como atividade fundamental desse centro;
- promover a participação e a descentralização na gestão acadêmica e administrativa;
- trabalhar e refletir a realidade histórico-geográfica, nacional e internacional, nos seus níveis social, político, econômico e cultural;
- estabelecer uma relação de reciprocidade e de parceria com a comunidade, prestando-lhe serviços especializados;
- criar uma relação forte entre docente e discente, considerando este como centro das atividades educacionais, incentivando-o a expressar suas ideias, a investigar e a procurar meios para o seu desenvolvimento, tanto individual quanto social, visando resultados como: descoberta do conhecimento, apreensão dos conteúdos, modificação de comportamento e aquisição de saber;
- articular os projetos pedagógicos de seus cursos a fim de que proporcionem aos discentes temas de reflexão, fontes de estudo, proposições criativas e originais, decorrentes da incessante crítica da realidade;
- participar de forma integrada e solidária no processo de desenvolvimento socioeconômico, artístico, cultural, científico e tecnológico do Estado de São Paulo, Região Sudeste e do País;
- promover e divulgar as conquistas e os benefícios, resultantes dos trabalhos de pesquisa, de iniciação científica e de investigação científica e tecnológica, gerados na **Faculdade IPESSP**.

5.3 Plano de Gestão para a modalidade da EAD

O Plano de Gestão para a Modalidade EAD é desenvolvido de acordo com o Regimento da **Faculdade IPESSP** e de forma integrada com a modalidade presencial. O Plano é exercido de forma colegiada, induzindo à corresponsabilidade, com instâncias de decisão no nível das respectivas competências, facilitando o acesso às informações, com práticas transparentes, flexíveis e adaptáveis, fazendo da qualidade e da prontidão do atendimento à comunidade, destacadamente aos discentes, um fator de diferenciação e reconhecimento da Instituição.

A gestão acadêmica envolve a tomada de decisões pedagógicas e operacionais. Como apoio, o Coordenador do curso dispõe dos sistemas: acadêmico institucional, Discente Online, Sala de Aula, Portal, bem como Portal da IES.

Um aliado fundamental do Coordenador é o **Núcleo Docente Estruturante - NDE** que atua nas concepções, formulações bem como na consolidação e atualização do PPC. Diante das suas atribuições a Coordenação tem como apoio o NDE e o Colegiado de Curso trabalhando de forma integrada. Portanto, de acordo com as orientações emanadas pelo Ministério da Educação e com os princípios da IES, é dada importância ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e Currículo como documentos que explicitam o posicionamento a respeito da sociedade, da educação e do ser humano, assegurando o cumprimento de suas políticas e ações.

Como política institucional, busca-se continuamente a articulação entre a gestão institucional e a gestão do curso, bem como a adequação e implantação das políticas institucionais constantes no PDI. Neste contexto, o PPC e o currículo, muito mais que documentos técnico-burocráticos, constituem-se em instrumentos de ação política e pedagógica que garantem aos discentes uma formação global e crítica de modo a capacitá-los profissionalmente, e a proporcionar o desenvolvimento pessoal e profissional para o exercício da cidadania.

No âmbito dos cursos superiores de educação a distância pretendidos pela IES, as políticas visam a formação integral humana em uma perspectiva ética e de responsabilidade social e ambiental. Essa preocupação está presente nos eixos temáticos propostos, que sinalizam o engajamento dos discentes no sentido de exercitar um pensamento reflexivo, que possibilita o entendimento dos problemas do mundo presente e a intervenção e prestação de serviços para a comunidade, tendo, com ela, uma relação de reciprocidade.

O comprometimento com essa sociedade emana das reflexões em que os ideais de justiça, solidariedade e liberdade são exercitados e avaliados rotineiramente pelas atitudes de cada acadêmico no livre exercício de aprender e no de se relacionar com a comunidade institucional. Os princípios e argumentos científicos estão presentes nas disciplinas, voltados para a otimização de recursos e sustentabilidade das gerações futuras.

5.4 Polo sede

O polo de apoio presencial ao EAD será na **Faculdade IPESP** localizada na Rua Dona Antônia de Queirós, 333 Bairro da Consolação - São Paulo, SP.

Conforme expresso no art.5º do **Decreto 9.057/2017**, o polo de educação a distância é a unidade descentralizada da instituição de educação superior, no País ou no exterior, para o desenvolvimento de atividades presenciais relativas aos cursos ofertados na modalidade a distância. É, portanto, um espaço físico para a execução descentralizada de algumas das funções didático-administrativas de cursos à distância.

De acordo com os **Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância** (MEC-SEAD, agosto de 2007), o polo de apoio presencial deve contar com a infraestrutura física do ensino presencial, acrescido de: Secretaria EAD;NEAD; Sala para a coordenação da EAD; Sala de tutoria com computadores conectados à internet; Projetor multimídia; Softwares para a transmissão de videoconferências; Softwares para acessibilidade; Sala de aula para as avaliações presenciais; Biblioteca física e virtual; laboratório específico para os cursos e/ou convênios com entidades, associações entre outros da área do curso; e, Laboratório de informática, devidamente equipado com recursos de multimídia e computadores modernos, conectados em rede com acesso à internet banda larga, além de equipamentos conforme as especificidades do curso que atenderá

A **Faculdade IPESP** conta com espaços apropriado para o EAD, de acordo com os Referenciais de Qualidade, com o objetivo de agregar em seus espaços os recursos para os estudantes do EAD.

6-Política de Gestão Acadêmica

O modelo desenhado para a **Faculdade IPESP** dispõe de organização formal com estrutura simples, que visa propiciar à administração agilidade e flexibilidade para responder às necessidades da Instituição e às exigências modernas de gestão. Tal modelo permite ainda ampliar a transparência, a rapidez das respostas e a comunicação entre os segmentos que compõem a dinâmica institucional.

A estrutura organizacional se caracteriza por níveis hierárquicos responsáveis pela formulação, deliberação e execução das atividades institucionais, que se interpenetram, objetivando a qualidade da formação profissional e da gestão, possibilitando a implantação das medidas propostas e do crescimento institucional.

Os órgãos de deliberação e de execução foram concebidos com poucos níveis hierárquicos, uma vez que a hierarquia menos extensa contribui para tornar mais fácil a comunicação; exige menor controle burocrático; facilita a gestão de processos e de rotinas e a delegação de competências, podendo- se obter, em consequência, maior envolvimento da comunidade acadêmica, técnica e administrativa.

Essa estrutura permite instaurar processos de decisão mais ágeis, com participação dos diferentes segmentos da comunidade interna, possibilitando para cada setor autonomia e responsabilidade pelas decisões adotadas.

No que se refere à gestão institucional, esta exige que a função gerencial seja desenvolvida em todos os níveis hierárquicos da Instituição e tenha a capacidade de responder às demandas e às expectativas da comunidade interna e externa; reconstruir, quando se fizer necessário, as ideias e os conteúdos do PDI; acompanhar as mudanças políticas, econômicas, sociais, demográficas e culturais que afetam a Instituição e o ensino superior; aperfeiçoar o processo de avaliação de modo a reunir estudos e orientações que subsidiem cientificamente a decisão e a implementação de medidas que conduzam à execução do PDI.

Assim sendo, os processos de gestão institucional previstos consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos administrativos, discentes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões regulamentam o mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados e preveem a sistematização e divulgação das decisões colegiadas, assim como a apropriação pela comunidade interna.

A instituição apresenta garantia de cumprimento do Plano de Gestão da Modalidade de EAD³⁰, que contempla e detalha, plenamente, as ações administrativas e acadêmicas, com o respectivo cronograma de execução. A **Faculdade IPESP** apresenta sistema plenamente informatizado de gestão acadêmica dos alunos de EAD, com controle dos processos respectivos, integrados ao sistema geral de gestão acadêmica.

6.1 Gestão Institucional

Traçado todo o planejamento, que é o próprio PDI, parte-se para a sua implementação. O PDI será gerido pela Faculdade IPESP como um projeto e, para isso, cabe usar os conceitos e métodos como referência. A seguir serão apresentados os principais pontos, concernentes à execução de um projeto, que orientaram e auxiliaram os gestores nessa etapa.

Um projeto é um empenho temporário realizado para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo. Ser temporário não quer dizer que é de curta duração, mas que quando os objetivos forem atingidos ou o projeto não for mais necessário, então ele será encerrado. Entretanto, os resultados dele advindos intenciona-se que sejam duradouros, podendo ter impactos sociais, econômicos e ambientais com duração mais longa que os próprios projetos.

Um projeto pode criar vários resultados, entre eles, produtos, capacidades e documentos. Definido o que é projeto, esclarece-se que o gerenciamento de projetos corresponde,

³⁰ Conforme anteriormente mencionado

basicamente, ao emprego de conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas voltadas para as atividades do projeto de modo a atender aos seus requisitos.

Assim, a Faculdade IPESSP estipula cinco grupos de processos que devem ser realizados:

- a. **Iniciação:** são os processos realizados para definir um novo projeto ou uma nova fase de um projeto existente através da obtenção de autorização para iniciar o projeto ou a fase – no caso, o PDI;
- b. **Planejamento:** os processos realizados para definir o propósito do projeto, refinar os objetivos e desenvolver o curso de ação necessário para alcançar os objetivos para os quais o projeto foi criado – parte já definida no PDI;
- c. **Execução:** os processos realizados para executar o trabalho definido no plano de gerenciamento do projeto para satisfazer as especificações dele;
- d. **Monitoramento e controle:** assegurar que os objetivos do projeto estão sendo atingidos, através da monitoração e da avaliação do seu progresso, tomando ações corretivas quando necessárias;
- e. **Encerramento:** formalizar a aceitação do projeto ou fase e fazer o seu encerramento de forma organizada.

Para que a implementação do PDI ocorra da forma adequada, é preciso definir um planejamento. Assim, a primeira atividade é desenvolver o plano de gerenciamento do projeto, que será a fonte primordial de referência sobre como ele será planejado, executado, monitorado, controlado e encerrado. Esse plano se refere à documentação das ações exigidas para definir, preparar, integrar e coordenar todos os planos auxiliares. Assim, a partir das metas e objetivos traçados para cada eixo estratégico do PDI, juntamente com os recursos disponíveis para tal, são definidas e sequenciadas as atividades específicas que devem ser executadas.

De posse dessas informações e das atividades que devem ser realizadas, os gestores devem estimar a duração das atividades, ou seja, o período necessário para executá-las. Em seguida, elabora-se um cronograma, envolvendo todos os elementos anteriormente descritos. É importante, ainda, estipular uma política de comunicação entre os diversos atores envolvidos

no processo de implementação do PDI, visando a atualização de informações e estágios de desenvolvimento do projeto.

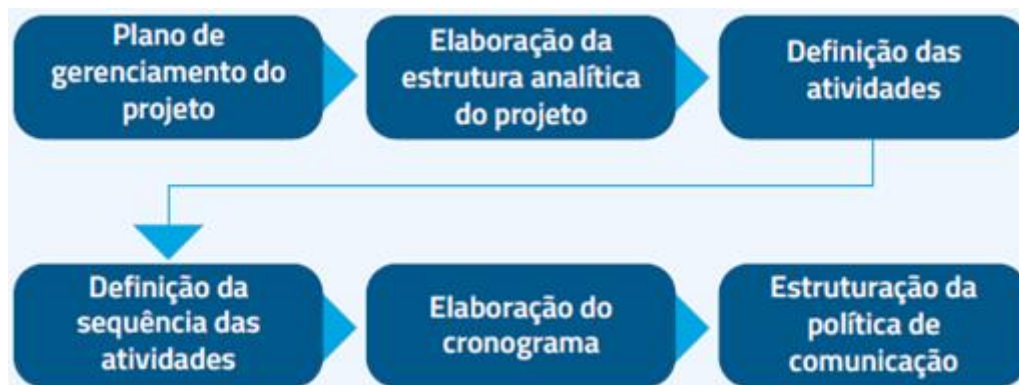


Figura 1 -Sequência de atividades de planejamento da Gestão.

A fase de execução do projeto envolve coordenar pessoas e recursos, bem como integrar e executar as atividades do projeto em conformidade com o plano de gerenciamento dele.

A partir das definições feitas no momento do planejamento da execução, procede-se ao cumprimento efetivo do que foi determinado no PDI. Chama-se atenção para a possibilidade de, durante a execução do projeto, e de acordo com os resultados que estão sendo obtidos, haver a necessidade de atualizar o planejamento e serem empreendidas mudanças nas linhas de base.

Essas mudanças podem abranger alterações nas durações previstas para as atividades e na disponibilidade de recursos, e a presença de riscos não previstos anteriormente. Nesse momento também é importante seguir a política de comunicação estruturada durante o planejamento.

O grupo de processos relativos ao monitoramento e controle consiste nos processos necessários para acompanhar, revisar e regular o progresso e o desempenho de gestão, detectar todas as áreas nas quais serão necessárias mudanças no plano e iniciar as alterações correlatas.

O principal ganho advindo das atividades desse grupo de processos é que o desempenho da gestão é averiguado e mensurado de forma periódica e uniforme para detectar variações em relação ao planejamento feito. Ressalta-se que as mudanças devem ser aprovadas pela equipe responsável, comunicadas aos interessados e então executadas. Dessa forma, o grupo de processos de monitoramento e controle coordena as fases da gestão para implementar ações

corretivas ou preventivas, a fim de que a gestão mantenha a conformidade com o plano de gerenciamento.

Durante a execução dos processos desse grupo de monitoramento e controle, passa-se pelo processo de monitorar e controlar o trabalho do gestor, quando devem ser elaborados relatórios que forneçam informações sobre o desempenho da gestão com relação a escopo, cronograma, custo, recursos, qualidade e risco, que podem ser usadas como entradas para outros processos. Notada a necessidade de mudanças, realiza-se o controle integrado de mudanças, avaliando as solicitações de alteração, aprovando as alterações e gerenciando-as. Essas mudanças devem ser sempre documentadas pelos gestores.

Ademais, ao longo da execução das atividades definidas no planejamento, serão feitas entregas (resultados esperados de cada atividade) que devem ser formalmente aceitas, devendo constar na documentação do projeto.

Outra atividade de grande importância nesse momento é o controle do cronograma, em que é feito o processo de monitoramento do andamento da gestão para atualização do seu progresso e gerenciamento das mudanças realizadas na linha de base do cronograma. Juntamente, faz-se necessário o controle dos custos, por meio da atualização do orçamento e gerenciamento das mudanças efetuadas. Por fim, é necessário reportar o desempenho, processo em que são coletadas e distribuídas informações sobre a performance, incluindo relatórios de andamento, medições do progresso e previsões.



Figura 2 - Sequência de atividades de planejamento da gestão.

Outras atividades podem ser realizadas pela IES de modo a facilitar esse momento, bem como outras estratégias podem ser empregadas. Ao seguir as considerações aqui feitas, é possível

realizar a implementação do PDI de maneira efetiva. É preciso bastante atenção e dedicação dos gestores e atores participantes visando esse resultado.

6.1.2 Gestão da Política Acadêmica e Administrativa

A Política acadêmica administrativa da **Faculdade IPESP** deixa clara a decisão de alicerçar seu planejamento na missão institucional, na filosofia de ação participativa adotada, nas particularidades de sua identidade, nas pessoas que compõem a organização, nos alunos a quem a Instituição atende e na responsabilidade social que faz questão de ter.

Ao serem definidas as concepções acerca de política acadêmica administrativa, oportuno que se possa vinculá-lo ao processo de avaliação institucional, tal como vem ocorrendo em várias universidades brasileiras. Esses dois processos interligam-se e estão vinculados a dois aspectos fundamentais da Instituição: a tomada de decisões e a ação decorrente em termos de correção de desvios/ reforço dos aspectos positivos/ aproveitamento das disponibilidades.

Ambos os processos - o de política acadêmica administrativa e o de avaliação institucional -, vistos como instrumentos gerenciais, não são fins em si mesmos. São instrumentos articuladores de mudança e de correção de rumos, tanto no que concerne às estruturas organizacionais quanto ao que nelas se desenvolve.

Toda política acadêmica administrativa, tem como insumos básicos os componentes que dizem respeito à infraestrutura física, aos conteúdos, programas curriculares, materiais e equipamentos didáticos, recursos humanos e financeiros. Some-se a isso a legislação, conjunto de normas e regulamentos e outros componentes que são fundamentais para a organização e o funcionamento da Instituição, além da consideração permanente dos cenários externo e interno.

A política acadêmica administrativa, com relação aos insumos básicos, cumpre um papel importante no sentido de articular as demandas, os interesses, os projetos e os programas institucionais, distribuídos num cronograma em diferentes períodos e com atores diferentes.

Concebido dessa forma, a política acadêmica administrativa na IES constitui-se em uma ferramenta de desenvolvimento institucional. Torna aqueles que a utilizam capazes de se comprometer com as políticas por eles definidas, com os objetivos, metas e ações por eles traçadas e por eles executadas, avaliadas e realimentadas.

6.2 Organização administrativa

A organização administrativa da **Faculdade IPESP**, tem como princípios fundamentais a compreensão das diversidades ideológicas, religiosas, étnicas e culturais, a defesa da democracia, o respeito e o cultivo da ética e da cidadania, atuando com qualidade em seus projetos educacionais, em busca do desenvolvimento sustentável do País, do crescimento pessoal dos indivíduos e das organizações sociais com que interage em suas atividades.

O Instituto de Pesquisa e Educação em Saúde de São Paulo é administrada por um Conselho de Administração constituído de pelos Sócios, que são os Membros Dirigentes, Membros Diretores, que envolvem as funções de Direção Técnica e Administrativa. Os Membros com título de Presidente e Vice-Presidente são os sócios com os maiores números de cotas.

O Conselho de Administração do IPESP - Instituto de Educação em Saúde de São Paulo é regido pelas seguintes normas:

I – reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês, em data previamente fixada e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do seu Presidente, da maioria dos membros do próprio Conselho;

II – delibera validamente, com presença de, no mínimo, 3 (três) dos seus membros, proibida a representação, sendo as decisões tomadas por maioria simples dos votos dos presentes, reservado ao Presidente o exercício ao voto de desempate.

Em caso de ausência ou impedimento do Presidente, assume automaticamente a presidência o Vice-Presidente.

Compete ao Conselho de Administração, dentro dos limites da lei e deste Estatuto, atendidas as decisões ou recomendações da Assembleia Geral, definir a política econômico-financeira do IPESP - Instituto de Pesquisa e Educação em Saúde de São Paulo, planejar e traçar normas e diretrizes de assessoria, planejamento e controle das operações e serviços, controlar os resultados e aprovar projetos, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

I – por deliberação própria em reunião Ordinária ou Extraordinária:

a) programar e regulamentar as operações financeiras e atividades do IPESP, estabelecendo e fixando quantidades, prazos, taxas, encargos e demais condições necessárias à sua efetivação;

b) estabelecer em Instruções, Regulamentos ou Regimento Interno sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometido contra disposições de lei, deste Estatuto ou das regras de relacionamento com o IPESP;

c) determinar taxa destinada a cobrir despesas dos serviços do IPESP;

d) aprovar normas de assessoria, planejamento e controle, bem como, os Regimentos Geral e das Unidades;

e) fixar orçamento anual do IPESP;

f) estabelecer as normas de controle de operações e serviços, verificando, trimestralmente, o estado econômico-financeiro do IPESSP e o desenvolvimento das operações e atividades em geral, mediante balancete da contabilidade e demonstrativos específicos, submetendo-os à aprovação do Conselho Fiscal;

g) Propor o enquadramento dos docentes na carreira, em conformidade com Plano de Carreira estabelecido pela mantenedora.

h) Aprovar o Plano de Cargos e Salários dos Corpos Docente e Técnico-administrativo da Faculdade IPESSP, os critérios para a seleção, ingresso, promoção, aplicação de penalidades, premiação, suspensão ou dispensa do professor e do colaborador técnico-administrativo.

I) Sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da Faculdade IPESSP, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pelo Diretor Geral.

K) deliberar sobre a admissão, demissão, eliminação e exclusão de membros, funcionários ou de professores participantes de seus quadros docentes;

L) adquirir, alienar ou onerar bens imóveis da sociedade, com prévia e expressa autorização da Assembleia Geral;

M) zelar pelo cumprimento dos objetivos do IPESSP, bem como, pela observância da legislação pertinente, em vigor;

N) avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros para atendimento das necessidades do IPESSP;

O) fixar normas para admissão e demissão de empregados e disciplina funcional;

P) elaborar e assinar o relatório e plano anual de atividades do IPESSP com o respectivo orçamento de receita e despesa, bem como firmar, em conjunto com o contador, as Demonstrações Financeiras e as demais contas correspondentes;

Ao Presidente cabem, entre outras, as seguintes atribuições:

I – representar ativa e passivamente o IPESSP em juízo e fora dele;

II – assinar contratos, procurações e demais documentos constitutivos de obrigações;

III – assinar os cheques bancários;

IV – convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração e as Assembleias Gerais;

V – proferir voto de desempate nas reuniões do Conselho de Administração;

VI – supervisionar as atividades do IPESSP, por meios de contatos assíduos com as assessorias;

VII – verificar frequentemente o saldo de caixa, mediante conferência e confronto com a escrituração contábil, registros auxiliares e livro próprio;

VIII – apresentar à Assembleia Geral Ordinária:

a) Relatório da Gestão;

b) Balanço Patrimonial;

c) Demais Demonstrações Financeiras.

IX – aceitar doações de bens com encargos ou sem eles, depois de devidamente autorizado pelo órgão competente, assinando os respectivos contratos que, por instrumento público ou particular, terão o ato lavrado em livro próprio do IPESSP.

Ao Vice-Presidente cabe assessorar o Presidente, substituindo-o temporariamente nos seus impedimentos.

6.3 Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão

Nos termos do Regimento Geral da **Faculdade IPESSP**, a administração da instituição é exercida por órgãos deliberativos e normativos, e órgãos executivos, conforme segue:

Órgãos da Administração Superior

- Conselho Superior (CONSUP);
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão- CEPE;
- Diretoria Geral;
- Diretoria Acadêmica;
- Diretoria Administrativa e Financeira;
- Supervisor acadêmico;
- Gerência de Educação a Distância;
- Coordenadoria de Curso;
- Representante do Corpo discente;
- Representante do Corpo docente.

Ao **Conselho Superior (CONSUP)**, órgão colegiado máximo em matéria administrativa, financeira, disciplinar, e acadêmica, compete expedir normas complementares para a organização e o funcionamento dos colegiados de Curso e sua articulação com os demais órgãos da Faculdade. O **CONSUP** é responsável pela supervisão das atividades institucionais e acadêmicas, incluindo as atividades de ensino, pesquisa, iniciação científica e extensão, possuindo atribuições deliberativas, normativas e consultivas.

A **Diretoria Geral** é o órgão executivo superior de coordenação, supervisão e fiscalização da Faculdade, sendo integrada pela Direção Geral, Direção Acadêmica e Gerências de Operações. A Diretoria Acadêmica possui estrutura de coordenadorias acadêmicas no apoio às atividades de gestão acadêmica, quais sejam: Coordenadoria de Graduação, Pesquisa e Extensão; Coordenadoria de Pós-graduação; e gerência de Educação a Distância, responsável pela gestão do Núcleo de Educação a Distância - NEAD

6.4 Do conselho de ensino, pesquisa e extensão – CEPE

Ao CEPE, órgão consultivo, deliberativo, de coordenação didático-pedagógica dos cursos, compete supervisionar as atividades didáticas e pedagógicas dos cursos. O Diretor Geral o preside. Compõem o CEPE:

Diretor Geral, Diretor Acadêmico, Diretor Administrativo, Coordenadores de Cursos, um representante docente indicado pelos seus pares e um representante discente, eleito pelos seus pares.

O mandato do representante docente é de dois anos, não podendo ser reconduzido.

O mandato do representante estudantil é de um ano, não podendo ser reconduzido.

As deliberações do Colegiado são tomadas por maioria absoluta de votos.

O Diretor Geral tem voto de qualidade, além do voto de membro do colegiado.

As sessões do CEPE têm preferência sobre quaisquer outras atividades, não sendo admitidas faltas sem justificção por escrito ao Diretor Geral.

Das reuniões do CEPE é lavrada Ata, lida e aprovada na mesma reunião ou na seguinte e assinada por todos os presentes.

O CEPE reúne-se, em sessão ordinária, no mínimo, uma vez em cada semestre letivo, sendo convocado e presidido pelo Diretor da Faculdade ou seu substituto legal.

6.5 Constituem atribuições do CEPE:

I - Elaborar, rever e aprovar os planos e programas de ensino, pesquisa e extensão;

II - Modificar, quando necessário, a periodização das matérias de cada curso, para melhor aproveitamento didático e nos termos da legislação em vigor;

III-Aprovar, de acordo com as normas estabelecidas a realização dos cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão;

IV-Rever e aprovar os programas e expedir instruções relativas aos cursos de aperfeiçoamento, especialização e extensão segundo sua área de abrangência;

V - Constituir comissões especiais de professores para estudar assuntos de ensino, pesquisa e extensão, que interessem à Instituição;

VI - Emitir parecer sobre assuntos de ordem didático-científica de sua competência;

VII-Encaminhar ao Diretor Geral, depois de verificada a procedência dos seus fundamentos, representação contra atos de professores, pessoal técnico-administrativo ou alunos;

VIII - tomar, em relação à vida social da Unidade, as providências que lhe competirem;

IX - Appreciar questões que, direta ou indiretamente, interessem à ordem didático-pedagógica da Instituição;

X - Resolver, em grau de recurso, os casos de sua competência.

Cada Curso é responsável pelo planejamento, distribuição e execução das tarefas que lhe são peculiares, em todos os níveis e para todos os fins da educação superior, em obediência aos órgãos superiores de coordenação do ensino, da pesquisa e da extensão, na forma deste Regimento, ouvido o Diretor(a) Acadêmico(a).

6.6 Supervisão acadêmica

A Supervisão Acadêmica, setor da Diretoria Acadêmica, será gerida por um Supervisor designado pelo Diretor Geral, consultado o Diretor Acadêmico.

São atribuições do Supervisor Acadêmico:

I - Supervisionar todas as atividades acadêmicas da Faculdade;

II - Acompanhar a execução do trabalho dos Coordenadores de Curso;

III - coletar as informações necessárias aos processos regulatórios do Ministério da Educação

IV - Realizar atendimento aos docentes e discentes;

V - Organizar e acompanhar os trabalhos dos colegiados;

VI - Conduzir e responsabilizar-se pelo núcleo psicopedagógico;

VII - Participar das reuniões dos colegiados, NDE, Professores e Coordenadores;

VIII - elaborar as normas em modelo padrão para a elaboração do calendário acadêmico e distribuí-las em tempo hábil aos setores vinculados a sua área;

IX - Receber dos Coordenadores e de seus subordinados, até 1º de outubro e enviar a Diretoria Acadêmica, até dia 10 de outubro, o planejamento global da vida acadêmica da Faculdade para o ano subsequente;

X - Sistematizar o orçamento global da área Acadêmica do ano subsequente, na forma definida pela Mantenedora, e enviar à Diretoria Acadêmica;

XI - cumprir e fazer cumprir o fornecimento à Diretoria Acadêmica, para posterior encaminhamento à Coordenação de Marketing da mantida, todas as informações relativas a eventos e atividades no âmbito de sua supervisão, cumprindo prazos estatísticos;

XII – exercer a ação disciplinar na esfera acadêmica;

XIII - analisar as propostas dos projetos pedagógicos dos cursos e suas alterações, advindas dos NDE's, encaminhando-as, com parecer, a Diretoria Acadêmica para apreciação e deliberação;

XIV – examinar as propostas de convênios com entidades públicas ou privadas que ofereçam campo de aplicação e treinamento para as atividades de ensino e de pesquisa, bem como outros convênios propostos no setor acadêmico, os encaminhado a Diretoria Acadêmica;

XV - Elaborar e encaminhar, por solicitação da Diretoria Acadêmica, os documentos necessários aos processos regulatórios do MEC;

- XVI - responder pela parte operacional da área acadêmica;
- XVII - conduzir as reuniões com os coordenadores de Cursos;
- XVIII - participar dos eventos acadêmicos;
- XIX - responder junto à ouvidoria pelas demandas acadêmicas;
- XX - Cumprir outras tarefas de suas responsabilidades.

A **Coordenação de Curso** é a unidade básica de gestão da Faculdade, incluindo o **Colegiado de Curso**³¹, órgão deliberativo e normativo, o **Núcleo Docente Estruturante (NDE)**, órgão normativo e consultivo, e a Coordenação executiva, para cada curso de graduação da Faculdade, para todos os efeitos de organização acadêmico-científica e administrativa do curso.

Os **Órgãos de apoio**, vinculados hierarquicamente à Diretoria Geral e funcionalmente às Diretorias Acadêmica e de Operações auxiliam a gestão institucional, nas diversas áreas institucionais.

São órgãos de apoio: (a) Secretaria de Controle e Registro Acadêmico; (b) Comissão própria de Avaliação - CPA; (c) Biblioteca; (d) Ouvidoria; (e) Procuradoria Institucional; (g) Núcleo de Apoio Discente e Docente- NAD, Núcleo Docente Estruturante NDE; Procuradoria Institucional; Colegiado do Curso; Comissão Permanente de Avaliação (CPA).

O **Núcleo Docente Estruturante -NDE** constitui um órgão suplementar da estrutura dos cursos de graduação, com atribuições consultivas e propositivas sobre as atribuições acadêmicas de acompanhamento e atuação no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).O NDE será formado por cinco docentes do curso, em consonância com o perfil da Resolução CONAES n° 01, de 17/06/2010.O NDE será constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do curso, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso. O NDE será constituído por um número mínimo de cinco (5) professores pertencentes ao corpo docente do curso, considerando-se os seguintes critérios. Pelo menos 60% dos membros do NDE devem ter titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Comissão Própria de Avaliação- CPA

³¹ Órgão consultivo, deliberativo, de coordenação didático-pedagógica dos cursos, compete a ele supervisionar as atividades didáticas e pedagógicas dos cursos.

A Faculdade IPESP interessada na promoção e na consolidação da educação de qualidade, em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, por meio da Lei 10.861 de 14/04/04, regulamentada pela Portaria Nº 2.051 de 09/07/04 que define a avaliação das instituições de educação superior, torna visível o significado de suas ações frente às múltiplas dimensões institucionais. A composição da Comissão Própria de Avaliação CPA da Faculdade IPESP tem como meta consolidar a importância da autoavaliação para o desenvolvimento da IES, como elemento catalisador da gestão.

A Comissão Própria de Avaliação da Faculdade IPESP assume o desafio inicial de elaborar o Projeto de Avaliação Institucional, fundamentado na missão e nos valores que devem não só ser cultivados, mas também permear a cultura da comunicação englobando a sociedade como um todo nos seus diferentes extratos. Nesse sentido, o Projeto de Avaliação Institucional subsidiará a avaliação externa, coordenará a autoavaliação, orientada pelas diretrizes propostas pelo SINAES e, pelo roteiro de autoavaliação institucional do CONAES³².

O Projeto de Avaliação da Faculdade IPESP construído de forma compartilhada, cujo objetivo maior será gerar resultados concretos, inseridos em processos transparentes para contribuir na tomada de decisões.

A Comissão Própria de Avaliação é um órgão colegiado é constituída pela presidência, vice presidência, representante da diretoria, representante do setor administrativo, representante das coordenações, dois representantes do corpo discente, um representante do corpo docente, um representante da secretaria acadêmica, um representante da biblioteca, um representante da tecnologia da informação e comunicação, um representante dos estúdios e laboratórios, um representante da mantenedora, um representante da IES em Responsabilidade Social, um representante da sociedade civil organizada e um representante dos egressos.

6.7 Do funcionamento dos Órgãos Deliberativos e Normativos.

A estrutura organizacional proposta para o Instituto de Ensino e Pesquisa e Pós- Graduação em Educação e Saúde, tem como base as condições mínimas de funcionamento, com padrões de qualidade, funcionalidade e efetividade com relação aos seus objetivos.

O Instituto está vinculado à Mantenedora, tendo na administração um Colegiado e, como órgão executivo, a Direção Geral. À Diretoria Acadêmica competem às atribuições ligadas às áreas fins do Instituto, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na autonomia das Coordenações

³² CONAES- Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior é um órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação.

de Curso, com a utilização e suporte de outros setores, permitindo maior agilidade e flexibilidade em sua atuação e nas tomadas de decisões.

A administração geral do Instituto compete aos seguintes órgãos:

I - de deliberação: o Colegiado

Órgão de instância máxima de deliberação do IPESP, cabendo-lhe definir as políticas e diretrizes de administração geral e acadêmica institucional, além de decidir sobre matéria administrativa na forma do Regimento.

II - de execução: as Diretorias Técnica e Administrativa; o Colegiado de Curso; as Coordenadorias de cursos; Diretoria Geral.

Aos Órgãos Deliberativos e Normativos, ou Órgãos Colegiados da **FACULDADE IPESP**, aplicam-se as seguintes normas:

I. As reuniões ordinárias dos Órgãos Deliberativos e Normativos são convocadas em datas pré-fixadas no calendário institucional, e as extraordinárias, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, salvo em casos emergenciais.

II. As reuniões ordinárias dos Órgãos Colegiados são convocadas pelo Presidente do órgão e as extraordinárias pelo Presidente ou por meio de requerimento de dois terços de seus membros, com pauta definida.

III. Das convocações deve constar o local e horário da reunião e a pauta dos assuntos a serem tratados, devendo esta incluir, no mínimo, a ordem do dia e os comunicados dos conselheiros;

IV- Nenhum membro pode participar de reunião em que seja apreciada matéria de seu interesse particular;

V- O comparecimento às sessões dos Órgãos Deliberativos e Normativos é obrigatório e preferencial em relação a qualquer outra atividade administrativa da **Faculdade IPESP**;

VI - Das reuniões dos órgãos Colegiados é lavrada ata, lida, discutida, votada e assinada pelos membros presentes à reunião;

VII- As decisões dos Órgãos Deliberativos e Normativos da **Faculdade IPESP** assumem a forma de:

(a) **Resolução**, quando se tratar de deliberação sobre seu regulamento ou normas relativas ao Ensino, Pesquisa e Extensão, constituição de comissões especiais ou grupos de trabalho, deliberação sobre normas administrativas ou criação e implantação de cursos ou programas acadêmicos;

(b) **Parecer**, quando se tratar de posição sobre consultas formuladas relativas a assuntos de Ensino, Pesquisa, Extensão ou assuntos administrativos. As Resoluções e Pareceres devem ser publicadas e divulgadas para conhecimento de toda a comunidade acadêmica.

6.8 Órgãos de Apoio as Atividades Acadêmicas

Os órgãos de apoio administrativo e acadêmico têm por finalidade dar suporte acadêmico e administrativo à **Faculdade IPESP** e compreendem: a Secretaria Acadêmica; a Biblioteca; o Financeiro; a Ouvidoria, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico, os Laboratórios e demais Serviços.

A Secretaria Acadêmica é o órgão de apoio ao qual compete organizar, controlar e supervisionar todas as atividades relativas ao controle acadêmico da Faculdade IPESP, dirigida por um Secretário Acadêmico, sob a supervisão da Diretora Geral.

De acordo com o Regimento da **Faculdade IPESP** compete à Secretária Acadêmica:

- chefiar a Secretaria Acadêmica fazendo a distribuição equitativa dos trabalhos aos seus auxiliares, para o bom andamento dos serviços;
- comparecer às reuniões do Conselho Superior, secretariando-as e lavrando as respectivas atas;
- abrir e encerrar os termos referentes aos atos acadêmicos, submetendo-os à assinatura do Diretor Geral;
- organizar os arquivos e prontuários dos alunos, de modo que se atenda, prontamente, a qualquer pedido de informação ou esclarecimentos de interessados ou direção da Faculdade IPESP;
- redigir editais de processo seletivo, chamadas para exames e matrículas;
- publicar, de acordo com o Regimento, o quadro de notas de aproveitamento de provas, dos exames e a relação de faltas, para o conhecimento de todos os interessados;
- trazer atualizados os prontuários dos alunos e professores; e,
- organizar as informações da direção da Faculdade IPESP e exercer as demais funções que lhe forem confiadas.

A Faculdade IPESP dispõe de [uma biblioteca](#) especializada para uso do corpo docente e discente e da comunidade da região, sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitada.

Os serviços da Biblioteca serão dirigidos por um(a) Bibliotecário(a) e por auxiliares indicados pela Direção Geral e contratados pela MANTENEDORA, em função das necessidades dos serviços, conforme descrito:

I - a Biblioteca deve ser organizada segundo os princípios mais modernos de Biblioteconomia, com recursos informatizados e, quanto ao seu funcionamento, reger-se-á por Regulamento, aprovado pelo CEPE;

II - a divulgação dos trabalhos didáticos, culturais e demais publicações será promovida pela Biblioteca, de acordo com a indicação dos Diretores ou Coordenadores de Cursos nos termos deste regimento;

III) propor à Diretoria-Geral a aquisição de obras e assinaturas de publicações periódicas, dando preferência às que se ocupem de matérias ministradas no IPESP e procurando sempre completar as obras e coleções existentes, mediante consulta aos Diretores de Unidade, Coordenadores de Cursos de Graduação, Chefes de Departamentos e Docentes interessados;

f) prestar informações às Diretorias e aos Professores sobre as novas publicações feitas no País, juntamente com catálogos das principais livrarias, sempre que possível e oportuno;

Outros órgãos poderão ser criados na medida em que se tornem necessários, a critério da Diretoria Geral, com a aprovação da MANTENEDORA.

A Diretoria Administrativa/ Finanças, responde pelas atividades de movimentação financeira das unidades de negócios.

A Ouvidoria é órgão de apoio e de natureza mediadora, com a finalidade de receber, encaminhar e acompanhar opiniões, comentários, críticas e elogios aos membros da comunidade acadêmica, bem como do público em geral a todos os setores da Faculdade IPESP, sendo responsável também por fazer chegar ao usuário uma resposta das instâncias administrativas implicadas, cujo funcionamento está disciplinado por regulamento próprio. A Ouvidoria da Faculdade IPESP atua com autonomia e absoluta imparcialidade, vinculada diretamente à direção da instituição, com o objetivo de zelar pelos princípios da legalidade, moralidade e eficiência administrativa, resguardando o sigilo das informações.

Os apontamentos feitos pela comunidade interna e externa à ouvidoria serão retornados às comunidades interna e externa em formato de relatórios estatísticos de forma a proteger a identidade do reclamante/ ouvido. As ações tomadas pela ouvidoria serão igualmente repassadas a estas comunidades através do site institucional e outras ferramentas de mídia internas como banners, faixas, flyers. Exposições durante as feiras e semanas acadêmico-científicas também serão feitas, utilizando-se para tanto, mesas redondas debates e outras ferramentas interativas.

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) é órgão mediador das situações relacionadas às dificuldades no processo de ensino-aprendizagem dos discentes, por meio da averiguação, intervenção e acompanhamento dos problemas identificados, cujo funcionamento está disciplinado por regulamento próprio.

Os laboratórios específicos visam atender às necessidades das atividades práticas de formação do aluno e serão estruturados de forma adequada, em consonância com os projetos pedagógicos dos cursos.

Os serviços de manutenção, de limpeza, de portaria, de vigilância e segurança, de protocolo e expedição realizam-se sob a responsabilidade da Mantenedora e a Faculdade IPESP atua como orientadora de processo, quando necessário, e como fiscalizadora da execução em termos de atendimento e qualidade prestados.

6.8.1. Da Secretaria Geral de Cursos

A Coordenação de Secretaria do IPESSP será designada pelo Diretor Geral nos termos deste Regimento, e tem como atribuições:

- a) organizar os serviços da Secretaria concentrando nela a escrituração do estabelecimento que deverá ser mantida rigorosamente atualizada e conferida;
- b) organizar o arquivo de modo que se assegure a preservação dos documentos escolares e se atenda, prontamente, a qualquer pedido de informação ou esclarecimento de interessados ou da Diretoria e das Diretorias;
- c) cumprir os despachos legais pertinentes da Diretoria Geral e demais Diretorias;
- d) superintender e fiscalizar os serviços da Secretaria Geral, fazendo distribuição equitativa dos trabalhos entre os auxiliares;
- e) redigir e fazer expedir toda correspondência oficial dos estabelecimentos integrados;
- f) redigir e subscrever os editais de chamada para exame e matrículas, os quais serão publicados de ordem da Diretoria Geral;
- g) manter atualizada a coleção de leis, regulamentos, regimentos, instruções, despachos, ordens de serviços e livros de escrituração;
- h) apresentar à Diretoria Geral, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser visados ou assinados;
- i) subscrever e publicar, regularmente, o quadro de notas de aproveitamento de avaliações de aprendizagem ou exames, e relações de faltas ou frequência para conhecimento dos alunos;
- j) organizar e manter atualizado o prontuário dos professores.

A Secretaria Geral trabalha em harmonia com as Diretorias Técnica e Administrativa, sendo vinculada hierárquica e funcionalmente à Diretoria Geral, competindo-lhe também as funções de assessoria especial. O controle acadêmico é centralizado na Secretaria Geral.

6.8.2 Administração Acadêmica

As Coordenações dos **Cursos de Graduação e Pós-Graduação** respondem pela condução integral do processo pedagógico. Além de acompanhar diuturnamente o desempenho dos docentes, quanto ao cumprimento dos programas e avaliações, bem como o desempenho didático em salas de aula, e de exercer as demais competências que lhe sejam previstas no Regimento Interno.

Em consonância ao Coordenador, ao Colegiado de Curso, compete distribuir, deliberar e emitir parecer sobre os programas e planos de ensino e projetos, em grau de curso, aprovar o plano e o calendário anual de atividades do Curso, elaboradas pelo(a) Coordenador(a).

A Coordenação do Curso está subordinada à Coordenação Pedagógica Geral da **Faculdade IPESP** e à Diretora Geral, que por meio de reuniões periódicas discutem e deliberam sobre assuntos relacionados ao curso que sobressaem ao âmbito da coordenação.

O(a) coordenador(a) do curso não desenvolve os seus trabalhos de forma isolada, possui suporte acadêmico administrativo dos conselhos e da Diretoria diretamente relacionadas.

Meta: Tornar o Curso uma unidade Administrativa, com custos e orçamento próprios.

Ações Específicas:

- Desenvolver um sistema próprio de informações gerenciais, com apropriação de custos e resultados, por Curso.
- Atribuir ao **Coordenador de Curso a função de gestor** do Projeto Pedagógico do Curso, das atividades de apoio técnico, científico e operacional e do controle orçamentário e financeiro da sua unidade.

6.8.3 Coordenação de Curso

O Coordenador de Curso é escolhido e designado pelo Diretor Geral. A titulação e o regime de trabalho do coordenador devem atender aos padrões de qualidade, fixados pelo MEC.

São atribuições do Coordenador de Curso:

- Superintender todas as atividades do Colegiado de curso representando-a junto às autoridades e órgãos da Faculdade IPESP;
- Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;
- Acompanhar a execução das atividades programadas, bem como a assiduidade dos professores e alunos;
- Apresentar, anualmente, ao Colegiado de Curso e à Diretoria, relatório de suas atividades e das de sua Coordenadoria;
- Sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente, técnico-administrativo e monitores;

- Encaminhar, ao setor responsável pelo controle acadêmico, nos prazos fixados pelo Diretor, os relatórios e informações sobre avaliações e frequência de alunos;
- Promover, periodicamente, a avaliação das atividades e programas do Curso, assim como dos alunos e do pessoal docente e não docente nele lotado;
- Propor ou encaminhar proposta para a criação de cursos sequenciais, de extensão, de graduação, de pós-graduação e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e programas de extensão ou eventos extracurriculares, culturais ou desportivos;
- Decidir, após pronunciamento do professor da disciplina sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;
- Delegar competência, e
- Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no Regimento.

A coordenação dos cursos sequenciais e de pós-graduação é exercida pela Coordenadoria de Curso que contiver maior número de disciplinas oferecidas à integralização deles.

O diretor geral pode designar coordenador específico para cursos sequenciais ou de pós-graduação, segundo a natureza ou complexidade de cada um.

Meta: Manter na coordenadoria dos cursos de graduação professores-profissionais vocacionados para a liderança e a gestão participativa.

Ações específicas:

- Manter a regularidade de funcionamento dos colegiados de cursos, no mínimo, nos períodos estabelecidos no regimento interno;
- Proporcionar infraestrutura de apoio aos colegiados e aos coordenadores de cursos, para o exercício pleno de suas funções.
- Oferecer cursos de treinamento e atualização para os coordenadores de cursos, particularmente em relação à elaboração e execução de projetos pedagógicos, à legislação de ensino superior e às relações interpessoais.

6.9 Das relações com a Mantenedora

O IPESSP é responsável, perante as autoridades públicas e o público em geral, pelo Instituto IPESSP, incumbindo-se de tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitando os limites da lei e deste Regimento, a liberdade acadêmica dos corpos docente e discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e administrativos.

Compete, precipuamente, à MANTENEDORA promover adequadas condições de funcionamento das atividades do Instituto IPESSP, colocando-lhes à disposição os bens necessários de seu patrimônio ou de terceiros a ela cedidos, e assegurando-lhes os suficientes recursos humanos e financeiros de custeio.

À MANTENEDORA reserva-se a administração orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Instituto IPESSP.

Dependem de aprovação da MANTENEDORA as decisões do Instituto IPESSP que importem aumento de despesas ou correção do orçamento anual.

6.10 Relações de Parcerias com a Comunidade, Instituições e Empresas.

A **Faculdade IPESSP** desenvolverá programas de extensão, articulados com o ensino e investigação científica, para a difusão de conhecimentos e técnicas pertinentes à área de seus cursos. As atividades de extensão, no âmbito da Faculdade IPESSP, serão realizadas sob a forma de:

Cursos de Extensão: são cursos ministrados que têm como requisito algum nível de escolaridade, como parte do processo de educação continuada, e que não se caracterizam como atividades regulares do ensino de graduação;

Eventos: compreendem ações de interesse técnico, social, científico, esportivo e artístico como ciclo de estudos, palestras, conferências, congressos, encontros, feira, festival, fórum, jornada, mesa redonda, reunião, seminários e outros.

Programas de Ação Contínua: compreendem o conjunto de atividades implementadas continuamente, que têm como objetivos o desenvolvimento da comunidade, a integração social e a integração com Instituições de Ensino;

Prestação de Serviços: compreende a realização de consultorias, assessoria, e outras atividades não incluídas nas modalidades anteriores e que utilizam recursos humanos e materiais da Faculdade IPESSP.

Os serviços serão realizados, principalmente, sob a forma de:

atendimento à comunidade, diretamente ou por meio de instituições públicas e privadas;

participação em iniciativa de natureza cultural, artística e científica;

promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas.

No aguardo- Vina

6.11 Política de Atendimento ao discente: Formas de Ingresso

Para o acesso do discente ao ensino superior foi definida política em complementação à de captação de alunos, uma vez que não basta viabilizar o acesso de alunos ao ensino superior, é preciso, também democratizar a sua permanência, a fim de assegurar-lhes o uso dos resultados do seu processo educativo e dos benefícios derivados desta escolaridade.

Democratização da permanência dos alunos implica em ter clareza do perfil de profissionais que a Instituição deseja formar a fim de poder identificar e minimizar as lacunas que os alunos trazem de sua formação anterior e os problemas de ordem emocional ou psicopedagógica que interferem na sua aprendizagem. Implica também na busca de alternativas aos problemas de ordem financeira que impossibilitam, muitas vezes, a referida permanência nos cursos em que lograram obter acesso.

A admissão aos cursos superiores da Faculdade IPESSP ocorre por meio de um processo seletivo que visa selecionar e classificar os alunos de acordo com os requisitos básicos para os cursos oferecidos. Antes de iniciar o período letivo é aplicado sistematicamente um teste escrito padronizado (Processo Seletivo) de conhecimentos e habilidades intelectuais. Os alunos aprovados e classificados estão aptos para a matrícula.

6.12. Política de Atendimento ao Discente: Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro

O Apoio Pedagógico e Financeiro ao discente é atendido a partir de uma política de trabalho conjunta do docente, da Coordenação de Curso, da Direção Geral da Instituição, da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e da Secretaria.

O apoio pedagógico ao discente tem início em sala de aula³³, reforçando o papel de educador que não se limita apenas às atividades acadêmicas, pois valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências, possibilitam entender as relações

³³ Além da abordagem do conteúdo em aulas semanais, nas quais o aluno recebe orientações sobre como estudar e é instigado a refletir e buscar informações sobre seu futuro acadêmico, os jovens contam com diversas outras ações que visam estimular a experimentação e o autoconhecimento.

próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Da política de apoio pedagógico fazem parte integrante:

Cursos de reforço (Nivelamento) em disciplinas básicas (principalmente de Língua Portuguesa) e Informática ; Programas de monitoria: cujo objetivo é assessorar alunos em eventuais dúvidas; Processo de avaliação: a cada exercício realizado seja trabalho ou avaliação à correção oral e escrito, torna-se um espaço privilegiado de aprendizagem; Controle de faltas; Processo ensino-aprendizagem: prática pedagógica e compreensão por parte dos alunos da proposta de trabalho e do conteúdo desenvolvido; Política de “portas abertas”, onde o coordenador do curso disponibiliza horário para apoio aos discentes; Disponibilização por parte de alguns docentes de horário semanal para apoio pedagógico ao discente; Laboratórios de informática; Laboratórios específicos; Programa de Iniciação Científica, Projetos de Extensão/curricularização.

Alguns projetos foram organizados,³⁴ tendo em vista que a formação acadêmica, independentemente das áreas de atuação para a qual o aluno está sendo formado, deve proporcionar ao aluno a capacidade de identificar problemas relevantes à sua volta, avaliar diferentes posições quanto a esses problemas, conduzir sua postura de modo consciente e atuar junto à sociedade a partir dos diferentes conhecimentos, habilidades e atitudes trabalhadas no curso.

Com este propósito serão desenvolvidas ações incentivadoras para a participação dos discentes em projetos como: Seminários, congressos, simpósios, palestras externas (utilizadas como metodologia de ensino, durante as aulas),etc.; Ciclo de palestras e Semana de estudos; Acompanhamento psicopedagógico; Programa de Iniciação Científica para divulgação de trabalhos e produções de alunos e professores; autoavaliação institucional- CPA, momento em que as informações prestadas pelos alunos são relevantes no processo de melhoria da qualidade no curso; programa de monitoria, através da qual os alunos têm oportunidade de rever e aprimorar seus estudos objetivando resultados satisfatórios no processo de ensino-aprendizagem; estágio curricular além da disponibilização de horários na carga horária total dos docentes para atendimento aos alunos em suas atividades acadêmicas.

³⁴ Contaçon de História.

Para que possa acompanhar seu desempenho acadêmico, a **Faculdade IPESP** facilitará ao aluno o acesso às informações de seu registro acadêmico através do “registro eletrônico” ou diretamente na secretária. O acesso eletrônico pode ser realizado via internet mediante a utilização de uma senha específica. O controle e registro acadêmicos (notas, disciplinas, aprovações, reprovações, tempo restante para a conclusão do curso, e outras referências à vida acadêmica) são de responsabilidade da Secretaria Acadêmica. Para os alunos que não possuem acesso à Internet ou não dispõem de equipamentos que permitam este acesso, a faculdade disponibilizará junto à Biblioteca e Laboratório de Informática, notebook, salas de apoio de informática que atendem às necessidades institucionais, com equipamentos, normas de segurança, o espaço, físico, o acesso à internet, a atualização de *softwares*, a acessibilidade (**incluindo** recursos tecnológicos transformadores), os serviços previstos, o suporte, as condições ergonômicas e a oferta de recursos de informática inovadores. Desta forma, estas instituições, sempre que necessário, ofertam vagas de estágios ou, no caso das grandes empresas, realizam o recrutamento contínuo de estagiários.

6.13 Política de Atendimento ao discente: apoio para participação em eventos

A Faculdade IPESP tem como propósito promover e incentivar a participação dos discentes em Ciclos de Debates, Conferências, Eventos, Jornadas, Mesas Redondas, Oficinas de Trabalho, Produção e Incorporação de Tecnologias Apropriadas, Seminários entre outros eventos.

A Faculdade IPESP incentiva a participação dos discentes em grupos de pesquisa, programas de Iniciação Científica e Programa de Extensão e, para isso, implantou um plano de Iniciação Científica que tem como objetivos: iniciar o aluno do curso de graduação na prática da pesquisa científica; desenvolver a mentalidade científica, crítica e investigativa dos alunos; estimular o professor orientador a formar equipes de pesquisa; identificar e estimular os alunos para a investigação científica. A organização curricular possibilita a realização de eventos com apoio virtual para a participação dos alunos em atividades extramuros, objetivando a interdisciplinaridade.

6.14 Meios de Divulgação de Trabalhos e Produções

Os alunos terão oportunidade de divulgar seus trabalhos dentro e fora da Faculdade IPESP. A coordenação e os professores do curso divulgam os eventos ligados à profissão. A divulgação ocorre ainda nos periódicos existentes na área. Existirão, ainda, outros mecanismos de divulgação de trabalhos e produções de alunos como a Revista Científica da **Faculdade IPESP**, e outros

formatos virtuais, também fazem parte da proposta de divulgação a ser desenvolvida pelos cursos.

Para o Trabalho de Conclusão de Curso- TCC e Projetos Integradores Multidisciplinares -PIM, está previsto e considera carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação, a divulgação de manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos e a disponibilização dos TCC em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet.

6.15 Organização do Controle Acadêmico

A organização do controle acadêmico segue as normas estabelecidas e todo sistema de matrícula, trancamento, frequência, notas, aprovação e reprovação, bem como os demais procedimentos de secretaria contam com pessoal qualificado e com um sistema de informação apropriado. O sistema de controle acadêmico prima pela organização das informações referentes ao conteúdo curricular oferecido aos alunos, bem como a sistematização dos dados referentes ao horário e cronograma de atividades, incluindo a elaboração de toda a documentação pertinente à vida acadêmica, tendo presente a legislação educacional em vigor, inclusive com o Diploma Digital.

A Faculdade IPESP adota o regime semestral para os seus cursos tecnológicos e bacharelados de matrícula por disciplina. A cada semestre o aluno renova sua matrícula em disciplinas do currículo do seu curso, conforme horário de aulas preparado para aquele semestre. Durante o semestre, sempre que interessar, o aluno pode solicitar histórico escolar contendo resultados das disciplinas cursadas em semestres anteriores.

A documentação de alunos e os registros acadêmicos são administrados pela Secretaria Geral. Documentos e informações são fornecidos continuamente pela Secretaria, atendendo solicitação de toda comunidade acadêmica. Os requerimentos de solicitação desses documentos são protocolados na própria Secretaria Acadêmica.

6.16 Registro e Controle acadêmico

Os registros acadêmicos da Faculdade IPESP são feitos através de software específico, com módulos de cadastro, controle de especialidade ou curso, matrizes curriculares, turmas codificadas por curso e por semestre letivo e os módulos de controle financeiros, inclusive diploma digital.

O sistema é integrado e permite além do registro e controle dos dados, a emissão de relatórios para a coordenação, professores/tutores e acadêmicos. O sistema é integrado com portais de acesso online que permitem ao aluno acompanhar a frequência, as notas e as disciplinas cursadas por semestre.

Meta: Erro ZERO nos registros acadêmicos.

Ações específicas:

- Desenvolver programa próprio de sistema de informações acadêmicas, na busca da confiabilidade, segurança, transparência e agilidade.
- Proporcionar treinamento permanente aos profissionais em exercício na Secretaria Acadêmica, com ênfase nos aspectos essenciais da gestão acadêmica de dados informatizados, na legislação do ensino superior e nas relações interpessoais.
- Promover a atualização tecnológica de equipamentos e programas de informática, destinados ao registro e controle acadêmicos.
- Proporcionar condições e ambiente de trabalho adequados ao exercício das funções de controladoria acadêmica.

7.0 Implementação dos Cursos

A Faculdade IPESP, objetivando a sintonia com o mercado acadêmico e profissional não acadêmico, estruturou-se de modo a garantir a mobilidade de seus quadros bem como a interação de seus agentes. Desta maneira adquire importância a estrutura dos Núcleos nos quais professores, parcela do corpo docente e pesquisadores se organizarão por afinidade de conhecimento para o surgimento de um ambiente propício à interdisciplinaridade. Assim, por meio dos Núcleos, em especial dos seus respectivos orientadores a participação docente e docente permeará indiretamente toda a estrutura administrativa da IES, além da participação direta já garantida nos órgãos colegiados anteriormente exposta.

Os professores encontrar-se-ão organizados em Núcleos Docentes Estruturantes e Colegiados de Curso, dentro dos quais são responsáveis pela produção do conhecimento e sua integração na prática do curso produzidos pela IES e pela atribuição e delimitação do conteúdo a ser abordado pelas disciplinas ou por eixos temáticos em consonância com as metodologias ativas e inovadoras que a Faculdade IPESP vier a adotar.

7.1 Cursos de Graduação

O Curso é a unidade básica da Faculdade IPESP para todos os efeitos de organização administrativa e didático pedagógica. O Curso é integrado pelo Colegiado de Curso, Núcleo Docente Estruturante-NDE para as funções deliberativas e normativas e pelas Coordenações dos cursos para as tarefas executivas.

Meta: Buscar, permanentemente, a excelência na gestão acadêmico-administrativa.

Ações específicas:

- Proporcionar ambiente institucional para o desempenho elevado dos Coordenadores de Curso, professores e alunos;
- Incluir todos os Coordenadores em regime de tempo parcial e ou integral;
- Promover seminários internos de atualização gerencial, com ênfase para os aspectos acadêmicos, econômico-financeiros e administrativos.

7.2 Plano de Expansão: Cursos de Graduação Pretendidos

A partir de levantamentos realizados entre concluintes do ensino médio da região metropolitana de São Paulo os candidatos inscritos nos processos seletivos, professores e tutores, Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação, dentre outros documentos de referência sobre a temática, a Faculdade IPESP pretende protocolizar as autorizações dos cursos de bachareis em graduação- bacharelado com oferta de 40% em EAD, conforme tabela abaixo:

CURSOS		2022		2023		2024		2025		2026	
		1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
Bacharelado											
Biomedicina	80										
Farmácia	80										
Psicologia	80										
Ciências Biológicas	80										
Enfermagem	80										
Educação Física	80										
Fisioterapia	80										
Odontologia	80										
Vagas Totais Anuais	640	640		640		640		640		640	

Ações específicas:

- Levantar a legislação, normas, indicadores e padrões de qualidade para a elaboração final dos projetos pedagógicos dos cursos pretendidos.
- Recrutar professores-especialistas, nos cursos pretendidos, para integrarem o corpo docente da faculdade e atuarem na elaboração dos projetos.

- Elaborar os projetos cursos, à época própria, prevista no calendário do MEC, para protocolização dos pedidos.
- Acompanhar a tramitação dos processos, a visita das comissões de consultores do MEC e o cumprimento de possíveis diligências.
- Tomar as ações legais e burocráticas para a realização dos processos seletivos iniciais e a instalação de cada curso.

Graduação Tecnológica

CURSOS	2022		2023		2024		2025		2026	
	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
Graduação Tecnológica	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
CST Tecnologia em Estética e Cosmética		x	x							
CST- Tecnologia em Podologia			x							
CST – Tecnologia em Sistemas Biomédicos			x							
CST- Tecnologia em Cosméticos			x							
Vagas Totais Anuais 2.500	500		500		500		500		500	

Ações específicas:

- Levantar a legislação, normas, indicadores e padrões de qualidade para a elaboração final dos projetos pedagógicos dos cursos pretendidos.
- Recrutar professores-especialistas, nos cursos pretendidos, para integrarem o corpo docente da faculdade e atuarem na elaboração dos projetos.
- Elaborar os projetos cursos, à época própria, prevista no calendário do MEC, para protocolização dos pedidos.

- Acompanhar a tramitação dos processos, a visita das comissões de consultores do MEC e o cumprimento de possíveis diligências.
- Tomar as ações legais e burocráticas para a realização dos processos seletivos iniciais e a instalação de cada curso.

7.3 Cursos de Pós- Graduação em Funcionamento (*lato sensu*)

A pós-graduação, em nível de especialização, está implantada e novos cursos serão progressivamente acrescentados, havendo a consolidação e fortalecimento dos cursos e programas. Os cursos de pós-graduação serão coordenados por professores, designados pela Diretora Geral em apoio à coordenadoria do curso afim.

Metas: Implantar/ e ou continuar a oferta no período 2022/2026 de acordo com o seguinte quadro abaixo:

Ações específicas:

Recrutar e selecionar professores, do corpo docente da própria IES, para a elaboração dos projetos dos cursos de especialização programados para o período. • Alocar horas-semanais para os programas de pós-graduação, dos professores em TI e em TP. • Recrutar, selecionar e contratar professores na comunidade local e regional, com título de mestre ou doutor, para suprir possíveis carências internas, para a implementação dos programas de especialização. • Conceder bolsas, parciais ou totais, aos professores do quadro docente, indicados pelos coordenadores de curso, para matrícula nos cursos de pós-graduação.

Cursos de Pós- Graduação	Ano de Implantação				
	2022	2023	2024	2025	2026
MBA Executivo em Gestão Hospitalar e Serviços de Saúde	X				
Acupuntura	X				
Administração Hospitalar	X				
Administração Hospitalar em Serviços de Saúde-EAD	X				
Análises Clínicas - EAD - Semipresencial	X				
Análises Clínicas da Área Técnica a Gestão	X				
Análises Clínicas- Prática Laboratorial e Int. Clínica.	X				
Análises Clínicas Veterinária	X				

Análises Clínicas Veterinária Semipresencial	X				
Auditoria em Serviços de Saúde	X				
Biologia Estética Semipresencial	X				
Biologia Molecular e Citogenética	x				
Biologia, Biomedicina e Farmácia Estética	X				
Biologia, Biomedicina e Farmácia Estética Semipresencial.	X				
Biomedicina Estética	X				
Biomedicina Estética - Semipresencial	X				
Circulação Extracorpórea e Assistência Circulatoria Mecânica Perfusão	X				
Citogenética Clínica	X				
Citogenética Humana	X				
Citologia Clínica	X				
Diagnóstico e tratamento por Imagem	X				
Docência e Pesquisa em Ciências e Saúde para o Ensino Superior	X				
ECMO - Circulação Extracorpórea de Longa Duração	X				
Enfermagem	X				
Enfermagem Aeroespacial	X				
Enfermagem em Urgência e Emergência	X				
Estética Saúde e Bem-Estar	X				
Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica	X				
Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica - EAD	X				
Farmácia Estética	X				

Farmácia Estética - Semipresencial	X				
Farmácia Hospitalar em Oncologia	X				
Gerontologia	X				
Gestão Hospitalar e Serviços de Saúde EAD - Semipresencial	X				
Hematologia e Hemoterapia EAD - Semipresencial	X				
Hematologia e Hemoterapia Laboratorial	X				
Imunologia por Citometria de Fluxo	X				
Microbiologia Clínica	X				
Nutrição Clínica	X				
Psicopedagogia Clínica e Institucional	X				
Radiologia Veterinária	X				
Ressonância Magnética e Tomografia Computadorizada	X				
<u>Citogenética Humana - Único no Brasil coordenado por uma ex- aluna do IPESSP.</u>	X				

7.4 Cursos de Atualização

A partir de levantamentos realizados, a Faculdade IPESSP oferta os seguintes cursos de Atualização de acordo com o seguinte quadro:

Cursos de Atualização					
	2022	2023	2024	2025	2026
Análise Clínico Laboratorial de Líquor e Líquidos Cavitários	X				
Anatomia Palpatória	X				
APH-Atendimento Pré-Hospitalar Urgência e Emergência	X				
Bandagem Neuromuscular	X				

Camuflagem Estética Reparadora de Cicatriz, Estrias, Olheiras e Vitiligo	X				
Cirurgia Avançada	X				
Citologia Ginecológica	X				
Coleta de Materiais Biológicos e Interpretação de Exames	X				
Coleta de Materiais Biológicos em Análises Clínicas	X				
Cosmetologia em Harmonização Estético Facial (HEF)	X				
Criolipólise 360º e Criofrequência	X				
Dry Needling - Técnica de Agulhamento a seco	X				
Espermograma	X				
Estética Ortomolecular	X				
Fios de Sustentação e Bioestimuladores de Colágeno Absorvíveis	X				
Gasometria	X				
Gestão Hospitalar na Pandemia.	X				
Harmonização Facial	X				
Hemograma e Mielograma para Laboratório	X				
Histotecnologia Clínica	X				
Interpretação de Exames Laboratoriais	X				
Intradermoterapia: Aplicação de Enzimas	X				
Microagulhamento facial, corporal e capilar	X				
Ozonioterapia Avançado na Estética	X				
Toxina Botulínica e Preenchimento Facial	X				

7.5. Cursos de Capacitação

A partir de levantamentos realizados, a Faculdade IPESSP oferta os seguintes cursos de capacitação de acordo com o seguinte quadro:

Cursos de Atualização					
	2022	2023	2024	2025	2026

Análises Clínicas	x				
Análises Clínico Laboratorial de Líquor e Líquidos Cavitários	X				
Anatomia e Técnicas de Macroscopia de Alta Complexidade	X				
Anatomia e Técnicas de Macroscopia de Baixa e Média Complexidade	X				
Automação do Hemograma e Fisiologia da Medula Óssea - EAD	X				
Auxiliar de Médico Veterinário	X				
Biossegurança em UTI e Assistência ao Paciente COVID-19	X				
Citologia Ginecológica - 100% prático	X				
Citologia Hematológica	X				
Controle de Qualidade em Laboratórios de Análises Clínicas	X				
Da Citogenética Clássica à Citogenômica Humana	X				
Dry Needling	X				
Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado em Análises Clínicas	X				
Formação de Cuidadores de Idosos	X				
Fundamentos da Farmacologia Clínica - EAD					
Gestão Estratégica nos Serviços de Saúde - EAD	X				
Gestão Estratégica nos Serviços de Saúde - EAD	X				
Hematologia Básica - EAD	X				
Hemograma	X				
Histotecnologia	X				
Micropigmentação Avançada	X				
Parasitologia e Bioquímica Clínica - EAD	X				
Parasitologia em Análises Clínicas	X				
PCR em Tempo Real e Análises da Expressão Gênica	X				

7.6 Cursos In Company



- Direcionado a laboratórios, hospitais e clínicas;
- Adaptamos nossos programas de cursos que atendam, de maneira específica, às necessidades da organização.

- **Laboratório Fleury; Brasil;**
- **Laboratório Oswaldo Cruz (DASA);**
- Hospital Interlagos;
- **Hospital Beneficência Portuguesa;**
- Hospital Geral Guarulhos;
- Hospital Nove julho;
- Hospital do Mandaqui;
- Hospital Valverde – SJC

- Grupo SELMED – Gestão de pessoas na Área de Saúde;
- **Universidade Metodista – Polo do EAD – IPESSP;**
- Hospital Brigadeiro;
- Banco de Sangue São Paulo;
- Hospital Ana Costa – Santos;
- **CRF – Conselho Regional de Farmácia;**
- **SBAC – Sociedade Brasileira de Análises Clínicas;**
- **Unidade de Farmácia Clínica Oncológica do Hospital SP da UNIFESP**

8.4 Infraestrutura da Biblioteca

O Laboratório de Informática, localizado no 1º piso do prédio central, com 29,64 m², está equipado com microcomputadores conectados à Internet, atendendo, assim, as necessidades discentes e docentes para elaboração de pesquisas, relatórios e estudos orientados em grupo. São utilizados, com frequência sistemática, quando solicitado pelos discentes para pesquisas ou trabalhos em dupla ou individual; elaboração de relatórios, atividades complementares; dentre outras, sendo uma alternativa de efetivo trabalho acadêmico.

8.4.1 Espaço Físico e Instalações da Biblioteca

A Biblioteca da Faculdade IPESP, está sob a responsabilidade da bibliotecária Andréia Alessandra Alves, **CRB-7588**, para atender a comunidade acadêmica em suas necessidades bibliográficas e de informação, dando suporte ao desenvolvimento dos cursos ministrados. Estimula o autodesenvolvimento dos usuários, a pesquisa e a informação por meio do conhecimento registrado. A Instituição disponibiliza para a comunidade local - alunos, professores, colaboradores - todos os seus recursos e espaço físico. A biblioteca, conta com área de referência e recepção de 25,10m², o acervo, mesas e cabines de estudos com 76,81m², - as cabines de estudo individual são equipadas com microcomputadores/ notebooks com acesso à Internet – e, 02 salas de estudos coletivos, sendo uma com 8m², e outra com 7,8 m². Há extintor de incêndio e sinalização bem distribuída.

8.4.2 Acervo Virtual- Biblioteca IPESP

É composto por Ebooks, base de dados e periódicos online (jornais, revistas, boletins informativos). O acervo é físico e virtual podendo ser acessado pelos usuários 24 horas por dia, 7 dias por semana pela Internet.

Livros -A Faculdade IPESP adquiriu a bibliografia básica e complementar relacionada nos programas das disciplinas dos cursos. O acervo bibliográfico composto por e-books em formato PDF e e-Pub foi adquirido via contrato particular de licença de uso dos sistemas **Biblioteca Digital Biblioteca A+**. O plano de contingência das bibliotecas é garantido pelas próprias editoras.

Periódicos- A Instituição viabiliza acesso aos periódicos disponíveis livremente no site da Capes. O Coordenador de Curso e os Docentes incentivam os alunos a utilizarem o Portal de Periódicos Capes. A Faculdade IPESP disponibiliza seus microcomputadores, todos com acesso à Internet, para esta atividade.

8.4.3 Informatização

O acervo virtual é totalmente integrado ao ambiente virtual de aprendizagem dos cursos ofertados pela Instituição.

Base de Dados

A biblioteca disponibiliza aos alunos o acesso a bases de dados especializadas na Internet. Essas bases de dados são atualizadas constantemente. A biblioteca disponibiliza sua base de dados do acervo para consulta local e possui microcomputadores/notebooks com acesso à Internet para consulta a várias bases de dados.

Multimídia

A biblioteca dispõe de microcomputadores para utilização dos corpos docente e discente. O acervo multimídia é composto por vídeos.

Jornais e Revistas

A biblioteca viabiliza o acesso a vários jornais e revistas eletrônicos de acesso aberto.

8.4.4. Política de Aquisição, Expansão e Atualização

A aquisição, expansão e atualização do acervo virtual é realizada considerando a bibliografia básica e complementar indicada para as disciplinas que integram a matriz curricular dos cursos. Serão consideradas também as sugestões apresentadas pela Coordenação dos Cursos, professores e alunos. A contratação para uso de novas bibliografias, bem como a solicitação de novos acessos ocorrem de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da Biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da Instituição. A biblioteca solicita, semestralmente, à Coordenação do Curso, professores e alunos, indicação de publicações e materiais especiais, para atualização do acervo.

8.4.5 Serviços

A biblioteca disponibiliza os seguintes serviços: Assistência ao usuário na utilização de normas da ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas - para normalização de trabalhos acadêmicos;

consulta ao acervo com acesso 24 horas por dia, 7 dias por semana; Orientação e pesquisa bibliográfica em fontes eletrônicas; pesquisa via Internet; Fornecimento, eletrônico, de normas e artigos nacionais/internacionais de bases de dados; Fornecimento de artigos eletrônicos, de livre distribuição, mediante pesquisa personalizada.

A biblioteca conta com um sistema de acervo virtual com um total de 2710 obras. Sendo essas obras ebooks da Biblioteca A+, nas áreas de Biociências, Ciências Exatas, Sociais e Aplicadas, e Ciências Humanas, distribuídas da seguinte forma 669 em Ciências Humanas, 705 em Biociências e 1336 em Ciências Exatas, sociais e aplicadas, divididas em suas subáreas do conhecimento. A biblioteca atende um total de 200 usuários simultaneamente.

A biblioteca contará com um programa permanente de treinamento de usuários, com o objetivo de auxiliá-los na normalização de seus trabalhos monográficos. Além disso, será disponibilizada Norma para a apresentação de trabalhos técnicos e científicos.

Consulta local: pesquisa do acervo aberta à comunidade em geral.

Empréstimo domiciliar e reserva de materiais: o empréstimo é permitido aos alunos, professores e funcionários.

Treinamento de usuários: principalmente calouros que estão ingressando na Faculdade. O treinamento consiste em palestra e visita dirigida à biblioteca orientando na utilização da mesma.

Levantamentos bibliográficos: realizados nas diversas áreas do conhecimento com o objetivo de reunir num documento todo material que a Biblioteca possui sobre determinado assunto. Os levantamentos bibliográficos são realizados a partir de solicitações de professores da Instituição.

Serviço de alerta: divulgação mensal da relação de livros novos; publicação mensal de sumários correntes de periódicos; exposição de livros novos, de periódicos, boletins, catálogos de editoras, etc.

Divulgação de eventos: congressos, seminários, Encontros, cursos etc.

Orientação na Normalização de trabalhos técnicos-científicos: orientação a alunos e professores na área de normas técnicas de referências bibliográficas e de apresentação de trabalhos técnico-científicos, utilizando como padrão as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas -

ABNT. Divulga o documento: “Desenvolvimento e apresentação de trabalhos acadêmicos”, organizado pela Bibliotecária da Instituição. Pesquisa via Internet. Horário de Funcionamento

A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira no horário das 08:00 às 21:00 e aos sábados das 08:00 às 16:00. O acesso do acervo pela Internet está disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Apoio na Elaboração de Trabalhos Acadêmicos

A biblioteca oferece ainda apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos. Há um programa permanente de treinamento de usuários, com o objetivo de auxiliá-los na normalização de seus trabalhos monográficos. Além disso, é disponibilizado o conjunto de normas da ABNT para normalização de documentação e um Manual do Instituto com as exigências específicas para a apresentação de trabalhos técnicos e científicos.

Catálogo:

Os catálogos da Biblioteca Digital Biblioteca A+ são organizados com critérios das próprias plataformas.

Suporte aos usuários

Existem salas de estudo, onde os alunos dispõem de mesas e cadeiras para trabalho em grupo, estudo ou leituras.

Competências dos Funcionários da Biblioteca

Compete à bibliotecária a coordenação das atividades de acesso às informações armazenadas nos catálogos coletivos, monografias e periódicos; viabilizar o acesso ao acervo existente. Compete aos funcionários, quanto ao atendimento ao usuário: promover a utilização do acervo: guias da Biblioteca, manuais informativos, Boletim Bibliográfico, listagem de usuários, orientar pesquisa bibliográfica, ministrar cursos de educação formal ou informal de usuários.

9. Infraestrutura Tecnológica

Os recursos tecnológicos, sua disponibilização e suficiência devem ser desenvolvidas em consonância com os projetos de cursos e outras atividades presenciais e a distância a serem executadas no polo, no polo sede e ou em outros polos de apoio presencial que a instituição vier

a dispor. Também os profissionais e equipes de suporte e apoio técnico devem atender as demandas de docentes e discentes que se utilizam dos dispositivos e infraestrutura de EAD nas suas atividades educativas.

9.1 Infraestrutura de Execução e Suporte

Controlar a produção e distribuição de material didático para curso de EAD, onde existe a necessidade de produzir um conteúdo sob medida e muitas vezes em grande quantidade ou para uso massificado tem sido um dos grandes desafios dos gestores.

Produzir material didático que envolva essa complexidade e, sobretudo, que esteja disponível em mais de um tipo de mídia, envolverá uma equipe multidisciplinar capacitada para tal processo.

Todo o material didático será disponibilizado virtualmente no portal do aluno. Com o objetivo de oferta ininterrupta via internet do acervo virtual a **Faculdade IPESP** a implantou o Plano de Contingência para a garantia de continuidade de funcionamento.

Os materiais didáticos utilizados nos cursos EAD da **Faculdade IPESP** são elaborados de forma complementar uns aos outros, considerando as características próprias de cada linguagem. Dessa forma, o aluno tem a sua disposição vários recursos didático-pedagógicos importantes:

- **Materiais impressos:** entregues na forma de livros-texto ou guia de estudos escritos com linguagem dialógica, apresentam a base teórica que fundamenta a disciplina;
- **TV Smart:** recurso audiovisual que agrega os encontros dialógicos interativos apresentados pelo professor e seu respectivo material de apoio em forma de slides que são também disponibilizados no ambiente virtual;
- **Páginas virtuais disponíveis** na Web via Internet – através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), espaço que possibilita o acesso a vídeos, textos ou áudios sobre os temas trabalhados na disciplina, além de possibilitar a comunicação do aluno com seu professor;
- **Digitais:** apresentam material em áudio ou audiovisual, dando suporte a disciplinas mais específicas que necessitam de materiais sonoros.

Todos esses materiais didáticos dão apoio às unidades temáticas de aprendizagem ao longo de todo o curso, estabelecendo-se como representantes de uma didática para EAD acessível, de qualidade e dialógica.

Após a efetivação da matrícula, os alunos receberão um guia de orientação de aprendizagem para que possam entrar em contato com as especificidades do estudo a distância. Nessa oportunidade, cada aluno receberá seu código de usuário e senha para acesso ao Sistema.

O Conteúdo das disciplinas serão divididos em lições equivalentes a **1 hora-relógio**. Cada lição será composta por um material em texto conforme a bibliografia da disciplina. Além do material em texto, cada lição terá um vídeo de aproximadamente 10 minutos para que o aluno possa ser sensibilizado por meio de vídeo e áudio.

Os vídeos contarão com legenda garantindo a inclusão e acessibilidade ao conteúdo pelos alunos com algum tipo de deficiência auditiva. Toda lição terá um desafio, estimulando a reflexão crítica sobre o tema abordado. Além disso, as lições também serão compostas por artigos ou textos com temas afins permitindo interdisciplinaridade.

Ainda, dentre os meios e materiais didáticos utilizados no curso para mediação do processo ensino-aprendizagem, tem-se o material impresso como indispensável e de primeira necessidade, além de guias de estudo por disciplina, caderno de exercícios, fichas e roteiros, textos diversos, livros de cada disciplina, entre outros, e a sala de aula virtual.

9.2 Plano de Contingência

A fim de prevenir eventuais falhas e oferecer alternativas que evitem que estas acarretem maiores prejuízos, se faz necessário que os projetos contemplem planos de redundância e contingência³⁵ constituídos por uma série de ações e procedimentos que visam soluções e dispositivos de recuperação relacionados com essas falhas.

Falhas no Sistema

No ambiente das redes de computadores podemos destacar vários aspectos críticos que podem ser considerados pontos de falhas potenciais para o sistema: cabeamento, servidores, subsistemas de disco, entre outros. Nesse contexto, as falhas são consideradas como eventos danosos, provocados por deficiências no sistema ou em um dos elementos internos dos quais o sistema dependa.

³⁵ O Plano está institucionalizado em documento específico do NEAD

As falhas podem ser derivadas de erros no projeto do software, degradação do hardware, erros humanos ou dados corrompidos. Entretanto, só existem duas variáveis para a paralisação temporária de uma rede em função de condições de falha que não se podem definir ou prever:

Indisponibilidade: Corresponde ao período de inatividade ou "downtime" da rede (programado ou não). As características do projeto devem ser suficientes para garantir que a informação seja replicada automaticamente do ambiente de produção para o ambiente de contingência, de forma que o tempo de indisponibilidade do sistema seja reduzido, melhorando o nível de serviço e atendendo às exigências dos usuários;

Instabilidade: É imprescindível conhecer quais são os parâmetros considerados como normais dentro do ambiente. A correta definição de métricas de qualidade, bem como a implantação de mecanismos de coleta e controle de variáveis do sistema são imprescindíveis para a configuração de ações de correção imediatas e de análises de tendências.

Redundância

O termo redundância descreve a capacidade de um sistema em superar a falha de um de seus componentes através do uso de recursos redundantes, ou seja, um sistema redundante possui um segundo dispositivo que está imediatamente disponível para uso quando da falha do dispositivo primário do sistema.

Uma rede de computadores redundante caracteriza-se, pois, por possuir componentes como sistemas de ventilação e ar-condicionado, sistemas operacionais, unidades de disco rígido, servidores de rede, links de comunicação e outros, instalados para atuarem como backups das fontes primárias no caso delas falharem.

9.3 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

Os recursos tecnológicos disponibilizados na Instituição possibilitam avanços em diversas áreas da Instituição, permitindo a inclusão digital e as ações de otimização do tempo, do espaço físico e da ação pedagógica. Muitas ferramentas oferecem aos discentes e docentes informações e acesso sobre a vida acadêmica, tais como: notas, frequência, matrícula *on-line*, resumos das aulas, acesso a arquivos de textos e imagens postados pelo professor/tutor, mural de recados, fórum de discussão etc.

Há também outras facilidades que permitem ao aluno realizar a pré-matrícula e participar da avaliação institucional via internet.

A **Faculdade IPESP** possui recursos de informação e comunicação realizados principalmente pelo site institucional contendo: portal do aluno e professor entre outros.

Para a informação e comunicação interna a **Faculdade IPESP** utiliza computadores, wi-fi, impressoras, equipamentos de multimídia, entre outros. Com a comunidade interna, a divulgação é realizada pelo site institucional da **Faculdade IPESP** e por meio da Coordenadoria de Comunicação que investe na comunicação com o seu público interno (docentes, alunos e servidores) como forma de dar transparência à gestão.

Para a comunicação externa a **Faculdade IPESP** utiliza as redes sociais (Facebook e Instagram), acessadas tanto por futuros alunos quanto outros públicos que têm algum interesse em conhecer ou se relacionar com a instituição atendendo assim, aos veículos de comunicação que procuram a instituição com o objetivo de solicitar informações acerca dos cursos a serem implantados. Estes recursos garantem a acessibilidade comunicacional e possibilitam a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica.

9.4 Plano de Expansão e atualização dos equipamentos

Após aprovação pela direção da **Faculdade IPESP**, a necessidade de expansão da infraestrutura de tecnologia deve ser encaminhada ao **Serviço de Tecnologia da Informação** que, por sua vez, definirá as configurações de hardwares e softwares necessárias, bem como o projeto de implantação, e encaminhará para o financeiro e administrativo para aquisição.

Semestralmente e sempre que necessário, serão revistas todas as necessidades de atualização tecnológica de equipamentos e softwares da **Faculdade IPESP**. Estas revisões serão baseadas no orçamento corporativo para investimentos. As revisões acontecerão nos meses de janeiro e julho, acompanhando o início dos períodos letivos semestrais. Para fazer frente aos desafios da prestação de serviços de Tecnologia da Informação a **Faculdade IPESP** tem, ao longo do tempo, adequado a Gestão da Tecnologia da Informação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O Plano Gestor da Tecnologia da Informação tem como objetivo implantar políticas e diretrizes para a organização, alinhando tecnologia e planejamento e alocando de maneira estruturada os recursos orçamentário de infraestrutura tecnológica. Este plano abrange os seguintes componentes de Tecnologia da Informação:

- Infraestrutura;
- Hardware;
- Softwares acadêmicos;
- Equipamentos de rede;
- Sistemas Operacionais;
- Comunicações;
- Processos.

A Faculdade IPESP, planejando implantar novos cursos, tem o projeto de ampliar suas instalações físicas, bem como a ampliação de seus equipamentos, moveis e utensílios, para a adequação correta de todos os cursos.

9.5 Descrição da Infraestrutura Física

As instalações da **Faculdade IPESP**³⁶ foram projetadas para atender a boa qualidade da prática pedagógica. Os ambientes são arejados, com iluminação natural e artificial adequadas. O dimensionamento dos diversos espaços físicos proporciona conforto, atendendo às necessidades de toda comunidade acadêmica.

O mobiliário, em sua maioria planejado especialmente para otimização dos espaços, atende de forma adequada às necessidades dos usuários dos diversos setores. As salas estão equipadas com cadeiras ergonômicas em resina, lousas brancas, mesa e cadeira para professor, ventiladores de parede/refrigeração.

A base tecnológica explicitada no PDI da **Faculdade IPESP** apresenta a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis e considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço, a segurança da informação e o plano de contingência, com condições de funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana.

³⁶ A infraestrutura é melhor descrita no trabalho realizado “Memorial Descritivo da Infraestrutura”.

A infraestrutura de execução e suporte atende às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços previstos e meios apropriados para sua oferta, apresentando um plano de contingência, redundância e expansão.

Há viabilidade para executar o plano de expansão e atualização de equipamentos descrito no PDI, com acompanhamento baseado em metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho; adicionalmente, há ações associadas à correção do plano.

Os recursos de tecnologias de informação e comunicação asseguram a execução do PDI da **Faculdade IPESP** viabilizam as ações acadêmico-administrativas, garantem a acessibilidade comunicacional, possibilitam a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica e apresentam soluções tecnológicas inovadoras.

O AVA da **Faculdade IPESP** está integrado com o sistema acadêmico e atende aos processos de ensino aprendizagem, conforme disposto nas políticas institucionais para educação a distância estabelecidas pela IES, possibilitando a interação entre docentes, discentes e tutores, com proposição de recursos inovadores.

O sistema de controle de produção e distribuição de material didático da **Faculdade IPESP** considera o atendimento da demanda, a existência de uma equipe técnica multidisciplinar responsável, estratégias que possibilitem a acessibilidade comunicacional, disponibilização por diferentes mídias, suportes e linguagens, plano de atualização do material didático e apoio à produção de material autoral pelo corpo docente.

9.5.1 Tabela Descritiva da Infraestrutura

Setores	Dimensão (m ²)
Setor A – Piso inferior	
Recepção/ Térreo	49,434 m ²
Atendimento 1º andar recepção	14.90 m ²
Lanchonete Cantina	25.50 m ²
Refeitório ao lado da cantina	95,20
Espaço de convivência Térreo Nilzo	50.00 m ²
Copa de Funcionários	10.57 m ²
Espaço Pet	49.53 m ²

Setor B – Piso inferior 1º andar		
	Sala Diretoria	25.00 m ²
	Coord. Financeiro	10.56 m ²
	Sala da CPA	10.56 m ²
	Coord. Pedagógico	20.80 m ²
	Setor de MKT	23.28 m ²
	Tesouraria	15.64 m ²
	Secretaria / OUVIDORIA	20.79 m ²
	Atendimento ao Aluno	20.79 m ²
	Setor de TI/ tecnologia	8.08 m ²
	Banheiro Masculino	18.32 m ²
	Banheiro Masculino	18.32 m ²
	Banheiro Feminino	18.32 m ²
	Banheiro Feminino	
Setor C – Piso inferior 2º andar		
	Sala Professor tempo integral	21.90 m ²
	Sala do coordenador / Curso	21.90 m ²
	Sala de Informática	50.05 m ²
	Sala de aula / metodologias ativas 1	76.60 m ²
	Sala de estudo coletivo 1	7.62 m ²
	Sala de estudo coletivo 2	7.62 m ²
	Biblioteca	76.60 m ²
	Banheiro Feminino 1	18.32 m ²
	Banheiro masculino 2	18.32 m ²
Setor D – Piso Superior 3º andar		
	Sala do EAD / Sala TUTORIA	23.60 m ²
	Laboratório 3 andar 1	56.26 m ²
	Laboratório 3 andar 2	82.56 m ²

	Banheiro Feminino 1	18.32 m ²
	Setor E– Piso Superior 4º andar	
	Laboratório Microscopia 1	48.06 m ²
	Laboratório Microscopia 2	64.64 m ²
	Almoxarifado	23.24 m ²
	Sala de lavação	3.00 m ²
	Sala de químicos inflamável	2.00 m ²
	Banheiro Feminino	18.32 m ²
	Banheiro Masculino	18.32 m ²
	Setor F– Piso Superior 5º andar	
	Banheiro Masculino	18.32 m ²
	Banheiro Feminino	18.32 m ²
	Sala de Aula 1	56.64 m ²
	Sala de Aula 2	25.95 m ²
	Sala de aula 3	54.56 m ²
	Estúdio	27.72 m ²
	Setor F– Piso Superior 6 ºandar	
	Recepção	10.00 m ²
	Clínica 1	75.95 m ²
	Clínica 2	101.80 m ²
	Banheiro 1	18.32 m ²
	Banheiro 2	18.32 m ²
	Setor F– Piso Superior 7 ºandar	
	Sala 1	96.61 m ²
	Sala 2	92.61 m ²
	Banheiro 1	18.32 m ²
	Banheiro 2	18.32 m ²
	Setor F– Piso Superior 8º andar	

	Sala 1	94.61 m ²
	Sala 2	94.61 m ²
	Banheiro 1	18.32 m ²
	Banheiro 2	18.32 m ²
	Setor F– Piso Superior 9º andar	
	Sala de aula 1	101.75 m ²
	Sala de aula 2	20.00 m ²
	Banheiro 1	18.32 m ²
	Banheiro 2	18.32 m ²
	Setor F– Piso Superior 10º andar	
	Auditório	205.04 m ²
	Banheiro 1	18.32 m ²
	Banheiro 2	18.32 m ²

9.5.2 Estúdio de Gravação

A Faculdade IPESP, para produzir um conteúdo de qualidade, possui seu estúdio de gravação na sua sede, equipados com tela *digital* quadro, câmera, mesa e cadeira para os professores. Os estúdios possuem os seguintes equipamentos, conforme tabela abaixo:

Estúdio 01	
Quantidade	Equipamento
01	Câmera filmadora Panasonic AG-AC30
01	Computador All in One Dell i24-3477 Intel Core i7 – Touch Screen
01	Sistema Microfone de Lapela Se Fio Sennheiser EW 112
01	Placa de Captura Live Gamer Avermedia GL310 Portable
02	Cartão SanDisk 128GB Extreme SDXC UHS-I
02	Softbox Greika Iluminador 50x70
02	Ring Light 50cm acrílico Led
02	Softbox Greika Iluminador 50x70
01	Tecido Chroma Key
10	Kit Isolamento Acústico 2,5m ² 50cm x 50cm x 2Cm
Estúdio 02	
QUANTIDADE	EQUIPAMENTO
01	Câmera filmadora Panasonic AG-AC90
01	Notebook Acer i7-8° 8GB de RAM
01	Monitor touch Screen
01	Sistema Microfone de Lapela Se Fio Sennheiser EW 112
01	Placa de Captura Live Gamer Avermedia GL310 Portable
02	Cartão SanDisk 128GB Extreme SDXC UHS-I
02	Softbox Greika Iluminador 50x70
02	Ring Light 50cm acrílico Led
02	Softbox Greika Iluminador 50x70
01	Tecido Chroma Key
10	Kit Isolamento Acústico 2,5m ² 50cm x 50cm x 2cm
Estúdio 03 - PODCAST	
QUANTIDADE	EQUIPAMENTO
04	Microfone Condensador AKG Perception 420 P420
04	Microfone Condensador AKG Perception 420 P420
01	Amplificador De Fones Behringer Ha400 Microamp
01	Switcher Blackmagic Atem Mini
01	Câmera Canon DSLR EOS Rebel T7i kit Lente 18-55mm
04	Suporte microfone Podcast

01	Mesa 6 lugares
04	Cadeiras executivas
01	Tv Samsung 60"

9.6 Instalações Administrativas

As instalações administrativas são bem dimensionadas, dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade, visando garantir o pleno desenvolvimento das atividades administrativas. A **Faculdade IPEESP** possui instalações compatíveis com sua estrutura organizacional e necessidade administrativa.

9.7 Espaço de Trabalho para Docentes

A Faculdade IPEESP, conta com espaço **de trabalho para docentes em Tempo Integral**, de modo a viabilizar suas ações acadêmicas e planejamento didático-pedagógico, tais como: estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento, avaliação e orientação de alunos. Esses espaços são organizados de forma a garantir o trabalho de todos os docentes em regime de tempo integral, garantindo a privacidade necessária para uso dos recursos, atendimento aos alunos e orientandos.

As salas para professores **em tempo integral dispõem** de local para guarda de material e equipamentos pessoais, assim como da adequada infraestrutura tecnológica necessária para o desenvolvimento das atividades.

As salas são utilizadas pelos docentes para seus trabalhos de construção de conteúdo, preparo de materiais, concepção e correção de atividades, projetos de orientação docente, atividades de pesquisa, bem como para orientar os discentes individualmente ou em pequenos grupos.

Além desses espaços, os tutores da Faculdade IPEESP possuem a sua disposição sala de trabalho **de tutoria** e atendimento a alunos.

9.8 Espaço de Trabalho para o Coordenador do Curso

Cada curso conta com gabinete para coordenação de curso, com espaço para atendimento individualizado e em grupo de estudantes e docentes, conta ainda com acomodações para assistentes de curso com equipamentos necessários, há recepção no campus para atendimento dos estudantes.

9.9 Sala Coletiva dos Professores

A IES conta com sala de professores equipada visando propiciar espaço de trabalho e descanso, com conforto do corpo docente, e atende todos os critérios de disponibilidade de equipamentos, dimensão e limpeza, constituindo-se em um ambiente agradável que contribui para a integração docente. Ressalte-se que todas as salas de professores contam com rede wireless e que um

número significativo de docentes utiliza seu próprio notebook e outros devices eletrônicos. A sala dos professores conta ainda com apoio técnico-administrativo e espaço para guarda de materiais docentes.

A sala de professores possui um espaço amplo, com recursos de comunicação, como Internet e telefonia e ainda uma mesa de reuniões. Está dotada de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade.

As salas de professores atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de recursos tecnológicos diferenciados.

9.10 Salas de Aula

As salas de aula da Instituição têm infraestrutura adequada sofrendo manutenção semestral ou, imediatas, em situações específicas. As salas de aula contam com Datashow, usufruem de wireless no campus, cadeiras confortáveis, ótima acústica, iluminação adequada, e em conformidade com os padrões de limpeza e conservação. As salas de aula são equipadas com carteiras ou mesas de fácil manuseio, o que permite configurações espaciais variadas adequadas à diferentes estratégias de ensino-aprendizagem. Há sala de aula específica para uso de metodologias ativas de aprendizagem.

9.11 Auditório

A Faculdade IPESP possui 01 (um) auditório, instalado em uma área de 205.04 m² com capacidade para 100 lugares e equipado com equipamentos de informática e recursos audiovisuais e multimídia. Além disso, o auditório conta com mobiliário adequado e apresenta isolamento acústico, iluminação e ventilação em condições adequadas.

9.12 Espaço de Convivência e Alimentação - Sala de Descompressão

O pátio é caracterizado pela presença e convivência do educador no ambiente, sendo assim um espaço de interação e formação, onde acontece essa interação entre os discentes e docentes.

Refeitório e lanchonete: A instituição realiza conta com um espaço para que os alunos possam ter descanso e alimentação, sendo que o espaço conta com 15 mesas e 60 cadeiras, além de um banco de sofá com encosto e capacidade para 30 pessoas.

Cozinha: Na cozinha da instituição disponibilizamos micro-ondas, forno elétrico, geladeira e cafeteira, para que alunos e funcionários possam ter melhor qualidade em suas refeições.

9.13 Acesso dos alunos a equipamentos de Informática

A Instituição conta com laboratórios de informática instalados em sua sede com infraestrutura adequada atendendo com folga os estudantes no campus.

O **laboratório de informática** conta com regulamento de utilização que orienta o uso por parte da comunidade acadêmica e detalha a utilização dos laboratórios extra aula. Há também uma **Política de Atualização de Equipamentos e Softwares**, que rege o trabalho do setor responsável **pela gestão dos laboratórios de informática**. Ambos estão disponíveis para consulta.

Os discentes possuem acesso aos laboratórios de informática totalizando, **apenas na sede da faculdade, 116 (cento e dezesseis)** computadores à disposição dos alunos, com acesso à internet, além dos computadores disponíveis **em carrinhos**. Além disso, a sede da instituição é dotada de pórticos de conexão wireless espalhados pelo campus, com ampla e irrestrita cobertura.

9.14 Sala de Estudo Coletiva

As salas de estudo coletivo estão disponíveis são bem dimensionadas, cada uma com e capacidade no total para 50 alunos. São dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade.

Instalações Administrativas

As instalações administrativas são bem dimensionadas, dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade, visando garantir o pleno desenvolvimento das atividades administrativas. A **Faculdade IPEESP** possui instalações compatíveis com sua estrutura organizacional e necessidade administrativa.

As instalações administrativas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial e a proposição de recursos tecnológicos diferenciados.

9.14.1 Instalações para a Coordenação

As Coordenações dos Cursos contam com salas próprias. Todas essas salas são dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação. Há área de convivência e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades variáveis. Os espaços para atendimento aos discentes, espaços de convivência e de alimentação atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, e a possibilidade de implementação de variadas formas de atendimento.

9.15 Laboratórios

9.15.1 Informática

As instalações do laboratório de informática para o curso atendem aos requisitos de acessibilidade para pessoa com deficiência e é dotado dos equipamentos de segurança necessários ao laboratório ou serviço, observando as normas da ABNT. O acesso ao laboratório é planejado de modo que as disciplinas possam dispor, mensalmente, ficando as coordenações dos cursos responsáveis pela articulação dos horários.

A Faculdade IPESSP possui 1 (um) Laboratório de Informática disponíveis aos cursos em EAD, onde os equipamentos e instrumentos seguem as normas e padrões de qualidade e adequabilidade aos objetivos e anseios pedagógicos da Faculdade IPESSP. Além disso, na aquisição de equipamentos leva-se em consideração a relação do número de alunos por máquina.

Cada laboratório de Informática conta com 30 computadores, 30 estações de estudo, 30 Cadeiras para o acadêmico, mesa e cadeira para o professor. A quantidade está diretamente relacionada com o número de vagas autorizadas

Além dos computadores no laboratório, a Instituição ainda conta com 16 tablets, perfazendo postos de trabalho para estudantes na sede da instituição, que podem ser solicitados pelos alunos para uso na biblioteca, salas de aula e até espaço de convivência. Cada um dos espaços da **Faculdade IPESSP** possui quantitativo de computadores de forma a atender plenamente o quantitativo de estudantes do curso.

Os computadores estão equipados com os seguintes softwares para acessibilidade:

- NVDA - Para apoio a deficientes visuais. O software atua realizando a leitura da tela para poder direcionar a pessoa nos sites de busca pela internet, leitura de textos e demais atividades que requerem o uso de computadores;
- LIBRAS - Para apoio a deficientes auditivos. O software realiza a tradução de um texto previamente selecionado a língua brasileira de sinais.

O Laboratório de Informática, localizado no 2º piso do prédio central, com 29,64 m², está equipado com microcomputadores conectados à Internet, atendendo, assim, as necessidades discentes e docentes para elaboração de pesquisas, relatórios e estudos orientados em grupo. São utilizados, com frequência sistemática, quando solicitado pelos discentes para pesquisas ou trabalhos em dupla ou individual; elaboração de relatórios, atividades complementares; dentre outras, sendo uma alternativa de efetivo trabalho acadêmico.

9.16 Espaço Físico e Instalações da Biblioteca

A Instituição conta com biblioteca e espaços para estudo individual e em grupo para os alunos, sendo a consulta ao acervo digital livre ao estudante. A Instituição tem privilegiado o **acervo virtual** cujo contrato garante acesso ininterrupto e simultâneo por todos os seus usuários.

A bibliografia básica e a bibliografia complementar são adequadas às disciplinas, e atualizadas, excetuando-se dessa regra a indicação de obras clássicas, porventura indicadas.

O acesso dos estudantes aos títulos virtuais ocorre por meio da Internet, seja no interior das Bibliotecas, dos laboratórios ou de seus próprios dispositivos eletrônicos em qualquer área dos campi a partir de Wi-Fi ou de qualquer lugar onde esteja o aluno com acesso à Internet.

As Bibliotecas dispõem de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem, para atender estudantes com deficiências ou necessidades especiais.

O espaço físico da biblioteca, na sede da instituição, é composto por uma recepção com área de 76.60m, a qual abriga 3 mesas, cadeiras para alunos, ar-condicionado e computadores.

Já o interior da biblioteca possui área de aproximadamente 76.60 m², 5 espaços de estudos individuais, 17 cadeiras, 5 fones de ouvido, 17 computadores, 5 áreas de trabalhos e 17 teclados, 17 mouses, baía adaptável para idosos, e baias com acessibilidade.

O acervo inclui assinaturas de periódicos virtuais especializados complementado por algumas assinaturas físicas.

9.17 Acervo Virtual- Biblioteca IPESSP

O acervo bibliográfico virtual da Faculdade IPESSP possui contrato com a “Biblioteca A+” e que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e está registrado em nome da mantenedora da IES, a qual possui personalidade jurídica para firmar contratos.

É composto por Ebooks, base de dados e periódicos online (jornais, revistas, boletins informativos). O acervo é totalmente virtual podendo ser acessado pelos usuários 24 horas por dia, 7 dias por semana pela Internet.

Livros-A Faculdade IPESSP adquiriu a bibliografia básica e complementar relacionada nos programas das disciplinas dos cursos. O acervo bibliográfico composto por e-books em formato PDF e e-Pub foi adquirido via contrato particular de licença de uso dos sistemas **Biblioteca Digital** Biblioteca A+. O plano de contingência das bibliotecas é garantido pelas próprias editoras.

Periódicos- A Instituição viabiliza acesso aos periódicos disponíveis livremente no site da Capes. O Coordenador de Curso e os Docentes incentivam os alunos a utilizarem o Portal de Periódicos Capes. **A Faculdade IPESSP** disponibiliza seus microcomputadores, todos com acesso à Internet, para esta atividade.

Sendo a indicação bibliográfica nos Planos de Ensino majoritariamente virtual, e estando garantido o acesso simultâneo para consulta pelo estudante, a compatibilidade entre as vagas autorizadas, incluindo cursos que compartilhem a mesma bibliografia, e a quantidade de exemplares por título não se faz necessária. O Núcleo Docente Estruturante - NDE emite relatório de compatibilidade entre indicações bibliográficas, vagas autorizadas no curso e outros que indiquem os mesmos títulos, e o volume de títulos.

No caso de indicações de bibliografias básicas e/ou complementares físicas, por não haver acervo virtual correspondente, o NDE do curso referenda e assina relatório de adequação, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da disciplina, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título.

O acesso dos estudantes aos títulos virtuais ocorre por meio da Internet, seja no interior das Bibliotecas, dos laboratórios ou de seus próprios devices eletrônicos em qualquer área dos campi a partir de Wi-Fi ou de qualquer lugar onde esteja o aluno com acesso à Internet.

As Bibliotecas dispõem de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem, para atender estudantes com deficiências ou necessidades educativas especiais-NEE.

O acervo inclui assinaturas de periódicos virtuais especializados complementado por algumas assinaturas físicas.

O acervo da bibliografia básica e complementar é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das UC. Da mesma forma, está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas e a quantidade de assinatura de acesso. O acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC.

A Biblioteca adota procedimentos de contingência para acesso ao acervo virtual. Ainda, a comunidade acadêmica pode solicitar exemplares por meio do serviço de empréstimo entre bibliotecas. No que tange o acervo virtual, as bibliotecas possuem estrutura tecnológica para suportar o sistema de gestão e demais recursos tecnológicos adotados. Em cada biblioteca, há computadores alocados para acesso à plataformas de e-books e bases de dados, bem como rede Wi-Fi, que permite o uso de dispositivos próprios de cada membro da comunidade acadêmica.

9.18 Informatização

O acervo virtual é totalmente integrado ao ambiente virtual de aprendizagem dos cursos ofertados pela Instituição.

Base de Dados

A biblioteca disponibiliza aos alunos o acesso a bases de dados especializadas na Internet. Essas bases de dados são atualizadas constantemente. A biblioteca disponibiliza sua base de dados do acervo para consulta local e possui microcomputadores com acesso à Internet para consulta a várias bases de dados.

Multimídia

A biblioteca dispõe de TVs, microcomputadores para utilização dos corpos docente e discente. O acervo multimídia é composto por vídeos.

Jornais e Revistas

A biblioteca viabiliza o acesso a vários jornais e revistas eletrônicos de acesso aberto.

9.18.1. Política de Aquisição, Expansão e Atualização

A aquisição, expansão e atualização do acervo virtual é realizada considerando a bibliografia básica e complementar indicada para as disciplinas que integram a matriz curricular dos cursos. Serão consideradas também as sugestões apresentadas pela Coordenação dos Cursos, professores e alunos. A contratação para uso de novas bibliografias, bem como a solicitação de novos acessos ocorrem de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da Biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da Instituição. A biblioteca solicita, semestralmente, à Coordenação do Curso, professores e alunos, indicação de publicações e materiais especiais, para atualização do acervo.

9.19 Serviços

A biblioteca disponibiliza os seguintes serviços: Assistência ao usuário na utilização de normas da ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas - para normalização de trabalhos acadêmicos; consulta ao acervo com acesso 24 horas por dia, 7 dias por semana; Orientação e pesquisa bibliográfica em fontes eletrônicas; pesquisa via Internet; Fornecimento, eletrônico, de normas e artigos nacionais/internacionais de bases de dados; Fornecimento de artigos eletrônicos, de livre distribuição, mediante pesquisa personalizada.

A biblioteca contará com um programa permanente de treinamento de usuários, com o objetivo de auxiliá-los na normalização de seus trabalhos monográficos. Além disso, será disponibilizada Norma para a apresentação de trabalhos técnicos e científicos.

Consulta local: pesquisa do acervo aberta à comunidade em geral.

Empréstimo domiciliar e reserva de materiais: o empréstimo é permitido aos alunos, professores e funcionários.

Treinamento de usuários: principalmente calouros que estão ingressando na Faculdade. O treinamento consiste em palestra e visita dirigida à biblioteca orientando na utilização da mesma.

Levantamentos bibliográficos: realizados nas diversas áreas do conhecimento com o objetivo de reunir num documento todo material que a Biblioteca possui sobre determinado assunto. Os levantamentos bibliográficos são realizados a partir de solicitações de professores da Instituição.

Serviço de alerta: divulgação mensal da relação de livros novos; publicação mensal de sumários correntes de periódicos; exposição de livros novos, de periódicos, boletins, catálogos de editoras, etc.

Divulgação de eventos: congressos, seminários, Encontros, cursos etc.

Orientação na Normalização de trabalhos técnicos-científicos: orientação a alunos e professores na área de normas técnicas de referências bibliográficas e de apresentação de trabalhos técnico-científicos, utilizando como padrão as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Divulga o documento: “Desenvolvimento e apresentação de trabalhos acadêmicos”, organizado pela Bibliotecária da Instituição. Pesquisa via Internet. Horário de Funcionamento

A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira no horário das 08:00 às 21:00 e aos sábados das 08:00 às 16:00. O acesso do acervo pela Internet está disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana.

9.20 Apoio na Elaboração de Trabalhos Acadêmicos

A biblioteca oferece ainda apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos. Há um programa permanente de treinamento de usuários, com o objetivo de auxiliá-los na normalização de seus trabalhos monográficos. Além disso, é disponibilizado o conjunto de normas da ABNT para normalização de documentação e um Manual do Instituto com as exigências específicas para a apresentação de trabalhos técnicos e científicos.

Catálogo:

Os catálogos da Biblioteca Digital A+ são organizados com critérios das próprias plataformas.

Suporte aos usuários

Existem salas de estudo, onde os alunos dispõem de mesas e cadeiras para trabalho em grupo, estudo ou leituras.

Competências dos Funcionários da Biblioteca

Compete à bibliotecária a coordenação das atividades de acesso às informações armazenadas nos catálogos coletivos, monografias e periódicos; viabilizar o acesso ao acervo existente. Compete aos funcionários, quanto ao atendimento ao usuário: promover a utilização do acervo: guias da Biblioteca, manuais informativos, Boletim Bibliográfico, listagem de usuários, orientar pesquisa bibliográfica, ministrar cursos de educação formal ou informal de usuários.

9.21 Infraestrutura Física: Instalações Sanitárias

As instalações sanitárias são limpas, de fácil acesso e compatíveis com o número dos usuários. Estão adaptadas às pessoas com deficiência.

As instalações sanitárias atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, as condições de limpeza e segurança, a acessibilidade, o plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, e a existência de banheiros familiares e fraldários.

Serviços

a) Manutenção e Conservação das Instalações Físicas

A manutenção e a conservação das instalações físicas, dependendo de sua amplitude, serão executadas por funcionários da **Faculdade IPESSP** ou por meio de contratos com empresas especializadas.

As políticas de manutenção e conservação definidas consistirão em manter instalações limpas, higienizadas e adequadas ao uso da comunidade acadêmica; proceder a reparos imediatos, sempre que necessários, mantendo as condições dos espaços e instalações próprias para o uso; executar procedimentos de revisão periódica nas áreas elétrica, hidráulica e de construção da Instituição.

b) Manutenção e Conservação dos Equipamentos

A manutenção e a conservação dos equipamentos, dependendo de sua amplitude, serão executadas por funcionários da **Faculdade IPESSP** ou por meio de contratos com empresas especializadas. As políticas de manutenção e conservação consistirão em manter equipamentos em funcionamento e adequados ao uso da comunidade acadêmica; proceder a reparos imediatos, sempre que necessários, mantendo as condições dos equipamentos para o uso; executar procedimentos de revisão periódica nos equipamentos da Instituição.

Plano de Manutenção Predial Preventiva e Corretiva da Faculdade IPESSP

O objetivo principal do plano apresentado a seguir é de estabelecer uma sistemática mais eficiente e eficaz da gestão predial, com foco na manutenção preventiva e corretiva, conforme levantamento realizado em vistoria. Além disso, uma atuação preventiva traz impactos positivos no que se refere à economicidade de gastos, e principalmente na confiabilidade dos sistemas e instalações que integram as edificações, trazendo segurança e bem-estar aos funcionários, docentes, discentes e terceirizados.

Segundo a NBR 5462:1992, a manutenção é uma prática que envolve ações técnicas e administrativas que, juntas, manterão ou devolverão a um item a capacidade de desempenhar determinada função.

A NBR 5674:1999 define: “Manutenção predial o conjunto de atividades a serem realizadas para conservar ou recuperar a capacidade funcional da edificação e de suas partes constituintes de atender as necessidades e segurança de seus usuários.”

Existem, entretanto, diversos tipos e níveis de manutenção das seguintes modalidades:

Preditiva: é a atividade de inspeção que visa o estudo de sistemas e equipamentos a fim de prever possíveis anomalias ou falhas nos mesmos, baseado no seu desempenho e comportamento, e, a partir disso, implementar e direcionar os procedimentos de manutenção preventiva;

Preventiva: é a atividade que entra em ação antes que haja a necessidade de reparo. Exige uma programação, com datas preestabelecidas obedecendo a critérios técnicos determinados pelo fornecedor ou fabricante do produto. É fundamental que haja o registro de todas as atividades executadas;

Corretiva: é a atividade que visa à reparação ou restauração de falhas ou anomalias, seja ela planejada ou não. Implica, necessariamente, a paralisação total ou parcial de um sistema. É o tipo de manutenção que apresenta os custos mais elevados de execução;

Detectiva: é a atividade que visa identificar as causas de falhas e anomalias, auxiliando nos planos de manutenção, com o objetivo de atacar a origem do problema

10. Políticas de Gestão de Pessoal

A **Faculdade IPESP** terá as regras de ingresso, atribuições, promoções, categorias, regime de trabalho e remuneração. Este plano deverá ser aperfeiçoado, ao longo do processo de consolidação da IES, com a participação dos diversos segmentos da comunidade acadêmica.

10.1 Perfil do Corpo Docente e do Corpo Técnico-Administrativo

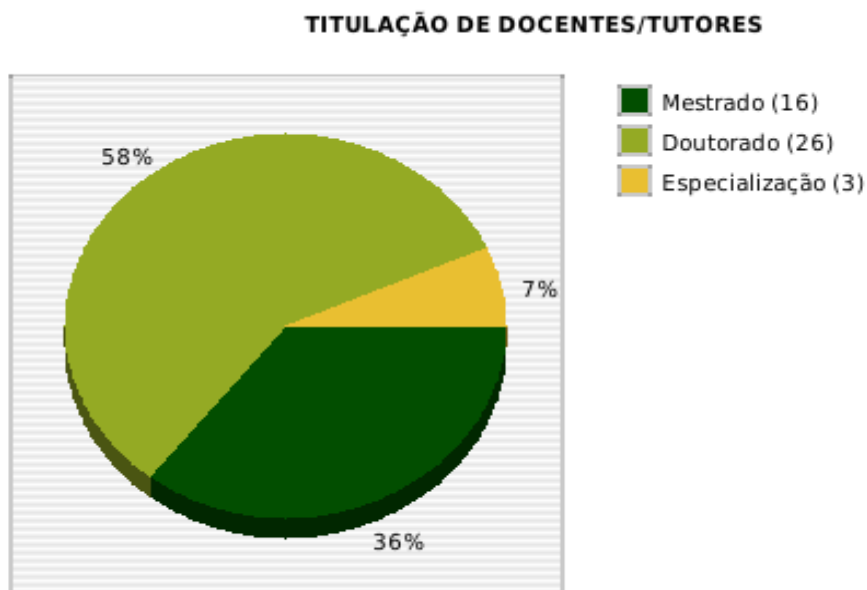
O Instituto conta com um corpo docente próprio constituído por docentes composto por professores egressos de Universidades com reconhecimento da academia na prestação de serviços de alta complexidade. São todos titulados (especialização, mestrado e doutorado e pós-doutorado) que ministram cursos de aperfeiçoamento e especialização em suas áreas específicas de conhecimento. Dentre estes docentes dez, nove Doutores e um Mestre estão documentalmente compromissados a atuar no curso de Graduação Tecnológica, tecnologia da Gestão Hospitalar, cujo Projeto Pedagógico do curso segue anexo a este PDI.

Na constituição do corpo docente serão observados os critérios mínimos de qualificação e experiência exigidos pelo Ministério de Educação, considerando sempre a capacidade de produção científica de professor. A admissão será feita mediante Processo Seletivo publicado em Edital, supervisionada pelo Coordenador de Curso e pela Diretoria Acadêmica, autorizada pela Diretoria Geral, observados os seguintes critérios:

- além da idoneidade moral do candidato serão considerados seus títulos acadêmicos, científicos, didáticos e profissionais, relacionados à matéria a ser por ele lecionada;

- constitui requisito básico o diploma de graduação e certificado de pós-graduação correspondente ao curso que inclua, em nível não inferior de complexidade, matéria idêntica ou afim àquela a ser lecionada, seja ele Especialista, Mestre ou Doutor com no mínimo dois anos de magistério superior ou de atividade técnico-profissional.

10.2 Perfil do Corpo Docente IPESSP



Para admissão de professor Doutor ou promoção a este nível, exigir-se-á alternativamente:

- título de Doutor, obtido em curso nacional credenciado ou equivalente estrangeiro, ter cumprido o período de qualificação da tese no Programa de Doutorado ou título de livre docente, obtido na forma da lei; e
- a titulação mínima acrescida de trabalhos publicados de real valor ou de exercício efetivo, de no mínimo dois anos de magistério superior ou de atividade técnico-profissional.

A admissão como professor Doutor, bem como a promoção a esta classe dependerá da existência de vagas e dos correspondentes. As atividades de magistério próprias do corpo docente no ensino superior são definidas como:

- ensino, investigação científica e extensão, respeitado o princípio constitucional da indissolubilidade dessas atividades;

- exercício de direção, participação em órgãos colegiados, Coordenadorias de Curso e assessoria técnica;
- atividades de representação institucional em eventos, congressos e seminários;
- exercício das atividades de ensino, na abrangência das suas habilitações, participação em atividades de investigação científica ou extensão, em caráter coletivo ou individual, seleção e orientação de monitores e bolsistas de iniciação científica, orientação de monografias;
- elaboração e/ou colaboração em projetos de investigação científica ou extensão;
- participação em bancas de avaliação de trabalhos de conclusão de cursos;
- produção científica de acordo com sua área de atuação acadêmica;
- elaboração e/ou proposição de atualização do plano de ensino da disciplina que está lecionando e manutenção em dia de seus registros acadêmicos na Secretaria Acadêmica da **Faculdade IPESP**;
- participação em comitês de assessoria estabelecidos pela **Faculdade IPESP**.

São requisitos mínimos para enquadramento nas classes do Quadro de Carreira Docente:

Professor Titular: ser portador de título de Doutor, obtido em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, avaliados e reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, ou de título obtido no exterior e revalidado por universidade brasileira:

Professor Adjunto: ser portador do título de Mestre, sendo que serão considerados os títulos de mestrado acadêmico e profissional, obtidos em Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, avaliado e reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, ou títulos obtidos no exterior e revalidados por universidades brasileiras;

Professor Assistente: ser portador de título de Pós-Graduação *Lato Sensu*, observados na certificação a duração mínima de 360 horas (não computando o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente, nem o destinado à elaboração do trabalho de conclusão de curso) e o prazo mínimo de seis meses, obtido nas condições definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Eventualmente e por tempo estritamente determinado, a **Faculdade IPESP** poderá dispor do concurso de professores visitantes e colaboradores, estes últimos destinados a suprir a falta temporária de docentes integrantes da carreira.

Para fins de progressão a uma classe imediatamente superior na carreira docente da **Faculdade IPESP**, o critério é a titulação do professor, e o enquadramento será promovido na existência de vaga, de acordo com as disponibilidades orçamentárias e com a aprovação da Diretoria Geral.

A progressão de um nível para outro, dentro de uma mesma categoria, ocorre de acordo com as disponibilidades orçamentárias, na hipótese de tempo de serviço efetivo na **Faculdade IPESP**, segundo indicação do Coordenador de Curso da qual constará, obrigatoriamente, a assiduidade, a pontualidade, a sinergia e o cumprimento integral do plano de ensino da disciplina, com aprovação do Diretor Geral.

10.3 Critérios de Seleção e Contratação

O quadro docente da **Faculdade IPESP** será contratado em conformidade com as políticas de contratação especificadas no Plano de Carreira Docente. Ficará a cargo das Coordenações de Cursos apresentarem as necessidades de novos professores por meio de solicitação à Diretoria Acadêmica, que apresentará em tempo hábil um quadro geral das necessidades de todos os cursos à Diretoria Geral.

Os Docentes serão contratados pela Entidade Mantenedora seguindo o regime das Leis Trabalhistas (CLT) e dos acordos e convenções coletivas na base territorial, observados os critérios e normas deste Regimento Geral e do Plano de Cargos e Salários.

Quanto ao Plano de Carreira Docente (PCD), a **Faculdade IPESP** considera-o um instrumento de valorização do magistério e de proteção aos docentes, constituindo-se, também, em importante elemento de estímulo ao ingresso na carreira e ao contínuo aperfeiçoamento profissional e pessoal. Acredita-se que sua implementação nas instituições de educação superior oferecerá retorno positivo quanto à qualidade dos cursos oferecidos, propiciando o aprimoramento do processo educacional e, em sentido mais abrangente, contribuindo para o avanço da área de educação como um todo. O PCD da **Faculdade IPESP** terá como algumas diretrizes:

- Valorizar o desempenho docente como um todo, oferecendo garantias reais de crescimento na carreira;
- Contratação mediante processo de seleção de provas e títulos nas categorias da carreira com enquadramento nos níveis determinados no Plano de Carreira;

- Valorizar a experiência docente e a produção científica como instrumentos de avaliação de desempenho do corpo docente;
- Realizar avaliação contínua do desempenho dos docentes para fins de promoção no Plano de Carreira; dentre outras.

10.4 Regime de Trabalho e Procedimentos para Substituição dos Professores.

O corpo docente da **Faculdade IPESSP**, independente da classe e do nível a qual esteja enquadrado o professor, estará sujeito à prestação de serviços semanais em um dos seguintes regimes:

Regime de Tempo Integral - TI, com obrigação de prestar 40 horas semanais de trabalho, nelas reservados o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, investigação científica, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação.

Regime de Tempo Parcial - TP, com obrigação de prestar 12 ou mais horas semanais de trabalho, nelas, reservados, pelo menos, 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos.

Regime Horista - HA, para os que percebem seus vencimentos em função apenas das horas-aula contratadas.

As horas de trabalho não utilizadas em atividades de ensino serão distribuídas em preparo de aulas, assistência aos alunos, preparação e correção de provas e exames, investigações científicas, funções administrativas, reuniões em órgãos colegiados, participação em eventos de capacitação, trabalhos práticos ou atividades de assessoria e extensão.

A permanência em um determinado regime de trabalho não é definitiva, podendo o docente ser transferido de um regime para outro por solicitação própria, mediante manifestação prévia da coordenação do curso e aprovação da Direção da Faculdade respeitada a disponibilidade orçamentária.

O regime de trabalho na **Faculdade IPESSP** observará o disposto na legislação trabalhista e na convenção coletiva de trabalho do Sindicato dos Professores de São Paulo - SINPRO / SP.

Eventualmente e por tempo estritamente determinado, a **Faculdade IPESSP** poderá dispor da seleção de professores visitantes e colaboradores, estes últimos destinados a suprir a falta temporária de docentes integrantes da carreira.

O professor visitante é o docente admitido temporariamente, na forma da legislação trabalhista, com competência específica para atuar em programa especial de ensino, investigação científica e extensão, com titulação mínima de especialista.

O professor colaborador é o docente admitido para suprir a falta temporária de docentes integrantes da carreira. A contratação do professor colaborador ocorrerá para atender à necessidade temporária decorrentes do afastamento por cedência ou afastamento de interesse institucional; de tratamento de saúde, de licenças gestante, especial, de interesse particular ou público não remunerada; ou ainda de qualificação profissional. Nesses casos, para a seleção do professor colaborador serão aplicados os critérios de seleção de docentes, priorizando currículo existente no banco da Instituição, previamente cadastrados, e sua remuneração será por valor hora-aula de acordo com sua política institucional.

A substituição definitiva dos professores integrantes da carreira docente estará sujeita a abertura de processo seletivo para contratação de docentes para a **Faculdade IPESSP**.

10.5 Estímulos (ou Incentivos) Profissionais aos Docentes

A **Faculdade IPESSP** entende ser fundamental a capacitação e o aprimoramento permanente do seu corpo docente, cujo papel é fundamental e insubstituível na formação dos alunos que escolherem pela Instituição, motivo pelo qual é prioridade a obtenção de resultados na capacitação do corpo docente.

Para tanto, a **Faculdade IPESSP** estimulará a produção científica, técnica, pedagógica e cultural dos professores. Assim, oferecerá suporte técnico e apoio à produção do corpo docente. Nesse sentido, constitui modalidade de incentivo à capacitação docente o “apoio à divulgação e à publicação de teses, dissertações, monografias e/ou outros trabalhos acadêmicos”.

A **Faculdade IPESSP** também apoiará a participação do corpo docente em eventos científicos e acadêmicos. A participação em eventos será viabilizada pela concessão de “auxílio financeiro para participação em congressos, seminários, feiras, reuniões científicas, tecnológicas ou pedagógicas, e eventos similares, com ou sem apresentação de trabalho de sua autoria ou co autoria, desde que considerado relevante para a Coordenação de Curso”.

O Plano de Capacitação Docente, “os pedidos de auxílio financeiro para participação em eventos devem ser encaminhados em requerimento próprio, acrescido da previsão das despesas, ao órgão competente, no mínimo 60 dias antes do início do evento”.

Além disso, a **Faculdade IPESP** oferecerá incentivos à elevação da titulação do seu corpo docente. Nesse sentido, de acordo com o Plano de Capacitação Docente constituem modalidades de incentivos tais como bolsas de estudo e horários diferenciados.

A **Faculdade IPESP** também oferecerá incentivos à formação e atualização pedagógica dos professores. Nesse sentido, constitui modalidade de incentivo à capacitação docente a “oferta de cursos de atualização pedagógica para os professores”.

10.6 Formas de Acompanhamento e Execução do Trabalho Docente

O Corpo Docente da **Faculdade IPESP** será acompanhado por meio de ações organizadas institucionalmente. Tomando o trabalho cotidiano como referência, a Faculdade estimulará a capacidade de reflexão e inovação entre os docentes, acompanhará e avaliará o planejamento e a execução do trabalho docente.

Núcleo Docente Estruturante - NDE de cada curso - acompanhar e avaliar o planejamento e execução do trabalho docente na implementação dos projetos pedagógicos dos cursos.

Coordenação de Curso - articuladora e proponente das políticas e práticas pedagógicas; juntamente com o seu Colegiado de Curso, discutir com os professores a importância de cada conteúdo no contexto curricular; articular a integração entre os corpos docente e discente; acompanhar e avaliar os resultados das estratégias pedagógicas; redefinir novas orientações, com base nos resultados da autoavaliação; acompanhar a execução dos planos de ensino; avaliando a produtividade do processo de ensino–aprendizagem.

Ademais, com o objetivo de auxiliar os professores na condução de disciplinas, sugerindo metodologias, recursos, atividades e propostas de trabalho, além de orientar a relação professor-aluno, a **Faculdade IPESP** oferecerá orientação pedagógica aos docentes por meio do Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAP. A orientação será realizada por profissional com formação na área de Pedagogia ou Psicopedagogia, e deverá:

- Contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional do docente;
- Aperfeiçoar aptidões ao nível da relação pedagógica;
- Estimular um modelo de professor reflexivo;
- Auxiliar na implementação processos de aprendizagem centrados no aluno;
- Fomentar o desenvolvimento de metodologias ativas de ensino e aprendizagem;
- Contribuir para a qualificação do corpo docente, permitindo-lhe dar resposta às novas atitudes e papéis do professor.

Assim, o processo de acompanhamento e avaliação do trabalho docente será viabilizado por meio da(o):

- I. Acompanhamento e avaliação da participação em atividades de investigação científica e extensão (pela Comissão de Enquadramento Funcional Docente, sob a supervisão da Diretoria);
- II. Promoção da discussão e o encaminhamento das problemáticas relacionadas à prática pedagógica (pelos docentes, pelo NDE, pela Coordenadoria de Curso e pelo NAP);
- III. Discussão e análise pelos docentes, pelo NDE e pela Coordenadoria de Curso, dos resultados das avaliações-Comissão Permanente de Avaliação-CPA ou Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP), para a definição de ações pedagógicas;
- IV. Realização de apoio psicopedagógico (atribuição do NAP);
- V. Assessoramento às fases de planejamento, execução e avaliação da disciplina (realizado pelo NDE, pela Coordenadoria de Curso e pelo NAP).

10.7. Acompanhamento na Educação a Distância

Para a realização do acompanhamento das atividades dos docentes e demais profissionais vinculados às modalidades presencial e EAD, a **Faculdade IPESP** realizará as seguintes atividades:

- Reuniões periódicas com os gestores dos cursos;
- reuniões periódicas da Diretoria Acadêmica com os colaboradores da Faculdade nos polos;
- reuniões periódicas com professores;
- reuniões desses profissionais do polo com profissionais de Faculdade;
- pelos relatórios tira-dúvidas e SAE, do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- análise e discussão, nas reuniões semanais com a direção da **Faculdade IPESP**, acerca do trabalho nos polos;
- atendimento diário e envio de mensagens aos colaboradores tanto por telefone como por e-mail e pelo AVA, para discussão dos trabalhos desenvolvidos e aqueles a serem feitos;
- acompanhamento de todo trabalho desenvolvido pelos profissionais nos polos;
- solicitação ao setor responsável o acompanhamento efetivo de todo trabalho desenvolvido nos polos por estes profissionais, quando necessário.

Além disso, serão realizadas pelo curso e pela CPA avaliações periódicas dos docentes, do corpo administrativo e das condições de infraestrutura do curso pelos alunos. Nesse ponto, o trabalho da CPA é forte apoio para o desenvolvimento dos instrumentos utilizados nas avaliações e a consecução dos objetivos.

O resultado desse processo é indicativo das ações da Direção, do NDE e do Colegiado de Curso.

A equipe gestora dos cursos da Faculdade avaliará o desempenho do corpo docente, discente, e a coordenação dos cursos, coordenação por meio de reuniões no início, durante e no final de cada semestre letivo na Semana de Planejamento que antecede e sucede, respectivamente, as atividades do semestre.

Essas ações contribuíram para a implantação de processo contínuo de autoavaliação do curso como um todo.

Nesse processo, serão abordados temas como: a situação do corpo docente, evolução e eficiência da estruturação curricular na formação do perfil do egresso e o nível de satisfação do aluno.

Os resultados dessas avaliações subsidiam os ajustes necessários para o aperfeiçoamento da proposta do curso.

Após a divulgação dos resultados de avaliação da organização didático-pedagógica, do corpo social e das instalações físicas pela CPA, serão realizadas inúmeras ações e reuniões com os professores, para discutir os aspectos positivos e negativos da análise, com o objetivo de propor soluções para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

11. Perfil dos Tutores

11.1 Requisitos de Titulação e Experiência Profissional

A composição do corpo docente da **Faculdade IPESSP** será de profissionais altamente especializados para os cursos de graduação e pós-graduação a distância.

Para todos os conteúdos específicos que serão ministrados, a maioria da composição docente é de mestres e doutores. Há especialistas, não sendo admitidos graduados. É requisito para compor o corpo de tutores que o profissional tenha, no mínimo, graduação na área correlata à de sua atuação. A **Faculdade IPESSP** adotará a proporção de um docente equivalente a 40 (quarenta) horas para cada grupo de 40 (quarenta) alunos, e de 1 (um) tutor presencial e a distância para cada 30 (trinta) alunos.

11.2 Critérios de Seleção e Contratação.

Todos os tutores são docentes da Faculdade IPESSP e, conseqüentemente, todos estarão enquadrados no Plano de Cargos e Salários.

A **Faculdade IPESSP** por meio de seu programa de ingresso de docentes, consistindo de apresentação de Currículo Lattes, entrevista, apresentação de aula piloto e aprovação do órgão colegiado, mantém política de expansão permanente de seu corpo docente.

O compromisso da **Faculdade IPESSP** é o de manter a proporção de um docente equivalente a 40 (quarenta) horas para cada grupo de 40 (quarenta) alunos. Portanto, o plano de expansão tem a sua vinculação e implementação a serem desencadeadas a partir da formação das primeiras turmas e da progressiva integralização dos cursos.

A iniciativa de admissão de professores deve ser tomada pela Diretora da **Faculdade IPESP**, Coordenador(a) do Curso, Direção da Mantenedora, que deverão selecionar currículos, a partir de um banco de currículos próprio e avaliar o desempenho didático dos candidatos.

A contratação de docentes/tutores de reconhecido mérito acadêmico e/ou notório saber na categoria Assistente, Adjunto e Responsável será sempre submetida à apreciação da Direção da **Faculdade IPESP**. O contrato do professor/tutor deverá ser celebrado por hora-aula quando exclusivamente para a docência, firmando-se contratos suplementares para outras atividades, com valores estabelecidos pela Mantenedora.

Para ingresso na Carreira do Magistério Superior, se prevê um processo de seleção que consta de: análise do Curriculum Vitae com ênfase em titulação acadêmica; produção científica; tempo de docência no Magistério Superior; tempo de experiência profissional, vinculado à disciplina objeto do ingresso; para atuar em cursos a distância é requisito ter experiência de, no mínimo, 1 (um) ano nessa modalidade. Caso o docente/tutor não possua os requisitos mínimos poderá participar de curso de capacitação promovido pela **Faculdade IPESP** e Núcleo de Educação a Distância-NEAD. Os tutores que atuarem nas unidades de apoio presencial serão contratados em regime parcial de trabalho. Para contratação de tutores, exige-se que tenha, no mínimo, graduação na área correlata à de sua atuação, que tenha também, no mínimo, 1 (um) ano de experiência acadêmica na educação superior ou profissional na área do curso. Preferencialmente serão contratados tutores com experiência em EAD, mas na eventualidade de não terem essa experiência, esses profissionais receberão capacitação pela **Faculdade IPESP**.

11.3 Políticas de Gestão: Qualificação e Plano de Carreira

Todos os tutores são docentes da **Faculdade IPESP** e, conseqüentemente, todos estarão enquadrados no Programa Institucional de Capacitação Docente.

A **Faculdade IPESP** possui documento específico que orienta o plano de carreira do corpo docente, o Plano de Cargos e Salários. Esse instrumento regulamenta os procedimentos operacionais e disciplinares, como estrutura de classificação, de mobilidade funcional e de remuneração docente. Tem por finalidade normatizar a administração, a política de salários e o planejamento das atividades acadêmicas, bem como a avaliação de desempenho, em conformidade com as diretrizes traçadas pela IES, com o Regimento Interno da Faculdade IPESP e com a legislação vigente.

Será uma preocupação constante da Instituição a atualização e o aprimoramento do corpo docente no que tange à metodologia do ensino superior, no diagnóstico de deficiências e elaboração de cursos de capacitação e aperfeiçoamento didático pedagógico. Dessa forma, entre as funções do Plano de Carreira, está a de promover a melhoria da qualidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão da Faculdade, por meio de capacitação e atualização profissional, possibilitando aos docentes condições de aprofundamento e/ou aperfeiçoamento de seus conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

O Plano de carreira da IES tem como finalidades de regulamentação:

- I. Orientar o ingresso, a ascensão, a promoção e o regime de trabalho do corpo docente do quadro de carreira;
- II. Contribuir para o aprimoramento pessoal e profissional do pessoal do Quadro de Carreira Docente de modo a assegurar um quadro bem qualificado para as unidades educacionais e cursos superiores mantidos;
- III. Estimular o professor para o exercício eficaz das funções docentes;
- IV. Promover o crescimento funcional do docente;
- V. Possibilitar o recrutamento de profissionais de reconhecida competência que queiram desenvolver os objetivos institucionais, a par dos seus interesses pessoais.

O Quadro de Carreira Docente está hierarquizado, para fins de remuneração, distribuição de pessoais e respectivas funções, em 03 (três) categorias funcionais: professor assistente, professor adjunto e professor responsável, ocupadas por especialistas, mestres e doutores, com níveis funcionais e sistema de referências por mérito.

A mobilidade funcional do corpo docente integrante da carreira acadêmica far-se-á no sentido vertical, por Progressão, considerada a titulação. Para efeito de progressão e de reclassificação, serão considerados além dos títulos, os indicadores de desempenho. Por se tratar de um instrumento passível de periódicos aperfeiçoamentos, a **Faculdade IPESP** promoverá, sempre que necessário, as transformações requeridas para possibilitar uma prestação, cada vez melhor, dos serviços educacionais sob sua responsabilidade.

11.4.Cronograma do Plano de Expansão do Corpo Docente/Tutor 2020 /2024

ANO	TITULAÇÃO			TOTAL
	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	
2022	20%	50%	30%	100%
2023	20%	45%	35%	100%
2024	15%	40%	45%	100%
2025	15%	35%	50%	100%
2026	10%	30%	60%	100%

Meta: manter ao até o final do período (2026)³⁷, 90% do corpo docente/Tutor da IES com a titulação de mestre ou doutor.

O Tutor deve ter curso de graduação e/ou pós-graduação reconhecido pelo MEC, preferencialmente experiência de três anos na função e atender aos requisitos previstos para assumir a disciplina. Dadas as peculiaridades de um curso superior de tecnologia (CST), a experiência no mercado tem sido uma exigência, observando-se, também, a relevância e compatibilidade com as especificidades dos cursos em que atua o tutor.

11.5. Cronograma do Plano de Expansão do Corpo Docente/Tutor (Regime de Trabalho)

ANO	TITULAÇÃO			TOTAL
	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	
2022	20%	50%	30%	100%
2023	20%	45%	35%	100%
2024	15%	40%	45%	100%
2025	15%	35%	50%	100%
2026	10%	30%	60%	100%

Meta: manter, ao até o final do período (2026), 90% do corpo docente/Tutor da IES com a titulação de mestre ou doutor.

O Tutor deve ter curso de graduação e/ou pós-graduação reconhecido pelo MEC, preferencialmente experiência de três anos na função e atender aos requisitos previstos para assumir a disciplina. Dadas as peculiaridades de um curso superior de tecnologia (CST), a experiência no mercado tem sido uma exigência, observando-se, também, a relevância e compatibilidade com as especificidades dos cursos em que atua o tutor.

11.6 Cronograma do Plano de Expansão do Corpo Docente/Tutor (Regime de Trabalho)

ANO	REGIME DE CONTRATAÇÃO			TOTAL
	HORISTA	PARCIAL	INTEGRAL	
2022	10%	40%	50%	100%

³⁷ Na vigência do PDI

2023	10%	35%	55%	100%
2024	10%	30%	60%	100%
2025	10%	25%	65%	100%
2026	10%	20%	70%	100%

Meta: Manter, ao final do período (2026), 70% do corpo docente/Tutor da IES com regime Integral.

Ações específicas:

- Estabelecer, como prioridade, no processo de recrutamento e seleção docente, para os cursos atuais e os a serem implantado, o título de mestre ou doutor, reconhecido pelo MEC.
- Dar prioridade, na inclusão de professores do quadro da **Faculdade IPESP**, no Plano de Capacitação Docente, aos que pretendam cursar programas de mestrado.

11.7 Cronograma do Plano de Expansão do Corpo Técnico/Administrativo

ANO	CARGOS		TOTAL
	Regime Parcial	Regime Integral	
2022	70%	30%	100%
2023	65%	35%	100%
2024	60%	40%	100%

2025	55%	45%	100%
2026	50%	50%	100%

11.8 Política de Qualificação do Plano de Carreira

O programa de capacitação docente, tutores a distância, tutores presenciais e de toda equipe multidisciplinar que compõe o Núcleo de Educação a Distância (NEAD) será contínua. A capacitação dos atores envolvidos nos cursos a distância da instituição será realizada pela equipe do NEAD.

É interessante justificar que o conteúdo dessas capacitações estará voltado para as especificidades do projeto institucional, buscando, desta forma, o desenvolvimento das habilidades necessárias para o desempenho de ações na área e no modelo escolhido pela **Faculdade IPESP**. Basicamente, os conteúdos do programa de capacitação são os seguintes:

- Utilização de novas tecnologias de informações e comunicação (NTICs);
- Aspectos gerais da Educação a Distância: cenário no Brasil, legislação sobre EaD; referenciais de qualidade;
- Critérios para a elaboração do material audiovisual e do material impresso;
- Discussão sobre a metodologia que será empregada (recursos didáticos, livros digitais, vídeos e ambientes virtuais de aprendizagem).
- Informações referentes ao processo de produção e distribuição do material impresso;
- Ferramentas *on-line* síncronas e assíncronas (ex.: bate-papos e fóruns, podcast);
- Motivação por meio da interação aluno/professor/ instituição;
- Avaliação do aluno e de avaliação institucional. A capacitação para os docentes e tutores a distância ocorrerá presencialmente contemplando os conhecimentos sobre:
- Utilização das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação NTIC's na educação;
- Educação a Distância (EAD);
- Conhecendo o Núcleo de Educação a Distância (NEAD);
- Projeto pedagógico dos cursos a distância;
- Modelos de tutoria e o papel da tutoria dos cursos de graduação a distância na **Faculdade IPESP**.
- Ambiente virtual de aprendizagem o uso das ferramentas na visão do docente e do aluno;
- Plano de ensino e cronograma.

A capacitação da equipe será contínua, podendo ocorrer presencialmente e/ou a distância, abordando os assuntos elencados a seguir:

- Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) e Educação a Distância (EAD);
- Conhecendo o Núcleo de Educação a Distância (NEAD);
- Projeto pedagógico dos cursos a distância;
- O papel da tutoria dos cursos de graduação a distância na **Faculdade IPESP**;
- O uso das ferramentas na visão do aluno;
- Planejamento da Semana de Ambientação dos alunos;
- Sistema Acadêmico e Financeiro;
- Sistema de Avaliação Institucional;
- Organização do Controle Acadêmico;
- Regimentos, Diretrizes e Procedimentos Institucionais.

12 Aspectos financeiros e orçamentários

12.1 Estratégia de Gestão Econômico-Financeira

Compete precipuamente à Mantenedora promover adequados meios de funcionamento das atividades da **Faculdade IPESP** colocando-lhe à disposição, os bens móveis e imóveis de seu patrimônio, ou de terceiros a ela cedidos e assegurando-lhe os suficientes recursos financeiros de custeio. À Mantenedora reserva-se a administração orçamentária da **Faculdade IPESP** podendo delegá-la no todo ou em parte, ao Diretor Geral.

Dependem da aprovação da Mantenedora as decisões dos órgãos colegiados que importem aumento de despesas.

Na gestão econômico-financeira da **Faculdade IPESP** serão observados alguns princípios e normas, dos quais se destacam:

- o exercício financeiro coincide com o ano civil;
- o orçamento disciplina a previsão da receita e a fixação das despesas que decorrem das obrigações legais assumidas regularmente;
- os eventuais resultados operacionais são aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais da Instituição;
- durante o exercício financeiro, podem ser abertos créditos especiais ou extraordinários, desde que os serviços normais o exijam, mediante parecer do Conselho Superior-CONSUP e aprovação da Mantenedora.

A gestão econômica - financeira da **Faculdade IPESP** estará alicerçada em quatro pilares, a saber:

Controle diário dos fluxos financeiros: O setor financeiro realizará diariamente o controle dos fluxos de entrada e saída de recursos em suas contas bancárias e de investimentos, com ênfase à garantia da adequação desses fluxos positivamente, ou seja, a garantia de que os fluxos de

entrada não sejam apenas superiores, mas também anteriores aos fluxos de saída, o que permitirá a adimplência da instituição em relação a todas as suas obrigações.

Controle das Rubricas de Custeio: O Departamento de Compras realizará a centralização de todos os procedimentos de Compras, de forma a controlar os fluxos de saída de recursos em sua fonte, ou seja, somente serão realizadas aquisições devidamente autorizadas pela Mantenedora, com aderência aos orçamentos previamente por ela aprovados. A integração do sistema nos módulos de Compras, orçamentário e financeiro garantirá que não sejam autorizadas compras previstas nas rubricas aprovadas em cada departamento ou setor.

Controle Orçamentário: A gestão da **Faculdade IPESP** ocorre por meio da elaboração e consolidação dos Orçamentos de suas diversas Diretorias, coordenações e demais áreas de gestão, o que lhe permitirá o acompanhamento sistemático das previsões de fluxos financeiros. Como a gestão será centralizada, todas as operações necessariamente derivam das decisões da Mantenedora, o que garantirá a assertividade e a sistematização no acompanhamento orçamentário da IES.

Autofinanciamento das Operações: A **Faculdade IPESP** primará por não realizar endividamentos para o suporte de suas operações, o que irá lhe conferir maior agilidade e capacidade de reação em caso de oscilações no ambiente externo. Nesse sentido, seus resultados serão redirecionados para reinvestimentos, o que lhe assegurará um nível de dependência financeira desprezível, item esse bastante positivo em um setor de grande concorrência, como é o setor educacional.

A acirrada concorrência no mercado privado de ensino superior, aliado ao panorama econômico nacional, exigirá que a **Faculdade IPESP** busque maior eficiência administrativa e operacional, mantendo sua sustentação financeira.

O custo com pessoal e encargos acompanhará o crescimento da **Faculdade IPESP** não somente em quantitativo de colaboradores bem como pela remuneração h/aula na medida em que se amplia no quadro docente a proporção de colaboradores com maior titulação acadêmica.

12.2 Sustentabilidade Financeira: Participação da Comunidade Interna

Como a maior parte dos recursos financeiros da instituição serão representados, pelas mensalidades escolares a **Faculdade IPESP** procurará ampliar suas fontes de receita para assegurar a excelência da ação acadêmica, a qual exige recursos humanos qualificados e infraestrutura física adequada. Compatibilizar a sustentabilidade financeira com a qualidade acadêmica e o compromisso social da Instituição representará um desafio para a gestão da **Faculdade IPESP** durante o quinquênio do PDI.

O programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* contribuirá para a sustentabilidade financeira da Faculdade e atuara como elemento fundamental para a formação continuada dos egressos e como fonte de receita adicional. De forma semelhante, os programas relacionados à extensão contribuirão com a sustentabilidade financeira da IES ao ofertarem diversos cursos de aperfeiçoamento, atualização e capacitação em diferentes áreas do conhecimento.

A Faculdade IPESP também leve em consideração as demandas apontadas nos relatórios de avaliações interna realizadas pela CPA, seja de curso ou institucional.

A acirrada concorrência no mercado privado de ensino superior, aliado ao panorama econômico nacional, exigirá que a Faculdade IPESP busque maior eficiência administrativa e operacional, mantendo sua sustentação financeira.

O custo com pessoal e encargos acompanhará o crescimento da Faculdade IPESP não somente em quantitativo de colaboradores bem como pela remuneração h/aula na medida em que se amplia no quadro docente a proporção de colaboradores com maior titulação acadêmica.

12.3 Políticas de Captação e Alocação de Recursos

As receitas auferidas pela Faculdade IPESP serão oriundas do **recebimento das mensalidades** dos alunos, quer seja paga pelos próprios ou por seus responsáveis financeiros, de onde se destacam empregadores que investe na formação de seus colaboradores. A Faculdade IPESP rá convênio com empresas e prefeituras que oferecem esta política de benefício aos seus empregados. Diante da expansão da oferta de recursos por parte do Governo Federal, por intermédio do FNDE, para concessão de financiamento educacional - o FIES, a Faculdade IPESP optará pela aceitação de alunos que aderiram ao FIES e para tanto montará uma Central de Atendimento destinada exclusivamente ao atendimento de alunos que tenham bolsas, financiamentos e convênios.

As mensalidades serão pagas por meio de boleto bancário, com vencimento diversificados emitido e processado pelo sistema acadêmico, o que garantirá a readequação dos níveis de caixa após o pagamento das obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias. A aplicação de uma política com descontos escalonados de acordo com a data de vencimento, em que o aluno perderá gradativamente percentuais de descontos à medida que deixar de cumprir com o pagamento em dia, resultará em bons níveis de recebimento dentro das datas de vencimento, o que reduzirá significativamente a inadimplência.

12.4 Políticas Financeiras e Orçamentárias

Os planos orçamentários elaborados pela Faculdade IPESP serão cuidadosos na previsão de valores com vistas ao financiamento das despesas de manutenção e atualização das instalações físicas e tecnológicas. Tais valores serão aprovados pela Mantenedora no momento da

elaboração dos orçamentos e acompanhados de forma integrada a cada aprovação da Autorização de Fornecimento.

A elaboração de tais orçamentos será feita no âmbito de diretoria, amparado e precificado nos Projetos e Planos de ação que serão propostos pelas coordenações de núcleo e de cursos. Uma vez consolidado o orçamento anual será submetido à aprovação junto à Mantenedora, que alinhado às expectativas de ofertas de cursos com matrículas dos alunos, será aprovado para ser lançado no sistema de acompanhamento e execução orçamentária.

A execução orçamentária também será garantida por meio de rigoroso acompanhamento da inadimplência, com a implementação de política de cobrança, a cargo de empresa especializada, visando a recuperação desses créditos, em ações de cobrança conforme determina a Lei.

12.5 Plano de investimento

No período de vigência deste PDI (2022-2026), a Faculdade IPESSP implantará cursos de graduação, pós-graduação, capacitação, atualização. Dessa forma, os investimentos previstos estão relacionados à ampliação da infraestrutura física e acadêmica para atender a proposta de implantação dos cursos, conforme apresentado no PDI.

Nesse período, está prevista a construção de mais salas de aula, sala para os Coordenadores de Curso, sala para os professores, auditório, ampliação da biblioteca e laboratórios de informática.

Os investimentos também estão direcionados para a aquisição do acervo específico dos novos cursos, assim como a sua expansão e constante atualização; para a expansão dos equipamentos de informática e dos recursos tecnológicos e de áudio visual.

A Faculdade IPESSP previu ainda recursos para investimento na capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo, nas políticas de investigação científica e extensão, e na avaliação institucional.

GERAL	2018	2019	2020	2021	2022
Totalização Geral					
ANO	RECEITAS	DESPESAS	TOTAL GERAL		
2018	R\$ 527.345,28	R\$ -559.619,54	R\$ -32.274,26		
2019	R\$ 2.108.084,48	R\$ -747.780,09	R\$ 1.360.304,39		
2020	R\$ 6.323.322,88	R\$ -1.994.237,56	R\$ 4.329.085,32		
2021	R\$ 9.105.424,38	R\$ -3.009.136,16	R\$ 6.096.288,22		
2022	R\$ 10.449.796,82	R\$ -3.645.085,57	R\$ 6.804.711,25		

Conforme descrito ao longo do PDI, a Faculdade IPESSP tem um arrojado plano de expansão, crescimento e reorganização técnico-administrativa bem como novos processos de autorização

de cursos. Há previsão e preparação para ampliação de alunos mediante oferta de vagas que serão autorizadas. Nesse contexto, o plano de investimentos evidencia o compromisso da Faculdade IPESP com seu PDI, estando perfeitamente apta a executá-lo do ponto de vista técnico e financeiro, conforme supracitado.

A Expansão de Infraestrutura refere-se ao investimento que compreende:

Preparação e ampliação das instalações que atenderão à expansão de novos cursos presenciais, EAD e com a oferta de 40% na modalidade EAD.

- Neste conjunto estão incluídas as salas de aula, laboratórios, espaços administrativos, de convivência bem como instalações para práticas esportivas;
- Alocação de espaços físicos, salas de aula, laboratórios e instalações para funcionamento dos polos de EAD;
- Ampliação das instalações para atendimento aos portadores de necessidades especiais, tanto nas questões operacionais quanto nas questões de acesso.

Os investimentos em “Equipamentos de Informática” e em “Móveis e Equipamentos Operacionais” referem-se à adequação das estruturas de funcionamento, visando dar maior comodidade aos alunos e colaboradores durante o processo de prestação de serviços;

Os investimentos em “Acervo Bibliográfico” demonstram a relevante preocupação da **Faculdade IPESP** com a constante atualização de seu acervo bibliográfico no formato virtual. Neste quesito se percebe valor crescente para fazer face às demandas não apenas na unidade de ensino presencial como também nos polos EAD que serão criados;

Os itens de investimentos em “Capacitação”, tanto técnico-administrativo como docente, registram os investimentos que serão alocados na permanente formação dos colaboradores através da concessão de Bolsas de Estudo nos cursos de Graduação e Pós-Graduação *Lato Sensu* da **Faculdade IPESP**, bem por meio de treinamentos internos, cursos de gestão para Diretores, Coordenadores e Encarregados de Setor, cursos de curta e média duração para atualização didática para professores, tutores etc.;

Os investimentos em “Atualização Tecnológica e Software de Gestão” representam os projetos de expansão do sistema, bem como sua plena integração com os sistemas acadêmicos. Neste quesito são observadas as necessidades de disponibilidade, segurança e integridade dos dados

acadêmicos e financeiros. Para tanto os equipamentos e os sistemas são mantidos em suas versões mais recentes oferecidas pelos fornecedores.

Ressalta-se, por fim, que os valores dos investimentos podem ser integralmente suportados pelas operações da **Faculdade IPESSP** como demonstrado no plano orçamentário.

Adicionalmente, caso venha optar no futuro por alavancagem de investimentos, a **Faculdade IPESSP** conta com créditos junto ao sistema financeiro nacional para captações que vierem a ser necessárias. A solidez financeira e o histórico sadio garantem o acesso a tais programas sem maiores dificuldades.

13. Autoavaliação Institucional

O Programa de Avaliação Institucional da **Faculdade IPESSP** tem por objetivo avaliar as diferentes dimensões das funções universitárias. Constitui-se em processo de melhoria contínua dessas funções, do planejamento e da gestão institucionais e de prestação de contas às comunidades acadêmica e social. O programa será desenvolvido pela Comissão Própria de Autoavaliação - CPA, que integra a Diretoria da **Faculdade IPESSP**.

A CPA compete planejar, organizar e desenvolver, interpretando os resultados e apontando opções para a consolidação institucional e a melhoria contínua dos cursos e programas de nível superior, além dos instrumentos de planejamento e gestão universitários. A CPA deve acompanhar e emitir relatórios periódicos sobre as avaliações conduzidas pela MEC, em particular as do Exame Nacional de Cursos (ENADE), as relativas ao reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e as avaliações das condições de oferta do ensino.

Meta: Avaliar todos os cursos de graduação, incluindo as atividades de práticas investigativas e de extensão, para efeito de pedido de reconhecimento do(s) curso(s) até 2026.

Ações específicas

Cumprir o seguinte cronograma, no período 2022/2026, para a implantação e o desenvolvimento do Programa de Avaliação Institucional da **Faculdade IPESSP**:

EVENTOS	2022	2023	2024	2025	2026
----------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

	1°	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°
Sensibilização										
Avaliação docente										
Avaliação discente ^(*)										
Avaliação dos cursos										
Avaliação da extensão										
Avaliação iniciação científica										
Avaliação dos gestores										
Avaliação do PDI										
Revisão do PDI										
Divulgação dos resultados										

13.1 Introdução CPA

O Ensino e a Aprendizagem estão em constante transformação, alterando-se os conteúdos, as formas, as condições que são produzidas. Da mesma forma a avaliação institucional não pode se restringir em relatórios e diagnósticos, com o julgamento de resultados e ações já cumpridas. Sendo um processo emancipatório, e como tal, deve inscrever-se na vida total da instituição, criando uma cultura avaliativa.

A autoavaliação será uma prática contínua da **Faculdade IPESP** com a finalidade de refletir sobre a sua própria missão, seus objetivos e o desenvolvimento de suas múltiplas atividades. Trata-se de um processo participativo, que vem sendo construído progressivamente, buscando o aperfeiçoamento de sua ação educativa perante a comunidade acadêmica e social.

Esta proposta pautou-se na Lei n.º 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Essa Lei definiu dez dimensões institucionais para a avaliação das IES, assegurou a avaliação institucional interna e externa e criou a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES como órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES.

A análise substancia-se ainda na Portaria n.º 2.051/2004, que regulamenta os procedimentos do Sistema e dispõe que a avaliação de instituições será executada conforme diretrizes estabelecidas pela CONAES. A Autoavaliação é uma das etapas do processo avaliativo a ser coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Cabe ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) operacionalizar o processo de Autoavaliação a partir de diretrizes da CONAES.

13.2 Concepção da CPA

A Autoavaliação Institucional da **Faculdade IPESP** será entendida como um processo coletivo de reflexão sobre a sua prática, seus compromissos com a sociedade, sobre o desenvolvimento de suas diferentes atividades, na busca permanente e sistemática de sua excelência acadêmica. Mediante um processo democrático e autônomo, pretende-se desencadear ações avaliativas que permitam explicar e compreender criticamente as estruturas e relações da Instituição. Possibilitando um questionamento sistemático de todas as atividades da Instituição, seus fins, seus meios, ensino, pesquisa e a extensão, bem como a gestão, infraestrutura e as condições gerais de trabalho, propondo alternativas viáveis ao seu aperfeiçoamento.

A **Faculdade IPESP** considera que a avaliação é uma prática social de sentido fortemente pedagógico, enfatiza sua importância como mecanismo de produção de conhecimento e de juízo de valor sobre a própria instituição. Ao produzir, organizar, consolidar e sistematizar os conhecimentos, a avaliação intervém qualitativamente no desenvolvimento dos processos e nas estruturas da instituição, atuando como dispositivo educativo das pessoas que nelas se envolvem.

Nossa autoavaliação respeita a identidade institucional, definidas na missão e nos objetivos, mediante um processo de adesão, com ampla participação de toda a comunidade acadêmica. O objeto de análise é o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades da instituição, centrado em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, segundo os diferentes perfis e missões institucionais. A Proposta de autoavaliação da **Faculdade IPESP** contempla o *Roteiro de Autoavaliação Institucional 2004*: orientações gerais, publicação da CONAES/INEP. Mediante articulação entre a realidade da IES e as dimensões da Avaliação Institucional, atendendo aos princípios da IES e diretrizes do SINAES.

13.3 Princípios

A Autoavaliação da **Faculdade IPESP** se fundamenta no Paradigma de Avaliação Autônoma, fornecendo uma visão global da instituição apresentando os seguintes princípios:

- Participação Democrática: Consiste num processo democrático que deve envolver os diferentes segmentos da comunidade acadêmica e social de forma coerente com a identidade institucional.
- Busca da Transformação: Consiste no processo de análise e crítica da realidade, visando a sua transformação. Busca apreender o fenômeno em seus movimentos e em sua relação com a realidade, objetivando a sua transformação e não apenas a sua descrição. A transformação pretendida deve estar em consonância com os compromissos sociais e políticos assumidos na missão e objetivos da instituição.
- Abordagem Qualitativa e Quantitativa: a autoavaliação entendida numa abordagem qualitativa e quantitativa deve ser buscada na dinâmica integradora das diversas esferas e estruturas internas e na relação entre elas e a sociedade.

13.4 Justificativa da Proposta

A autoavaliação deve ter uma ação sistemática e global que não se restringe às testagens de conhecimentos ou a medidas de produção ou elaboração de banco de dados. A avaliação Institucional deve envolver um questionamento rigoroso e sistemático de todas as atividades da instituição, seus fins e seus meios: ensino, pesquisa e extensão, bem como gestão, infraestrutura e condições gerais de trabalho.

A integração do processo de compreensão, de captação dos sentidos das estruturas e relações que integram a organização da instituição deve proporcionar muito mais que um olhar distante, a autoavaliação requer a postura dinâmica de conhecer, produzir e cimentar as relações, de construir a articulação e a integração dos diversos níveis, áreas e dimensões institucionais. Sendo a educação processo inscrita no tempo total da vida humana. Como práticas sociais, o ensino e as aprendizagens estão em constante transformação, alterando-se os conteúdos, as formas, as condições que são produzidas.

Da mesma forma que o processo educacional, a avaliação institucional não se extingue em relatórios e diagnósticos, com o julgamento de resultados e ações já cumpridas.

A avaliação institucional é um importante mecanismo de produção de conhecimento e de juízo de valor sobre a própria instituição. Ao produzir, organizar, consolidar e sistematizar os

conhecimentos, a avaliação intervém qualitativamente no desenvolvimento dos processos e nas estruturas da instituição, atuando como dispositivo educativo das pessoas que nelas se envolvem.

A orientação formativa tem função instrumental e proativa: o processo de elaboração de conhecimento e de crítica que constitui a avaliação, também produz a tomada de consciência da necessidade de transformação do processo da avaliação e dos seus agentes, bem como projeto o que é necessário para melhorar a instituição. O objeto central da avaliação institucional é a qualidade, não só como diagnóstico, mas também como processo de melhoria. O processo de avaliação institucional deve comportar certos graus de flexibilidade e de adaptabilidade, permitindo ajustes e acertos que signifiquem correção de rota, aperfeiçoamento ou adaptação que assegurem a qualidade da ação.

A avaliação institucional não é um processo indiferente ou neutro. Ao contrário, toma partido, reafirma valores, denega o que julga negativo, interfere e intervém em todas as dimensões da vida institucional. É fundamental que a avaliação tenha plena credibilidade; que todos se sintam seguros quanto à direção traçada e confiem nos articuladores do processo. Cada instituição deve estabelecer as comparações entre os seus projetos e compromissos e aquilo que consegue realizar, entre o seu passado e o seu presente, entre o que está sendo e aquilo que julga deve ser. A avaliação institucional é um empreendimento permanente e coletivo de produção da qualidade educativa.

13.5 Objetivo Geral

A autoavaliação tem como principais objetivos produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.

Identificando fragilidades e as potencialidades da instituição nas dez dimensões previstas em lei, a autoavaliação é um importante instrumento para a tomada de decisão e dele resultará um relatório abrangente e detalhado, contendo análises, críticas e sugestões.

Estas dimensões, entretanto, não devem ser consideradas um instrumento para mera checagem ou verificação ou, simplesmente, quantificação e sim, vistas como ponto de partida para a construção de um amplo processo de discussão e reflexão sobre as diversas facetas e atividades institucionais, permitindo o aprofundamento do conhecimento e compreensão sobre elas.

13.6 Objetivos específicos

O Plano de Autoavaliação Institucional da **Faculdade IPESP** contempla os seguintes objetivos específicos:

- Refletir sobre a Instituição na sua globalidade, buscando caminhos para a melhoria da qualidade do trabalho educativo;
- Promover a autoavaliação através da participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica;
- Avaliar o desempenho do docente e pessoal técnico administrativo da instituição, buscando em conjunto, alternativas para o aperfeiçoamento da ação pedagógica;
- Acompanhar as diferentes formas de gestão administrativa, identificando avanços e dificuldades e propondo novas formas de encaminhamento para a melhoria do trabalho educativo.
- Promover a avaliação das condições de infraestrutura da Instituição.
- Identificar o perfil do aluno ingressante de cada curso, buscando a adequação necessária entre os objetivos do currículo e as necessidades e interesses do alunado.
- Redefinir o perfil do egresso pretendido, considerando os propósitos de cada curso e as exigências do mercado de trabalho.
- Avaliar o desenvolvimento das atividades de Pesquisa e de Iniciação Científica, buscando, em conjunto com a Coordenação, professores pesquisadores e alunos bolsistas, alternativas para o aperfeiçoamento destas ações.
- Avaliar o desenvolvimento dos cursos, programas e atividades complementares de integralização curricular promovidas pela Extensão, adequando estas ações aos objetivos do ensino de graduação e às necessidades e interesses da comunidade.
- Aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo.
- Prestar contas à sociedade sobre os serviços desenvolvidos.

13.7 Organização da CPA

A autoavaliação Institucional será desenvolvida pela Comissão Própria de Autoavaliação (CPA), conforme disposto no artigo 11 da Lei 10.861/04, com as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação e disponibilizar informações para a efetiva interlocução para implementação do SINAES.

O planejamento das atividades da CPA será discutido com a comunidade acadêmica, devendo levar em conta as características da instituição, seu porte, continuidade e a existência de

experiências avaliativas anteriores. A composição da CPA da **Faculdade IPESP** atende todos os requisitos para sua legitimidade e autonomia, constituída por regulamento próprio aprovado pelo órgão superior da Instituição.

13.8 Cronograma da CPA

À CPA compete planejar, organizar e desenvolver a autoavaliação da Instituição interpretando os resultados e apontando opções para a consolidação institucional e a melhoria contínua dos cursos e programas de nível superior, além dos instrumentos de planejamento e gestão universitários, divididas em três Etapas da seguinte forma:

- 1ª Etapa – Constituição da CPA, Planejamento, Sensibilização.
- 2ª Etapa – Desenvolvimento.
- 3ª Etapa – Consolidação, Relatório, Divulgação, Balanço crítico.

CONSTITUIÇÃO DA CPA – À CPA da **Faculdade IPESP** será constituída por ato da Diretora Geral. Sendo composta por oito membros que representam diversos segmentos da sociedade acadêmica na Instituição e da Sociedade local, não privilegiando maiorias e com Regulamento específico.

PLANEJAMENTO - A **Faculdade IPESP** desenvolve uma proposta metodológica participativa e autônoma entre membros da CPA, que devidamente fundamentados no manual de Orientações Gerais estabelecida no SINAES, os compartilham com todos os segmentos da comunidade acadêmica, estabelecendo procedimentos e metas para a Avaliação Institucional.

SENSIBILIZAÇÃO – A cultura de autoavaliação encontra-se solidificada nos ditames da **Faculdade IPESP** desde sua criação, consolidando o hábito salutar da busca pela qualidade e pelo desenvolvimento da Instituição. Com a introdução do SINAES a Comissão Própria de Avaliação desenvolverá diversos encontros para plena interlocução e apresentação das propostas, atividades e possíveis correções de experiências anteriores.

DESENVOLVIMENTO – A autoavaliação da **Faculdade IPESP** será desenvolvida pela Comissão Própria de Avaliação, sempre de forma emancipatória e participativa, integrando-se com todos os segmentos da comunidade acadêmica. Cumprindo cronograma estabelecido e aprovado pela CPA.

CONSOLIDAÇÃO – O processo de autoavaliação deverá estar consolidado antes do prazo final estabelecido pelo CONAES.

RELATÓRIO – Substanciado nos padrões utilizados pelo MEC e outras IES, constrói amplas condições para análise sistemática da autoavaliação semestralmente. Os relatórios de avaliação serão submetidos à deliberação do colegiado superior da **Faculdade IPESP**.

DIVULGAÇÃO – A CPA responsabiliza-se em divulgar para toda a comunidade acadêmica e social seu juízo de valores e conceitos resultantes da autoavaliação.

BALANÇO CRÍTICO – Procedimentos dialógicos e análise crítica das metodologias aplicadas e seus resultados obtidos, geram a avaliação da avaliação (meta avaliação) de forma a redirecionar os caminhos em busca da excelência pretendida.

13.9 Metodologia e Instrumentos

A CPA desenvolve os seus trabalhos com apoio em metodologias e instrumentos aceitos pela comunidade acadêmica. Essas metodologias e instrumentos devem ser avaliados periodicamente (meta avaliação), com vistas à sua adequação permanente às características institucionais e a possíveis mudanças em indicadores e padrões de qualidade, fixados pelo MEC ou adotados por organizações ligadas à formação acadêmico-profissional ou ao exercício de profissões regulamentadas.

No processo de autoavaliação institucional serão objetos de análise:

- a) Organização Institucional
- b) Plano de Desenvolvimento Institucional
- c) Projeto Pedagógico Institucional
- d) Gestão Institucional
- e) Avaliação Institucional
- f) Corpo Social
- g) Corpo Docente
- h) Corpo discente e egressos
- i) Corpo técnico-administrativo
- j) Organização Institucional
- k) Instalações Gerais
- l) Biblioteca
- m) Laboratórios e instalações específicas.

Os instrumentos/procedimentos selecionados para a autoavaliação da **Faculdade IPESSP** são:

- a) Fóruns para divulgação e debates sobre o processo de autoavaliação da Faculdade com participação do pessoal docente e discente;
- b) Análise do PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, planilhas financeiras e orçamentos;
- c) Análise do PPI – Planejamento Pedagógico Institucional, projetos pedagógicos dos cursos, currículos, carga horária e práticas pedagógicas, eventos acadêmicos, sistema de avaliação;
- d) Questionário para os alunos de a graduação avaliar seu curso,
- e) Questionário para autoavaliação do trabalho docente na graduação,

- f) Questionário para autoavaliação do trabalho administrativo do corpo técnico,
- g) Questionário de avaliação de alunos da pós-graduação lato sensu e stricto sensu;
- h) Questionário de avaliação dos professores da pós-graduação lato sensu e stricto sensu;
- i) Reuniões dos coordenadores de cursos com professores e alunos para delimitar outros instrumentos para a coleta de dados nos cursos,
- j) Entrevistas com amostragem de alunos com o objetivo de sondar a imagem pública da instituição;
- k) Entrevistas com egressos e membros da comunidade com o objetivo de sondar a imagem pública da instituição;
- l) Análise dos mecanismos de divulgação e comunicação interna e externa;
- m) Análise da política de desenvolvimento lato sensu e stricto sensu, da integração entre graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão;
- n) Levantamento dos conceitos de avaliação Inep, convênios, atividades.
- o) Científicas, publicações;
- p) Análise das políticas de pesquisa: linhas, relevância, grupos cadastrados CNPq,
- q) Produção científica e tecnológica, participação em congressos, eventos,
- r) Atividades acadêmicas, contribuição para o desenvolvimento regional;
- s) Análise das políticas de extensão: relações e atendimento à comunidade,
- t) Impactos, participação de alunos e docentes, sistema de avaliação, incentivos e integração com ensino e pesquisa.
- u) Programas de iniciação científica, estágios, intercâmbio;
- v) Análise da política de gestão acadêmica, atendimento dos alunos e professores, política de concessão de bolsa;
- w) Análise da infraestrutura e instalações: conservação, ampliação, segurança; Laboratórios, equipamentos; Biblioteca;
- x) Plano de carreira, capacitação docente e qualificação profissional.

14 Estratégias

Para cumprir os objetivos da proposta de avaliação institucional, a CPA deverá analisar prioritariamente 6 (seis) instâncias constituídas por seus próprios membros, que cuidarão de analisar as seguintes dimensões:

Subcomissão 01:

- A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional
- A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão.

Subcomissão 02:

- A responsabilidade social da Instituição
- A comunicação com a sociedade

Subcomissão 03:

- As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo.

Subcomissão 04:

- Organização e gestão da Instituição
- Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Subcomissão 05:

- Planejamento e avaliação
- Políticas de atendimento aos estudantes

Subcomissão 06:

- Infraestrutura física, especialmente a de ensino e pesquisa, EAD.

Cada grupo receberá a incumbência de analisar uma ou duas dimensões, definidas pela sua afinidade e/ou complexidade. As subcomissões terão prazos estipulados no cronograma geral do projeto de avaliação para cumprir as seguintes etapas:

- 1) Elaboração de proposta para coleta e análise dos dados, incluindo metodologias a serem aplicadas e definição de necessidades como pessoal, equipamentos, acesso a documentos, entre outros;
- 2) Levantamento de informações documentais e bibliográficas;
- 3) Elaboração de questionários e realização de entrevistas;
- 4) Tabulação dos dados e análise quantitativa;
- 5) Análise qualitativa e, quando possível, comparativa com outros modelos;
- 6) Resultados e editoração (eletrônica e/ou impressa);
- 7) Divulgação dos resultados.

Todas essas etapas deverão ser acompanhadas pela CPA, em reuniões pré-agendadas durante e ao final de cada etapa. Será ressaltado que todas as subcomissões deverão trabalhar com pleno apoio da administração superior, contando com os recursos necessários à execução de suas tarefas. A criação dos grupos de Avaliação representará uma nova fase do processo de Avaliação Institucional iniciado com a instalação do Programa de Avaliação Continuada, esta indispensável à existência de uma instituição de Ensino Superior que busca permanentemente seu aprimoramento.

14.1 Dimensões avaliadas

As dimensões a serem consideradas no processo de avaliação foram estabelecidas pela Lei nº. 10.861/04 artigo 3º, da seguinte forma:

A missão e o plano de desenvolvimento institucional.

A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulos à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

A comunidade com a sociedade.

As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

Políticas de atendimento aos estudantes (Egressos).

Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

- **Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional:** considera a dimensão 8 do SINAES (Planejamento e Avaliação).
- Inclui também um Relato Institucional, que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação
- ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), incluindo os relatórios emanados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), do período que constituiu o objeto de avaliação.
- **Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional:** contempla as dimensões 1 (Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.

- **Eixo 3 – Políticas Acadêmicas:** abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES.
- **Eixo 4 – Políticas de Gestão:** compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.
- **Eixo 5 – Infraestrutura Física:** contempla a dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES.

14.2 Resultados das avaliações

A Comissão própria de Avaliação- CPA divulgará, anualmente, os instrumentos e procedimentos a serem aplicados no processo de avaliação institucional, mantendo estreita coerência, sempre que possível, com os instrumentos e procedimentos orientados pelo SINAES.

O processo de avaliação institucional deve conduzir à atribuição de conceitos, ao final de cada etapa, apoiado em relatório descritivo dos procedimentos e instrumentos adotados e com indicação de ações para correção de condições insuficientes ou regulares e fortalecimento das ações consideradas suficientes.

Os resultados da Avaliação Institucional serão fornecidos e encaminhados aos interessados, para serem trabalhados, junto aos envolvidos, com o objetivo de comparar a situação existente com a ideal, uma vez que os dados obtidos contribuem para a tomada de decisões sobre mudanças a serem adotadas, objetivando a melhoria desejada.

14.3 Tomada de Decisão

É importante, nesta etapa garantir a objetividade das discussões. As decisões devem ser expostas da maneira mais clara possível, com definição de prazos, responsabilidades e recursos a serem mobilizados através de reuniões com os dirigentes dos setores envolvidos, buscando a solução para os problemas apontados.

14.4 Meta avaliação

Como todo processo avaliativo, esta fase da avaliação institucional deve considerar uma etapa de autocrítica, a chamada meta avaliação, onde os seus aspectos metodológicos e instrumentais são submetidos a um criterioso julgamento, para determinar se a sua eficiência, eficácia e efetividade permitem sua reutilização ou se devem ser repensados, no todo ou em parte. Os processos de

avaliação interna e externa deverão ser analisados constantemente, para retroalimentação do sistema e aperfeiçoamento da instituição.

14.5 Relatórios

Os relatórios do processo de avaliação serão textos compostos pelos resultados das discussões, da análise dos dados e da interpretação das informações. Estes relatórios devem contemplar:

- Os resultados da autoavaliação e da avaliação externa
- Os resultados da avaliação de cursos e de desempenho discente.

Os destinatários desses relatórios são os membros da comunidade acadêmica, a CONAES, o MEC e a sociedade. Portanto, considerando a diversidade de leitores, estes documentos devem ter clareza na comunicação das informações e possuir caráter analítico e interpretativo dos resultados obtidos.

14.6 Considerações da CPA

A Avaliação Institucional no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é o centro do processo avaliativo e abrange entre outros, a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e os compromissos de responsabilidades sociais.

A Avaliação Institucional dar-se em duas modalidades:

1ª - Autoavaliação, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da CONAES;

2ª - Avaliação externa, realizada por comissões designadas pelo INEP, tendo como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações.

Os processos de avaliação interna e externa devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

15 Considerações finais

A dinâmica social requer das Instituições de Ensino Superior capacidade de gerenciamento dos processos de ensino, pesquisa e extensão e uma leitura contextualizada crítica das aceleradas transformações inerentes à contemporaneidade.

A mutabilidade desse cenário exige das IES, sobretudo, intervenções e adequações próprias dos processos formativos.

Ao atualizar este PDI na **vigência (2022 a 2026)** os profissionais que nele se envolveram partiram do pressuposto que ao estudante deve-se propiciar investigação, reflexão crítica e experiência no planejamento, na execução, na avaliação de atividades educativas, na aplicação de contribuições de campos de conhecimentos, tecnológico, filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico e digital, o sociológico, o político, o econômico e o cultural. Com isso, pretende-se formar um profissional que saiba analisar e avaliar os diferentes cenários nos quais a educação se desenvolve e, além disso, analisar também os próprios atos docentes, e detectar o alcance e a validade do material teórico-prático empregado.

A expectativa é que esse PDI/PPI seja a expressão daquilo que a **Faculdade IPESP** almeja, servindo de apoio e norte aos que dele precisarem, embora seja necessário o esclarecimento de que não é um documento pronto e acabado, estando, portanto, aberto a inovações.

Direção Geral